



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1313

Quinta-feira - 29 de Agosto de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Alto Bela Vista	4
Antônio Carlos	4
Biguaçu	4
Bom Retiro	5
Braço do Trombudo	6
Caçador	22
Camboriú	22
Campo Alegre	33
Campos Novos	33
Canoinhas	49
Capinzal	50
Catanduvas	51
Cocal do Sul	52
Concórdia	52
Cordilheira Alta	61
Coronel Freitas	63
Coronel Martins	63
Ermo	80
Faxinal dos Guedes	82
Forquilha	84
Fraiburgo	85
Garopaba	86
Garuva	86
Gaspar	91
Governador Celso Ramos	109
Guaramirim	109
Herval d'Oeste	110
Imbituba	110
Ipumirim	114
Irineópolis	115
Itapiranga	119
Itapoá	125
Jacinto Machado	126
Joaçaba	128
Lages	134
Lauro Muller	135
Lebon Regis	143
Leoberto Leal	148
Lindóia do Sul	151
Luzerna	151
Macieira	191
Mafra	191
Maravilha	191
Massaranduba	194
Monte Carlo	201
Navegantes	212
Nova Trento	212
Orleans	212

Palhoça	213
Papanduva	258
Passo de Torres	259
Paulo Lopes	260
Pinheiro Preto	261
Porto Belo	262
Porto União	264
Presidente Castello Branco	264
Rio do Sul	265
Santa Terezinha do Progresso	267
São Bento do Sul	269
São Domingos	271
São João do Sul	273
São José	274
São Lourenço do Oeste	291
São Pedro de Alcântara	293
Schroeder	296
Serra Alta	305
Sombrio	305
Timbé do Sul	306
Timbó	306
Tunápolis	319
Turvo	319
Vargeão	320
Vargem Bonita	321
Vidal Ramos	322
Videira	322

Associações

EGEM	323
------------	-----

Consórcios

CINCO	325
-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 213/2013

PORTARIA Nº 213/2013 - DE 22 DE AGOSTO DE 2013

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/02 e Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Cristiano Savaris da Silva
- b) Tânia Caron dos Santos

Parágrafo único. Em cada certame licitatório um pregoeiro irá atuar, ficando os demais fazendo parte da equipe de apoio.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Gláucia Regina Varaschin
- b) Luciani Cristina Alves
- c) Evarista Bernardete Trento

Art. 3º. A execução da presente Portaria não terá nenhum ônus para o Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 008 de 02 de janeiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 214/2013

PORTARIA Nº 214/2013 - DE 23 DE AGOSTO DE 2013

"DETERMINA O RETORNO PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE O VEÍCULO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o retorno para uso da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte o veículo Kombi - placa MGI 0041, cedido para Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, constantes no Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190/2013 de 18/07/2013.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 215/2013

PORTARIA Nº 215/2013 - DE 23 DE AGOSTO DE 2013

"CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Kombi - placa MFJ 4181, usado na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte ficará a disposição da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo a partir de 26 de agosto de 2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 216/2013

PORTARIA Nº 216/2013 de 23 de Agosto de 2013

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) EDNA DE F LEMOS VIEIRA BISSANI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 16/08/2013 a 30/08/2013, período 12/13, restando 15 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 16/08/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Agosto de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Balancete Financeiro - Pref - Julho2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Julho/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.239.859,16	Despesa Orçamentária	1.355.024,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.790,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.347.639,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.974,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	803.394,37
RECEITA PATRIMONIAL	2.245,50	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.960,88
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.216,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	459.251,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.122.070,00	INVESTIMENTOS	47.293,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.317,27	AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.739,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	32.244,97	Despesas Intra-orçamentárias	7.384,91
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.384,91
Receita Extra - Orçamentária	1.477.903,00	Despesa Extra - Orçamentária	1.780.401,13
DEPOSITOS	117.946,07	DEPOSITOS	132.804,05
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	117.946,07	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	132.804,05
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	117.946,07	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	132.804,05
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.359.956,93	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.374.175,10
OBRIGACOES A PAGAR	1.322.256,73	OBRIGACOES A PAGAR	1.336.474,90
FORNECEDORES	486.177,45	FORNECEDORES	500.424,76
PESSOAL A PAGAR	647.867,67	PESSOAL A PAGAR	647.867,67
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	114.843,54	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	114.814,40
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	533,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	533,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	72.835,07	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	72.835,07
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	37.700,20	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	37.700,20
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	37.700,20	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	37.700,20
		INTERFERENCIAS PASSIVAS	273.421,98
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	273.421,98
		REPASSE CONCEDIDO	273.421,98
Saldos anteriores	2.469.075,97	Saldos atuais	2.051.412,10
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	592.730,10	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.524.765,88
BANCO C/ MOVIMENTO	1.215.282,86	BANCO C/ MOVIMENTO	434.283,54
BANCOS C/ VINCULADAS	616.035,33	BANCOS C/ VINCULADAS	47.215,88
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	45.027,68	POUPANÇA	45.146,80
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.186.838,13	Total	5.186.838,13

AGUA DOCE , 27/08/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 027/2013 - Modalidade de Pregão Nº 12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2013
Modalidade: PREGÃO nº 012/2013

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição, de forma parcelada, de Sêmen Bovino para suprir as necessidades do programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Gerência Municipal de Agricultura de Alto Bela Vista, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13:00 horas, do dia 09 de setembro de 2013, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>. Alto Bela Vista (SC), em 06 de agosto de 2013.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 377/2013

PORTARIA Nº 377/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, RODRIGO POSSENTI, do cargo temporário de MEDICO PEDIATRA, a partir de 30 de agosto de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 29 de agosto de 2013.

Portaria Nº 378/2013

PORTARIA Nº 378/2013
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo JOSE RUBENS MACHADO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 02 de setembro de 2013, relativo ao período aquisitivo de 02/09/2011 a 01/09/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 29 de agosto de 2013.

Extrato de Contrato Nº 181/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 181/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2013 - Pregão Presencial nº. 060/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JS TORNEARIA E FERRAGENS LTDA ME; Objeto: prestação de serviços com fornecimento de peças que se fizerem necessárias para a modificação da caçamba basculante do Caminhão Mercedes Bens LK 1414, ano 1992/1993, placa MAS 2206, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor do Contrato: 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais). Prazo: 06/08/2013 até a entrega do caminhão.

Antônio Carlos, 06 de agosto de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 182/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 182/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 079/2013 - Pregão Presencial nº. 058/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MARIO SERGIO LUCCA ME; Objeto: fornecimento e instalação de cobertura em policarbonato no Centro de Educação Infantil Municipal Professor João Juvenal de Amorim do municipal de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais). Prazo: 12/08/2013 até a conclusão da obra.

Antônio Carlos, 12 de agosto de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 136/2013

DECRETO Nº 136/2013 DE 26 DE AGOSTO DE 2013.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 127.151,15 (cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e quinze centavos) por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.70.000094 a dotação abaixo relacionada:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA		
0901.15.451.0009.1043	Pavimentação de Ruas	127.151,15
4.4.90.00/0.1.70.000094	Investimentos	127.151,15

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 127/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESMONTAGEM E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS PARA O PRÓ-CIDADÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 setembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 setembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 27 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

2186.13 - L. Anistia Multa IPTU

Lei n.º 2186/13 de 27.08.13

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA DE MULTA, E MORA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de multa e remissão de juros de créditos de natureza tributária, relativos a impostos, taxas, contribuição de melhoria, e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo em cobrança

judicial, vencidos até 31 de dezembro de 2012, para pagamento em parcela única.

Parágrafo Único. Aos contribuintes que efetuarem o pagamento integral dos créditos constantes deste artigo, para pagamento, a vista, até o dia 20 de setembro de 2013, será concedida a anistia de multa e mora de 100% (cem por cento) dos juros; até o dia 30 de outubro de 2013, será concedida a anistia de multa e mora de 70% (setenta por cento) dos juros.

Art. 2º Os parcelamentos de créditos em andamento poderão ser cancelados, a pedido do contribuinte, aplicando-se os benefícios desta Lei sobre o valor remanescente.

Art. 3º O pagamento a que se refere esta lei poderá ser realizado diretamente na repartição municipal, ou em transação judicial, em qualquer caso ficando estabelecida à opção do contribuinte pela anistia total ou parcial.

Art. 4º O pagamento do débito fiscal que esteja em cobrança judicial não dispensa o contribuinte do recolhimento de custas, emolumentos judiciais e demais despesas processuais incidentes.

Art. 5º Os benefícios de anistia estão respaldados no § 1º do artigo 14º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, inclusive com fundamento na estimativa de impacto orçamentário-financeiro que acompanha o anexo único cuja previsão não se infere na renúncia de receita em conformidade com a citada legislação.

Art. 6º O não pagamento nas datas de vencimento estabelecidas no acordo, implicará na imediata e automática perda do direito à anistia, retornando o inadimplente à situação anterior em relação aquele débito.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a contas das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 27 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

808.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Alexandra Neuhaus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 808/13 de 28.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 26 de agosto de 2013, a funcionária Alexandra Neuhaus, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

809.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Alceu dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 809/13 de 28.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 19 de agosto com término no dia 23 de agosto de 2013, ao funcionário Alceu dos Santos, ocupante do cargo de Zelador - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

810.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Alceu dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 810/13 de 28.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 26 e 27 de agosto de 2013, ao funcionário Alceu dos Santos, ocupante do cargo de Zelador - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta Mobiliario Creche e Aditivo Dom

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 20/2013 para Aquisição do Mobiliário e Equipamentos Modelo FNDE, para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas - PAR. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Genérico, 19, Centro, até dia 11/09/13 as 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/11:30 das 13:30/17:00. O Edital poderá ser solicitado através do email licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 29 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Fundo Municipal de Saúde

Extrato do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 33/2013 do Fundo Municipal de Saúde

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda.

Aquisição de Materiais Médico/Hospitalares, para atender os Postos de Saúde. Fica alterada a Clausula Terceira (do Valor) aditivando 25% do contrato original, passando o valor do contrato original de R\$ 37.289,74 (trinta e sete mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos) para R\$ 46.612,17 (quarenta e seis mil seiscentos e doze reais e dezessete centavos), com adequação de valores no total de R\$ 9.322,43 (nove mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº33/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 29 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Divulga Resultado da Po - Acs

EDITAL DE CONCURSO Nº 07/2013

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Concurso nº 02/2013, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. Tendo em vista que não foram impetrados recursos relativos ao gabarito preliminar divulgado em 20/08/2013, fica este ratificado, tornando-se gabarito definitivo.

2. RESULTADO DA PROVA OBJETIVA do Concurso Público, conforme relatório de notas, Anexo deste Edital, está divulgado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site www.concursosss1.com.br.

2.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos ao Resultado da Prova Objetiva, poderão fazê-lo, nos dias 29 e 30/08/2013, em conformidade com o disposto no Capítulo VI, do Edital de Concurso nº 02/2013. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site www.concursosss1.com.br, clicando no link Recurso On-Line. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, 28 de agosto de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA OBJETIVA

Agente Comunitário de Saúde - Area 03 - Rua Tiradentes

INSCRI- CAO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
4400010	BEATRIZ KUHLMANN NAGEL	18.00	11.00	28.00	57.00	Aprovado
4400011	NILSETE TESKE	18.00	13.75	20.00	51.75	Aprovado
4400005	SONIA DA SILVA	12.00	11.00	24.00	47.00	Reprova- do
4400003	SUZIRLENE APARE- CIDA ZOBOLI WILL	9.00	8.25	16.00	33.25	Reprova- do

Agente Comunitário de Saúde - Area 06 - Km 15

INSCRI- CAO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
4400009	ISABEL RAMOS	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4400015	JOSEANE LANA BITTENCOURT	9.00	19.25	32.00	60.25	Aprovado
4400004	MARINA HEIDRICH	24.00	13.75	28.00	65.75	Aprovado

Divulga Resultado dos Recursos e Resultado da Po EDITAL DE CONCURSO Nº 06/2013 REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Concurso nº 01/2013, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO GABARITO PRELIMINAR: conforme pareceres da Banca Examinadora, foi julgado procedente parte dos recursos impetrados. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal, inclusive para os recursos julgados improcedentes.

2. GABARITO DEFINITIVO: o gabarito definitivo da Prova Objetiva aplicada em 18/08/2013, conforme Anexo I deste Edital.

3. RESULTADO DA PROVA OBJETIVA e PROVA DE TÍTULOS do Concurso Público, conforme relatório de notas, Anexos II deste Edital, está divulgado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site www.concursosss1.com.br.

3.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos aos Resultados da Prova Objetiva e de títulos, poderão fazê-lo, nos dias 29 e 30/08/2013, em conformidade com o disposto no Capítulo VII, do Edital de Concurso nº 01/2013. Os recursos deverão

ser protocolados on-line, através do site www.concursosss1.com.br, clicando no link Recurso On-Line. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, 28 de agosto de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - GABARITO DEFINITIVO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1) D	11) D	21) NULA
2) B	12) C	22) B
3) A	13) B	23) A
4) B	14) D	24) B
5) C	15) A	25) A
6) A	16) C	26) D
7) D	17) B	27) C
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) D
10) B	20) C	30) A

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDEIRA/SERVENTE

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) B
4) B	14) D	24) A
5) A	15) B	25) C
6) D	16) D	26) A
7) B	17) A	27) D
8) D	18) D	28) A
9) C	19) B	29) D
10) B	20) A	30) B

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TRABALHADOR BRAÇAL

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) B
4) B	14) D	24) D
5) A	15) B	25) A
6) D	16) D	26) D
7) B	17) A	27) B
8) D	18) D	28) A
9) C	19) B	29) C
10) B	20) A	30) D

ESCRITURÁRIO

1) D	11) D	21) NULA
2) B	12) C	22) B
3) A	13) B	23) A
4) B	14) D	24) B
5) C	15) A	25) A
6) A	16) C	26) D
7) D	17) B	27) C
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) D
10) B	20) C	30) A

FISCAL DE TRIBUTOS

1) D	11) D	21) D
2) B	12) C	22) B
3) A	13) B	23) NULA
4) B	14) D	24) B
5) C	15) A	25) A
6) A	16) C	26) D
7) D	17) B	27) B
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) D
10) B	20) C	30) A

MECÂNICO

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) A
4) B	14) D	24) C
5) A	15) B	25) A
6) D	16) D	26) C
7) B	17) A	27) B
8) D	18) D	28) D
9) C	19) B	29) A
10) B	20) A	30) B

MÉDICO CLÍNICO GERAL

1) D	11) D	21) C
2) B	12) C	22) A
3) A	13) B	23) D
4) B	14) D	24) D
5) C	15) A	25) B
6) A	16) C	26) B
7) D	17) B	27) A
8) C	18) C	28) D
9) A	19) B	29) B
10) B	20) A	30) C

MOTORISTA

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) C
4) B	14) D	24) D
5) A	15) B	25) B
6) D	16) D	26) A
7) B	17) A	27) B
8) D	18) D	28) D
9) C	19) B	29) C
10) B	20) A	30) A

OFICIAL ADMINISTRATIVO

1) D	11) D	21) NULA
2) B	12) C	22) B
3) A	13) B	23) A
4) B	14) D	24) B
5) C	15) A	25) A
6) A	16) C	26) D
7) D	17) B	27) C
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) D
10) B	20) C	30) A

OPERADOR DE MÁQUINAS

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) C
4) B	14) D	24) D
5) A	15) B	25) B
6) D	16) D	26) D
7) B	17) A	27) C
8) D	18) D	28) B
9) C	19) B	29) B
10) B	20) A	30) A

OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) C
4) B	14) D	24) D
5) A	15) B	25) B
6) D	16) D	26) D
7) B	17) A	27) C
8) D	18) D	28) B
9) C	19) B	29) B
10) B	20) A	30) A

PEDAGOGO

1) D	11) D	21) B
2) B	12) C	22) D
3) A	13) B	23) A
4) B	14) D	24) D
5) C	15) A	25) D
6) A	16) C	26) B
7) D	17) B	27) C
8) C	18) B	28) A
9) A	19) A	29) A
10) B	20) C	30) C

PEDREIRO/CARPINTEIRO

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) A
4) B	14) D	24) B
5) A	15) B	25) A
6) D	16) D	26) C
7) B	17) A	27) D
8) D	18) D	28) B
9) C	19) B	29) D
10) B	20) A	30) A

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1) D	11) D	21) NULA
2) B	12) C	22) B
3) A	13) B	23) A
4) B	14) D	24) B
5) C	15) A	25) A
6) A	16) C	26) D
7) D	17) B	27) C
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) D
10) B	20) C	30) A

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1) D	11) D	21) D
2) B	12) C	22) A
3) A	13) B	23) B
4) B	14) D	24) C
5) C	15) A	25) NULA
6) A	16) C	26) B
7) D	17) B	27) A
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) B
10) B	20) B	30) C

TESOUREIRO

1) D	11) D	21) D
2) B	12) C	22) A
3) A	13) B	23) C
4) B	14) D	24) NULA
5) C	15) A	25) B
6) A	16) C	26) A
7) D	17) B	27) D
8) C	18) D	28) A
9) A	19) C	29) B
10) B	20) B	30) C

VIGIA NOTURNO

1) C	11) B	21) C
2) A	12) A	22) NULA
3) C	13) C	23) B
4) B	14) D	24) C
5) A	15) B	25) A
6) D	16) D	26) D
7) B	17) A	27) A
8) D	18) D	28) C
9) C	19) B	29) B
10) B	20) A	30) D

ANEXO II - RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA OBJETIVA

Auxiliar Administrativo

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4500159	ADRIANA DE OLIVEIRA PIRES	15.00	14.00	10.00	36.00	75.00	Aprovado
4500492	ADRIANO DE SOUZA	3.00	8.40	5.00	20.00	36.40	Reprovado
4500575	ADRIANO HEITOR ROSEN-BROCK	12.00	11.20	10.00	24.00	57.20	Aprovado
4500063	ADRIELI DA SILVA	15.00	8.40	5.00	32.00	60.40	Aprovado
4500036	ALANTEO MARIO SCHLINDWEIN	12.00	11.20	10.00	28.00	61.20	Aprovado
4500646	ALEX SCAPINELLO SELHORST	9.00	14.00	5.00	24.00	52.00	Aprovado
4500160	ALEXANDRE MAFER BOEIRA	21.00	14.00	7.50	32.00	74.50	Aprovado
4500148	ALINE LOISE GOEDERT	6.00	11.20	5.00	8.00	30.20	Reprovado
4500479	ALINE RIBEIRO DOS SANTOS	9.00	2.80	5.00	32.00	48.80	Reprovado
4500333	ANA PAULA CANI BARTH	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente

4500400	ANA PAULA REIA ALVES	15.00	0.00	0.00	28.00	43.00	Reprovado
4500484	ANA PAULA TAMANINI BITTENCOURT DE SOUZA	15.00	5.60	7.50	32.00	60.10	Aprovado
4500572	ANAIK VANDERLINDE	12.00	11.20	2.50	32.00	57.70	Aprovado
4500345	ANDRE ARNO VOGELBACHER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500441	ANGELA WALTRICK	9.00	2.80	5.00	36.00	52.80	Aprovado
4500577	BEATRIZ RIBEIRO GOMES	6.00	8.40	10.00	32.00	56.40	Aprovado
4500358	BRUNA CRISTINA DE ALBUQUERQUE SEBOLD	9.00	11.20	10.00	28.00	58.20	Aprovado
4500469	CAIO CESAR DEMETRIO	0.00	8.40	5.00	32.00	45.40	Reprovado
4500426	CARLA BREHSAN TORRES	9.00	5.60	7.50	44.00	66.10	Aprovado
4500597	CLAUDIA MARA ZANIZ	12.00	5.60	7.50	36.00	61.10	Aprovado
4500499	CLEBER DE SOUZA	12.00	14.00	7.50	40.00	73.50	Aprovado
4500476	CLEVERSON BALDIN DA SILVA	3.00	5.60	5.00	24.00	37.60	Reprovado
4500319	DANIEL SILVESTRE MULLER	12.00	14.00	7.50	36.00	69.50	Aprovado
4500632	DANIELA PRADA MUGGE	9.00	8.40	5.00	12.00	34.40	Reprovado
4500335	DEBORA PINHEIRO	9.00	5.60	7.50	16.00	38.10	Reprovado
4500562	DIANDRA DA SILVA	12.00	11.20	5.00	36.00	64.20	Aprovado
4500584	DIVALDO CUSTODIO MACIEL	12.00	8.40	5.00	36.00	61.40	Aprovado
4500676	DJEISON RODRIGO ALVES	15.00	5.60	0.00	28.00	48.60	Reprovado
4500588	DOUGLAS FRANK ROEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500458	EDSON GUEDES	12.00	5.60	7.50	28.00	53.10	Aprovado
4500138	EDSON MULLER	18.00	11.20	5.00	28.00	62.20	Aprovado
4500415	EDUARDA MAGNISKI GOMES DA FONTE	15.00	14.00	5.00	20.00	54.00	Aprovado
4500434	EDUARDO D' AQUINO FONSECA	9.00	5.60	2.50	24.00	41.10	Reprovado
4500112	ELANE ANDREAZZA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500383	ELISA GABRIELA ROUSSENG	9.00	11.20	5.00	32.00	57.20	Aprovado
4500601	ELISANGELA MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500567	ELISIANE DA SILVA	6.00	0.00	7.50	24.00	37.50	Reprovado
4500343	EVELYN RINERT BATISTA DA ROSA	12.00	11.20	10.00	32.00	65.20	Aprovado
4500595	FABIANA MACHADO COELHO	3.00	11.20	5.00	32.00	51.20	Aprovado

4500442	FABIO SEIDE	12.00	14.00	7.50	48.00	81.50	Aprova- do
4500483	FILIPPE SAUTNER BERNARDES	9.00	14.00	10.00	28.00	61.00	Aprova- do
4500325	FLAVIANA KAI- RUSA WILL	12.00	8.40	5.00	32.00	57.40	Aprova- do
4500559	FLAVIO JOSE DUARTE	12.00	0.00	5.00	36.00	53.00	Aprova- do
4500098	GABRIEL SCHA- FFER	9.00	2.80	5.00	32.00	48.80	Repro- vado
4500381	GILSON JEAN DA SILVA	18.00	14.00	7.50	28.00	67.50	Aprova- do
4500245	GIOVANI EVAL- DINO GALVANI	9.00	0.00	7.50	28.00	44.50	Repro- vado
4500550	GREICE LUZIANE ANTUNES DA SILVEIRA	9.00	8.40	5.00	20.00	42.40	Repro- vado
4500468	HELTON ELIAS EISSMANN	18.00	11.20	10.00	32.00	71.20	Aprova- do
4500162	ILSA JURASZEK	15.00	2.80	2.50	28.00	48.30	Repro- vado
4500647	INGRID CARO- LINA HUBES DE OLIVEIRA NEVES	15.00	11.20	5.00	36.00	67.20	Aprova- do
4500598	IRACEMA CRIS- TINA HUBES DE OLIVEIRA STUPP	12.00	11.20	5.00	28.00	56.20	Aprova- do
4500449	ISOLENE GRAHL	3.00	8.40	7.50	28.00	46.90	Repro- vado
4500043	JAKELINE STET- TER	6.00	5.60	5.00	24.00	40.60	Repro- vado
4500581	JASSIARA HU- GEN	9.00	5.60	5.00	24.00	43.60	Repro- vado
4500174	JEAN PIERRE AZEREDO	9.00	8.40	10.00	40.00	67.40	Aprova- do
4500313	JEANE REGINA PISKE	15.00	5.60	5.00	32.00	57.60	Aprova- do
4500652	JEFFERSON CHUPEL	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500471	JESSICA DO NASCIMENTO	9.00	5.60	5.00	32.00	51.60	Aprova- do
4500278	JOANA NERCOLI- NI GODE	9.00	5.60	0.00	28.00	42.60	Repro- vado
4500456	JOANA SCHNEI- DER	3.00	0.00	2.50	16.00	21.50	Repro- vado
4500518	JONATAN KOE- NIG TRUPPEL	12.00	8.40	5.00	24.00	49.40	Repro- vado
4500051	JULIANA ALVES	9.00	2.80	2.50	36.00	50.30	Aprova- do
4500410	KAMILA MARCE- LINO ANGIO- LETTI	9.00	2.80	5.00	20.00	36.80	Repro- vado
4500066	KARINA LU- CHTENBERG	9.00	0.00	2.50	28.00	39.50	Repro- vado
4500281	KAROLINA SCOZ CURTIUS	12.00	2.80	5.00	32.00	51.80	Aprova- do
4500375	LARISSA BRAN- CO DOS SANTOS	6.00	2.80	5.00	28.00	41.80	Repro- vado
4500116	LARISSA DE ARAGAO DA SILVA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500561	LEIRSON VI- CENTE	9.00	5.60	10.00	28.00	52.60	Aprova- do
4500667	LETICIA RAHN	9.00	5.60	5.00	28.00	47.60	Repro- vado

4500673	LUCIANO DU- ARTE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500654	LUIS HENRIQUE BACELAR BOET- TGER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500525	LUIZ FERNANDO DA SILVA	6.00	8.40	5.00	28.00	47.40	Repro- vado
4500299	MAICON DE CAMARGO REI- NHOLD	12.00	5.60	2.50	32.00	52.10	Aprova- do
4500613	MARA JULIANA DA SILVA	6.00	14.00	7.50	40.00	67.50	Aprova- do
4500384	MARCIA ADRIA- NA WACHOLZ	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500516	MARCIO ALEXANDRE DEMARCHI	12.00	5.60	5.00	28.00	50.60	Aprova- do
4500521	MARIA ROSIL- DE RAMOS DA CUNHA SILVA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500454	MARINA SOLAN- GE GEORG ERBS	0.00	0.00	2.50	32.00	34.50	Repro- vado
4500663	MARISTELO STUPP	6.00	5.60	5.00	20.00	36.60	Repro- vado
4500211	MATHEUS SOM- MERFELD	18.00	8.40	5.00	36.00	67.40	Aprova- do
4500576	MAYARA SLON- GO	9.00	5.60	5.00	16.00	35.60	Repro- vado
4500674	MICHELLE FER- NANDA FROES LENA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500166	MICHELLE VER- MOEHLLEN	9.00	2.80	2.50	20.00	34.30	Repro- vado
4500339	NADIA CRISTINA DA LUZ	3.00	8.40	5.00	28.00	44.40	Repro- vado
4500402	ODAIR CORREA LADEWIG	0.00	14.00	7.50	20.00	41.50	Repro- vado
4500527	PALOMA LOU- RENCO	15.00	11.20	5.00	24.00	55.20	Aprova- do
4500556	PAMELA ALVES DE JESUES	6.00	5.60	7.50	24.00	43.10	Repro- vado
4500544	PATRICIA HINZ	9.00	2.80	2.50	32.00	46.30	Repro- vado
4500120	PAULO SERGIO BUTZKE AN- DRIETTI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500433	RAFAEL BRASIL	9.00	8.40	0.00	20.00	37.40	Repro- vado
4500485	RAFAEL GORAL	9.00	5.60	7.50	32.00	54.10	Aprova- do
4500406	RAFAEL PACHER	9.00	8.40	5.00	32.00	54.40	Aprova- do
4500482	RAQUEL REIF	9.00	0.00	2.50	36.00	47.50	Repro- vado
4500573	REGIANE MAR- CHESE	3.00	8.40	2.50	12.00	25.90	Repro- vado
4500603	ROBERTO FER- REIRA JUNIOR	15.00	14.00	10.00	44.00	83.00	Aprova- do
4500554	ROBSON JUNIOR VASSELA BAAD	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500389	RODRIGO EME- RIM	12.00	5.60	10.00	28.00	55.60	Aprova- do
4500585	ROGER SEIBEL MANN	9.00	8.40	10.00	40.00	67.40	Aprova- do
4500246	RONIVAN BOR- GES	12.00	14.00	10.00	32.00	68.00	Aprova- do

4500537	ROSEMERI VALENTE	15.00	2.80	2.50	24.00	44.30	Reprovado
4500532	SANDY MARIA LEMUNHA HASSE	12.00	5.60	5.00	20.00	42.60	Reprovado
4500353	TAINARA SCHEFFER	18.00	0.00	5.00	28.00	51.00	Aprovado
4500030	TANIA EDILENE STEINHEUSER PACHER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500428	VERA NEUBER DA SILVA	15.00	11.20	7.50	36.00	69.70	Aprovado
4500152	VERELENE LETZOW SCHMÖGEL	6.00	8.40	5.00	44.00	63.40	Aprovado

Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
4500616	ADRIANA MOSER	12.00	13.75	40.00	65.75	Aprovado
4500631	ANA PAULA BILK	12.00	19.25	32.00	63.25	Aprovado
4500625	ANA PAULA DE OLIVEIRA	6.00	11.00	28.00	45.00	Reprovado
4500127	CORINA STETTER	3.00	11.00	24.00	38.00	Reprovado
4500307	CRISTIANE DANKER	18.00	22.00	44.00	84.00	Aprovado
4500142	DEISE SANTOS ASSUNCAO FONTES	24.00	19.25	36.00	79.25	Aprovado
4500151	DOLORES FERNANDES	6.00	11.00	28.00	45.00	Reprovado
4500204	ELIZANGELA HEINERT	15.00	16.50	40.00	71.50	Aprovado
4500506	FLAVIA FERNANDES	12.00	19.25	36.00	67.25	Aprovado
4500013	FRANCIANE KOBALL	18.00	11.00	32.00	61.00	Aprovado
4500095	GRAZIELA OLSSON MALKOWSKY	18.00	19.25	32.00	69.25	Aprovado
4500624	ISABEL RAMOS	18.00	19.25	44.00	81.25	Aprovado
4500007	IVONE GODE	0.00	0.00	4.00	4.00	Reprovado
4500540	KARINE JULIANE VALENTE FARIAS	15.00	22.00	36.00	73.00	Aprovado
4500328	KARINE VILHALVA DE LIZ	15.00	13.75	24.00	52.75	Aprovado
4500551	KATIA ZIMMERMANN	21.00	13.75	36.00	70.75	Aprovado
4500073	LOURDINHA DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500038	MARCIA MARIA SCHAFFER RENKEN	9.00	16.50	28.00	53.50	Aprovado
4500290	MARIA APARECIDA RODRIGUES CORDEIRO	6.00	19.25	16.00	41.25	Reprovado

4500630	MARIA GRACIELLI PEREIRA DE ANDRADE	9.00	16.50	40.00	65.50	Aprovado
4500239	MARILEI ALVES SIMAO	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500130	MARILENI DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500033	MARINILDA RODRIGUES DE LIZ	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500639	MARISE ERBS PIANESSE	21.00	22.00	40.00	83.00	Aprovado
4500236	MARIZETE BECHTOLD DO NASCIMENTO	9.00	13.75	24.00	46.75	Reprovado
4500186	ROSE MARLENE MOHR MORITZ MARIAN	12.00	11.00	20.00	43.00	Reprovado
4500126	ROSE MERI KLABUNDE	15.00	19.25	32.00	66.25	Aprovado
4500081	ROSENE VALENTE	15.00	13.75	36.00	64.75	Aprovado
4500180	ROVENI DA CRUZ	3.00	13.75	28.00	44.75	Reprovado
4500594	SILVANA ADRIANO	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500565	SUELEN STEMPOKI	9.00	5.50	40.00	54.50	Aprovado
4500459	TAINARA GUIMARAES	9.00	19.25	28.00	56.25	Aprovado
4500514	TANIA EDILENE STEINHEUSER PACHER	24.00	19.25	40.00	83.25	Aprovado
4500277	TERESINHA DIMAS	3.00	0.00	8.00	11.00	Reprovado
4500318	VANESSA CANDIDO DE OLIVEIRA	18.00	19.25	40.00	77.25	Aprovado

Auxiliar de Serviços Gerais - Trabalhador Braçal

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
4500014	EVERTON PINHEIRO	12.00	16.50	40.00	68.50	Aprovado
4500171	JOSE LINO FERREIRA	9.00	8.25	16.00	33.25	Reprovado
4500179	JULIANO PEYERL	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500331	OSMAR HASSE	9.00	19.25	40.00	68.25	Aprovado
4500480	PAULO ROBERTO SCHMAUCH	24.00	19.25	40.00	83.25	Aprovado
4500481	ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500618	SANDRO AGUIAR	12.00	19.25	44.00	75.25	Aprovado

Escriturário

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA TOTAL	SITUA- ÇÃO
4500666	MIRIAN HOISDALE- CK ROEDER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500284	DANIELA JULIA DOS SANTOS BATISTA	6.00	5.60	5.00	28.00	44.60	Repro- vado
4500635	GILSON JUNIOR DA SILVA	12.00	0.00	10.00	24.00	46.00	Repro- vado
4500360	JEAN CARLOS CORREA DA COSTA SCHARF	6.00	5.60	7.50	36.00	55.10	Aprova- do
4500470	KEILA SCHUTZ	6.00	8.40	2.50	36.00	52.90	Aprova- do
4500542	MARCELO FERENS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500528	MARILEI MEDEIROS DOMIN- GUES DE SOUZA	9.00	0.00	7.50	28.00	44.50	Repro- vado

Fiscal de Tributos

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
4500398	ADIR STETTER JUNIOR	15.00	8.40	7.50	20.00	50.90	Aprova- do
4500510	ALENIR FRANZ PO- MAROLLI	15.00	8.40	7.50	24.00	54.90	Aprova- do
4500346	ANA CLAUDIA PINTO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500412	DOUGLAS VOSS	18.00	14.00	10.00	32.00	74.00	Aprova- do
4500090	FER- NANDO SCHMIDT	15.00	14.00	7.50	48.00	84.50	Aprova- do
4500553	FRAN- CISCO CARLOS CENSI	12.00	5.60	2.50	28.00	48.10	Repro- vado
4500088	GABRIELA GOTZIN- GER	12.00	5.60	5.00	32.00	54.60	Aprova- do
4500496	JANAINI ROSLAINE ELISIANI GUDRUM CORDEIRO	15.00	5.60	0.00	24.00	44.60	Repro- vado
4500583	PATRICIA JACQUE- LINE DA SILVA	9.00	11.20	7.50	52.00	79.70	Aprova- do
4500644	REGIANE CAROLINA VALENTE DE LIZ	6.00	2.80	2.50	20.00	31.30	Repro- vado

4500450	SORAIA SCHMIDT	15.00	5.60	0.00	24.00	44.60	Repro- vado
4500178	TAIARA GABRIELA LAURINDO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500429	UESLEI JOSE MA- CHADO	18.00	11.20	7.50	32.00	68.70	Aprova- do

Mecânico

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUA- ÇÃO
4500638	DANIEL FILLIPPI	15.00	13.75	40.00	68.75	Aprovado
4500201	DILMO ODI- NEI VIEIRA	0.00	0.00	4.00	4.00	Reprova- do

Médico Clínico Geral - 20 horas

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
4500408	ANDER- SON ZESCHAU	15.00	8.40	2.50	32.00	57.90	Aprova- do
4500311	GABRIELA PIAZZA SASSI	12.00	11.20	7.50	40.00	70.70	Aprova- do

Médico Clínico Geral - 40 horas

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
4500359	DAMIAO JULIAO MOREIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500563	FABIO SCH- NAIDER	15.00	14.00	7.50	20.00	56.50	Aprova- do
4500461	GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500253	GISELLE HOMERO DA ROCHA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500147	JOAO EDI- VAL COSTA JUNIOR	21.00	14.00	7.50	48.00	90.50	Aprova- do
4500254	RENAN DOS SANTOS PEREIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500207	RODRIGO ROCHA DA SILVA	21.00	14.00	5.00	24.00	64.00	Aprova- do
4500378	WAGNER MENDES DA ENCARNA- CAO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500071	YAMAMOTO MASSAJI	12.00	2.80	5.00	24.00	43.80	Repro- vado

Motorista

INSCRI- ÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUA- ÇÃO
4500027	ADELICIO PACHER	9.00	19.25	28.00	56.25	Aprovado

4500003	ADEMIR PACHER	6.00	13.75	32.00	51.75	Aprovado
4500306	ALDO FLO-RIANI DE SOUZA	6.00	13.75	28.00	47.75	Reprova-do
4500263	ANDERSON VOGEL	24.00	22.00	40.00	86.00	Aprovado
4500032	ARLINDO DOS SANTOS	15.00	13.75	32.00	60.75	Aprovado
4500078	ARNALDO TESKE	9.00	11.00	32.00	52.00	Aprovado
4500184	DIRCEU AVI	6.00	11.00	36.00	53.00	Aprovado
4500093	ELIENAI DA SILVA	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500608	EUCLIDES DE MELO JUNIOR	15.00	19.25	40.00	74.25	Aprovado
4500451	GILSON MOISES MACEDO	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500396	IDELSON MUNIZ DO PRADO	6.00	8.25	24.00	38.25	Reprova-do
4500619	JAISON MARCELO DOMINGOS	18.00	19.25	36.00	73.25	Aprovado
4500057	JEFERSON STREESE	6.00	13.75	32.00	51.75	Aprovado
4500132	JEFFERSON GEVIESKI OURIQUES	15.00	16.50	40.00	71.50	Aprovado
4500070	JOVANE DOMINGUES DE SOUZA	12.00	19.25	32.00	63.25	Aprovado
4500094	LUAN ANDRE MEURER	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500219	LUIS CARLOS XAVIER MADRUGA	21.00	19.25	32.00	72.25	Aprovado
4500077	NATALICIO LAMINN	3.00	13.75	28.00	44.75	Reprova-do
4500247	NELSON TESKE	15.00	16.50	20.00	51.50	Aprovado
4500002	OSMAR HASSE	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500574	OSMAR MARIAN	9.00	16.50	28.00	53.50	Aprovado
4500248	PAULO FREDERICO DALMONICO	18.00	22.00	36.00	76.00	Aprovado
4500332	ROLAND MATHIAS	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500233	VALDECI ROSA MEYER	9.00	8.25	28.00	45.25	Reprova-do
4500084	VALDEMAR SCHAFFER	9.00	16.50	36.00	61.50	Aprovado
4500238	VANDERLEI SIMAO	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente

Oficial Administrativo

INSCRI-ÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA TOTAL	SITUA-ÇÃO
4500634	ALINE LUCHTEN-BERG	6.00	0.00	2.50	16.00	24.50	Reprova-do
4500296	ARLEIDE MARIA DA SILVA	9.00	5.60	5.00	24.00	43.60	Reprova-do
4500651	ISMAEL FERENS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500605	MARIO SERGIO BEREGARAY SALOMAO	9.00	14.00	10.00	28.00	61.00	Aprova-do
4500633	PATRICIA GRACIELLI KLEGIN	9.00	0.00	5.00	20.00	34.00	Reprova-do
4500291	SILVANIA SENS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente

Operador de Máquinas

INSCRI-ÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUA-ÇÃO
4500202	ADEMAR RA-DUNTZ	12.00	13.75	32.00	57.75	Aprovado
4500218	ALEX HILLE-SHEIM	21.00	22.00	48.00	91.00	Aprovado
4500275	CARLOS ALBERTO FER-REIRA	18.00	19.25	24.00	61.25	Aprovado
4500536	CLAUDIO RADUNTZ	18.00	19.25	36.00	73.25	Aprovado
4500329	EGON BENKE	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500643	FRANCISCO SIMOES	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500001	JAIR CAETANO	12.00	13.75	24.00	49.75	Reprova-do
4500272	MARIO RA-DUNTZ	9.00	2.75	32.00	43.75	Reprova-do
4500391	VALDEMIR RUZKOVSKI	15.00	13.75	32.00	60.75	Aprovado
4500512	VILSON POMA-ROLLI	15.00	19.25	32.00	66.25	Aprovado

Operador de Trator Agrícola

INSCRI-ÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUA-ÇÃO
4500192	ALEF DA SILVA	15.00	11.00	28.00	54.00	Aprovado
4500505	ARNO GRAHL	9.00	13.75	32.00	54.75	Aprovado
4500509	JAIR MAY ORLETO	12.00	16.50	24.00	52.50	Aprovado
4500596	WILL	6.00	19.25	32.00	57.25	Aprovado

Pedagogo

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NT P O	TÍT	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4500621	ALINE DE FATIMA ALVES	12.00	11.20	6.00	41.60	70.80	0.00	70.80	Aprovado
4500144	DENISE APARECIDA POSANSKI	4.80	4.48	6.00	32.00	47.28	0.00	47.28	Aprovado
4500604	DJEISON FRONZA	14.40	2.24	2.00	35.20	53.84	6.88	60.72	Aprovado
4500486	FERNANDA DELLAJUSTINA DALCANALE	7.20	4.48	4.00	35.20	50.88	4.00	54.88	Aprovado
4500212	FRANCIELLE GOMES POSANSKI	9.60	2.24	4.00	28.80	44.64	0.00	44.64	Aprovado
4500267	LIANE SOFIA GUCKERT	7.20	4.48	0.00	19.20	30.88	-	30.88	Reprovado
4500445	MARCIAIANITA KRIECK	12.00	11.20	4.00	32.00	59.20	0.00	59.20	Aprovado
4500504	MARLEI DE FATIMA CHEFFER HUGEN	9.60	0.00	0.00	35.20	44.80	0.00	44.80	Aprovado
4500659	POLIANA KALINCA WILL EGER	7.20	4.48	4.00	32.00	47.68	7.00	54.68	Aprovado
4500657	SILVANA JORDINA GOEDERT	12.00	4.48	6.00	35.20	57.68	0.00	57.68	Aprovado
4500386	VERA REHBEIN SCHOENINGER	4.80	6.72	2.00	25.60	39.12	-	39.12	Reprovado

Pedreiro/Carpinteiro

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4500155	ATALIVIO LUIZ RODRIGUES	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente

Técnico Administrativo

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
4500489	ADRIANA DA LUZ	9.00	2.80	2.50	32.00	46.30	Reprovado
4500350	ADRIANA DA SILVA	6.00	5.60	2.50	28.00	42.10	Reprovado
4500610	ALEXANDRE RAFAEL ELIAS	12.00	8.40	2.50	28.00	50.90	Aprovado
4500076	ANA PAULA NUNES	9.00	2.80	5.00	24.00	40.80	Reprovado

4500300	ANGELA MARIA WEBER	15.00	2.80	7.50	36.00	61.30	Aprovado
4500672	ARIEL JAIR VICENTE	9.00	8.40	5.00	32.00	54.40	Aprovado
4500200	BEATRIZ ZOBOLI RIBAS	9.00	5.60	5.00	32.00	51.60	Aprovado
4500473	CAMILA BONETTI	6.00	8.40	2.50	28.00	44.90	Reprovado
4500058	CARINI CARINI VELHO DOS SANTOS	6.00	2.80	2.50	20.00	31.30	Reprovado
4500524	CARLOS EDUARDO ERCKMANN	21.00	11.20	7.50	40.00	79.70	Aprovado
4500264	CHAIANA JAINE BAADE	15.00	5.60	5.00	20.00	45.60	Reprovado
4500609	CLEIZI DIANA RECH	12.00	0.00	2.50	24.00	38.50	Reprovado
4500552	DARIANA ARNDT	12.00	2.80	7.50	28.00	50.30	Aprovado
4500304	DARIO AUGUSTO RODRIGUES DABOIT	6.00	11.20	10.00	36.00	63.20	Aprovado
4500340	DELIANE ELY RAMOS EDINGER	15.00	0.00	5.00	40.00	60.00	Aprovado
4500025	DIEGO DELA JUSTINA	15.00	5.60	5.00	20.00	45.60	Reprovado
4500320	EDILAINE RANIERI NOVAK SERPA	6.00	2.80	7.50	32.00	48.30	Reprovado
4500395	ELCIO LOPES	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500367	ELIANE APARECIDA MUNIZ DO AMARAL DE LIZ	9.00	8.40	5.00	24.00	46.40	Reprovado
4500205	ELISABETH BAADE LARSEN	9.00	5.60	5.00	28.00	47.60	Reprovado
4500113	FABIANA WAZILESKI	9.00	5.60	5.00	20.00	39.60	Reprovado
4500056	FABIO LUZ DE SOUZA	12.00	2.80	7.50	24.00	46.30	Reprovado
4500021	FERNANDO DEFREYN	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500189	GABRIEL IDALINO DO PINHO	15.00	2.80	5.00	24.00	46.80	Reprovado
4500487	GEICIMARA FUCK	12.00	8.40	5.00	16.00	41.40	Reprovado
4500249	GUILHERME FILIPE AVI	9.00	2.80	5.00	24.00	40.80	Reprovado
4500557	INDIANARA APARECIDA DA SILVA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500592	IVANA BECKER	9.00	5.60	7.50	32.00	54.10	Aprovado
4500653	JACKSON CHUPEL	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente

4500629	JACKSON ISIDORO SIMPLICIO	6.00	8.40	5.00	32.00	51.40	Aprova-do
4500141	JAILSON MUNIZ ALVES	12.00	14.00	10.00	16.00	52.00	Aprova-do
4500099	JOELMA ANTUNES DOS SANTOS	3.00	2.80	5.00	16.00	26.80	Repro-vado
4500457	JOHNATAN MUELLER TIETJEN	6.00	2.80	7.50	24.00	40.30	Repro-vado
4500547	JOSIANE SCHREIBER TOME	9.00	8.40	5.00	28.00	50.40	Aprova-do
4500123	JOSIANI DA SILVA	9.00	0.00	5.00	16.00	30.00	Repro-vado
4500286	JULIANA DO NASCIMENTO	15.00	14.00	7.50	40.00	76.50	Aprova-do
4500371	KARINI THAIS DOS SANTOS	15.00	2.80	10.00	28.00	55.80	Aprova-do
4500529	KATHERINE MACEDO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500265	KELIN PEREIRA	9.00	2.80	2.50	28.00	42.30	Repro-vado
4500220	LAIS RIBEIRO DA SILVA	0.00	5.60	7.50	36.00	49.10	Repro-vado
4500349	LEANDRO DA ROSA PINHEIRO	15.00	2.80	5.00	28.00	50.80	Aprova-do
4500488	LETICIA REGINA SASSE	9.00	2.80	2.50	12.00	26.30	Repro-vado
4500366	LETICIA SILMARA BINO KIEM	12.00	5.60	2.50	32.00	52.10	Aprova-do
4500096	MAIARA GIESELER	9.00	5.60	5.00	24.00	43.60	Repro-vado
4500497	MAIARA VAN DEN BOOM MOHR	9.00	2.80	5.00	24.00	40.80	Repro-vado
4500474	MARCIA APARECIDA NAIHAUS	6.00	0.00	7.50	28.00	41.50	Repro-vado
4500080	MARCIA NIEDERHAUS WOELCKER	12.00	0.00	5.00	24.00	41.00	Repro-vado
4500438	MARCIANA PAWLOWSKI RISTOW	9.00	5.60	7.50	20.00	42.10	Repro-vado
4500637	MARCIO ALEXANDRE KRIECK	6.00	5.60	5.00	20.00	36.60	Repro-vado
4500374	MARILIA MEYER	9.00	2.80	5.00	20.00	36.80	Repro-vado
4500342	MARLI ISAIAS FERREIRA	12.00	2.80	2.50	24.00	41.30	Repro-vado

4500052	MATHEUS CORREA FRANCO MORAES	12.00	5.60	2.50	20.00	40.10	Repro-vado
4500648	MICHEL RODRIGO SANTOS	18.00	14.00	7.50	40.00	79.50	Aprova-do
4500477	MIRIAN KRANZ	12.00	8.40	2.50	40.00	62.90	Aprova-do
4500397	MONICA NEU HEINZ	15.00	0.00	2.50	32.00	49.50	Repro-vado
4500393	PATRICIA DA ROSA ANDRADE	6.00	11.20	5.00	28.00	50.20	Aprova-do
4500232	PATRICIA FRANCISCONI	15.00	2.80	2.50	32.00	52.30	Aprova-do
4500121	PAULO SERGIO BUTZKE ANDRIETTI	9.00	11.20	7.50	28.00	55.70	Aprova-do
4500243	RAFAEL GUNTER MULLER	6.00	14.00	10.00	12.00	42.00	Repro-vado
4500531	RAMON WOLNIEWICZ	3.00	2.80	2.50	24.00	32.30	Repro-vado
4500266	ROMILDO ALVES DE MORAES	9.00	2.80	7.50	24.00	43.30	Repro-vado
4500467	SCHARLENE VANESSA MACHADO	9.00	8.40	2.50	32.00	51.90	Aprova-do
4500414	SONI NAIR KOENIG TRUPPEL	9.00	8.40	2.50	24.00	43.90	Repro-vado
4500122	TAIARA GABRIELA LAURINDO	12.00	11.20	5.00	24.00	52.20	Aprova-do
4500082	TATIANE DA SILVA	12.00	2.80	10.00	36.00	60.80	Aprova-do
4500276	VALDIRENE HEIDEN	3.00	5.60	0.00	32.00	40.60	Repro-vado
4500582	VILMA WILHELM	9.00	0.00	7.50	32.00	48.50	Repro-vado

Técnico em Contabilidade

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4500208	ADEMAR DA COSTA LEITE	15.00	11.20	7.50	36.00	69.70	Aprova-do
4500435	ADEMIR ALVES VALENTE	15.00	8.40	7.50	40.00	70.90	Aprova-do
4500135	ALEXANDRE TORRES ASSUNCAO FONTES	18.00	11.20	10.00	32.00	71.20	Aprova-do
4500191	CARLOS ALBERTO DA SILVA SILVEIRA	6.00	8.40	7.50	24.00	45.90	Repro-vado
4500679	CARLOS EDUARDO DA SILVA VERCOSA	6.00	11.20	10.00	32.00	59.20	Aprova-do

4500173	CARLOS RAFAEL SCHLEMPER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500271	CLAUDINEI EYNG	0.00	2.80	10.00	24.00	36.80	Reprovado
4500031	CLAUDIO MICHELS DAUER	15.00	14.00	10.00	32.00	71.00	Aprovado
4500261	CLOVIS KIRSCHNER	12.00	8.40	10.00	24.00	54.40	Aprovado
4500376	CRISTIANE MARCELINO	6.00	11.20	5.00	36.00	58.20	Aprovado
4500394	DAIANA WEBER LOPES	15.00	5.60	5.00	32.00	57.60	Aprovado
4500115	DAISE BORGHESAN	9.00	8.40	7.50	28.00	52.90	Aprovado
4500382	DANIEL BUENO KURZLOP	12.00	14.00	10.00	44.00	80.00	Aprovado
4500681	DANIELE LOURDES LOHN	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500656	DANILO SILVA RODRIGUES	15.00	14.00	5.00	44.00	78.00	Aprovado
4500494	DILCELAINE GOMES DOS SANTOS	15.00	0.00	5.00	8.00	28.00	Reprovado
4500404	EDENILSON RIBEIRO GOMES	12.00	11.20	10.00	40.00	73.20	Aprovado
4500067	ELIS PATRICIO VIEIRA	12.00	5.60	2.50	32.00	52.10	Aprovado
4500190	EMANUELA SANTOS	12.00	11.20	10.00	28.00	61.20	Aprovado
4500362	FABIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA FARACO	15.00	11.20	10.00	20.00	56.20	Aprovado
4500668	FABIO MORETTI	15.00	11.20	7.50	28.00	61.70	Aprovado
4500185	FABRICIO PEDROSO DE MORAES	12.00	2.80	5.00	40.00	59.80	Aprovado
4500181	GEDEON FULVIO MORAIS	9.00	14.00	10.00	28.00	61.00	Aprovado
4500508	GREICY CARINE MANNRICH	12.00	11.20	7.50	48.00	78.70	Aprovado
4500427	JONAS REGIS DA SILVA	12.00	8.40	5.00	16.00	41.40	Reprovado
4500569	JOSE PEDRO TRAIN	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500558	LUANA LUCHTEMBERG	21.00	11.20	7.50	40.00	79.70	Aprovado
4500539	LUCIANO ANDRE TOME	9.00	2.80	10.00	32.00	53.80	Aprovado
4500203	LUCIANO BONFANTI	12.00	8.40	10.00	36.00	66.40	Aprovado

4500198	MARCELO DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500020	MARCOS DANIEL DA SILVA	9.00	14.00	7.50	28.00	58.50	Aprovado
4500405	MARGA FRANZ	6.00	5.60	5.00	24.00	40.60	Reprovado
4500323	MARILENE ROEDER SCHULDT	12.00	8.40	7.50	44.00	71.90	Aprovado
4500260	MARISTELA IARA JUNKES KIRSCHNER	15.00	2.80	7.50	32.00	57.30	Aprovado
4500165	MATHEL DOS SANTOS	3.00	11.20	10.00	36.00	60.20	Aprovado
4500495	MAURICIO CARDOSO OLIVEIRA	9.00	5.60	10.00	32.00	56.60	Aprovado
4500009	MAX FRANKLIN SCHELTER	12.00	11.20	7.50	24.00	54.70	Aprovado
4500424	RICARDO JOSA ´CAMPES-TRINI	6.00	11.20	7.50	36.00	60.70	Aprovado
4500361	RICARDO MARSILIO STEDILE	3.00	14.00	7.50	32.00	56.50	Aprovado
4500541	ROLAND YURI SCHREIBER	9.00	11.20	7.50	28.00	55.70	Aprovado
4500587	VANESSA EYERKAUFER	0.00	14.00	5.00	32.00	51.00	Aprovado
4500520	VERALCY ANTONIO STEDILE	12.00	14.00	7.50	36.00	69.50	Aprovado
4500170	VERELEIA LETZOW MOSER	15.00	8.40	7.50	32.00	62.90	Aprovado
4500322	YASMIN MACARIO	12.00	0.00	2.50	28.00	42.50	Reprovado

Tesoureiro

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	INF	ESP	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4500352	ADIR TIBES GRANEMANN	15.00	5.60	10.00	44.00	74.60	Aprovado
4500388	ALAIR FRANZ HEIN	12.00	8.40	2.50	24.00	46.90	Reprovado
4500475	ANA PAULA VANDERLINDE CANADAS DA SILVA	18.00	14.00	10.00	36.00	78.00	Aprovado
4500040	ANDREI GERBER	18.00	11.20	5.00	28.00	62.20	Aprovado
4500087	ANE CAROLINE NICOLAI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500593	ANGELA CRISTINA DE LIZ	18.00	11.20	5.00	24.00	58.20	Aprovado
4500064	ARTUR FELIPE METZGER	15.00	14.00	7.50	28.00	64.50	Aprovado



4500354	BLACKSON MICHAEL ZISMANN	12.00	8.40	5.00	28.00	53.40	Aprova- do
4500623	BRUNA CHAIENE ALVES	6.00	8.40	7.50	24.00	45.90	Repro- vado
4500068	CAIO JORGE DE QUEIROZ	6.00	14.00	5.00	16.00	41.00	Repro- vado
4500658	CARLOS AUGUSTO CHINCO- VIAKI	3.00	14.00	5.00	24.00	46.00	Repro- vado
4500523	CARLOS CAVA	9.00	5.60	7.50	40.00	62.10	Aprova- do
4500432	CLAUS ANDERSON LAURENTINO	12.00	8.40	5.00	20.00	45.40	Repro- vado
4500287	CLEBER DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500655	CLOBER SCHNEIDER	12.00	5.60	2.50	28.00	48.10	Repro- vado
4500566	CRISLAINI CARLA VA- LENTE FUCK	12.00	2.80	2.50	16.00	33.30	Repro- vado
4500546	CRISTIANE VALENTE FUCK	18.00	8.40	7.50	28.00	61.90	Aprova- do
4500614	DANIEL BEN- TO OCKER BENTO	21.00	14.00	7.50	36.00	78.50	Aprova- do
4500045	DANIELA FERNANDES GOEDE	6.00	0.00	5.00	8.00	19.00	Repro- vado
4500549	DANILO ZERMIANI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500535	DIONEI OLIVEIRA	9.00	11.20	7.50	32.00	59.70	Aprova- do
4500661	DJEISON FERNANDO MARTINS	12.00	0.00	5.00	28.00	45.00	Repro- vado
4500206	EDINEIA SERAFIGIM	12.00	5.60	2.50	28.00	48.10	Repro- vado
4500270	EDSEL NEUMANN JUNIOR	15.00	11.20	7.50	32.00	65.70	Aprova- do
4500213	EDUARDO BACK	3.00	8.40	5.00	24.00	40.40	Repro- vado
4500108	EDUARDO MACHADO	6.00	2.80	7.50	28.00	44.30	Repro- vado
4500288	ELIMAR KINDLEIN	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500379	ERLEN KAR- LA LOPES	6.00	5.60	5.00	28.00	44.60	Repro- vado
4500312	EVANDRO CZARNOBAY	6.00	8.40	2.50	32.00	48.90	Repro- vado
4500490	EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA	9.00	2.80	5.00	36.00	52.80	Aprova- do
4500370	FABIANO LINS DA SILVA	9.00	5.60	7.50	24.00	46.10	Repro- vado
4500114	FELIPE MORITZ RO- DRIGUES	15.00	11.20	7.50	24.00	57.70	Aprova- do
4500606	FELIPE SPE- ZZATTO	15.00	11.20	7.50	40.00	73.70	Aprova- do

4500660	FLAVIA POS- SAMAI	12.00	14.00	7.50	28.00	61.50	Aprova- do
4500430	GILMARA MARCIANA BOLL TIE- TJEN	9.00	8.40	7.50	28.00	52.90	Aprova- do
4500163	GRAZIELE KLOCK	15.00	14.00	10.00	32.00	71.00	Aprova- do
4500101	GUILHERME BENETTI	9.00	11.20	5.00	20.00	45.20	Repro- vado
4500555	JANAINA ME- DEIROS DOS SANTOS	9.00	8.40	0.00	36.00	53.40	Aprova- do
4500500	JESICA VETTER	15.00	5.60	5.00	28.00	53.60	Aprova- do
4500004	JHONATA VIEIRA STEFEN	12.00	11.20	7.50	28.00	58.70	Aprova- do
4500443	JOICE RA- MOS	21.00	11.20	10.00	40.00	82.20	Aprova- do
4500472	JUCELMAR ANTUNES DOS SANTOS	12.00	5.60	2.50	28.00	48.10	Repro- vado
4500390	JUNIOR CE- SAR ALVES	15.00	14.00	5.00	28.00	62.00	Aprova- do
4500671	KARINA DA COSTA	12.00	8.40	10.00	28.00	58.40	Aprova- do
4500564	KATIA PRISCILA ANTUNES	6.00	11.20	7.50	44.00	68.70	Aprova- do
4500586	LEANDRO JUSTEN	6.00	11.20	5.00	28.00	50.20	Aprova- do
4500607	LEANDRO MACARIO CORREIA	12.00	14.00	7.50	28.00	61.50	Aprova- do
4500589	LEANDRO RODRIGO DA SILVEIRA	9.00	11.20	7.50	32.00	59.70	Aprova- do
4500465	MAICO FLORIANI DE SOUZA	6.00	8.40	5.00	24.00	43.40	Repro- vado
4500399	MARCELO VILIAM ZEMKE	15.00	0.00	2.50	32.00	49.50	Repro- vado
4500234	MARCIO FAUSTO	18.00	14.00	10.00	32.00	74.00	Aprova- do
4500665	MARGARETE MAGNESKI MORETTI	12.00	11.20	7.50	32.00	62.70	Aprova- do
4500645	MARIA DE LOURDES ROSA MIT- TELMANN	6.00	8.40	2.50	24.00	40.90	Repro- vado
4500348	MARIO KIEM JUNIOR	18.00	14.00	10.00	24.00	66.00	Aprova- do
4500417	MAURO ANELOR EDINGER	6.00	11.20	5.00	28.00	50.20	Aprova- do
4500538	MOACIR SEBASTIAO PIVATTO	9.00	5.60	5.00	36.00	55.60	Aprova- do
4500548	NATACHA MONIQUE WIRTH	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Ausente
4500283	PRISCILA AGUIAR RAMOS	9.00	0.00	2.50	28.00	39.50	Repro- vado

4500447	RILDO DE MELO FERREIRA DIAS	18.00	11.20	7.50	24.00	60.70	Aprovado
4500649	ROMULO FERREIRA	15.00	8.40	5.00	20.00	48.40	Reprovado
4500364	RUI JACKSON ROEDER	3.00	14.00	10.00	28.00	55.00	Aprovado
4500403	SHELLEN ALYKA MACHADO	12.00	8.40	7.50	32.00	59.90	Aprovado
4500103	SIMONE HELENA NAGEL	6.00	8.40	0.00	16.00	30.40	Reprovado
4500501	SIMONE VIEIRA	9.00	5.60	7.50	20.00	42.10	Reprovado
4500293	TATIANA TERESINHA MENEL MENSILIN	9.00	2.80	5.00	16.00	32.80	Reprovado
4500452	THELMO RAPHAEL ROTHBARTH DECKER	12.00	8.40	5.00	20.00	45.40	Reprovado
4500134	TIAGO JOACHEM	12.00	8.40	7.50	36.00	63.90	Aprovado
4500578	TIAGO REIF	18.00	8.40	7.50	40.00	73.90	Aprovado
4500301	VANESSA BATISTA	18.00	5.60	7.50	48.00	79.10	Aprovado
4500591	ZENAIDE KNISS FELGA	9.00	8.40	5.00	16.00	38.40	Reprovado

Vigia Noturno

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
4500049	ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	18.00	13.75	36.00	67.75	Aprovado

Resultado dos Recursos Gabarito Preliminar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural da Prefeitura Municipal e site www.concursosss1.com.br, EDITAL QUE DIVULGA RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO GABARITO PRELIMINAR E RESULTADO DA PROVA OBJETIVA.

Braço do Trombudo, 27 de agosto de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para o controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços 15/2013 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013****Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros de alimentação que visa suprir atendimento de pacientes com dieta especial sendo enteral ou oral de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral. (Adulto). Pote 800g. (Ingredientes: Maltodextrina, proteína isolada de soja, óleo de canola, caseinato de cálcio, óleo de coco, fosfato bicálcico, óleo de girassol, sulfato de potássio, cloreto de sódio, sulfato de magnésio, citrato de colina, vitamina E, vitamina C, vitamina A, niacina, ferro reduzido, sulfato de manganês, carnitina, taurina, pantotenato de cálcio, sulfato de cobre, vitamina D, vitamina B6, vitamina B2, vitamina B1, tricloreto de cromo, ácido fólico, molibdato de sódio, biotina, selenito de sódio, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina B12, (INS-150d) corante caramelo IV, (aroma) aroma natural de baunilha, (emulsificante) lecitina de soja). Quantidade por 100g: valor energético: 454 kcal = 1.907 kJ, carboidratos: 64 g, proteínas: 18 g, gorduras totais: 14 g, gorduras saturadas: 3,0 g, gorduras trans: 0 g, gorduras monoinsaturadas: 6,4g, gorduras poliinsaturadas: 4,6g, colesterol (mg): 0, fibra alimentar: 0 g, sódio: 165 mg, ferro: 5,2 mg, cálcio: 400 mg, cloro:306mg, potássio: 485 mg, fósforo: 373mg, magnésio: 130mg, iodo: 50mg, zinco: 6,5 mg, manganês: 1,40 mg, selênio: 33 µg, cromo: 30µg, molibdênio:40µg, vitamina A: 490 µg, vitamina D: 3,0 µg, vitamina E: 6,7 mg, vitamina K: 40 µg, vitamina C: 23µg, vitamina B1: 0,5 mg, vitamina B2: 0,6 mg, niacina: 6,5 mg, , vitamina B6: 0,6 mg, ácido fólico: 130 µg, ácido pantotênico: 3,0 mg vitamina B12: 0,8 µg, biotina: 17 µg, colina: 165 mg, carmitina: 47 mg, taurina: 47 mg. (3704)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SUPPORT	0	43,3305	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros de alimentação que visa suprir atendimento de pacientes com dieta especial sendo enteral ou oral de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Alimento para situação metabólica especial para nutrição enteral ou oral. (Infantil). Pote 400g. (Ingredientes: xarope de glicose, proteína hidrolisada de soro de leite, triglicerídeos de cadeia média, óleos vegetais (colza, girassol, palma), fosfato tricálcico, fosfato di-hidrogenado de potássio, cloreto de potássio, carbonato de cálcio, óleo de peixe, óleo de fungos, cloreto de colina, vitamina C, cloreto de sódio, cloreto de magnésio, taurina, inositol, sulfato ferroso, vitamina E, sulfato de zinco, l-carnitina, uridina citidina, adenosina, isonina, niacina, d-pantotenato de cálcio, guanosina, d-biotina, sulfato de cobre, ácido fólico, sulfato de manganês, vitaminas 1, B2, N12, B1, D, B6, iodo de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Quantidade por 100g: valor energético: 515 kcal = 2.155 kJ, carboidratos: 53 g, proteínas: 14 g, gorduras totais: 27 g, gorduras saturadas: 16 g, gorduras trans: 0 g, ácido linoleico: 3,7 g, ácido alfa-linolênico: 690 mg, fibras alimentares: 0 g, sódio: 144 mg, ferro: 6,0 mg, cálcio: 390 mg, potássio: 507 mg, cloreto: 326 mg, fósforo: 216 mg, magnésio: 40 mg, zinco: 3,9 mg, cobre: 314 µg, manganês: 0,33 mg, selênio: 10 µg, iodo: 93 µg, vitamina A: 405 µg, vitamina D: 10 µg, vitamina E: 8,7 mg, vitamina K: 37 µg, vitamina B1: 0,40 mg, vitamina B2: 0,77 mg, niacina: 3,4 mg, ácido pantotênico: 2,6 mg, vitamina B6: 0,31 mg, ácido fólico: 70 µg, vitamina B12: 1,4 µg, biotina: 13 µg, vitamina C: 65 mg, colina: 77 mg, inositol: 25 mg, carnitina: 8,3 mg, taurina: 41 mg (3705)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DANONE	0	104,4463	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros de alimentação que visa suprir atendimento de pacientes com dieta especial sendo enteral ou oral de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013****PROCESSO Nº 19/2013**

(6328) - MARLUS IVAN NAGEL

Braço do Trombudo, 28 de Agosto de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.662

DECRETO Nº 5.662, de 12 de agosto de 2013.

Suplementa dotação orçamentária por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 157 - Transferência de Convênios da União 0000, na importância de R\$ 8.312,43 (oito mil, trezentos e doze reais e quarenta e três centavos):

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.0157 - Aplicações Diretas R\$ 8.312,43

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Dispensa Nº 02-2013 -FMAS

Estado de Santa Catarina

Município de Caçador/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 02/2013 para a contratação de empresa especializada para execução de 240 horas de Curso prático-teórico na área da madeira dividido em quatro módulos, para vinte e cinco participantes do CRAS Bairro Martello, através da empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI-CNPJ sob nº 03.774.688/0006-60, com sede na cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 14.200,00 (catorze mil, e duzentos reais) para execução em 180 (cento e oitenta) dias, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 26 de Agosto de 2013.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS,
Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Tomada de Preços Nº 03-2103 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Tomada de Preço nº 03/2013 - FUNDEMA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA A SER MONTADA EM FORMA DE CAVALETES NO HORTO MUNICIPAL, CONFORME PROJETO E MEMORIAL ANEXOS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 19/09/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 19/09/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina, 195, no site www.cacador.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 26 de Agosto de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI

Presidente.

Aviso Licitação PR 29-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 29/2013 - FMS

TIPO: Menor Preço

OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS DESTINADAS AOS DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 13/09/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 13/09/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 27 de agosto de 2013.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

PR 1/13 - Fucam

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013- FUCAM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Setembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 28 de Agosto de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 12/2013 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 012/2013 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2013 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A HIGIENIZAÇÃO PESSOAL E DE AMBIENTES DE TRABALHO, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/08/2014
1ª Publicação.

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 855, 859, 863, 866, 870, 874, 878/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 855/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	Data dA Infração	EnquAdrAmEnto
AGO9726	55006786D	6599/2	22/08/2012	230 * V
LZF8832	55651456D	6599/2	18/07/2012	230 * V
LZH4013	55651660D	5010/0	25/07/2012	162 * I
MBG0378	55006780D	6637/1	15/07/2012	230 * IX
MEM2085	55652313D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MER9018	55958243B	5010/0	18/07/2012	162 * I
MJJ0330	55652173D	5010/0	09/08/2012	162 * I
MJJ0330	55652175D	6599/2	09/08/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 859/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
LXQ2862	55651249D	6599/2	27/08/2012	230 * V
LXQ2862	55652273D	6610/2	27/08/2012	230 * VII
LXQ2862	55652274D	6912/0	27/08/2012	232
LYS9955	55651243D	6599/2	24/08/2012	230 * V
LYS9955	55651245D	5010/0	24/08/2012	162 * I
LZT0081	55652272D	6653/2	27/08/2012	230 * XI
MAC9070	55651614D	5045/0	25/08/2012	162 * V
MBB1537	55651337D	5010/0	21/07/2012	162 * I
MBB1537	55651338D	6599/2	21/07/2012	230 * V
MBN6465	55652651D	6599/2	31/08/2012	230 * V
MBP4914	55652562D	6653/1	29/08/2012	230 * XI
MCV3079	55652563D	5010/0	29/08/2012	162 * I
MCV3079	55652564D	6599/2	29/08/2012	230 * V
MFO5011	55004123D	6599/2	21/07/2012	230 * V
MIN7457	55651246D	5010/0	24/08/2012	162 * I
MIQ3432	55652566D	6653/2	01/09/2012	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 863/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PLaca	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHG3834	55652167D	5010/0	02/08/2012	162 * I
MHG3834	55652168D	6599/2	02/08/2012	230 * V
MHX4055	55005611D	6599/2	03/08/2012	230 * V
MIG6241	55652134D	6653/2	02/08/2012	230 * XI
MJB8513	55958249B	5274/2	29/07/2012	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 866/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
JYF0183	55652138D	6599/2	03/08/2012	230 * V
LZR6090	55652174D	6599/2	09/08/2012	230 * V
MBH7320	55651762D	6599/2	21/08/2012	230 * V
MGN0769	55006788D	6599/2	23/08/2012	230 * V
MIG8082	55006784D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MIS6487	55005096D	5045/0	15/08/2012	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 870/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AAP8800	55005768D	6920/0	23/08/2012	233
CNA0226	55006637D	6599/2	25/08/2012	230 * V
CNA0226	55006638D	6912/0	25/08/2012	232
LVD2703	55651966D	6920/0	09/08/2012	233
LXD1437	55651244D	5010/0	24/08/2012	162 * I
LZT2369	55651092D	6726/1	22/08/2012	230 * XVIII
LZT2369	55651093D	6599/2	22/08/2012	230 * V
LZT2369	55651094D	5010/0	22/08/2012	162 * I
LZT2369	55651095D	5118/0	22/08/2012	164 c/c 162 * I
LZT2369	55651096D	6637/1	22/08/2012	230 * IX
MAA1570	55005758D	6920/0	23/08/2012	233
MBS5753	55651679D	5010/0	26/08/2012	162 * I
MBS5753	55651680D	6653/2	26/08/2012	230 * XI
MBS5753	55651681D	6637/2	26/08/2012	230 * IX
MBZ1743	55005759D	6920/0	23/08/2012	233
MCA2371	55651885D	6599/2	09/08/2012	230 * V
MCR4662	55652557D	6653/1	24/08/2012	230 * XI
MDI6043	55652040D	6653/2	06/09/2012	230 * XI
MDP2093	55652457D	7340/0	13/08/2012	252 * IV
MDW6369	55651766D	5169/1	07/09/2012	165
MER9177	55651477D	5010/0	08/09/2012	162 * I
MER9177	55651478D	5061/0	08/09/2012	163 c/c 162 * I
MEX5762	55652139D	5010/0	03/08/2012	162 * I
MEY5930	55651959D	6920/0	09/08/2012	233
MFH8573	55652253D	7340/0	04/08/2012	252 * IV
MPK3058	55651470D	5274/1	18/08/2012	175

MGK2699	55651248D	6653/2	27/08/2012	230 * XI
MHI2472	55651953D	6599/2	02/08/2012	230 * V
MHT0793	55652164D	6599/2	02/08/2012	230 * V
MHZ1766	55651630D	6599/2	12/09/2012	230 * V
MIN5435	55652202D	5045/0	09/08/2012	162 * V
MIN5435	55652202D	6599/2	09/08/2012	230 * V
MIN5435	55652202D	6912/0	09/08/2012	232
MJK6328	55651808D	6912/0	17/08/2012	232
MKO7409	55651239D	5010/0	23/08/2012	162 * I
MKO7409	55651240D	6610/2	23/08/2012	230 * VII
MKP9390	55004126D	7340/0	02/09/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 874/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AJT9067	55005617D	5010/0	27/09/2012	162 * I
AKR4898	55652960D	6920/0	27/09/2012	233
AON4293	55652211D	5010/0	30/09/2012	162 * I
AON4293	55652212D	6599/2	30/09/2012	230 * V
BOL9707	55651635D	6637/2	30/09/2012	230 * IX
GQP8406	55651485D	6599/2	22/09/2012	230 * V
IEO4070	55652970D	6920/0	27/09/2012	233
IJF0141	55652988D	6920/0	27/09/2012	233
JNM5974	55652975D	6920/0	27/09/2012	233
LXJ9510	55652955D	6920/0	27/09/2012	233
LZF6998	55652332D	5010/0	02/10/2012	162 * I
MAI7863	55652569D	6599/2	14/09/2012	230 * V
MAK9634	55652991D	6920/0	27/09/2012	233
MBA4618	55652409D	5010/0	19/09/2012	162 * I
MBA4618	55652410D	6599/2	19/09/2012	230 * V
MBD3149	55652965D	6920/0	27/09/2012	233
MBN8030	55652625D	5169/1	22/09/2012	165
MBN8030	55652626D	6912/0	22/09/2012	232
MBN8030	55652627D	5304/0	22/09/2012	176 * III
MBU6538	55652416D	6912/0	30/09/2012	232
MBU6538	55652417D	5045/0	30/09/2012	162 * V
MBV1311	55652961D	6920/0	27/09/2012	233
MCH4212	55652628D	5061/0	26/09/2012	163 c/c 162 * I
MCH4212	55652629D	5010/0	26/09/2012	162 * I
MCH4212	55652630D	6599/2	26/09/2012	230 * V
MCQ3856	55652967D	6920/0	27/09/2012	233

MCX2457	55652980D	6920/0	27/09/2012	233
MDU1984	55652978D	6920/0	27/09/2012	233
MED0164	55652574D	6653/1	22/09/2012	230 * XI
MEL2546	55652982D	6920/0	27/09/2012	233
MEW2499	55651491D	6599/2	26/09/2012	230 * V
MFE2816	55652981D	6920/0	27/09/2012	233
MGT6535	55652953D	6920/0	27/09/2012	233
MGX8231	55652985D	6920/0	27/09/2012	233
MIA0562	55652706D	6599/2	23/09/2012	230 * V
MIA0562	55652706D	6653/1	23/09/2012	230 * XI
MIK3389	55006795D	6920/0	25/09/2012	233
MIM6435	55652576D	6653/1	25/09/2012	230 * XI
MIW5515	55652415D	6912/0	28/09/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 878/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
HZO3032	55651493D	6599/2	06/10/2012	230 * V
LYD1163	55652915D	5274/1	07/10/2012	175
LYD1163	55652916D	5010/0	07/10/2012	162 * I
LYD1163	55652917D	6599/2	07/10/2012	230 * V
MEU5831	55652333D	6653/2	02/10/2012	230 * XI
MFC1982	55652571D	6599/2	17/09/2012	230 * V
MGO3953	55652713D	6769/1	14/10/2012	230 * XXII
MGP9136	55652424D	6599/2	07/10/2012	230 * V
MHT9802	55652425D	6912/0	14/10/2012	232
MHT9802	55652426D	6610/2	14/10/2012	230 * VII
MIQ1604	55652420D	6912/0	04/10/2012	232
MJL7685	55651247D	5169/1	24/08/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 10.262 de 23 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.262 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias a Servidora JANETE DRANCKA, no ocupante do cargo de Professor, na Função de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, a partir do dia 29 de julho de 2013 á 27 de agosto de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre/SC, 23 de agosto de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 89/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 89/2013

O objeto da licitação consiste contratação de assessoria técnica ao Sistema de Abastecimento de Água – SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário – SES, deste Município, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Fixado (R\$)
01	12	Mês	Assessoria técnica ao Sistema de Abastecimento de Água – SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário – SES, deste Município	1.700,00

- Critério julgamento: Critério para julgamento: MENOR UNITÁRIO POR ITEM (VALOR POR MÊS) COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 10/09/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia

10/09/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2013, na seguinte classificação: 13.01.3.3.90.36.00.00.00.00.0766 (296) – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental – Serviço de Saneamento Ambiental - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 89/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 28 de agosto de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.918/2013 de 27/08/2013 Denomina de "João Muncio Compagnoni" a Rua Que Menciona

LEI Nº 3.918/2013 DE 27/08/2013

DENOMINA DE "JOÃO MUNCIO COMPAGNONI" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "João Muncio Compagnoni" a Rua localizada às margens da BR 282 que tem início na Rua Perimetral, no Bairro Ernesto Zortéa, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.919/2013 de 27/08/2013 Denomina de "Padre Armando de Costa" a Rua Que Menciona

LEI Nº 3.919/2013 DE 27/08/2013

DENOMINA DE "PADRE ARMANDO DE COSTA" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Padre Armando de Costa" a Rua localizada às margens da BR 282 que tem início na Rua Perimetral, acesso ao Loteamento Santa Edwiges, no bairro Ernesto Zortéa, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.920/2013 de 27/08/2013 Denomina de "Adilton Tadeu Petry" a Rua Que Menciona
LEI Nº 3.920/2013 DE 27/08/2013
DENOMINA DE "ADILTON TADEU PETRY" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Adilton Tadeu Petry" a Rua localizada às margens da BR 282 que tem início na Rua Perimetral acesso à propriedade de Balduino Foppa, no bairro Ernesto Zortéa, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado - Decreto Nº 6796/13 de 27/08/2013 Regulamenta Lei Nº 3.921/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município.
REPUBLICADO - DECRETO Nº 6796/13 DE 27/08/2013
REGULAMENTA LEI Nº 3.921/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Geral do Município, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.003 - Reequipamento da Segurança Pública

Elemento de despesa: 151 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0056.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação Orçamentária do Orçamento Geral do Município.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 - Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elemento de despesa: 148 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PP 09/2013 - Registro de Preço Para Aquisição de Materiais de Construção Para Doação a Famílias Vulneráveis do Município de Campo

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO Nº 19/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09 de Setembro de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 27 de agosto de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Edital de Publicação Nº 03/2013 - CM Lançamento de Contribuição de Melhoria - Asfalto

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 03/2013 – CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – ASFALTO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Pedro Carlos Stefanos, Rua Frei Rogério, Rua Germano Foppa e Rua Elízio José Biolchi numa extensão de 345,41m/l, com 2921,30 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 315.736,69 (Trezentos e Quinze Mil Setecentos e Trinta e Seis Reais e Secenta e Nove Centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 76.725,00 (Setenta e Seis Mil Setecentos e Vinte e Cinco Reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Pedro Carlos Stefanos

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio e Calçamento em paver

Valor Unitário m²: 30,00 (Trinta Reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 24.420,00 (Vinte Quatro Mil Quatrocentos e Vinte Reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 68.065,50 (Secenta e Oito Mil e Secenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 92.485,50 (Noventa e Dois Mil Quatrocentos e oitenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos)

Rua Elízio José Biolchi

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio e Calçamento em paver

Valor Unitário m²: 30,00 (Trinta Reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 18.180,00 (Dezoito Mil Cento e Oitenta Reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 68.029,86 (Secenta e Oito Mil

e Vinte e Nove Reais e Oitenta Centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 86.209,86 (Oitenta e Seis Mil Duzentos e Nove e Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Rua Frei Rogério

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio e Calçamento em paver

Valor Unitário m²: 30,00 (Trinta Reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 11.760,00 (Onze Mil Setecentos e Secenta Reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 43.979,09 (Quarenta e Três Mil Novecentos e Setenta e Nove Reais e Nove Centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 55.739,09 (Cinquenta e Cinco Mil Setecentos e Trinta e Nove Reais e Nove Centavos)

Rua Germano Foppa

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio e Calçamento em paver

Valor Unitário m²: 30,00 (Trinta Reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 22.365,00 (Vinte e Dois Mil Trezentos e Secenta e Cinco Reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 58.937,24 (Cinquenta e Oito Mil Novecentos e Trinta e Sete Reais e Vinte Quatro Centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 81.302,24 (Oitenta e Um Mil Trezentos e Dois Reais e Vinte Quatro Centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e pavimentação deste Edital, será da ordem de R\$ 315.736,69 (Trezentos e Quinze Mil Setecentos e Trinta e Seis Reais e Secenta e Nove Centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 20% (Vinte por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 48 (Quarenta e Oito) vezes, parcelas mensais, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) observando-se o disposto na Lei nº 3.745 de 18/04/12 e Lei nº 3.908 de 12/08/2013.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 25 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

Rua Frei Rogério

(Trecho Rua Elizio José Biolchi até Rua Zenóbio Falcão)

Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 12,48

Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 22,11

Rua Germano Foppa

(Trecho Rua Dom Daniel Hostin Rua João Cordeiro Dos Santos)

Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 38,04

Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 66,57

Rua Elizio José Biolchi

(Trecho Rua Frei Rogério até Rua Hercílio Rupp)

Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 12,48

Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 22,11

Rua Pedro Carlos Stefanos

(Trecho Rua Cel. Lucidoro até Rua Nereu Ramos)

Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 8,33

Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 14,57

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 25 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)	
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro	
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO	
Rua:	Pedro Carlos Stefanos (Trecho Rua Cel. Lucidoro até 30m após rua Nereu Ramos)
Valor Total da Obra (R\$):	R\$ 92.485,50
Participação Prefeitura (%):	73,60%

Saldo (R\$):	R\$ 24.420,00		
Total em m ² :	928,00		
Extensão total:	115,78		
Valor do m ² :	R\$ 30,00		
Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Vilmar Ribeiro Da Costa	ESQUERDO	20,00	R\$ 600,00
Claudio Dos Santos Moreira	ESQUERDO	100,00	R\$ 3.000,00
Rodrigo Corrêa	ESQUERDO	46,00	R\$ 1.380,00
Neri Pereira Da Silva	ESQUERDO	46,00	R\$ 1.380,00
Hélio Maximino Saurin	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Keli Samenta Da Silva Moreira e Kenia	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Alirio Mecabô	ESQUERDO	50,00	R\$ 1.500,00
Luiz Dos Santos	ESQUERDO	50,00	R\$ 1.500,00
Terezinha Moreira	DIREITO	120,00	R\$ 3.600,00
João Batista Dos Santos	DIREITO	94,00	R\$ 2.820,00
Maria Altiva Dias	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Hilário Carlos Stefanos	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Lurdes Dorneles Correia e Catia Tais	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Ines Damer	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
		TOTAL	24.420,00

Rua: Germano Foppa (Trecho Rua Dom Daniel Hostin e Rua João Cordeiro Dos Santos)

Valor Total da Obra (R\$):	R\$ 81.302,24
Participação Prefeitura (%):	72,49%
Saldo (R\$):	R\$ 22.365,00
Total em m ² :	781,30
Extensão total:	78,13
Valor do m ² :	R\$ 30,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Nelson Bess	ESQUERDO	371,50	R\$ 11.145,00
Nelson Bess	DIREITO	374,00	R\$ 11.220,00
		TOTAL	22.365,00
Rua: Frei Rogério (Trecho Rua Elizio José Biolchi e Rua Zenóbio Falcão)			



Valor Total da Obra (R\$):	R\$ 55.739,09
Participação Prefeitura (%):	78,90%
Saldo (R\$):	R\$ 11.760,00
Total em m²:	504,00
Extensão total:	63,00
Valor do m²:	R\$ 30,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Luiz Fernando Ferreira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Eliane De Fátima Besen	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.560,00
Marinete Sabadi e Daisy Sabadi Zandonay	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Adni L. Da Silva Azevedo	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.200,00
José Luiz Debastiani	DIREITO	180,00	R\$ 5.400,00
		TOTAL	11.760,00

Rua:	Elizio José Biolchi (Trecho Rua Frei Rogério e Rua Hercílio Rupp)
Valor Total da Obra (R\$):	R\$ 86.209,86
Participação Prefeitura (%):	78,91%
Saldo (R\$):	R\$ 18.180,00
Total em m²:	708,00
Extensão total:	88,50
Valor do m²:	R\$ 30,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Emanuele Ap. Klein	ESQUERDO	68,00	R\$ 2.040,00
Emanuele Ap. Klein	ESQUERDO	68,00	R\$ 2.040,00
Antonio Lenz Sobrinho	ESQUERDO	81,00	R\$ 2.430,00
Emerson Antonio Klein	ESQUERDO	81,00	R\$ 2.430,00
Clecio Pereira Gomes	DIREITO	102,00	R\$ 3.060,00
Darci Crispin Corrêa	DIREITO	58,00	R\$ 1.740,00
Evandro F. Pereira Junior e Erick Alan Pereira	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Maikon Dombrowski	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Luiz Fernando Ferreira	DIREITO	52,00	R\$ 1.560,00
		TOTAL	18.180,00

Memorial Descritivo

Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
Departamento de Engenharia

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Pavimentação Asfáltica e recapeamento
Local: Rua Frei Rogério, Rua Elizio José Biolchi, Rua Pedro Carlos Stefanos Rua Germano Foppa
Município: Campos Novos

Campos Novos, Março de 2013.
Sumário

1.	Informações Preliminares	3
2.	Drenagem Pluvial	4
2.1.	Dimensionamento	4
2.1.1.	Intensidade das Chuvas Críticas (equação)	4
2.1.2.	Período de retorno de 02 anos	4
2.1.3.	Período de retorno de 05 anos	4
2.1.4.	Período de retorno de 05 anos	5
2.1.5.	Cálculos	5
2.2.	Tubulação	6
2.3.	Caixas de Captação de água	6
3.	Pavimentação Asfáltica	7
3.2.	Dimensionamento do pavimento	7
3.2.1.	Parâmetros para o dimensionamento	7
3.2.2.	Levantamento das ruas	9
3.3.	Especificações técnicas	9
3.3.1.	Sinalização	9
3.3.1.1.	Sinalização preventiva e indicativa para execução da obra	9
3.3.2.	Execução da pavimentação	10
4.	Obras Complementares	11
4.1.	Meios-fios	11
4.2.	Passeios	12
4.3.	Sinalização horizontal das vias	13
4.4.	Sinalização vertical das vias	13
6.	Medições	14
7.	Recebimento	14
1.	Informações Preliminares	

Este Memorial Descritivo tem por objetivo descrever as atividades, soluções e respectivas metodologias adotadas no Projeto de Engenharia para Pavimentação Asfáltica e recapeamento de ruas diversas no município de Campos Novos, objetivando a boa execução da obra. O projeto ora apresentado baseia-se nos estudos geométricos, tráfego, além das diretrizes de circulação viária desenvolvidos pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo juntamente com o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

A execução deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da fiscalização da prefeitura, sendo que os mesmos, caso aprovados, deverão ser executados em conformidade com as Normas Brasileiras.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Deve, a empresa, manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma. São de sua responsabilidade manter atualizados na obra, Alvará, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos, cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços. Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em

todos os aspectos.

É necessária a apresentação de ART (CREA) pela empresa executora da obra, sobre execução da obra, vinculada a do respectivo projeto fornecido este pela contratante.

São partes complementares deste material, projeto geométrico com perfil longitudinal, detalhamento do pavimento e passeios, projeto de drenagem pluvial e detalhes da caixa de captação, projeto de sinalização viária - horizontal e vertical com detalhes, orçamento e cronograma.

2. Drenagem Pluvial

2.1. Dimensionamento

2.1.1. Intensidade das Chuvas Críticas (equação)

Levando-se em consideração a coleta de dados de precipitação pluviométrica no município de Campos Novos e região, partimos para o dimensionamento das equações que nos fornecem a intensidade das chuvas críticas, em função da duração dos temporais na cidade de Campos Novos, para período de retorno de 2, 5 e 10 anos, de onde obtivemos as seguintes equações:

2.1.2. Período de retorno de 02 anos

Equação (a):

2.1.3. Período de retorno de 05 anos

Equação (b):

2.1.4. Período de retorno de 05 anos

Equação (c):

Onde:

i = intensidade da chuva crítica (em litros / s / ha);

tc = tempo de concentração (em min);

2.1.5. Cálculos

O método utilizado para o dimensionamento, foi o Método Racional de Cálculo, que apresenta o seguinte sistema métrico $Q = (C \times I \times A) / t$, aplicado para bacias de contribuição menores que 50 ha. Para cada um dos casos foram adotados individualmente:

Q = Vazão (m/s) (Vs) - a calcular;

C = Coeficiente de Deflúvio (%) dependente das características da bacia de contribuição;

Adotado 45% - 0,45 - mais crítico;

A = Área da bacia de contribuição - dados variáveis e individuais;

I = Intensidade das chuvas, (mm/h) - dados coletados;

Adotado 70 mm/h; - fato raro na região;

t = Tempo a ser considerado - 1,0 hora (3600 segundos).

Nota - Em todos os dados tabelares e coletados, foram sempre utilizados os mais críticos, para que os bueiros fossem dimensionados com maior segurança.

Conclusão: Após a utilização dos dados acima e aplicados na Fórmula Racional, chegou-se aos seguintes dados estabelecidos em projetos: serão utilizados tubos de diâmetro = 400 mm.

Algumas tubulações existentes permanecerão para atender a grande concentração de água vinda das vias centrais.

2.2. Tubulação

Deverão ser utilizados tubos de concreto de 40cm do tipo ponta e bolsa e deverão obedecer as exigências de segurança. Os tubos terão suas bolsas assentadas no sentido descendente das águas. O material de rejuntamento a ser empregado será argamassa de cimento e areia na traço de 1: 4. Deverão ser obedecidos

alinhamentos, bitolas e cotas indicadas em projeto.

2.3. Caixas de Captação de água

As caixas de captação de água deverão ser executadas em alvenaria de tijolos maciços (60cm x 60cm - interno), com gradeamento superior (80cm x 80cm). Internamente as bocas de lobo deverão ser chapiscadas e emboçadas. Deverá se ter o cuidado para que as caixas de captação estejam locadas no limite do meio-fio para que as águas escoem até a caixa coletora e sejam captadas com facilidade.

3. Pavimentação Asfáltica

3.1. Considerações Iniciais

O objetivo principal é de organizar o trânsito e a circulação nas regiões de projeto, melhorando assim o fluxo dos veículos e pedestres, definindo os materiais que serão utilizados na confecção de cada camada constituinte do pavimento, indicando suas características e fontes de obtenção, determinando as espessuras das camadas, estabelecendo a seção transversal, tipo da plataforma do pavimento e obtendo os quantitativos de serviços e materiais referentes à pavimentação.

3.2. Dimensionamento do pavimento

O dimensionamento baseou-se no Método do Projeto de Pavimentos Flexíveis (MPPF), de autoria do Engº Murilo Lopes de Souza, adotado oficialmente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

3.2.1. Parâmetros para o dimensionamento

Foi considerado um tipo de via para as áreas em estudo:

Vias com tráfego leve: são as vias alimentadoras, com tráfego local, com circulação esporádica de veículos de carga;

Para as vias de tráfego leve foi considerada a circulação diária apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Quantidades de veículos ruas de Tráfego Leve

Tipo	Nº de eixos padrão	Quantidade	Observações
Caminhão de lixo	2,00	1,00	(uma vez ao dia)
Caminhão truck	3,00	3,00	
Semi-reboque	5,00	1,00	
Total	5,00		

Para uma vida de 10 anos, número de operações equivalentes do eixo padrão de 8,2tf com valor de $N = 5,3 \times 10^4$, estimando-se um crescimento da região na taxa de 2% ao ano, tendo como critério fator climatérico de 1,00.

Como fator de carga obtemos 0,95, e como fator de eixos 2,80.

Número N: os parâmetros de tráfego "N" (número de operações equivalentes do eixo padrão de 8,2tf) foram fornecidos pelo estudo de tráfego;

Resistência do Subleito: a resistência do subleito adotada ao longo de todo o trecho foi de 12 %, em termos de CBR, já caracterizado como CBR médio da região, visto que a mesma apresenta características muito semelhantes em toda área do município.

O pavimento das ruas de tráfego leve deverá apresentar a seguinte constituição:

- Camada de macadame seco, e = 15,00 cm,
- Camada de brita graduada, e = 10,00 cm,
- Imprimação CM - 30,
- Pintura de Ligação RR - 1C;

- Camada de Rolamento em concreto asfáltico usinado a quente, $e = 4,00$ cm.

A partir do 10º (décimo) ano de vida útil do pavimento, em razão das fissuras por recalques diferenciais por ventura ocorridas, sugere-se o acompanhamento através da Viga Benkelman e a análise das deflexões recuperáveis, bem como o ajuste das projeções do tráfego. Com base nestes novos dados deve-se verificar a necessidade de reforço do pavimento.

3.2.2. Levantamento das ruas

Pavimentação em Tráfego Leve

- Rua Frei Rogério - Trecho da Rua Zenóbio Falcão até Rua Elízio Jose Biolchi - Bairro Nossa Senhora de Lourdes;
- Rua Elízio Jose Biolchi - Trecho da Rua Frei Rogério até Rua Hercílio Rupp - Bairro Nossa Senhora de Lourdes;
- Rua Pedro Carlos Stefanos - Trecho da Rua Coronel Lucidoro até 30 metros depois da Rua Nereu Ramos - Bairro Santo Antônio.
- Rua Germano Foppa - Trecho da Rua Dom Daniel Hostin até Rua João Cordeiro dos Santos - Bairro Centro.

3.3. Especificações técnicas

As especificações têm como premissa zelar pela segurança, eficiência e qualidade da obra durante sua execução. A metodologia de execução do conjunto de serviços projetados para as áreas de projeto deverá estar em conformidade com as normas e especificações estabelecidas pelo DNER, materializadas no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

A obra será executada obedecendo as seguintes fases básicas de serviço:

3.3.1. Sinalização

3.3.1.1. Sinalização preventiva e indicativa para execução da obra

A empresa responsável pela execução da obra deverá, até o término desta, adequar e manter a sinalização de obra nos locais previstos e definidos pela equipe de fiscalização. Qualquer incidente que ocorra ao longo da obra e constatado que veio a ser ocasionado pelo não cumprimento da sinalização de obra, os danos ocorridos serão de responsabilidade da empresa executora.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da equipe de fiscalização. Toda sinalização preventiva e indicativa da obra deverá seguir rigorosamente os padrões da legislação vigente.

As operações e encargos para execução, inclusive fornecimento e instalação, não serão pagos diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

3.3.2. Execução da pavimentação

A locação da obra será executada com instrumentos. A construtora procederá à locação - planimétrica e altimétrica - da obra de acordo com a planta de situação aprovada pela Prefeitura Municipal, solicitando a esta que por sua equipe técnica, faça a marcação do ponto de referência, à partir do qual prosseguirá o serviço sob sua responsabilidade. A ocorrência de erro na locação da obra projetada implicará, para a construtora, a obrigação de proceder por sua conta e nos prazos estipulados - as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da fiscalização. A conformação da plataforma deverá obedecer à nota de serviço de regularização do sub-leito, conferindo-lhe condições adequadas de geometria e compactação, conforme a especificação do DNER-ES 299/97. A construtora deverá solicitar a liberação do

serviço à fiscalização, para após dar sequência às camadas que compõem o pavimento.

Deverá ser executada camada de sub-base conforme as normas estabelecidas, respeitando as especificações, declividades, abaulamentos, cotas de topo, largura e comprimento, além da compactação final. Caberá a construtora solicitar a liberação geométrica e geotécnica da camada constituída de acordo com a especificação do DNER-ES 301/97.

A execução da base estabilizada granulométrica deverá atender a especificação do DNER-ES 303/97.

A pintura de impermeabilização com asfalto diluído CM-30 deverá ser executada através de uso de caminhão espargidor, provido de barra de espargimento. A taxa de aplicação varia entre 1,2 l/m², a ser ajustada em campo, conforme especificação do DNER-ES 306/97.

A pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C deverá ser executada através de uso de caminhão espargidor provido de barra de espargimento. Sua constituição de aplicação deverá obedecer às especificações do DNIT. A taxa de aplicação da emulsão diluída deverá ser na ordem de 0,5 l/m².

O lançamento da massa asfáltica deverá ser com equipamento mecânico tipo vibro-acabadora com dispositivo de nivelamento eletrônico e compactada por rolos pneumático e liso vibratório. A execução do revestimento deverá atender a especificação do DNER-ES 313/97.

Durante a execução das camadas deverá ser realizado o controle tecnológico dos materiais utilizados na pavimentação da via. Os materiais deverão atender as especificações do DER/SC e do DNER.

Por fim, deve-se executar os serviços de pavimentação de forma que a água proveniente da chuva escoe pelas laterais da via até chegarem às caixas coletoras.

4. Obras Complementares

4.1. Meios-fios

O perímetro externo inferior será executado com meios-fios de concreto pré-moldado ($F_{ck} = 30$ MPa), curvos para um raio = 4,50 metros, com as seguintes dimensões:

Base = 15 cm; Topo = 12 cm;

Altura = 30 cm;

Comprimento = 100 cm

Deverá ser executado a limpeza e nivelamento da base para o assentamento dos meios-fios. Os meios-fios deverão ser assentados devidamente nivelados e compactados de forma que fique um "espelho" de 10 cm acima do nível do pavimento existente. Após assentados, deverão ser escorados com camada de argila apiloada com a largura da calçada devidamente nivelada para serem submetidos a vistoria e posterior liberação;

Os meios-fios deverão atender às normas técnicas da ABNT, sendo que nas esquinas deverão ser usadas peças curvas com raios compatíveis conforme o projeto. A argamassa a ser usada no rejunte deve ter traço de 1:3 (cimento e areia).

4.2. Passeios

Deverá ser executada pavimentação dos passeios com acessibilidade a portadores de necessidades especiais, de acordo com detalhes de projetos, utilizando-se revestimento, material paivers blocos de 10cm x 20cm e espessura mínima de 6cm com resistência mínima 35Mpa, os blocos de concreto intertravados do tipo tátil (alerta e direcional) serão na cor vermelha nas mesmas dimensões (10cmx20cmx6,0cm) e as marcações táteis contidas serão de acordo com as normas de acessibilidade. Os passeios deverão ser aterrados e devidamente compactados antes de receber o revestimento (paiver).

A execução da sub-base deverá ser executada com brita nº 01,

contendo espessura mínima de 5,00cm, onde deverá ser devidamente espalhada e compactada com equipamentos específicos até que obtenha superfície devidamente uniforme. Para execução da base deverá ser utilizado pó de pedra contendo espessura mínima de 5,00cm, onde deverá ser espalhado sob a camada de sub base (brita nº 01), sendo espalhada uniformemente pela superfície. O rejunte deverá ser com areia fina, espalhados por toda área de blocos de forma a preencher todos os vazios entre os blocos formando uma superfície coesa.

4.3. Sinalização horizontal das vias

Será executada a sinalização viária horizontal, que utilizará de linhas, marcas e legendas, pintadas com a função de organizar o fluxo de veículos e pedestres, controlando deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia e obstáculos, de acordo com detalhes em projetos de cada via: linhas longitudinais, faixas de pedestre (quando necessário), linha de bordo (estacionamento de veículos), sendo que deverão atender as especificações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). Para pintura deverá ser utilizada tinta de demarcação viária em solvente a base de resina acrílica/estireno ou tinta dissolvida em água a base de resina acrílica pura, seguindo as normas do Conselho de Trânsito. Deverá ser totalmente resistente à água e ao intemperismo. Deverá ser aplicada mediante processos de projeção pneumática, mecânica ou combinada. Deverá ser aplicada com película uniforme sobre pavimento limpo, seco e isento de óleos. Deverá ter vida útil de 2 anos.

4.4. Sinalização vertical das vias

A sinalização vertical será realizada com placas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos de aço galvanizado 2", conforme disposição do projeto específico. As placas deverão receber pintura reflexiva, a fim de auxiliar a visualização da mesma no período noturno ou em dias que as condições de visibilidade do condutor esteja dificultada. As formas, proporções e cores dos símbolos, e as cores das placas de advertência deverão estar em acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. O poste deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 50cm da sua base e mantenha altura mínima de 2m da parte inferior da placa em relação ao solo. O afastamento lateral das placas, medido entre a borda lateral da mesma e da pista, deve ser, no mínimo, de 0,30 metros para trechos retos da via, e 0,40 metros nos trechos em curva. A quantidade de placas esta especificada no quantitativo respectivo a cada rua a ser pavimentada. As placas de nomenclatura de rua serão esmaltadas com dimensões de 45x25cm.

Deverão ser colocadas placas com nomenclatura das Ruas nos modelos detalhados nos projetos em anexo.

6. Medições

Os serviços serão medidos com base no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

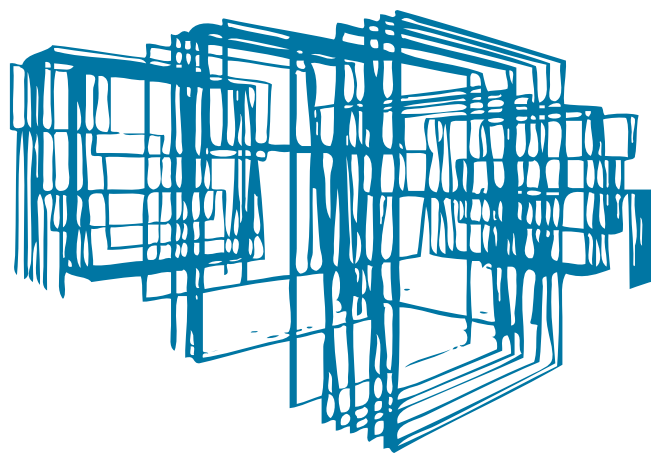
A medição será composta por corpo de medição anexando planilhas de volumes e áreas dos serviços realizados, incluindo croquis de localização, para melhor detalhamento, cronograma físico e planilhas de quantitativos dos serviços executados aos documentos da licitação da obra.

Na ocasião dos boletins de medição é obrigatória a entrega do Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços para ser enviada a caixa com a ART. O controle tecnológico deve ser feito de acordo com as recomendações constantes nas Especificações de Serviço e Normas do DNIT.

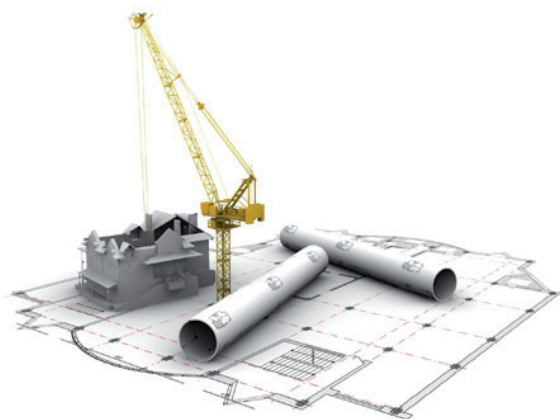
7. Recebimento

Dar-se-á a obra como concluída, quando a fiscalização, por intermédio de vistoria técnica, observar que o funcionamento da pavimentação estiver dentro das prescrições constantes do presente memorial e dentro das normas técnicas de execução de serviços desta natureza, bem como totalmente livre de entulhos e sujeiras; além disso, a empreiteira responsável pelos serviços, deverá apresentar o certificado de quitação do INSS.

NOTA: Todos os materiais a serem utilizados e empregados na obra devem ser de primeiríssima qualidade, e caso haja divergências entre o Projeto e o Memorial, prevalecerá sempre às prescrições do Memorial.



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Ata Registro de Preço Nº 09/2013 Processo Nº 133/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA
 PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CAPA PARA ENCADENAÇÃO A4 EM PVC PRETO (50 UNIDADES)	PCT	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	23,5000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)		0	23,8000	2
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	24,0000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA (10891)		0	24,8800	4
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	24,9000	5
2	CAPA PARA ENCADENAÇÃO A4 EM PVC TRANSPARENTE (50 UNIDADES)	PCT	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	23,5000	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	24,8500	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)		0	24,8900	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA (10891)		0	24,8900	4
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	24,9000	5
3	FITA ADESIVA LARGA 45MMX45M	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	EMBALANDO	0	1,4900	1
4	FOLHAS TIMBRADA/ COR 4X0/ SULFITE75G/M²	MLH	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA (10889)		0	82,4000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)		0	82,5000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA (10891)		0	82,6000	3
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (10890)		0	92,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 9/2013**Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	IMPRESSÃO DE GUIA TURÍSTICO, ECONOMICO E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, EM PAPEL COUCHÊ 150G, TAMANHO 10 CM x 15 CM (FECHADO), 4X4 CORES, ACABAMENTO COM DOIS GRAMPOS, 48 PÁGINAS.	UN	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA (10889)		0	0,7800	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,8000	2
6	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 14mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,1100	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,1100	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,1100	3
7	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 17mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,1300	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,1300	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,1300	3
8	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 20mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,1700	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,1700	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,1700	3
9	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 25mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,2500	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,2500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 9/2013**Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 33mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,4500	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,4500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,4500	3
11	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 40mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,7000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,7000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,7000	3
12	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 45mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,9000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,9000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,9000	3
13	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 50mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	1,0500	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	1,0500	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	1,0500	3
14	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 9mm	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	USA FOLIEN	0	0,0900	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	0,0900	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	0,0900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 9/2013

Data do Registro: 08/08/2013

Válido até: 08/08/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	PASTA EM POLIPROPILENO FUME COM ELÁSTICO COM 240x340x30 (FINA)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,4400	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,4500	2
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ACP	0	2,4800	3
16	PASTA EM POLIPROPILENO FUME COM ELÁSTICO COM 240x340x55 (GROSSA)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,9700	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ACP	0	2,9800	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	3,0000	3
17	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR AMARELA	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2300	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	3
18	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR AZUL	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2300	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	3
19	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR BRANCO	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 9/2013

Data do Registro: 08/08/2013

Válido até: 08/08/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR CINZA	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2500	3
21	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR PRETO	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2300	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	3
22	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR VERDE	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2300	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	3
23	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR VERMELHO	UN	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ATENA	0	2,2400	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	2,2500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (10002)		0	2,2500	3
24	PASTA PERSONALIZADA COM TIMBRE, TAMANHO ABERTO 47X33CM, FECHADO 23,5X33CM, IMPRESSÃO 4X0 CORES, PAPEL SULFITE 180G, ACABAMENTO COM VINCO, PERSONALIZADA DE ACORDO COM O MODELO NO ANEXO VIII.	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)		0	685,0000	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (10890)		0	686,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA (10891)		0	749,0000	3
			POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA (10889)		0	790,0000	4
25	TONNER ORIGINAL 12 A PARA IMPRESSORALASER JET HP M MFP	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	198,0000	1
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	ORIGINA HP	0	199,8000	2
26	TONNER PRETO ORIGINAL PARA IMPRESSORA LEXMARK E120 COM SELO IDENTIFICADOR LEXMARK IDENTIFICAÇÃO	UNI	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	119,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 9/2013**Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA (6127)	LEXMARK	0	119,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 08/08/2013****Válido até: 08/08/2014****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº9/2013****PROCESSO Nº 133/2013**

(6127) - DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA

(6421) - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

(9986) - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.

(10002) - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

(10889) - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

(10890) - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

(10891) - DIGITAL CRUZEIRO LTDA

Campos Novos, 8 de Agosto de 2013.

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Errata do Edital de Tomada de Preços N.º 21/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo no dia 27/08/2013, referente a divulgação das alterações efetuadas nos itens do edital, onde LIA-SE: Publicação de Aviso de Revogação do Edital de Tomada de Preços N.º 21/2013, LEIA-SE: Publicação de Aviso de Revogação do Edital de Tomada de Preços N.º 21/2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 18/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 18/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 21/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 17/2013. Data de assinatura: 05/08/2013. Contratante: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Objeto Contratado: CONCLUSÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA CO-HAB I. Valor: R\$ 49.053,14 (quarenta e nove mil, cinquenta e três reais e quatorze centavos). Prazo: 05/08/2013 à 12/01/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 19/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 19/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 19/2013. Data de assinatura: 09/08/2013. Contratante: MIRIAN DE CESARO REVERS BIASÃO. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA. Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Prazo: 09/08/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 17/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 17/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 23/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMS 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 17/2013. Data de assinatura: 01/08/2013. Contratante: CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME, CNPJ: 08.046.882/0001-38. Objeto Contratado: FORNECIMENTO PARCELADO DE MARMITAS. Valor: R\$ 64.795,50 (sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). Prazo: 01/08/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMS 20/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 20/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 18/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 11/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 20/2013. Data de assinatura: 19/08/2013. Contratante: ELETRICA TF LTDA, CNPJ: 05.340.322/0001-01. Objeto Contratado: PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. Valor: R\$ 9.020,00. Prazo: 19/08/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregao Eletronico N.º 08/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 105/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º 08/2013
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Eletrônico n.º 08/2013, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS NOVAS, ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2013, DESTINADA AO POLICIAMENTO DA CIDADE DE CANOINHAS. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 3621-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Eletronico N.º PMC 11/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 115/2013
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 11/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/09/2013, às 10h00mim, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 17/09/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº 57/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 117/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 57/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/09/2013, às 14h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS NOVAS, ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2013, DESTINADA AO POLICIAMENTO DA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 11/09/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 093/2013

DECRETO Nº 093, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.548,80 (sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 7.548,80 (sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0901.08.243.0175.2176	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-015	Material de consumo	0300	00	R\$ 5.349,30
33903900-014	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0300	00	R\$ 2.199,50
	Total	0300	00	R\$ 7.548,80

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2012, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, na fonte 00 Recursos Ordinários, no valor de R\$ 7.548,80 (sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$ 0,00
Superávit Financeiro - Recursos Ordinários Exercício Anterior	0300	00	R\$ 7.548,80
Total	0300	00	R\$ 7.548,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de agosto de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

FMS - Processo Licitatório Nº 32/2013 - Pregão Presencial Nº 17/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 32/2013
Pregão Presencial Nº 17/2013

OBJETO: Contratação de 140(cento e quarenta) horas de serviços de manutenção de veículo da Secretaria Municipal de Saúde, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contrante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do prejulgado nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 12/09/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 29 de Agosto de 2013.
ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 118/2013 - Pregão Presencial Nº 48/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 118/2013
Pregão Presencial Nº 48/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de 200(duzentas) toneladas de CAUQ faixa "c" do DNIT (concreto asfáltico usinado a quente), utilizado para construção de lombadas, restauração da camada asfáltica, tapas buraco, em vias urbanas do município de Capinzal, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 11/09/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 29 de Agosto de 2013.
ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 119/2013 - Pregão Presencial Nº 49/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 119/2013

Pregão Presencial Nº 49/2013

OBJETO: Contratação de 730 (Setecentos e trinta) horas de serviços de manutenção de máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 12/09/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744**

Capinzal, 29 de Agosto de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

SIMAE**Portaria N º 37/2013/SIMAE-Cao**

PORTARIA N º 037/2013/SIMAE-CAO, de 27 de agosto de 2013.

Concede licença prêmio à Servidor que que especifica .

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor Luiz Carlos de Matos, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, padrão 04.22, nível 02, ref. C, referente período aquisitivo de 07.07.2007 a 14.11.2012, com gozo nos meses de setembro, outubro e novembro de 2013. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Extrato de Contrato Nº Cao/32/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/32/2013

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 02.089.950/0001-60

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/25/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 0,15 (QUINZE CENTAVOS) POR FATURA CONFECCIONADA, IMPRESSA, ENVELOPADA E ENTREGUE AO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2013**VIGÊNCIA:** 01/09/2013 A 31/08/2014**Catanduvás****PREFEITURA****Extrato de Contrato PMC Nº 0101/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0101/2013

Processo Licitatório nº 0075/2013

Convite nº 0016/2013

Objeto: Termo de contratação de empresa para prestação de serviços de imprensa falada, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.**CONTRATADA:** FM CATANDUVAS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM CATANDUVAS**Valor do Contrato:** R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).**Prazo de vigência:** de 27 de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2013.**Data e assinatura do contrato:** 27 de agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC Nº 0102/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0102/2013

Processo Licitatório nº 0075/2013

Convite nº 0016/2013

Objeto: Termo de contratação de empresa para prestação de serviços de imprensa falada, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.**CONTRATADA:** RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA**Valor do Contrato:** R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).**Prazo de vigência:** de 27 de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2013.**Data e assinatura do contrato:** 27 de agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 9912282459**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9912282459

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendem às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXOS(s) deste Instrumento contradual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS**Contratada:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**RESOLVEM:****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do subitem 6.1, alínea "b" da Cláusula Sexta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1. Alterar o subitem 6.1 alínea "b" da CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato original, que passa a ter a seguintes redação:

b) Vencimento da Fatura dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);"

2.2. Altera o prazo de vigência do contrato originário de 19/08/2013 à 18/08/2014.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Catanduvas (SC), 15 de agosto de 2013.
Contrato Originário: 19 de agosto de 2011
ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato N°. 196/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/13 DO P.M.C.S. Processo de Licitação n. 66/2013. MODALIDADE: Carta Convite nº. 11/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: VEPASA COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA - EPP. ASSINATURA: 20/08/2013. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade:2.012 - 3.3.90.00.00.00.00.00(48) OBJETO: Prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção do ônibus da Secretaria de Educação, Placa nº. MFN 3251. VALOR R\$ 12.317,72(doze mil trezentos e dezessete reais e setenta e dois centavos).

ASSINAM: ADEMIR MAGAGNIN, PELO CONTRATANTE E ROBERTO PAZETTO PELA CONTRATADA.

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.558

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.558, DE 14 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,

DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 70.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.602.0023.2024 Ações da Promoção da Produção Animal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.000,00.

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.559

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.559, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal das Nações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal das Nações, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, sob o nº 1.125, no Livro A-7, protocolado sob o nº 15075, em 16 de julho de 1993, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 72.543.895/0001-11.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.825
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.825, DE 14 DE AGOSTO DE 2013.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.558, de 14 de agosto de 2013.

DECRETA:
Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 70.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.602.0023.2024 Ações da Promoção da Produção Animal
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 14 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.826
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.826, DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos para reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município, nos casos que especifica.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso VI e § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alteração e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, inclusive os Fundos, Fundações e Autarquia, deverão desenvolver ações no sentido de promover a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis sob a sua responsabilidade, nos termos deste Decreto.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I – avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II – mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III – reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV – redução ao valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V – valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VI – valor de aquisição: soma do preço de compra de bem com os gastos suportados, direta ou indiretamente, para colocá-lo em condição de uso;

VII – valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII – valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX – valor líquido contábil: valor do bem registrado na contabilidade,

em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X – valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XI – amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XII – depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIII – exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XIV – valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XV – valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação; e

XVI – vida útil:

a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou

b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, a partir de janeiro de 2013, serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização, previstos no Anexo I deste Decreto, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, anteriormente a 1º de janeiro de 2012, serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes no Anexo II deste Decreto, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 4º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data da reavaliação, observando-se também os critérios estabelecidos no art. 5º deste Decreto.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas com base nos seguintes parâmetros e índices:

I – valor da inflação do período;

II – estado físico do bem, de acordo com o disposto nos Anexos IV e V deste Decreto;

III – capacidade de geração de benefícios futuros, em anos; e

IV – obsolescência tecnológica, em anos.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciado, quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

I – capacidade de vida útil inferior a 2 (dois) anos;

II – com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais); ou

III – inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes e/ou conta contábil quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município, avaliado a valor justo, obedecendo aos critérios mencionados no art. 5º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput deste artigo, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I – para os bens móveis cujos valores variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação poderá ocorrer anualmente;

II – para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III – para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados à Seção de Patrimônio.

Art. 9º Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão utilizados critérios específicos constantes nos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 10. A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis sob a responsabilidade do Município foi realizada no exercício de 2012.

Art. 11. Os bens imóveis serão avaliados/reavaliados conforme metodologia abaixo, definida pela Área Técnica de Engenharia, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras:

I – lotes urbanos edificados: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes com seu endereço, área e as demais informações cadastradas, bem como as características das construções definidas no respectivo boletim. Com essas informações e utilização do Sistema de Informação Geográfica – SIG para localização do imóvel, será definido o valor do lote e da edificação, considerando as melhorias efetuadas;

II – lotes urbanos baldios: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes com seu endereço, área e as demais informações que serão levadas em consideração para a avaliação final;

III – lotes urbanos com infraestrutura urbana (praças): com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes baldios com seu endereço e área, evidenciando se possuem realmente infraestrutura sobre eles. Com estas informações, utilizando o SIG e o arquivo do Departamento de Engenharia e Arquitetura, será verificado se houve algum investimento contratado no referido lote para definição do valor;

IV – lotes urbanos designados como área verde: com a base de dados do cadastro imobiliário serão listados os lotes baldios cadastrados como área verde, ou assim definidos na relação patrimonial e/ou registro do imóvel público, com seu endereço e área. Com base nestas informações e utilizando o SIG será definido o valor destas áreas;

V – ruas urbanas com infraestrutura: será levantada a extensão da malha viária urbana, manualmente, pela base cartográfica do SIG (com a resolução atual deste mapa) e, com base na listagem de logradouros existentes considerando a largura das vias e dos passeios, será calculada a área final da rua. Além da área serão incorporadas as características destas vias, como a pavimentação, a drenagem pluvial, dentre outros;

VI – obras de infraestrutura individuais: são infraestruturas quantificáveis mais facilmente, e com características técnicas peculiares e passíveis de avaliação, tais como: pontes, pontos de ônibus e táxi, semáforos, dentre outros;

§ 1º A reavaliação dos bens imóveis será realizada por comissão já constituída na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, que elaborará o laudo técnico, contendo pelo menos, as seguintes informações:

I – descrição detalhada do bem avaliado e a correspondente documentação, endereço do imóvel, inscrição imobiliária e código do imóvel no Cadastro Imobiliário, número do registro no Cartório de Registro de Imóveis;

II – critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica;

III – vida útil remanescente do bem;

IV – valor residual, se houver; e

V – data de avaliação.

§ 2º Para os bens recebidos por doação ou transferência, a

reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação do bem ao patrimônio do Município, observados os critérios de reavaliação deste Decreto.

§ 3º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados à Seção de Patrimônio.

§ 4º Caberá ao Setor de Patrimônio efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema Patrimonial, arquivar a documentação e informar ao Setor de Contabilidade das alterações realizadas.

CAPÍTULO III

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 12. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para o cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método linear, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada, ou a que vier substituí-la, salvo disposição em contrário.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começam quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

Art. 13. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I – bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

II – bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

III – terrenos rurais e urbanos;

IV – bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros.

Art. 14. A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

§ 1º Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I – capacidade de geração de benefícios futuros;

II – o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III – a obsolescência tecnológica; e

IV – os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§ 2º O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados, conforme conveniência e oportunidade da Administração

Municipal, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§ 3º Os Órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

Art. 15. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

Art. 16. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada.

Art. 17. Ficam revogados os Decretos nºs. 5.725, de 18 de julho de 2012; 5.770, de 24 de dezembro de 2012 e 5.786, de 8 de março de 2013.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Taxa anual de depreciação ou amortização (%)	Prazo de vida útil (em anos)
1421204	Aparelhos de medição e orientação	10	10
1421206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	20	5
1421208	Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	10
1421210	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10
1421212	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
1421218	Coleções e materiais bibliográficos	10	10
1421220	Embarcações	10	5
1421224	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
1421226	Instrumentos musicais e artísticos	10	10
1421228	Máquinas para costura industrial	10	10

1421228	Equipamentos de natureza industrial	10	10
1421230	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
1421232	Máquinas e equipamentos gráficos	10	10
1421233	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	20	5
1421234	Ferramentas e utensílios	10	10
1421234	Máquinas, motores, aparelhos e equipamentos	10	10
1421235	Equipamentos de processamento de dados	20	5
1421236	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	10	10
1421238	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
1421239	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
1421240	Equipamentos agrícolas	10	10
1421240	Equipamentos rodoviários	20	4
1421240	Equipamentos agropecuários	20	4
1421242	Mobiliário em geral	10	10
1421248	Veículos diversos	10	10
1421251	Pecas não incorporáveis a imóveis	10	10
1421252	Veículos de tração mecânica	20	5
1421287	Material de uso duradouro	10	10

Ficam estipulados como valor residual, os seguintes percentuais:
5% - veículos;
8% - máquinas e equipamentos rodoviários;
2% - mobiliário em geral e outros bens;
2% - equipamentos agrícolas.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA A REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1 – Veículo automotor:

a) a reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

b) o valor de referência de mercado será obtido por meio da tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, por meio de laudo de reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme tabela do Anexo III deste Decreto.

2 – Equipamentos e mobiliários em geral e equipamentos de processamento de dados, aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, de comunicação, medição e orientação, equipamentos agrícolas: a reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º deste Decreto, com base na tabela do Anexo IV deste Decreto.

3 – Equipamentos rodoviários:

a) a reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais dos equipamentos;

b) o valor de referência de mercado será por meio de tabela de empresas que comercializam os equipamentos, através de laudo de reavaliação emitido individualmente, por comissão designada para esta finalidade.

ANEXO III LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Código Patrimonial:				
Marca:				
Modelo:				
Ano fabricação/modelo				
Placa:				
Km:				
Valor de Mercado:				
Percentuais			Avaliação (R\$)	
Mecânica	Motor – 30%	Bom	30%	
		Razoável	15%	
		Ruim	10%	
	Caixa – 15%	Boa	15%	
		Razoável	7%	
		Ruim	2%	
	Demais partes – 10%	Boa	10%	
		Razoável	5%	
		Ruim	2%	
	Lataria – 30%	Boa	30%	
		Razoável	20%	
		Ruim	10%	
		Péssima	5%	
		Vidros, Estofamentos, painel, acessórios – 12%	Bons	12%
			Razoáveis	10%
Ruins			6%	
Pneus 3%	Péssimos	3%		
	Bons	3%		
Estrutura	Ruins	1%		
	Valor do veículo			
	Bom	100%		
Agregado (acessórios) descrição:		Razoável	50%	
Valor de mercado:		Ruim	25%	
		Péssimo	12%	
Totais				
Valor reavaliado:				
Novo prazo de vida útil:				
Valor residual:				
* O valor de mercado atribuído com base na tabela FIPE				
Concórdia, SC, ____ / ____ / ____				
Membro da Comissão	Membro da Comissão		Membro da Comissão	

ANEXO IV

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

Código Patrimonial:
Marca:
Modelo:

Ano fabricação/modelo				
Horas:				
Percentuais			Avaliação (R\$)	
Motor 20%	Bom	20%		
	Razoável	10%		
	Ruim	5%		
Transmissão 21%	Boa	21%		
	Razoável	10%		
	Ruim	5%		
Eixo Diferencial 10%	Boa	10%		
	Razoável	5%		
	Ruim	2%		
Sistema Hidráulico 12%	Boa	12%		
	Razoável	6%		
	Ruim	3%		
Estrutura da máquina e pneus 20%	Bons	20%		
	Razoáveis	10%		
	Ruins	5%		
Parte rodante 17%	Péssimos	0%		
	Bons	17%		
	Ruins	5%		
Observações:				
Totais				
Valor reavaliado:				
Novo prazo de vida útil:				
Valor residual:				
Concórdia, SC, ____ / ____ / ____				
Membro da Comissão	Membro da Comissão			Membro da Comissão

ANEXO V

FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL

Estado de conservação do bem – EC		Período de vida útil do bem (já utilizado) – PVU		Período de utilização futura do bem – PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Ótimo	10	10 anos	1	10 anos	1
Bom	8	9 anos	2	9 anos	2
Regular	5	8 anos	3	8 anos	3
Ruim	2	7 anos	4	7 anos	4
		6 anos	5	6 anos	5
		5 anos	6	5 anos	6
		4 anos	7	4 anos	7
		3 anos	8	3 anos	8
		2 anos	9	2 anos	9
		1 ano	10	1 ano	10

Fator de reavaliação = 4 EC + 6 PVU – 3 PUB

Valor reavaliado = valor de aquisição X fator de reavaliação / 100

Para os bens com período de vida útil (já utilizado) – PVU, a partir de 11 (onze) anos, deve ser utilizada a mesma pontuação do conceito 10 (dez) anos, ou seja, pontuação "1".

Portaria Nº 111/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 111/2013, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso IV do art. 2º da Portaria nº 28/2012, de 24 de janeiro de 2012, que constitui comissão especial com a incumbência de acompanhar e receber os loteamentos a serem implantados na área urbana do Município e fiscalizar e receber as obras de pavimentação, infraestrutura de drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

IV - REGINA APARECIDA FORNARI;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 112/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 112/2013, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	102423-01	Ersi Forte Daros Althaus	Professor, código 10.12
2	25208-07	Ilka Siebauer de Azere-do e Silva	Professor, código 10.12
3	70378-04	Janete Borsati Farias	Professor, código 10.12
4	1600-01	Janete Kuhn dos Santos Rigo	Professor, código 10.12
5	54631-05	Loiri Zerbielli Breitenbach	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de agosto de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 113/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 113/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

Resolve:Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GLADIS KIRSTEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, a partir de 15 de agosto de 2013;

II - IDIVAN NUNES DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 16 de agosto de 2013;

III - JACKSON LUIS WBATUBA, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 87564-01 e 87564-03, a partir de 20 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 114/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 114/2013, DE 14 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 217/2012, de 20 de dezembro de 2012, que instaura Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora GISELA GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Psicólogo, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

II - RONI FINGER GONÇALVES;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 115/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 115/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

Resolve:Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GIOVANA MAIRA PRIAMO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 21 de agosto de 2013;

II - MONICA FACCIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 116/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 116/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Adriana Alberti Pagliochi	Professor, código 10.12	90050-02	12% (pós-graduação)
2	Adriana Alberti Pagliochi	Professor, código 10.12	90050-03	12% (pós-graduação)
3	Felipe Machado	Professor, código 10.12	72303-04	12% (pós-graduação)
4	Graciela Kracker Coutinho	Professor, código 10.12	1044796-00	12% (pós-graduação)
5	Janete Kuhn dos Santos Rigo	Professor, código 10.12	1600-07	12% (pós-graduação)
6	Jania Paula Bonassi Bet	Professor, código 10.12	86231-02	12% (pós-graduação)
7	Jucileia Cadorin	Professor, código 10.12	102199-01	12% (pós-graduação)
8	Lucivania Baranoski Silva	Professor, código 10.10	94900-00	12% (pós-graduação)
9	Rosenei Clarice Schlick Kerber	Professor, código 10.12	86150-05	12% (pós-graduação)
10	Terezinha Tavares	Professor, código 10.12	70807-00	12% (pós-graduação)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de agosto de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 117/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 117/2013, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 14237/2013, em 17 de julho de 2013, do qual se extrai que o servidor VALDEMAR ZANELLA DA SILVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, teria, em tese, se recusado a prestar serviços

no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme solicitado pelo Diretor de Transportes;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos art. 151, I, II, III e IV e 152, IV da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 710/2013, da Assessoria Jurídica da Municipalidade, de 30 de julho de 2013, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, I, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor VALDEMAR ZANELLA DA SILVA, ocupante do cargo Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretário: PAULO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas;

III - vogais:

a) ADINAN CANDIDO POLO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

b) EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 95/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2013- PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de consumo e material de copa e cozinha para os Grupos de Convivência de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 05 e 07 de novembro de 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/09/2013.

Abertura: dia 18/09/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de agosto de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Compras e Serviços Nº 6/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

COMPRAS E SERVIÇOS Nº 6/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para realizar projeto de Revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, no Trecho que compreende do Semáforo no

cruzamento com a Rua João Suzin Marini até a interseção com a Rodovia BR 153-SC, na cidade de Concórdia, SC de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 17/09/2013, ÀS 16h00min. INTERESSADOS CADASTRADOS: ATÉ 20/09/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA de preço deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 20/09/2013, às 16h00min.

Abertura: dia 23/09/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 27 de agosto de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 9/2013 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso II e V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 27 de agosto de 2013, para execução de serviços de lavagem dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, em favor da empresa POSTO DE LAVAÇÃO LAVABEM LTDA ME, no valor total de R\$ 4.335,00 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Errata do Convênio Nº 5/2013 - FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ERRATA DO CONVÊNIO Nº 5/2013 - FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA - FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a ESPORTE CLUBE CANARINHO, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, representado pelo seu Presidente, senhor ROBERTO GUILHERME DETONI.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC, para a realização do projeto "Formando Cidadão Atleta", que objetiva promover atividades esportivas com crianças e adolescentes, agregando o ensino de valores e a formação para o exercício da cidadania.

VALOR: R\$ 11.000,00.

PRAZO: 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2013

Extrato do Resultado e Classificação das Propostas Tomada de Preços Cs Nº 4/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS CS Nº 4/2013 - PMC

Objeto: Contratação de serviço de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação e drenagem pluvial de ruas localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe. Consta-se que o exigido nas alíneas "d" e "e" do edital, restando DESCLASSIFICADA. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação das licitantes BAUER ENGENHARIA LTDA ME sagrou-se vencedora dos sete pacotes, com o menor valor global: Pacote I, R\$ 13.982,76 (treze mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos); Pacote II, R\$ 13.721,40 (treze mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta centavos); Pacote III, R\$ 14.091,66 (quatorze mil, noventa e um reais e sessenta e seis centavos); Pacote IV, R\$ 11.706,75 (onze mil, setecentos e seis reais e setenta e cinco centavos); Pacote V, R\$ 12.305,70 (doze mil, trezentos e cinco reais e setenta centavos); Pacote VI, R\$ 13.939,20 (treze mil, novecentos e trinta e nove reais);, Pacote VII, R\$ 12.360,15 (doze mil, trezentos e sessenta reais e quinze centavos); como segunda colocada, dos sete pacotes, ficou a licitante: MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com o menor valor global: Pacote I, R\$ 14.766,00 (quatorze mil, setecentos e sessenta e seis reais); Pacote II, R\$ 14.490,00 (quatorze mil, quatrocentos e noventa reais); Pacote III, R\$ 14.881,00 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e um reais); Pacote IV, R\$ 12.362,50 (doze mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos); Pacote V, R\$ 12.995,00 (doze mil, novecentos e noventa e cinco reais); Pacote VI, R\$ 14.720,00 (quatorze mil, setecentos e vinte reais);, Pacote VII, R\$ 13.052,50 (treze mil, cinquenta e dois reais e cinquenta centavos); Em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital que prevê o direito de preferência após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, e que na fase de habilitação comprovou através de competente Certidão, ser Empresa de Pequeno Porte, como é o caso da licitante MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Assim a Comissão de licitações procede da seguinte forma: a licitante MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a convocação formal, sendo esta através da Publicação de extrato com esse resultado no Diário Oficial dos Municípios, estando assim intimada, se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço (em envelope identificado conforme edital), até às 09:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 03/09/2013, e se assim acontecer, a Comissão de licitações fará nova sessão, proferindo a nova classificação de preços no mesmo dia já estabelecido às 10:00 (dez horas). Ressalta-se que os preços cotados pela licitante vencedora são inferiores aos preços máximos estipulados no Edital O resultado aqui expresso refere-se somente às licitantes classificadas na primeira e segunda colocação, estando os demais resultados disponíveis para conferência, a quem interessar possa, nos autos do processo licitatório. Devido a ausência dos representantes legais a Comissão envia este resultado para ser publicação em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação.

Concórdia, SC, 28 de agosto de 2013.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.566

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.566, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.
Concede Adicional por Tempo de Serviço.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 41 a 43 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010,

Resolve:CONCEDER a servidora Zenite Terezinha Michelin Farina, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, o Adicional por Tempo de Serviço de 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor, correspondente a 1 (um) anuênio do período de 14 de agosto de 2012 a 13 de agosto de 2013, a partir de 1º de agosto de 2013.

Concórdia, 26 de agosto de 2013.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

ARLAN GULIANI
1º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1050/2013 - Abertura de Crédito Adicional Especial - Badesc

LEI Nº 1050/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina,
Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 922.000,00 (novecentos e vinte e dois mil reais) os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal da Infraestrutura
09.01 - Secretaria Municipal da Infraestrutura
15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura
4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 922.000,00
Fonte de Recursos - 01.83 - Operações de Crédito

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação do Crédito Especial que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, na operação de crédito celebrada com o BADESC - Agência Catarinense de Fomento S/A, nos termos do art. 43, § 1º, IV da Lei nº. 4.320/64.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de agosto de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1051/2013 - Institui o Programa de Atenção ao Idoso - " Vida Ativa"

LEI Nº 1051/2013

"INSTITUI JUNTO AOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO, O PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, DENOMINADO " VIDA ATIVA", VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e implantar, junto aos grupos de Idosos do Município, o Programa de atenção ao idoso denominado " VIDA ATIVA ", anexo, com os seguintes objetivos:

I - fortalecer os Grupos de Idosos junto às suas comunidades com vista ao desenvolvimento sustentável;

II - promover ações para facilitar a integração dos idosos na comunidade e grupos afins, como lazer, palestras educativas e confraternização;

III - estimular a participação nas atividades promovidas pelos grupos e governo municipal;

IV - assessorar tecnicamente os grupos de idosos

Art. 2º - Para atingir o objetivo do presente Programa e a troca de experiências e interação entre os grupos, o Governo Municipal poderá propiciar o transporte e alimentação dos idosos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações dos orçamentos municipais, vigentes à época.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dois de janeiro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de agosto de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra
ANEXO I

PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO
"VIDA ATIVA"

1- IDENTIFICAÇÃO

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

2- JUSTIFICATIVA

O município possui três Grupos de Idosos e pensando no seu desenvolvimento social e comunitário, e em assegurar aos mesmos, em parceria com a sociedade e com a família, o exercício da cidadania , é que optou-se pela realização de atividades à todos os

integrantes dos grupos de idosos, onde serão realizadas palestras com diversos assuntos como planejamento familiar, cuidados com a saúde do idoso, direitos do idoso, auto estima, violência contra o idoso, atividades físicas como brincadeiras, bem como atividades ligadas a garantia de seus direitos, e colaborar com toda a comunidade para realizações de confraternizações da terceira idade. Desta forma, a população beneficiária (terceira idade) será sujeito participante no processo de construção de alternativas para uma melhor convivência familiar e social, possibilitando a efetivação de seus direitos, bem como, proporcionando uma melhor participação social e comunitária, que através deste programa possibilitará melhores condições de vida, diminuindo problemas de saúde e consequentemente um futuro com expectativas e alternativas para viver melhor.

3- OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver uma proposta de trabalho junto à população da terceira idade com o vistas ao fortalecimento de suas relações familiares, bem como possibilitar uma melhor qualidade de vida as mesmas e garantia de seus direitos.

4- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Estimular a participação nas atividades dos grupos de terceira idade;
- Promover ações de lazer entre os idosos, com a participação de toda a comunidade e grupos afins;
- Promover palestras educativas abordando os temas como: saúde, família, estatuto do idoso, auto estima entre outras, com o objetivo de orientar e ampliar seus conhecimentos e direitos;
- Promover almoço de confraternização no dia do idoso, visando à união dos três grupos de idosos do município.

5- METODOLOGIA

No presente programa será utilizado métodos e técnicas que possibilitem a participação da terceira idade de forma que sejam valorizadas as experiências e conhecimentos, visando assegurar os direitos sociais à pessoa idosa, que somando as orientações técnicas construam um processo de mudança na dinâmica familiar, resultando em melhor qualidade de vida, com respeito, compreensão e afeto pela experiência que possuem, bem como redução dos casos de doenças que se manifestam na terceira idade; manutenção dos idosos em atividades sociais, bem como a garantia de sua participação na comunidade; melhor qualidade de vida, através do lazer nos encontros.

6- RECURSOS FINANCEIROS:

6.1. Humanos:

Profissionais das Secretarias Municipais, entre outros que se fizerem necessários.

6.2. Financeiros:

As despesas correrão a conta de dotações dos orçamentos municipais vigentes à época.

Cordilheira Alta, SC, 27 de agosto de 2013.

Lei 1052/2013 - Institui o Programa "Arte de Ser Mulher"

LEI Nº 1052/2013

"INSTITUI NO MUNICÍPIO, O PROGRAMA DENOMINADO " ARTE DE SER MULHER", VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de

Vereadores aprovou e fica sancionada eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e implantar, no Município, o Programa denominado " ARTE DE SER MULHER", anexo, com os seguintes objetivos:

I - promover ações para facilitar a integração da população beneficiária (mulheres) e grupos afins, com atividades de lazer, palestras educativas, fruição do conhecimento e confraternização;

II - valorizar a mulher, em passagem do dia internacional da mulher;

III - estimular a participação nas atividades promovidas pelos grupos e governo municipal;

Art. 2º - Para atingir o objetivo do presente Programa e a troca de experiências, o Governo Municipal poderá propiciar o transporte, alimentação e demais ações necessárias;

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações dos orçamentos municipais vigentes à época.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dois de janeiro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de agosto de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO I

PROGRAMA "ARTE DE SER MULHER"

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde e Assistência Social

2. JUSTIFICATIVA

O Programa " ARTE DE SER MULHER", será de grande importância, pois sendo a mulher um segmento social, também desempenha um papel fundamental como formuladora das políticas públicas e controladoras em assegurar os direitos de sua classe. Pensando na maior efetivação do atendimento da mulher especialmente no seu dia, o referente projeto oferecerá o desenvolvimento de atividades de lazer, conhecimentos, diversão entre outros, possibilitando desta forma sua integração na sociedade e sua valorização perante a mesma.

Pensando no desenvolvimento social e comunitário das mulheres, e em assegurar as mesmas especialmente em seu dia (oito de março), em parceria com a sociedade e com a família, o exercício da cidadania que optou-se pela realização de atividades referentes a comemoração ao dia INTERNACIONAL DA MULHER, onde serão realizadas palestras com diferentes temas, relacionado aos cuidados com a mulher e autoestima e, bem como confraternização e divertimento para valorizar e garantir seus direitos. Desta forma, a população beneficiária (mulheres) será sujeito participante no processo de construção de alternativas para uma melhor convivência familiar e social, possibilitando a efetivação de seus direitos, bem como, proporcionando uma melhor participação social e comunitária, que através deste projeto possibilitará melhores condições de vida, diminuindo problemas de saúde e consequentemente um futuro com expectativas e alternativas para viver melhor.

3- OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Promover uma tarde de confraternização, reflexão, descontração

e animação junto às mulheres com conteúdos voltados a vivência da mulher nos tempo atuais, favorecendo o auto conhecimento, bem como possibilitar uma melhor qualidade de vida as mesmas e garantia de seus direitos.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover ações de lazer entre as mulheres, com a participação de toda a comunidades e grupos afins;
- Promover palestra educativa abordando temas de vivencia da atualidade, auto- estima
- Promover a integração da mulheres em passagem do dia Internacional da Mulher.

5- METODOLOGIA

No presente projeto será utilizado métodos e técnicas que possibilitem a participação das mulheres de forma que sejam valorizadas as experiências e conhecimentos, visando assegurar os direitos sociais às mesmas, que somando as orientações técnicas construam um processo de mudança, resultando em melhor qualidade de vida, com respeito, compreensão e afeto pela experiência que possuem, bem como a integração das mulheres, em atividades sociais, garantindo sua participação na comunidade para uma melhor qualidade de vida.

6- RECURSOS

6.1. Humanos:

Profissionais das Secretarias Municipais, entre outros que se fizerem necessários.

6.2. Financeiros:

As despesas correrão a conta de dotações dos orçamentos municipais vigentes à época.

Cordilheira Alta, SC, 27 de agosto de 2013.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contrato

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 123/2013

Contratada: CIBELE STANGA ME

Objeto: Conserto da Retroescavadeira Randon 406 B

Valor: 7.163,25

Vigência: 31/12/2013

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Complementar N. 034, de 27 de Agosto de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N. 034, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos do PESSOAL do Poder Executivo do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica reestruturado o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Municipais do Poder Executivo do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, abrangendo os cargos de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão e as funções de confiança, classificados na forma desta Lei Complementar. Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar não se aplicam aos membros do magistério público municipal que são regidos por Plano de Carreira e Estatuto específicos.

Art. 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório tem como base:

I – a natureza e o grau de responsabilidade e complexidade dos cargos;

II – os requisitos para investidura;

III – a qualificação profissional;

IV – as peculiaridades dos cargos.

Art. 3º O regime jurídico aplicável aos servidores de que trata esta Lei Complementar é o Estatutário, com vinculação ao Direito Administrativo.

Art. 4º A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 5º O quadro de servidores do Município de Coronel Martins é constituído de:

I – cargos de provimento efetivo;

II – cargos de provimento em comissão;

III – função gratificada.

Art. 6º Para efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I – Cargo de provimento Efetivo: o conjunto de atribuições e responsabilidades, previsto no Plano de Cargos, cometidos a servidor nomeado por aprovação em concurso público, de provas ou provas e títulos, respeitada a legislação pertinente, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos municipais;

II - Cargo de provimento em Comissão: conjunto de funções e responsabilidades, ligadas às atividades de planejamento, orientação, coordenação, direção, assessoramento e controle, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração;

III - Função Gratificada: vantagem pecuniária atribuída aos servidores que estão prestando serviços comuns da função em condições anormais de onerosidade, ou concedidas aos servidores que reúnam as condições pessoais que a lei especifica para o exercício de atribuições e responsabilidade, pela direção, chefia ou assessoramento;

IV - Quadro de Pessoal: agrupamento de cargos e funções integrantes da estrutura organizacional da administração, observadas a natureza, as atribuições e habilitação profissional;

V – Piso Municipal: valor monetário definido nesta lei complementar, que serve de base para a remuneração na tabela de vencimentos dos servidores municipais;

VI – Lotação: número de servidores que devem ter exercício em cada repartição;

VII – Vencimento: retribuição pecuniária fixada em lei, paga mensalmente ao servidor;

VIII – Remuneração: vencimento, acrescido das vantagens pecuniárias a que o servidor tenha direito;

IX – Grupo: compreende o conjunto de cargos que dizem respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza

dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimentos aplicados no seu desempenho.

CAPÍTULO I DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 7º Os cargos de provimento efetivo estão classificados nos seguintes grupos ocupacionais:

- I - Serviços Gerais – SEG;
- II - Serviços Operacionais – SOP;
- III - Serviços Auxiliares – SAU;
- IV - Técnico Profissional – TEP;
- V - Técnico Científico – TEC.

Parágrafo único. O vencimento dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, a carga horária, a quantidade de vagas, ocupadas e livres, condições de ingresso e atribuições, estão estabelecidas nos Anexos I, VII, VIII e IX desta Lei Complementar.

Art. 8º A jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais não poderá ser inferior a 20 (vinte) ou superior a 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. A jornada normal de trabalho de que trata o caput deste artigo, será de:

- I – 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, para os ocupantes dos cargos pertencentes ao Grupo V – Técnico Científico;
- II – 40 (quarenta) horas semanais para os demais cargos.

§ 2º. O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de dedicação integral ao serviço público, podendo ser convocado sempre que houver necessidade e interesse da Administração.

§ 3º. As horas suplementares, executadas por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, serão tratadas como serviço extraordinário, na forma regulamentada pelo Estatuto do Servidor.

Art. 9º A remoção de que trata o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ocorrerá, na mesma função ou em função equivalente em outro local de trabalho ou Secretaria, e poderá dar-se:

- I – de ofício;
- II – a pedido do servidor;
- III – por permuta.

§ 1º. A remoção de ofício, no interesse da administração, poderá ocorrer por redução da demanda ou reorganização administrativa.

§ 2º. A remoção a pedido do servidor efetivar-se-á mediante edital próprio, com o quadro de vagas disponíveis e os critérios para pleitear as vagas.

§ 3º. A classificação dos interessados dar-se-á obedecendo aos seguintes critérios:

- I - maior tempo de serviço no cargo;
- II - maior tempo no serviço público municipal;
- III - maior habilitação para o exercício do cargo;
- IV - maior idade.

§ 4º. A remoção por permuta ocorrerá através do pedido conjunto dos servidores interessados, respeitada a compatibilidade dos cargos.

§ 5º. Após o processo de remoção será emitida Portaria de designação no novo local de trabalho, sendo substituída sempre que houver novo processo de remoção.

Seção I Dos Cargos Transformados

Art. 10. Ficam transformados os cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 11. Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados nos diversos órgãos da Administração Municipal, ocupantes dos cargos objeto da transformação prevista no artigo anterior, serão enquadrados por transformação para os cargos resultantes da transformação, conforme linha de correlação constante do

Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O enquadramento por transformação manterá as vantagens permanentes já conquistadas por seus titulares.

Art. 12. O Chefe do Poder Executivo poderá, por portaria, praticar os atos de enquadramento por transformação, devendo constar dos mesmos: matrícula, nome do servidor, cargo e nível atual, grupo ocupacional, cargo e nível no qual o servidor foi enquadrado.

Seção II Dos Cargos em Regime de Extinção

Art. 13. Consideram-se cargos em extinção os previstos no presente artigo, ficando desde já extintas do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal as vagas não providas na data da entrada em vigor desta lei complementar, quais sejam:

- I – Auxiliar de Enfermagem;
- II – Auxiliar de Manutenção e Conservação;
- III – Assistente;
- IV – Telefonista;
- V – Técnico em Contabilidade.

§ 1º. Os cargos previstos no presente artigo serão considerados definitivamente extintos na medida em que vagarem.

§ 2º O número de titulares e a carga horária relativos aos cargos definidos neste artigo, constam do Anexo III desta Lei Complementar.

§ 3º Os direitos adquiridos pelos servidores ocupantes dos cargos postos em extinção ficam mantidos, permanecendo a remuneração de acordo com os adicionais já conquistados, cujos titulares, enquanto ativos, poderão progredir na carreira de acordo com as normas previstas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 14. Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, são os constantes do Anexo IV desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A nomeação para os cargos comissionados de Contador Geral e Coordenador do Controle Interno recairá sobre detentor de elevado conhecimento técnico e experiência na área de administração pública, exigindo-se a seguinte habilitação mínima:

- I – Contador Geral: ensino superior específico, com registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- II – Coordenador do Controle Interno: ensino médio.

Art. 15. A nomeação do servidor efetivo para exercício de cargo de provimento em comissão se dará com o afastamento do respectivo cargo de que for titular.

Art. 16. O servidor efetivo quando nomeado para cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido de função gratificada correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do respectivo cargo efetivo.

Art. 17. Os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, com exceção ao décimo terceiro vencimento, adicional de um terço de férias e à garantia da revisão geral anual prevista constitucionalmente, esta com autorização legislativa própria.

Art. 18. Na nomeação de pessoal para cargos de provimento comissionado observar-se-ão as regras de Súmula Vinculante do egrégio Supremo Tribunal Federal a respeito da prática do nepotismo.

CAPÍTULO III**DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Art. 19. Ficam criadas funções gratificadas, por dedicação exclusiva e integral, devidas pelo exercício das funções próprias do cargo em horário especial de trabalho ou sob o regime de plantão e de sobreaviso, correspondente ao valor fixado no Anexo V desta Lei Complementar, atribuíveis:

I - aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Motorista em atuação na Secretaria de Saúde;

II - aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, quando designados para executar procedimentos básicos em regime de plantão ou sobreaviso, para atuação inclusive aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º. O servidor público municipal gratificado na forma deste artigo, não fará jus a adicional pela prestação de serviço extraordinário e se subordina ao regime de dedicação integral.

§ 2º. A gratificação fixada neste artigo não se incorpora ao vencimento e sobre ela não incide qualquer outra vantagem ou adicional.

Art. 20. Será adotada escala de revezamento para atendimento aos chamados noturnos, finais de semana e feriados, mediante Termo de Adesão ao regime e ao horário diferenciado, firmado pelo servidor.

§ 1º. A escala referida no caput deste artigo será confeccionada e divulgada mensalmente pela respectiva Secretaria, devendo assegurar que o descanso semanal recaia, preferencialmente, em domingos e feriados.

§ 2º. O servidor terá conhecimento prévio da escala referida no § 1º deste artigo, com antecedência mínima de uma semana.

Art. 21. O valor da gratificação será reduzido proporcionalmente se durante o mês o servidor incidir nas seguintes ocorrências:

I - faltar injustificadamente ao trabalho;

II - comparecer tardia e injustificadamente ao local de trabalho ou ausentar-se dele antecipadamente, sem autorização;

III - não atendimento injustificado à escala de trabalho;

IV - infringir as normas regulamentares do Setor.

Parágrafo único. A redução do valor da gratificação dar-se-á na razão de 5% (cinco por cento) por ocorrência.

TÍTULO III**DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA CARREIRA**

Art. 22. O servidor público municipal, nomeado para cargo de provimento efetivo, progredirá na Carreira mediante os seguintes adicionais, concedidos de forma permanente:

I - progressão por mérito;

II - progressão por nova habilitação ou titulação;

III - por tempo de serviço.

CAPÍTULO I**DA PROGRESSÃO POR MÉRITO**

Art. 23. A Progressão por Mérito será concedida anualmente ao servidor municipal ocupante de cargo provimento efetivo e já estável no serviço público municipal, nos seguintes percentuais:

I - 1% (um por cento), incidente sobre o respectivo vencimento, ao servidor que apresentar certificado ou declaração da realização de, no mínimo, 20 (vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Município de Coronel Martins;

II - 1% (um por cento) ao servidor que apresentar, no mínimo, 20 (vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento realizados, às suas expensas, dentro de sua área de atuação, sendo aceitos os cursos nas áreas de direitos humanos e relações interpessoais.

§ 1º. Os servidores deverão apresentar no mês de setembro de cada ano a comprovação dos cursos que tratam os incisos I e II, realizados nos últimos 05 (cinco) anos da data da concessão e farão jus ao adicional a partir do mês de janeiro do ano seguinte

ao da comprovação dos cursos.

§ 2º. A análise dos cursos referidos no inciso II deste artigo será feita por uma Comissão composta pelos seguintes membros:

I - 01 (um) representante do Departamento de Recursos Humanos;

II - 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, indicado pelo respectivo Presidente;

III - 01 (um) representante do Sistema de Controle Interno.

§ 3º. A Comissão emitirá um parecer por escrito, decidindo quanto à existência ou não de relação entre o curso realizado com as atribuições do cargo; desta decisão caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da ciência da mesma.

§ 4º. O percentual previsto no caput será aplicado sobre o vencimento base do servidor, em verba própria, sob a denominação de "Progressão por Mérito".

§ 5º. Ficam estabelecidos os limites de 2% (dois por cento) ao ano e 24% (vinte e quatro por cento) como teto máximo para a progressão por mérito para todos os cargos.

§ 6º. As horas excedentes apresentadas no inciso II do caput poderão ser computadas dentro do prazo estabelecido no § 1º.

Art. 24. Os servidores em estágio probatório poderão, anualmente, efetivar seu requerimento e apresentar os certificados, juntamente com os demais servidores; porém, serão validados para pagamento somente após a conclusão do estágio probatório.

CAPÍTULO II**DA PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO OU TITULAÇÃO**

Art. 25. O servidor público municipal estável no serviço público, que apresentar título pela conquista de nova habilitação ou titulação, devidamente registrado no órgão competente, superior àquele exigido para o cargo ao qual foi concursado, terá direito ao adicional estabelecido no Anexo VI desta Lei Complementar.

§ 1º. O adicional por nova habilitação ou titulação é uma vantagem pecuniária permanente, irredutível, nominalmente identificável e o respectivo percentual será calculado sobre o vencimento base do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento.

§ 2º. É vedado o acúmulo de adicional por nova habilitação ou titulação sob a mesma denominação.

§ 3º. A concessão do adicional de que trata o caput deste artigo, dar-se-á no mês subsequente à apresentação do documento comprobatório da nova habilitação ou titulação, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de requerimento do servidor interessado, junto à Secretaria Municipal de Administração ou equivalente.

§ 4º. A concessão do adicional de titulação far-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, atendidos os requisitos desta Lei Complementar.

§ 5º. As novas habilitações ou titulações conquistadas pelo servidor durante a realização do estágio probatório serão consideradas na conclusão deste para efeito da concessão da progressão.

CAPÍTULO III**DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 26. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

§ 1º O servidor fará jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completar o anuênio, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 2º O adicional referido no caput deste artigo será devido ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança, tendo como base de cálculo, em qualquer caso, o vencimento do cargo efetivo.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica quando se tratar de servidor efetivo investido no cargo de Secretário Municipal,

hipótese em que perceberá o adicional correspondente ao tempo de serviço prestado nesta condição somente quando do retorno ao cargo de provimento efetivo.

TÍTULO IV

DO AFASTAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE MESTRADO OU DOUTORADO

Art. 27. Para fins de realização de mestrado ou doutorado, será garantido o afastamento remunerado do servidor público estável, a cada três anos, respeitados os seguintes percentuais:

I – para realização de mestrado: até 3% (três por cento) dos servidores estáveis no serviço público municipal, fazendo jus ao pagamento de 30% (trinta por cento) do respectivo vencimento, pelo período de até 03 (três) anos;

II – para realização de doutorado: 1% (um por cento) dos servidores estáveis no serviço público municipal, fazendo jus ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do respectivo vencimento, pelo período de até 03 (três) anos.

§ 1º. O curso pretendido deverá guardar relação direta com as atribuições do cargo ou área de atuação do interessado, possibilitando a melhoria do desempenho de suas atribuições e a difusão do conhecimento aos demais servidores.

§ 2º. Ao servidor beneficiado pelo afastamento previsto neste artigo, não será concedida exoneração ou licença para tratar de assuntos de interesse particular antes de ter decorrido período igual ao do afastamento, salvo com ressarcimento aos cofres públicos.

§ 3º. Para concessão do afastamento, os servidores interessados deverão apresentar requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos; caso o número de interessados ultrapassar o limite máximo previsto nos incisos I e II do caput deste artigo, os candidatos serão selecionados, de acordo com os seguintes critérios, sucessivamente:

I - maior tempo no cargo;

II - maior tempo no serviço público municipal;

III - maior idade.

§ 4º. Permanecendo o empate, será feito sorteio na presença dos candidatos às vagas.

Art. 28. O servidor público municipal beneficiado nos termos do artigo anterior, deverá apresentar semestralmente ao Departamento de Recursos Humanos, declaração de matrícula e frequência no respectivo curso.

Parágrafo único. Em caso de exoneração ou demissão do Servidor Público beneficiado com o afastamento de que trata o caput, antes de decorrido o tempo mínimo de permanência referido no artigo § 2º do artigo 27, o mesmo deverá ressarcir aos cofres públicos a remuneração e demais vantagens recebidas no período de afastamento.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 29. Os servidores públicos municipais, em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, serão enquadrados de acordo com o estabelecido nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 30. Os servidores serão lotados nas respectivas unidades administrativas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 31. Fica estabelecido como Piso Municipal o valor de R\$ 776,00 (setecentos e setenta e seis reais).

Art. 32. Os servidores efetivos que ocupam cargo com grau de escolaridade inferior ao exigido pela presente Lei Complementar para os novos ingressos, em nada serão afetados.

Art. 33. O vencimento do servidor, constante no Anexo II, servirá de referencial para concessão das vantagens previstas nesta Lei

Complementar.

Art. 34. Excepcionalmente no exercício de 2013, a concessão do adicional de aperfeiçoamento profissional prevista no artigo 23 desta Lei Complementar, observará as seguintes normas:

I – caso o Município não disponibilize a carga horária mínima de cursos referida no inciso I do artigo 23, todos os servidores que atendam aos demais requisitos farão jus ao adicional de 1% (um por cento);

II - os servidores deverão protocolar o requerimento acompanhado da documentação comprobatória da realização da carga horária mínima dos cursos referidos no inciso II do artigo 23, até o dia 30 de outubro de 2013.

Parágrafo único. O pagamento do adicional correspondente será feito a partir do mês de janeiro de 2014.

Art. 35. A primeira concessão do adicional por tempo de serviço, aos servidores em exercício na data da entrada em vigor da presente Lei Complementar, dar-se-á em 1º de janeiro de 2015, e para esta data em diante, considerar-se-á a data de admissão de ingresso do servidor no serviço público, conforme § 1º do artigo 26.

Art. 36. Os vencimentos percebidos pelos servidores municipais serão revistos anualmente, no mês de maio, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou, na extinção deste, outro índice que reflita a variação da inflação anual.

Art. 37. Esta Lei Complementar é composta pelos seguintes Anexos:

I – Cargos de Provimento Efetivo;

II – Cargos Transformados;

III – Cargos em Extinção;

IV – Cargos de Provimento em Comissão;

V – Funções Gratificadas;

VI – Adicional de Titulação ou Nova Habilitação;

VII – Tabela de Vencimentos;

VIII – Habilitação necessária ao ingresso;

IX – Descrição das atribuições.

Parágrafo único. Sempre que a dinâmica evolutiva de cada cargo ensejar adequações de atribuições, a mesma poderá ser feita mediante Regulamento.

Art. 38. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e será aplicada a partir do primeiro dia do mês seguinte.

Art. 39. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial:

I - a Lei Complementar n. 03, de 09 de abril de 2003;

II – a Lei Complementar n. 09, de 06 de outubro de 2003;

III – a Lei Complementar n. 14, de 16 de dezembro de 2003;

IV – a Lei Complementar n. 016, de 18 de julho de 2005;

V – a Lei Complementar n. 018, de 30 de dezembro de 2005;

VI – a Lei Complementar n. 020, de 14 de julho de 2006;

VII – a Lei Complementar n. 021, de 05 de março de 2008;

VIII – a Lei Complementar n. 28, de 31 de maio de 2011;

Art. 40. Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar, serão usados recursos do orçamento municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 27 de agosto de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

Grupo 1 – SERVIÇOS GERAIS – SEG

CARGO	CÓDIGO	C.H	VAGAS	OCUP.	LIVR.	VENC. R\$
Auxiliar de Serviços Gerais	11001	40	25	05	20	776,00
Vigia	11002	36	10	03	07	870,00
Servente	11000	40	25	04	21	776,00
Pedreiro	11005	40	02	00	02	1.195,00

Grupo 2 – SERVIÇOS OPERACIONAIS – SOP

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUPAD.	LIVR.	VENC. R\$
Auxiliar Administrativo	21004	40	06	01	05	1.039,00
Motorista	21005	40	20	09	11	1.141,00
Mecânico Geral	21008	40	03	02	01	1.715,00
Operador de Máquinas	21009	40	12	05	07	1.433,00

Grupo 3 – SERVIÇOS AUXILIARES –SAU

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUP.	LIVR.	VENC. R\$
Agente Comunitário de Saúde	31001	40	07	03	04	870,00
Agente de Combate a Endemias	31003	40	01	00	01	776,00
Agente de Vigilância Sanitária	31002	40	02	01	01	1.141,00
Fiscal de Tributos	36	40	02	01	01	1.689,00
Agente Administrativo	32	40	03	01	02	2.356,00
Auxiliar de Saúde Bucal	31005	40	02	00	02	870,00
Tesoureiro	31006	40	01	00	01	1.800,00

Grupo 4 – TÉCNICO PROFISSIONAL – TEP

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUP.	LIVR.	VENC. R\$
Técnico em Agropecuária	41002	40	03	01	02	1.689,00
Técnico em Enfermagem	41003	40	05	02	03	1.689,00
Técnico em Informática	41004	40	01	00	01	1.689,00
Técnico em Farmácia	41005	40	01	00	01	1.689,00

Grupo 5 – TÉCNICO CIENTÍFICO – TEC

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUP.	LIVR.	VENC. R\$
Enfermeiro	51001	40	02	01	01	3.516,00
Engenheiro Agrônomo	51002	40	01	01	00	4.078,00
Engenheiro Civil	51080	10	01	00	01	1.019,00
Engenheiro Florestal	51079	40	01	00	01	3.845,00
Cirurgião Dentista	51003	40	02	00	02	4.050,00
Assistente Social	51004	30	02	01	01	3.516,00
Médico	51005	40	01	00	01	6.700,00
Fisioterapeuta	51006	40	01	00	01	3.516,00
Médico Veterinário	51007	40	01	00	01	4.078,00
Fonoaudiólogo	51008	20	01	00	01	1.758,00
Psicólogo	51009	40	01	00	01	3.516,00
Contador	51010	40	01	00	01	4.200,00
Nutricionista	51058	40	02	01	01	3.516,00
Farmacêutico	51077	40	01	00	01	3.516,00
Monitor Desportivo	51078	20	01	00	01	1.150,00

ANEXO II

QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS – CARGOS TRANSFORMADOS

Denominação atual			Cargos resultantes da transformação		
Cargo	C/H	R\$ Atual	Novo Cargo	C/H	R\$ Novo
Servente Geral	40	732,04	Servente	40	776,00
Merendeira	40	732,04	Servente	40	776,00

ANEXO III

CARGOS EM EXTINÇÃO - SERÃO EXTINTOS QUANDO VAGAR:

CATEGORIAS	C.H	VENCTO.	PROV	VAGAS	TOTAL	CÓD. CARGO
Auxiliar de Enfermagem	40	1.689,00	01	00	01	35
Auxiliar de Manutenção e Conservação	40	776,00	03	00	03	11003
Assistente	40	968,00	01	00	01	21003
Telefonista	40	776,00	02	00	02	21002
Técnico em Contabilidade	40	1.689,00	01	00	01	41001

ANEXO IV
DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Órgão	Denominação do Cargo	Vagas	Código/Nível	Código Cargo
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete	1	3.224,00	01
	Assessor de Gabinete	1	876,00	101
	Assessor de Imprensa	1	876,00	102
	Coordenador de Controle Interno	1	2.502,00	88
	Contador Geral	1	4.450,00	103
	Secretário de Administração, Planejamento e Finanças	1	Subsídio	05
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças	Diretor Geral de Finanças e Contabilidade	1	1.624,00	06
	Diretor Geral de Compras e Licitações	1	1.624,00	07
	Diretor Geral de Convênios	1	1.624,00	104
	Diretor de Administração de Material e Patrimônio	1	1.312,00	105
	Assessor de Recursos Humanos	1	876,00	10
	Assessor de Administração Tributária	1	876,00	09
Secretaria de Educação	Secretário de Educação	1	Subsídio	11
	Diretor Geral de Educação	1	1.624,00	12
	Assessor de Secretária	1	876,00	106
	Secretário de Cultura, Esportes e Lazer	1	Subsídio	107
Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer	Diretor Geral de Cultura, Esportes e Lazer	1	1.624,00	108
	Assessor de Secretária	1	876,00	109
	Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos	1	Subsídio	16
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Diretor Geral de Serviços Rurais e Urbanos	1	1.624,00	17
	Assessor de Secretária	1	876,00	110
	Secretário de Saúde	1	Subsídio	20
Secretaria de Saúde	Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública	1	1.624,00	21
	Diretor Geral dos Serviços de Saúde Preventiva	1	1.624,00	22
	Assessor de Secretária	1	876,00	111

Secretaria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social	1	Subsídio	112
	Diretor Geral de Assistência Social	1	1.624,00	23
	Assessor de Secretária	1	876,00	113
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	1	Subsídio	26
	Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente	1	1.624,00	27
	Assessor de Secretária	1	876,00	114
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário de Desenvolvimento Econômico	1	Subsídio	29
	Diretor de Desenvolvimento Econômico	1	1.312,00	30

ANEXO V
QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	Nº. DE FUNÇÕES	% SOBRE O VALOR DO VENCIMENTO DO CARGO EFETIVO
Servidores efetivos ocupantes dos cargos de motorista, com dedicação integral e exclusiva, em regime de plantão ou sobre-aviso, com atribuição de exercício na Secretaria de Saúde.	05	40%
Servidores efetivos ocupantes dos cargos de Enfermeiro e de Técnico de Enfermagem, com dedicação integral e exclusiva, em regime de plantão ou sobre-aviso.	04	40%

ANEXO VI
ADICIONAL DE TITULAÇÃO OU NOVA HABILITAÇÃO

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	% SOBRE O VENCIMENTO DO SERVIDOR
ENSINO FUNDAMENTAL	ADICIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	5%
ENSINO MÉDIO	ADICIONAL DE ENSINO MÉDIO	6%
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	10%
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA	5%
PÓS –GRADUAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	5%
PÓS –GRADUAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA	3%
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	10%

MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA	5%
DOCTORADO	ADICIONAL DE DOCTORADO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	12%
DOCTORADO	ADICIONAL DE DOCTORADO NA ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA	7%

ANEXO VII
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS

CARGO	CÓDIGO	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços Gerais	11001	776,00
Servente	11000	776,00
Agente de Combate a Endemias	31003	776,00
Auxiliar de Manutenção e Conservação	1003	776,00
Telefonista	21002	776,00
Vigia	11002	870,00
Agente Comunitário de Saúde	31001	870,00
Auxiliar de Saúde Bucal	31005	870,00
Assistente	21003	968,00
Engenheiro Civil	51080	1.019,00
Auxiliar Administrativo	21004	1.039,00
Motorista	21005	1.141,00
Agente de Vigilância Sanitária	31002	1.141,00
Monitor Desportivo	51078	1.150,00
Pedreiro	11005	1.195,00
Operador de Máquina	21009	1.433,00
Fiscal de Tributos	36	1.689,00
Técnico em Agropecuária	41002	1.689,00
Técnico em Enfermagem	41003	1.689,00
Técnico em Informática	41004	1.689,00
Técnico em Farmácia	41005	1.689,00
Auxiliar em Enfermagem	35	1.689,00
Técnico em Contabilidade	41001	1.689,00
Mecânico Geral	21008	1.715,00
Fonoaudiólogo	51008	1.758,00
Fisioterapeuta	51006	3.516,00
Assistente Social	51004	3.516,00
Tesoureiro	31006	1.800,00
Agente Administrativo	32	2.356,00
Enfermeiro	51001	3.516,00
Nutricionista	51058	3.516,00
Farmacêutico	51077	3.516,00
Psicólogo	51009	3.516,00
Engenheiro Florestal	51079	3.845,00
Cirurgião Dentista	51003	4.050,00
Médico Veterinário	51007	4.078,00
Engenheiro Agrônomo	51002	4.078,00
Contador	51010	4.200,00
Médico	51005	6.700,00

Os vencimentos referidos correspondem à carga horária máxima de quarenta e vinte horas semanais e, quando permitida a carga horária variável será aplicada a proporcionalidade.

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	CÓDIGO	VENCIMENTO (R\$)
Assessor de Gabinete	101	876,00
Assessor de Imprensa	102	876,00
Assessor de Recursos Humanos	10	876,00

Assessor de Administração Tributária	09	876,00
Assessor de Secretaria	106, 109, 110, 111, 113 e 114	876,00
Diretor de Administração de Material e Patrimônio	105	1.312,00
Diretor de Desenvolvimento Econômico	30	1.312,00
Diretor Geral de Finanças e Contabilidade	06	1.624,00
Diretor Geral de Compras e Licitação	07	1.624,00
Diretor Geral de Convênios	104	1.624,00
Diretor Geral de Cultura, Esporte e Lazer	108	1.624,00
Diretor Geral de Serviços Rurais e Urbanos	17	1.624,00
Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública	21	1.624,00
Diretor Geral de Saúde Preventiva	22	1.624,00
Diretor Geral de Assistência Social	23	1.624,00
Diretor Geral da Educação	12	1.624,00
Diretor Geral da Agricultura e Meio Ambiente	27	1.624,00
Coordenador de Controle Interno	88	2.502,00
Chefe de Gabinete	01	3.224,00
Contador Geral	103	4.450,00
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças	05	Subsídio
Secretário de Educação	11	Subsídio
Secretário de Cultura, Esporte e Lazer	107	Subsídio
Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos	16	Subsídio
Secretário de Saúde	20	Subsídio
Secretário de Assistência Social	112	Subsídio
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	26	Subsídio
Secretário de Desenvolvimento Econômico	29	Subsídio

ANEXO VIII
HABILITAÇÃO NECESSÁRIA AO INGRESSO

	CARGO	HABILITAÇÃO
1	Auxiliar de serviços gerais	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental
2	Vigia	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental
3	Servente	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental
4	Pedreiro	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental
5	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio
6	Motorista	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental e CNH conforme categoria definida no Edital
7	Mecânico Geral	Séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental
8	Operador de Máquinas	Ensino Fundamental
09	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
10	Agente de Combate a Endemias	Ensino Fundamental
11	Agente de Vigilância Sanitária	Ensino Médio
12	Fiscal de Tributos	Ensino médio
13	Agente Administrativo	Ensino médio

14	Auxiliar de Saúde Bucal	Ensino médio e curso específico
15	Tesoureiro	Ensino médio
16	Técnico em Farmácia	Ensino médio e curso Técnico em Farmácia
17	Técnico em Agropecuária	Ensino médio específico
18	Técnico em Enfermagem	Ensino médio específico
19	Técnico em Informática	Ensino médio e curso técnico específico
20	Enfermeiro	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
21	Engenheiro Agrônomo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
22	Engenheiro Civil	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
23	Engenheiro Florestal	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
24	Cirurgião Dentista	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
25	Assistente Social	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
26	Médico	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
27	Fisioterapeuta	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
28	Médico Veterinário	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
29	Fonoaudiólogo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
30	Psicólogo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
31	Nutricionista	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
32	Farmacêutico	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
33	Contador	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
34	Monitor Desportivo	Licenciatura em Educação Física ou Bacharelado em Educação Física e registro no órgão fiscalizador da profissão

ANEXO IX DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS

Os servidores deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

1.1.1 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas; manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa; requisitar material necessário aos serviços; processar cópia de documentos; receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; receber e transmitir mensagens; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do

órgão; encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; relatar as anormalidades verificadas; atender telefone e transmitir ligações; manter vigilância em geral; controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso; requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato; verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas; desenvolver outras tarefas semelhantes.

1.1.2 VIGIA

Manter vigilância em geral; controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho; relatar anormalidades verificadas; verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas; desenvolver outras tarefas semelhantes.

1.1.3 SERVENTE

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão; executar serviços de copa cozinha, inclusive na confecção da alimentação escolar; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; desenvolver atividades de confecção da alimentação escolar, da rede municipal de ensino, seguindo rigorosamente um cardápio elaborado por nutricionista e exigido pela Secretaria municipal de educação; desenvolver atividades de limpeza e higiene de toda a área abrangente do núcleo escolar, onde estiver lotado; desenvolver atividades de controle do estoque, zelando pela correta estocagem, manutenção e validade dos produtos; comunicar a Secretaria Municipal de Educação com antecedência a possível falta de produtos ou o vencimento de sua validade; conferir no ato de recebimento, a qualidade, quantidade e vencimento dos produtos destinados à merenda escolar, como também produtos de limpeza e higiene, comunicando imediatamente ao superior imediato, as possíveis irregularidades; acompanhar os servidores da Secretaria em excursões ou representações esportivas ou culturais, ou ainda quando a escola realiza passeios com os alunos, definidas pela Secretaria Municipal de Educação; provisionar equipamentos e materiais necessários para realizar as funções próprias do cargo; zelar pela manutenção dos equipamentos, aparelhos, móveis, utensílios e outros materiais existentes na escola, comunicando imediatamente ao superior imediato, a necessidade de reforma ou manutenção necessária; desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo.

1.1.4 PEDREIRO

Executar trabalhos de pedreiro e carpinteiro, em quaisquer locais determinados pela chefia imediata, fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades municipais; zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos, providenciando a execução, se for o caso, mediante autorização; executar tarefas de pavimentação de ruas e logradouros públicos, nos serviços de assentamento e colocação de meios-fios, pedras irregulares, calçadas e passeios, bem como de asfalto; executar serviços relacionados com manutenção e conservação do cemitério; executar construções em alvenaria ou madeira, utilizando equipamentos adequados e prescritos; auxiliar na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; executar serviços de construção de pontes, pontilhões e bueiros; desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo.

2. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 2 – SERVIÇOS OPERACIONAIS

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, condução e transporte de veículos e equipamentos rodoviários agrícolas e atividades de ordem auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo serviços de caráter administrativo, financeiro e tributário.

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

2.1.1 AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Executar serviços de digitação em geral; atender usuários da biblioteca; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas, cartões e outros, codificar dados e documentos, preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados; providenciar material de expediente; confeccionar relatórios de serviços diversos; selecionar e arquivar documentos; executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório; efetuar a entrega de exames de laboratório e manter organizado seu arquivo de cópias; atender postos de correio e suas atividades correlatas; preparar índices e fichários; selecionar e arquivar documentos; selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais; organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; controlar e arquivar publicações oficiais; orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; operar centrais telefônicas, troncos e ramais; orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas; atender as chamadas internas, externas e de telefonia móvel, localizando pessoas quando solicitadas; controlar e auxiliar as ligações de telefone automático; manter registro de ligações à longa distância; receber e transmitir mensagens por quaisquer formas de correspondência; comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos aparelhos telefônicos; fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito; propor normas de serviços e remodelação de equipamento; realizar trabalhos relativos a recepção; secretariar autoridades digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades; preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; executar outras tarefas afins.

2.1.2 MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais, equipamentos e pessoas; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço, registrando ocorrências; auxiliar portadores de necessidades especiais e de pessoas enfermas e idosos no uso dos veículos oficiais sob sua guarda; executar outras tarefas afins.

2.1.3 MECÂNICO GERAL

Identificar defeitos mecânicos e executar os reparos necessários; executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem de motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros; desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, bielas e pistões; desmontar, reparar e montar distribuidores; desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos

de válvulas e buchas; trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas; executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas; executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos; realizar serviços de chapeação na frota municipal; manejar equipamentos; executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros; excetuar outras tarefas afins.

2.1.4 OPERADOR DE MÁQUINAS

Operar máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, motoniveladora, trator de esteiras, pá carregadeira, retroescavadeira e outros equipamentos rodoviários, industriais e agrícolas; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; executar outras tarefas afins.

3. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 3 – SERVIÇOS AUXILIARES

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas a atividades de ordem auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo a execução de serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, enfermagem simplificada e de auxílio à Secretaria de Saúde e de Assistência Social, além de outras atividades correlatas.

3.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

3.1.1 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob a supervisão do gestor municipal; deverá residir na micro área em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; desenvolvem atividades como: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares mensais para monitoramento de situações de riscos à família; a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde outras políticas que promovam qualidade de vida.

3.1.2 AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob supervisão do gestor de saúde municipal.

3.1.3 AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais; prestar assistência aos municípios e estabelecimentos comerciais quanto às normas de vigilância e saúde ambiental; executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; preparar as amostras de alimento para análise; auxiliar o bioquímico no encaminhamento e arquivo de laudos de análise de alimentos; dirigir veículos oficiais para o exercício das atribuições específicas do cargo; orientar os serviços de profilaxia e policiamento sanitário na área sob sua jurisdição, coordenando ou executando os

trabalhos de inspeção aos estabelecimentos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, inclusive de origem animal, a imóveis recém-construídos ou reformados, para proteger a saúde da coletividade: coordenar ou executar a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, abatedouros, frigoríficos, açougues e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade; procede à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, para opinar na concessão do habite-se; inspecionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações, para assegurar as medidas profiláticas necessárias; executar outras tarefas afins.

3.1.4 FISCAL DE TRIBUTOS

Fiscalizar o cumprimento do código tributário municipal, código de postura, código de edificações e zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelos contribuintes nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; atender consultas de caráter tributário, fiscal, de posturas, edificações e zoneamento; cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal; fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo município; elaborar os atos relativos ao processo administrativo-fiscal, em toda sua plenitude, na cobrança dos tributos municipais; orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promover educação sanitária e ambiental; efetuar pesquisas, levantamentos, coleta de dados e registro de observações relativas a recrutamento de mão-de-obra, solos, construções, equipamentos, aparelhos, materiais e instalações; executar serviços dentro das normas técnicas e convenções estabelecidas; auxiliar no mapeamento e na cartografia de levantamento feitos para áreas operacionais; realizar, previamente, a análise técnica de processos relativos à execução de obras públicas, compreendendo especificações quanto às normas e padronizações, projetos complementares (estrutural, hidro-sanitário, elétrico, telefônico, preventivo contra incêndio); realizar, previamente, a análise de projetos particulares (segundo as leis e suas alterações, que dispõem sobre o zoneamento urbano, o código de edificações e parcelamento do solo) para aprovação de projetos e liberação do alvará de construção; realizar estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, pareceres e divulgação técnica relativas à sua especialidade; analisar, fiscalizar e executar estruturas, instalações elétricas (baixa tensão), telefônicas, sinalização, acústica e relógio sincronizado; desempenhar demais atividades que, por sua natureza, se inclua no âmbito de sua competência.

3.1.5 AGENTE ADMINISTRATIVO

Executar serviços de digitação em geral; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas, cartões e outros; codificar dados e documentos; preparar índices e fichários, mantendo-os

atualizados; providenciar material de expediente; selecionar e arquivar documentos; executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos, mantendo organizado seu arquivo de cópias; atender e transferir ligações telefônicas; prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; controlar e arquivar publicações oficiais; orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, INSS; receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas; preparar documentos financeiros e de desembolso; elaborar prestação de contas; efetuar registros referentes ao controle da receita, despesa e do patrimônio do órgão; operar aparelhos de processamento de dados; redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; minutar contratos em geral; auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas; colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades; elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento; registrar os bens móveis e imóveis e manter atualizado o cadastro do órgão; organizar e manter atualizados arquivos, fichas referentes ao cadastro imobiliário e de contribuintes do Município; efetuar lançamentos nas fichas cadastrais; elaborar certidões e demais atos administrativos; participar da atualização da planta de valores; manter atualizada a legislação tributária municipal; propor medidas para atualizar e aperfeiçoar a legislação tributária Municipal; processar documentos de arrecadação; prestar informações aos contribuintes municipais; receber, informar e encaminhar o público aos órgãos competentes; atender chamadas telefônicas prestando informações e anotando recados; registrar as visitas e os telefonemas atendidos, anotando dados pessoais para possibilitar o controle dos atendimentos diários; afixar avisos, editais e outros informes de interesse público; receber e encaminhar sugestões e reclamações de pessoas que atender; operar mesas telefônicas; executar serviços de classificação e catalogação de material bibliográfico e documentos em geral; realizar estudos, pesquisas, relatórios, pareceres, resumos, índices e bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo profissional; efetuar lançamento de tributos; realizar serviços relacionados à tributação, atendimento ao contribuinte e instruir processos, efetuar lançamento de tributos, realizar serviços relacionados como o movimento econômico, realizar plantões fiscais, cadastramento, recadastramento e atualizações cadastrais, elaborar mapas de fiscalização dos tributos, expedir notificação, relatórios de notificação, proceder enquadramento fiscal, intimação para apresentação de documentos, lavrar auto de infração, informar e expedir certidões, expedir termos de início e encerramento de fiscalização; assinar protocolos de recebimentos e devolução de documentos; expedir cópia de fichas de visitas, relatórios das notificações e autos de infrações; emitir termo de enquadramento em estimativa fiscal; proferir parecer, informações e instruções aos requerimentos de contencioso e consultas à legislação fiscal; proceder fiscalização em regimes especiais de tributação; proceder vistorias in loco; emitir guias e documentos; executar outras tarefas afins.

3.1.6 AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Orientar os pacientes sobre higiene bucal; marcar consultas; preencher e anotar fichas clínicas; manter em ordem arquivos e fichários; controlar o movimento financeiro; revelar e montar radiografias intra-orais; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar

no atendimento ao paciente; instrumentar o cirurgião-dentista e o técnico em higiene dental, junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; confeccionar modelos em gesso; aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico; realizar lavagem, desinfecção e esterilização do instrumental e do consultório.

3.1.7 TESOUREIRO

Desenvolver atividades de controle das finanças da municipalidade, compreendendo o órgão central – Prefeitura – bem como os Fundos Municipais, desenvolvendo atividades relativas ao controle de: caixa, contas bancárias, aplicações e resgates, pagamentos, cobranças de tributos e demais taxas e impostos da municipalidade; desenvolver atividades de preenchimento e arquivamento de guias, formulários, empenhos, ordens de pagamentos; manter sob controle todas as movimentações financeiras do Município; auxiliar na organização dos serviços de contabilidade em geral; executar os lançamentos contábeis, a escrituração geral como: Diário, Caixa, Empenhos, Ordem de pagamentos, Extra-Caixa, Conta Bancos, Razão, Conta corrente, Registro de inventário, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, valendo-se dos sistemas e para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; controlar e executar os trabalhos de conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; proceder a classificação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços; desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo; processar operações de crédito, investimento e serviços bancários, obedecendo normas externas, emanadas de órgãos governamentais, e internas, da instituição; controlar as operações de concessão de crédito, investimento e serviços a pessoas físicas ou jurídicas, a fim de cumprir e fazer cumprir as normas e regras internas e de órgãos regulamentadores, tais como: Banco Central do Brasil e secretaria da receita federal, entre outros; atender aos demais setores e a órgãos governamentais, outros bancos e ao público em geral, prestando-lhes informações sobre assuntos de sua competência; coordenar recursos humanos, sob sua responsabilidade e exercer o monitoramento de serviços prestados por terceiros; preparar documentos financeiros e de desembolso; elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo; efetuar registros de movimentação bancária e orçamentária; elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento; relacionar notas de empenho, subempenho e anulação emitidos no mês; classificar a receita e a despesa; operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos; registrar os bens móveis e imóveis e manter atualizado o cadastro do órgão; efetuar registros e cálculos de natureza simples nas diversas etapas de análise, operações e lançamentos; emitir cheques e recibos de depósitos referentes às operações de pagamento e recebimento, com base nos documentos geradores de despesas; lançar e controlar valores financeiros, em fichas, relações, mapas e demonstrativos financeiros; controlar a liberação da verba destinada às despesas miúdas de pronto pagamento; preencher instrumentais, quadros de controle e auxiliar nos levantamentos de dados referentes à sua área de trabalho.

4. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 4 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Os servidores deste grupo desempenham tarefas que envolvem planejamento, organização, coordenação, avaliação, fiscalização, instrução, execução e controle dos trabalhos técnico-administrativos nas diversas áreas de laboratório, agropecuária, estatística, contábil, serviços de engenharia, educação, saúde e desenvolvimento comunitário, além de outras atividades correlatas.

4.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

4.1.1 TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais; dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária; orientar a execução do trabalho de campo na área de manejo e conservação do solo, adubação mineral e orgânica e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores; atender consultas feitas pelos agricultores; orientar a produção, administração e planejamento agropecuários; organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral; orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; prestar assistência e orientação aos programas de extensão rural; orientar trabalhos de conservação do solo; participar dos trabalhos de experimentação; participar de previsões de safras; prestar assistência no tocante ao crédito agrícola; orientar a produção de sementes e mudas; buscar novas alternativas; fomentar a organização dos agricultores nas mais diversas formas; prestar orientação técnica de forma coletiva; colaborar nos programas de educação, formação e profissionalização dos agricultores; executar outras tarefas semelhantes.

4.1.2 TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível técnico, atribuídas à equipe de Enfermagem, cabendo-lhe, especialmente: assistir ao Enfermeiro: a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem; b) na prestação de cuidados diretos de Enfermagem a pacientes em estado grave; c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; d) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar; e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; f) participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; g) participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; integrar a equipe de saúde; executar métodos de promoção, prevenção e controle da doença; aplicar métodos de limpeza, desinfecção e ou esterilização de instrumentos e superfícies; conhecer e manipular os utensílios utilizados nos procedimentos hospitalares e ambulatoriais reconhecer a forma de organização dos estabelecimentos de saúde e o processo de municipalização com estratégia de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS); prestar cuidados de enfermagem que visam romper a cadeia epidemiológica das infecções; manusear arquivos e documentos relativos ao paciente, observando-se o sigilo ético; realizar técnicas de higiene para o controle e prevenção das doenças; cuidar da organização e administração da unidade hospitalar ou ambulatorial em que trabalha; participar no planejamento e prestar cuidados integrais de enfermagem ao indivíduo na saúde e doença; executar atividades dentro dos setores determinados pela chefia de enfermagem, inclusive atendimentos a domicílio; aferir e controlar sinais vitais; preparar clientes para consultas, exames e outros procedimentos facilitando a sua realização; executar curativos, seguindo prescrições médicas; auxiliar no preparo do material e instrumental para esterilização; ministrar medicamentos por via oral e/ou parenteral, prestando informações aos clientes sobre possíveis reações, além de aplicar vacinas e fazer os devidos registros em formulários apropriados; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica; organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões; trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnicos; comunicar-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde; preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; efetuar o controle de pacientes e comunicantes em doenças transmissíveis; realizar testes e proceder à sua leitura, para

subsídio de diagnóstico, colher material para exames laboratoriais; prestar cuidados de enfermagem pré e pós operatórios; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, inclusive: alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se, proceder a limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde; participar de atividades de educação em saúde, inclusive: orientar os pacientes na pós consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas; executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes; executar outras tarefas afins.

4.1.3 TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Consertar e instalar aparelhos eletrônicos; desenvolver dispositivos de circuitos eletrônicos; executar serviços de manutenções corretivas, preventivas e preditivas; sugerir mudanças no processo de produção; treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores em geral; estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho; redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho; desenvolver outras atividades afins.

4.1.4 TÉCNICO EM FARMÁCIA

Realizar operações farmacotécnicas; conferir fórmulas; efetuar manutenção de rotina em equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas; controlar estoques, fazer testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente; documentar atividades e procedimentos da manipulação farmacêutica; desenvolver as atividades de acordo com as boas práticas de manipulação, sob supervisão direta do farmacêutico.

5 - DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 5 – SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos nas soluções de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa, social, artística e empresarial, além de outras atividades inerentes às áreas profissionais de cada atividade.

5.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

5.1.1 ENFERMEIRO

Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde; organizar e dirigir os serviços e de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; realizar consulta de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; cuidar diretamente de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidar de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; participar no planejamento, execução e avaliação dos programas; participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prevenir e controlar as infecções nas unidades de saúde do município; participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido; participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto; executar a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem distócia; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção

à saúde; elaborar e desenvolver programas de saúde preventiva, alternativa e educativa; participar em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo e contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.2 ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Orientar e revisar, com grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes subordinadas; introduzir e criar variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas; produzir e fazer a multiplicação e tecnologia de sementes e mudas; atuar nas áreas da ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal, nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes, biologia, química e física do solo, emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura; orientar aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal; organizar programas e campanhas de profilaxia e combate a doenças e pragas dos vegetais; exercer atividades relacionadas com a influência do solo; elaborar e desenvolver programas que visem práticas agrícolas sustentáveis; realizar a avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas; realizar o estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas; orientar a execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos; orientar na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição; participar no planejamento, execução e supervisão das operações de campo; realizar a divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais; realizar a execução de serviços de desinfecção fitossanitária; inspecionar vegetais submetidos à quarentena; orientar aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária; atuar na resolução de problemas econômicos da produção agrícola; promover a integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais; programas de investimentos no setor agrícola; estudar a viabilidade econômica dos experimentos agropecuários; atuar na orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à economia rural; fazer levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo; atuar na mecanização agrícola; realizar avaliação agrícola; fazer o exame de problemas técnicos de engenharia rural; orientar aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural; orientar aos usuários, em relação à tecnologia agrícola; emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência; manter permanente articulação com órgãos Estaduais e Federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.3 ENGENHEIRO CIVIL

Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e localização de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição de instalações e equipamentos; executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura e paisagística e obras de decoração arquitetônica; orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feito para áreas operacionais; realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações; participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações; fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade; acomodar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços; efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação;

embargar construções que não atendam às especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; executar estudo, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras; fiscalizar imóveis financiados pelo órgão; participar de comissões técnicas; propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis; elaborar projetos de loteamentos; coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos; estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como baixar normas e instruções disciplinares para uso e manutenção de veículos, equipamentos e obras municipais; elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado; projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico; executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria; apresentar relatório de suas atividades; desempenhar outras tarefas semelhantes.

5.1.4 ENGENHEIRO FLORESTAL

Exercer as atribuições básicas do cargo referentes à Engenharia Florestal; elaborar métodos e técnicas de manejo florestal; supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente projetos ambientais; executar estudo, planejamento e projeto de recuperação ambiental, de utilização de solo e de floresta, ordenamento e manejo florestal, mecanização na floresta, implementos florestais, economia e crédito rural para fins florestais e seus serviços afins e correlatos; determinar as técnicas de exploração mais adequada das florestas; executar estudo de viabilidade técnico-econômica; prestar assistência, assessoria e consultoria; dirigir obras e serviços técnicos; executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão; elaborar orçamento; efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade; efetuar produção técnica e especializada; conduzir trabalho técnico; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

5.1.5 CIRURGIÃO DENTISTA

Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários; aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço; encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado; fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado; aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados; promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição e métodos eficazes para evitá-las; requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo; prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil; prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental; coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade; promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle; propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos; realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública; apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação; desenvolver todas as

demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

5.1.6 ASSISTENTE SOCIAL

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do serviço social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial; diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação de saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividade na área do serviço social; participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição; realizar estudos e pesquisas com objetivo de conhecer as características de cada comunidade, a fim de que os programas e ações do Serviço Social venham ao encontro das necessidades reais da população; avaliar benefícios e serviços sociais; participar, ativamente, de equipes, auxiliando na busca de formas de entrosamento gradativo, na execução de atividades educativas; fazer treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de serviço social; cumprir as determinações do sistema único de saúde local; realizar e orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social; realizar e interpretar pesquisas sociais; orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; encaminhar clientes a dispensários e hospitais; fazer triagem dos casos para a concessão de benefícios e outros auxílios do Município; selecionar candidatos aos programas e ações de assistência à velhice, à infância abandonada e pessoas em situação de vulnerabilidade social, inclusive levantamentos sócio-econômicos com vistas a planejamento habitacionais; executar tarefas afins, observando o respectivo regulamento da profissão.

5.1.7 MÉDICO

Executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, seja individual ou coletiva; efetuar os atos médicos para os quais está capacitado; prescrever, orientar e supervisionar a terapia indicada, acompanhando evolução e usando o sistema de referência e contra referência; interpretar resultados de exames solicitados, a fim de emitir diagnóstico preciso; proceder à notificação de doenças de notificação compulsória; participar da equipe multidisciplinar, auxiliando na elaboração do diagnóstico de saúde, objetivando o estabelecimento de prioridades em atividades já implantadas e outras a serem implantadas; manter sempre atualizadas as anotações no prontuário do cliente, anotando o que ele refere, diagnóstico, conduta e evolução da doença; prescrever terapia medicamentosa, orientando dosagem e via de administração; emitir laudos e pareceres a si pertinentes, quando da participação em auditorias e comissões técnicas; atender determinações legais, emitindo atestados, conforme a necessidade de cada caso; colaborar, participando na adequação e ou elaboração de programas de saúde, objetivando sistematização e melhora na qualidade dos serviços prestados (ações de saúde desenvolvidas); orientar equipe técnica-assistencial nas atividades que lhes forem delegadas; participar em ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; atender necessidades

da rede de saúde, na execução de suas atividades, obedecendo a diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de fazer melhoria na qualidade dos serviços; participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; efetuar atendimento nos serviços próprios da Secretaria e em domicílio; respeitar o código de ética médica; contribuir para a valorização do sistema único de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.8 FISIOTERAPEUTA

Proceder ao diagnóstico do estado de saúde dos pacientes, identificando sua capacidade funcional; emitir diagnóstico e prognóstico de situações de risco; planejar, controlar, supervisionar e executar tratamentos de afecções sequelares visando a redução das consequências das patologias; supervisionar, controlar, treinar, avaliar as atividades da equipe auxiliar; educar, treinar clientes na correção da postura, reeducando a funcionalidade de órgão afetados; manter controlados e atualizados os registros dos dados, usando-os na elaboração de relatórios estatísticos; manipular, controlar e orientar informações, materiais e equipamentos fisioterápicos; participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres a si pertinentes; participar das ações desenvolvidas pela prefeitura municipal; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.9 MÉDICO VETERINÁRIO

Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades; coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma; exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem; desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais; executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insetos nas exposições pecuárias; orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial; participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária; desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem; proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal; participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos; realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial; proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos; participar do planejamento e execução da educação rural; apresentar relatórios periódicos; desempenhar tarefas semelhantes.

5.1.10 FONOAUDIÓLOGO

Planejar e executar programas de prevenção auditiva; detectar, atender e encaminhar a clientela, na área de comunicação; desenvolver, programar e supervisionar treinamento de linguagem, fala, voz, compreensão do pensamento verbalizado; prestar orientações aos familiares e corpo docentes, sobre atitudes e responsabilidades na educação e/ ou reabilitação do educando; executar exames fonéticos de linguagem, audiometria e outros procedimentos apropriados, visando ao diagnóstico de limiares auditivos, além do estabelecimento do plano de sonoterapia; demonstrar técnicas de imitação de voz e respiração, orientando os treinamentos foniátricos, auditivos, de dicção e organização do pensamento expresso em palavras, objetivando a reeducação ou

reabilitação do cliente; detectar, pela avaliação, as deficiências de comunicação do cliente tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; elaborar e desenvolver projetos e programas de promoção humana e social para as pessoas que necessitam de seu trabalho; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.11 PSICÓLOGO

Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ ou encaminhamento a outras especialidades; participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada; executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas; atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos; participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços; participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.12 CONTADOR

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária; elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis; fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes; fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil, financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese; emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades; desempenhar outras tarefas afins

5.1.13 NUTRICIONISTA

Proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ ou serviços de nutrição nas áreas de saúde, educação e do trabalho, entre outros; realizar análise de carências nutricionais/ alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos; proceder ao controle de estoque, preparo, conservação,

além da distribuição de alimentos; contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população; participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações da vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho; cumprir o código de ética profissional; participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares; organizar cardápios e elaborar dietas; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.14 FARMACÊUTICO

Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas; fiscalização profissional sanitárias; participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação; gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos; atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos; informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente; atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde; participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública; executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico; atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais; atuar em farmácia clínica; participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos; atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos; executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários; atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado; programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos; fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados; coordenar, executar e supervisionar atividade específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente; executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas

, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas; assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante; orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço; assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas; prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.1.15 MONITOR DESPORTIVO

Promover atividades recreativas diversificadas, visando ao entretenimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos servidores e munícipes em geral; elaborar projetos e executar atividades recreativas; promover atividades lúdicas, estimulantes à participação; criar atividades recreativas e coordenar setores de recreação; administrar equipamentos e materiais para recreação; ministrar atividades de ginástica laboral, academias ao ar livre em clubes e ginásios municipais; desenvolver demais atividades afins.

6 - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM EXTINÇÃO:

6.1 AUXILIAR DE ENFERMAGEM:

Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação; executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem; usar equipamentos de proteção individual, providenciando a substituição sempre que houver algum dano; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; respeitar o código de ética profissional; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem; solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades; realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios; ministrar medicamentos por via oral e parenteral; realizar controle hídrico; fazer curativos; aplicar oxigenoterapia, nebulização, enterocisma, enema e calor ou frio; executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico; executar atividades de desinfecção e esterilização; executar outras tarefas afins.

6.2 AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

Exercer as atividades relacionadas à manutenção e conservação dos bens da municipalidade, tais como: reparos ou consertos em geral nos bens móveis e nas edificações; fazer instalações e encaamentos em geral; instalar, inspecionar e reparar instalações elétricas, interna e externa, luminárias e demais equipamentos de iluminação pública, cabos de transmissão; operar equipamentos de som; realizar outras tarefas afins.

6.3 ASSISTENTE:

Executar serviços de digitação em geral; atender usuários da biblioteca; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas, cartões e outros; codificar dados e documentos; preparar índices

e fichários, mantendo-os atualizados; providenciar material de expediente; confeccionar relatório de serviços diversos; selecionar e arquivar documentos; executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório; efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias; atender e transferir ligações telefônicas; selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais; prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; controlar e arquivar publicações oficiais; orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; proceder ao controle de provimento e vacância de cargos; estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, INSS; expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor; receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas; auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas; fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral; colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; realizar registros em geral; secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades; preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis; executar outras tarefas afins.

6.4 TELEFONISTA:

Operar centrais telefônicas, troncos e ramais; orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas; atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas; controlar e auxiliar as ligações de telefone automático; prestar informações gerais relacionadas com o órgão; manter registro de ligações à longa distância; receber e transmitir mensagens pelo telefone; comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa; fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito; propor normas de serviços e remodelação de equipamento; realizar trabalhos relativos a recepção; executar tarefas semelhantes e afins.

6.5 TÉCNICO EM CONTABILIDADE:

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; minutar contratos em geral; auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas; fazer anotações de ocorrências verificadas nos registros em geral; colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão; expedir atestados, preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; realizar registros em geral; secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades; guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral; efetuar o lançamento da receita orçamentária; expedir documentos de lançamento de receita; processar os documentos de controle da receita orçamentária; classificar a receita; emitir empenhos de despesas, relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitido no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária; efetuar balanço e balancete;

elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo; registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos; controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária; providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão; manter atualizadas as fichas de despesa e arquivo de registro contábil; conferir boletins de caixa; elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho; relacionar restos a pagar; reparar recursos financeiros; relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários; elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro; desempenhar outras tarefas afins.

Lei Nº.606, de 27 de Agosto de 2013

LEI Nº.606, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$231.173,20 (duzentos e trinta e um mil cento e setenta e três reais e vinte centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	7	01.0002	96.173,20

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0018.0	80.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	17	01.0001.0	55.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0000.0	5.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	13	01.0001.0	20.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	01.0001.0	10.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.027 – Manutenção do Transporte Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0019.0	80.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.365.0033.2.028 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30	01.0001.0	20.000,00

04.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA				
13.392.0013.2.030 – Manutenção das Atividades Culturais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	31	01.0000.0	15.000,00

04.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE				
27.812.0024.2.047 – Manutenção das Atividades Esportivas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000.0	20.000,00

27.812.0028.1.048 – Construção de Ginásio de Múltiplo Uso				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	36	01.0000.0	10.000,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO				
15.451.0036.1.032 – Obras de Infraestrutura Urbana				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	46	01.0000.0	5.000,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO				
15.782.0015.2.033 – Sinalização de Vias Públicas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	51	01.0000.0	2.273,20

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO				
17.512.0018.1.036 – Saneamento Básico Geral				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52	01.0000.0	5.000,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	58	01.0000.0	5.000,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO				
26.782.0041.1.046 – Obras de Infraestrutura Rural				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	61	01.0000.0	5.000,00

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.50.00.00.00	Transf. Inst. Priv. S/Fins Luc.	67	01.0000.0	5.000,00

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000.0	2.400,00

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
23.695.0022.2.043 – Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	72	01.0000.0	5.500,00

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 – Construções de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	78	01.0000.0	5.000,00

11.01 – FM AGRICULTURA DE CORONEL MARTINS				
20.601.0048.2.040 – Incentivo a Produção Vegetal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01	01.0000	5.000,00

11.01 – FM AGRICULTURA DE CORONEL MARTINS				
20.601.0048.2.040 – Incentivo a Produção Vegetal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.5.90.00.00.00	Aplicações Diretas	03	01.0000	1.000,00

11.01 – FM AGRICULTURA DE CORONEL MARTINS				
20.602.0046.2.041 – Incentivo a Produção Animal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 27 de agosto de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº. 139, de 28 de Agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 139, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e

da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Roseli Garbin, ocupante do Cargo de Servente Geral, por um período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 29 de agosto a 27 de setembro de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 28 de agosto de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 326, de 27 de Agosto de 2013.

LEI Nº 326, de 27 de agosto de 2013.

Autoriza a Cessão de Servidores Públicos Municipais à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Ceder Servidores Públicos Municipais à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para desenvolver suas atividades junto ao escritório municipal da CIDASC de Ermo.

§ 1º. A cedência será realizada mediante celebração de Termo de Convênio, com ônus para a origem.

§ 2º. O Servidor cedido deverá ser do quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Ermo e não poderá estar em Estágio Probatório.

§ 3º. O Servidor cedido deverá desempenhar, junto à CIDASC, as mesmas funções para os quais foi efetivado em Concurso Público.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 327, de 27 de Agosto de 2013.

LEI Nº 327, de 27 de agosto de 2013.

Altera a Lei 181, de 21 de dezembro de 2005, que Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei 181, de 21 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13

III - Aprovar:

a) o Plano Municipal de Educação, de duração decenal, em conformidade com os planos nacional e estadual de educação, garantida a participação das entidades representativas da comunidade escolar na sua elaboração;
".

"Art. 21

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças até 03 (três) anos de idade;

II - pré-escolas, para crianças a partir dos 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março."

"Art. 24 - O ensino fundamental, com duração mínima de 09 (nove) anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
".

"Art. 25 - A matrícula no ensino fundamental é obrigatória a partir dos seis anos de idade completados até 31 de março."

"Art. 27 - A jornada escolar no ensino fundamental garantirá aos alunos, no mínimo quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula ou em ambientes equivalentes envolvendo a participação de docentes, devendo ser progressivamente ampliado o período de permanência na escola para 08 (oito) horas diárias."

"Art. 31 - A carga horária de trabalho escolar prevista nesta lei fica assim distribuída:

I - no período diurno cinco aulas, de 6º ao 9º ano.

II - na educação infantil e até o 5º ano do ensino fundamental, 04 (quatro) horas de permanência do aluno na escola, podendo ser progressivamente ampliadas."

"Art. 37

Parágrafo único. Na educação infantil e nos 05 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) é admitida excepcionalmente, como formação mínima a obtida em nível médio, com habilitação de magistério na modalidade normal;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 328, de 27 de Agosto de 2013.

LEI Nº 328, de 27 de agosto de 2013.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a saber:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.050 - Construção e Reforma da Sede da Câmara Municipal de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta da anulação do seguinte item orçamentário:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 329, de 28 de Agosto de 2013.

LEI Nº 329, de 28 de agosto de 2013.

Autoriza a Alienação de Imóvel do Patrimônio Municipal e da outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 8 da Lei Orgânica Municipal, a alienar o seguinte bem imóvel que compõem o patrimônio municipal, mediante prévia avaliação e procedimento licitatório: um terreno urbano com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), constituído pelo Lote 22 da quadra 12 medindo 12,00 (doze) metros de frente por 20,00 (vinte) metros de fundo, com as seguintes confrontações: ao leste com a Rodovia SC 448, com 12,00 metros; ao oeste com Scolástica Pagani Simon, com 12,00 metros; ao sul com Scolástica Pagani Simon, com 20,00 metros; e ao norte com a Rua nº 12, com 20,00 metros, conforme Escritura sob matrícula nº 9.264. Com benfeitorias nela construída, constante de um prédio de alvenaria com 103,04 m² (cento e três vírgula zero quatro metros quadrados), localizado sito à Rodovia Irineu Bornhausen, s/n, nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 28 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 049, de 26 de Agosto de 2013.

DECRETO N.º 049, de 26 de agosto de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 116.228,65 (cento e dezesseis mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), a saber:

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0012.1.002 - Pavimentação de vias públicas e passeios públicos

4.4.90.00.00.00.00.0024 (45) - Aplicações Diretas R\$ 116.228,65

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de Convênio da fonte 0024 , Convênio nº 6365/2012-7 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional -SDR/ Araranguá.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 050, de 26 de Agosto de 2013.

DECRETO N.º 050, de 26 de agosto de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

4.4.90.00.00.00.00.0023 (16) - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de Convênio da fonte 0023.(Programa Requalifica UBS - Reforma).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 0101/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI COMPLEMENTAR nº 0101/2013. ALTERA O ANEXO II DO ARTIGO 10º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2006, QUE DISPÕE SOBRE A CARGA HORÁRIA E O VENCIMENTO DA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL E PLANO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FAXINAL DOS GUEDES, NA FORMA QUE ESPECIFICA. Art. 1º. Fica alterada somente a carga horária e vencimento da auxiliar de serviços gerais, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 10º. Do quadro de pessoal efetivo do Poder Legislativo Municipal: 1º - Parte Efetiva formada pelos seguintes cargos de: () omissos; V - Auxiliar de Serviços Gerais; CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais; VENCIMENTO: R\$ 1.094,00 (Um mil e noventa e quatro reais). Art. 2º. O valor acima mencionado é para cumprimento de carga horária de 40 horas semanais, estabelecendo-se proporcionalmente em relação à carga horária de 20 horas semanais. Art. 3º. Os gastos decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária da Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes, suplementado se necessário for. Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e promulgação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de agosto de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Oriundo do Projeto de Lei Complementar Legislativo 001/2013.

Lei Complementar Nº 102/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI COMPLEMENTAR nº 102/2013. FIXA NOVO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar: Art. 1º. Fica fixado o piso salarial em R\$-774,72(setecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate a Endemias, constantes da Lei Complementar 058 de 11 de dezembro de 2007 e Lei Complementar 059 de 11 de dezembro de 2007. § 1º. Em razão do novo piso salarial, fica alterado o Anexo I, Código 11.03, da Lei Complementar nº 047 de 29 de setembro de 2006 para adequação do piso. Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de Agosto de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Lei Complementar Nº 103/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI COMPLEMENTAR nº 103/2013. ALTERA O VALOR REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR 64/09, DA CÂMARA DE VEREADORES DE FAXINAL DOS GUEDES. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, discutiu, votou e aprovou a seguinte Lei Complementar: Art.1º - O valor da remuneração da Gratificação de Função para Controlador Interno da Câmara de Vereadores cujo cargo é comissionado passa ser de R\$ 1.000,00 (Um mil reais). Art.2º - Fica expressamente revogado o valor constante do anexo IV da Lei 64/2009 criado na estrutura da Lei Complementar 50/2006. Art.3º - Os gastos decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária vigente da Câmara Municipal, suplementada caso tiver necessidade. Art.4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e promulgação.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Projeto de Lei Complementar Legislativo 002/2013.

Lei Nº 2.299/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI nº 2.299/2013. INSTITUI O PROGRAMA DE ACOHLIMENTO PROVISÓRIO DENOMINADO "FAMÍLIA ACOHLhedora" NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º - Fica criado o Programa "FAMILIA ACOHLhedora", sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado ao acolhimento provisório de crianças, adolescentes e adultos residentes no Município de Faxinal dos Guedes. Art. 2º - O programa atenderá as crianças, adolescentes e adultos em situação de risco pessoal e social, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, cujos vínculos familiares estejam rompidos e/ou cujas famílias estejam impossibilitadas de cumprir sua função de proteção. Art. 3º - São objetivos do Programa: a) Acolher crianças e adolescentes com necessidade de afastamento temporário da família ou ambiente onde vive; oferecer proteção física e/ou psicológica por violência doméstica e preparar a criança ou adolescente para colocação em família substituta em caso de destituição do poder familiar. b) Oportunizar ao acolhido o convívio familiar, proporcionando condições para a superação das problemáticas que culminaram na acolhida; c) Mediar o acesso das famílias de origem na rede de atendimento regional visando sua proteção pessoal e social para que possam exercer a função de proteção; d) Acompanhar e avaliar as famílias de origem, identificando as possibilidades de resgate do vínculo da Criança e/ou Adolescente; e) Fortalecer a participação da sociedade na garantia do acesso aos direitos sociais do usuário da Política Pública de Assistência Social, em especial daquele abrangido pelos serviços de proteção social especial de alta complexidade. f) Oferecer capacitação as famílias acolhedoras, qualificando-as e ampliando seu universo informacional, para que esteja apta a realizar a acolhida. Art. 4º - Para participar do Programa "Família Acolhedora" os interessados deverão preencher os seguintes requisitos: I - Comprovar idade mínima de 25 anos e máxima de 65 anos; II - Ter diferença mínima de 16 anos entre a criança e/ou adolescente a ser acolhido; III - Residir no Município de Faxinal dos Guedes ou Xanxerê há no mínimo 01 (um) ano; IV - Não estar inscrito no cadastro de adoção das Varas da Infância e da Juventude; V - Possuir condição financeira que possibilite o atendimento das necessidades básicas do acolhido; VI - Os demais membros da família que residirem com o interessado deverão estar de acordo com o acolhimento provisório. VII - Ter avaliação

psicológica e social favorável; VIII - Os membros da família do interessado não poderão ter vínculos de parentesco com o acolhido; Art. 5º - A inscrição do interessado em participar do Programa "Família Acolhedora" será gratuita, feita através do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa com a apresentação dos seguintes documentos: I - Cópia da Carteira de Identidade e do CPF; II - Cópia da certidão de Casamento ou declaração de convivente; III - Comprovante de Residência; IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. V - Atestado Médico de Saúde Física e Mental; VI - Cópia de Identidade ou Certidão de Nascimento dos demais membros da família que residirem com o interessado; Art. 6º - A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial de responsabilidade da Equipe Técnica do Programa "Família Acolhedora". Parágrafo único - Após a emissão de parecer favorável à inclusão no Programa o interessado assinará o Termo de Adesão ao Programa "Família Acolhedora". Art. 7º - Cada família acolhedora poderá receber, no máximo, duas pessoas adultas ou crianças/adolescentes por período de guarda. Parágrafo único - Somente será permitido o acolhimento de mais de duas crianças ou adolescentes, durante o mesmo período de guarda, quando se tratar de grupo de irmãos. Art. 8º - As famílias acolhedoras tem a responsabilidade familiar pelas crianças, adolescentes e adultos acolhidos, responsabilizando-se pelo seguinte: I - Todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente; II - Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento do acolhimento; III - Prestar informações sobre a situação do acolhido; IV - Contribuir na preparação da criança e adolescente para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora; Art. 9º - Nos casos em que durante o acolhimento houver manifestação da família acolhedora pela interrupção dos serviços, deverá ser formalizada a desistência da guarda, mediante termo próprio, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento determinado pela autoridade judiciária. Art. 10º - A qualquer tempo, se verificadas condições de inadaptação do acolhido ou descumprimento das obrigações pela família acolhedora ocorrerá a interrupção do acolhimento; Art. 11º - O Tempo de acolhimento das crianças e adolescentes será instituído pelo Juizado de Infância e Adolescência da Comarca de Xanxerê, em conjunto com a Equipe Técnica que acompanha a família e com o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Faxinal dos Guedes, SC. Parágrafo único - Nos casos de acolhimento de adultos o período de acolhimento será definido de acordo com a avaliação da equipe técnica. Art. 12º - A família acolhedora cadastrada no programa, que estiver prestando os serviços de acolhimento receberá mensalmente um auxílio financeiro de 01 (um) salário mínimo nacional para contribuir nos custeios de 01 (um) acolhido. Parágrafo 1º - A família acolhedora que acolher 02 (dois) beneficiários no mesmo período, receberá um acréscimo no auxílio previsto no caput correspondente a 1/2 (meio) salário mínimo nacional. Parágrafo 2º - Nos de casos de acolhimento de mais de duas crianças e/ou adolescentes com vínculo consanguíneo no mesmo período, a família receberá um auxílio financeiro de 01 (um) salário mínimo nacional pelo primeiro acolhido, e pelos demais acolhidos perceberão o auxílio de 1/2(meio) salário mínimo nacional cada. Parágrafo 3º - O auxílio será pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação, sendo pago proporcionalmente aos dias de acolhimento quando estes forem menores do que o mês corrido. Art. 13º - São parceiros no Programa Família Acolhedora: I - Juizado e Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Xanxerê; II - Conselho Tutelar; III - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); IV - Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Art. 14º - A Equipe Técnica será composta: I - 01 (um) psicólogo; II - 01 (um) Assistente Social; Art. 15º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no que for necessário para seu fiel cumprimento.

Art. 16º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária vigente. Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 27 de Agosto de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Pregão Presencial Nº 0022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial nº 0022/2013. Processo licitatório nº: 0044/2013. Objeto: Aquisição de torneiras sem utilização de mãos para as salas de pronto atendimento e consultórios das unidades da secretaria municipal de saúde. Data do recebimento: 11/09/2013 as 09h00min. Data da Abertura: 11/09/2013 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2013.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL.

Contrato Nº. 0123/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0123/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME. Objeto: Aquisição de materiais permanentes e outros para a Secretaria de Educação. Valor: R\$ 6.495,00 (seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0065/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2013.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL.

Contrato Nº. 0124/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0124/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Atual informática e assistência técnica Ltda. Objeto: Aquisição de materiais permanentes e outros para a secretaria de educação. Valor: R\$ 7.879,00 (sete mil oitocentos e setenta e nove reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0065/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2013.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL.

Contrato Nº. 0125/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0125/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda. Objeto: Aquisição de materiais permanentes e outros para a secretaria de educação. Valor: R\$ 19.861,00 (dezenove mil oitocentos e sessenta e um reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0065/2013, na

Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Contrato Nº. 0126/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0126/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: MB Catarinense Me. Objeto: Aquisição de materiais permanentes e outros para a secretaria de educação. Valor: R\$ 4.839,00 (quatro mil oitocentos e trinta e nove reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0065/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Ata de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços Nº 027/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Ata de Registro de Preços nº 027/2013. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes. Contratado: Diagnósticos Via Imagem Ltda. Objeto: Contratação de prestador de serviço para a contratação de exames de ultrassonografias, densitometria e ecocardiogramas para o F.M.S de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.502/02 Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal nº 257/2010 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0039/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de agosto de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 129/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 129/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de setembro de 2013 às 08:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mails: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 27 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 130/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 130/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições (marmitas) a serem entregues nas dependências da contratante, conforme Convênio nº. 20/PMF/2013, firmado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, DEAP, Penitenciária Sul - Criciúma e o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de setembro de 2013 às 08:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 28 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 131/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 131/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a execução de serviços, com caminhões com caçamba, de forma parcelada, para serviços de transportes diversos no Município de Forquilha/SC, para o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de setembro de 2013 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 28 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 29/FMS/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 29/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos lotados na Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de setembro de 2013 às 10:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e/ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de agosto de 2013.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 44/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 44/2013
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 185/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CARLESSI ENGENHARIA COM. E CONST LTDA
DO PRAZO - O presente termo tem por objeto o reajuste da proposta inicial em R\$ 39.604,18 (trinta e nove mil seiscentos e quatro reais e dezoito centavos) para maior conforme solicitação da contratada e concordância da Gerência de Obras da contratante.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 08 de agosto de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 2058/2013

PORTARIA Nº 2.058, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.
Prorroga Redução de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1173/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a redução de carga horária de 20 (vinte) para 19 (dezenove) horas semanais a carga horária da servidora ANA PAULA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 061.946.419-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA INGLESA, pelo período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2059/2013

PORTARIA Nº 2.059, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.
Revoga prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1179/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.046, de 27 de agosto de 2013, que prorrogou o contrato da servidora RAFAELA ANDRESSA SETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF 085.001.439-59, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 03 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2060/2013

PORTARIA Nº 2.060, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme a comunicação interna n.º 1180/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 15 horas semanais o professor efetivo FERNANDO ANDRÉ MARQUES, que se encontra afastado em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RAFAELA ANDRESSA SETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.001.439-59, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 15 horas semanais, pelo período de 03 de setembro de 2013 até 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0009/2013

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0009/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2013 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para reforma do imóvel localizado sobre o Lote nº 10, Quadra nº 254, na rua Cruz e Souza, Centro, nesta cidade, com área total construída de aproximadamente 974,21 m² (antiga creche Estrelinha), de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 16.09.2013; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 28 de agosto de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº28/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 170/2013; DL nº. 28/2013; Contratada: Farmácia Garopaba Ltda. - ME; CNPJ: 02.613.240/0001; Objeto: Aquisição de medicamentos para atender a mandado judicial; Valor: R\$ 11.823,00 (Onze mil oitocentos e vinte e três reais); Data da Assinatura: 26/06/2013.

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 195/2013

DECRETO Nº 195, de 27 de agosto de 2013
CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DOS FESTEJOS DO CINQUENTENÁRIO DE GARUVA.

O Prefeito Municipal de GARUVA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Organizadora dos Festejos do Cinquentenário de Garuva, à qual compete deliberar sobre a programação, organização, captação de recursos e administração dos festejos de comemoração dos 50 anos da fundação de Garuva.

Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta pelas entidades abaixo discriminadas que indicarão um membro titular e um suplente, no prazo de até 10 (dias) após a publicação do presente Decreto:

- I. Gabinete do Prefeito;
- II. Secretaria de Educação;
- III. Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte;
- IV. Rotary;
- V. Associação Comercial e Industrial de Garuva;
- VI. Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º - Caberá ao Gabinete do Prefeito a coordenação geral dos eventos mencionados no artigo 1º do presente Decreto.

Art. 4º - O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado de relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 196/2013

DECRETO Nº 196, de 27 de agosto de 2013

"Delega poderes aos Gestores dos Fundos Municipais de Saúde e Desenvolvimento Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, artigos 62, 66 e 79, a Lei Complementar 44/2009 e, Considerando a necessidade de descentralizar as ações administrativas do município;

Considerando que são objetivos da Administração o aperfeiçoamento, a celeridade, a economicidade, e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;

Considerando que a delegação de competência prevista nos artigos retrocitados tem por objetivo acelerar a decisão dos assuntos de interesse público ou da própria administração;

Considerando a necessidade de dar celeridade aos procedimentos contábeis e financeiros do Município, em atenção ao princípio da eficiência, consagrado no artigo 37 caput da Constituição Federal; Considerando que a delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, mas compartilhamento e solidariedade, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação;

DECRETA:

Art. 1º Designar o Secretário Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação como ordenadores de despesa do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n.º 11.303.923/0001-39 e Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, CNPJ 03.145.945/0001-30, respectivamente, inclusive para:

I - assinar empenhos;

II - autorizar pagamentos, suprimentos e dispêndio de recursos; e

III - realizar pagamento.

Art. 2ª A mudança do titular do cargo não acarreta a cessação da delegação.

Art. 3º Fica revogado o inciso IV, do artigo 2º do Decreto n.º 188/2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 492/2013

PORTARIA Nº 492, de 27 de agosto de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que

não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor a contar de 27 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

**ANEXO I
REGIME ESTATUTÁRIO**

Cargo: Motorista de Veículos Pesados (concurso 001/2012)		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100205	Vonei Grabowski	3º
Cargo: Motorista de veículos leves (concurso 001/2009)		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
85	Valmiria Laffin	6º

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 495/2013

PORTARIA Nº. 495 de 28 de agosto de 2013

"Constitui o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação."

O Prefeito de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, composto pelos membros do Conselho Municipal de Educação e dirigente da rede municipal de ensino.

Art. 2º O Comitê tem a atribuição de mobilizar a sociedade e acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - na rede municipal.

Art. 3º Nomear os seguintes membros para compor o "Comitê do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação":

Adriane Beatriz Moecke Galando - Secretária de Educação

Marlene Terezinha Amaral - Presidente do Conselho Municipal de Educação

Andréia dos Santos - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Jucélia de Souza - Membro do Conselho Municipal de Educação

Andressa Lucila Duarte - Membro do Conselho Municipal de Educação

Claudia Pereira da Silva Reguelim - Membro do Conselho Municipal de Educação

Melissa Rodrigues de Lima da Silva - Membro do Conselho Municipal de Educação

Regina Fock Froehlich - Membro do Conselho Municipal de Educação

Silvana Mews - Membro do Conselho Municipal de Educação
 Maria Edlamar Aguiar Costa - Membro do Conselho Municipal de Educação
 Fabiane Bisewski - Membro do Conselho Municipal de Educação
 Cleusa Regina de Vargas de Araújo - Membro do Conselho Municipal de Educação
 Michele dos Santos Licetti Alves - Membro do Conselho Municipal de Educação
 Art. 4º A Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
 Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
 Prefeito Municipal

Edital de Teste Seletivo Nº 13/2013 **EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 013/2013**

Considerando a necessidade de contratação temporária de CUIDADOR para prestar serviço para a Secretaria de Desenvolvimento Social, na Casa de Acolhimento provisório de Garuva;
 Considerando, justificativa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

Considerando, a demanda e a permanência de crianças e adolescentes abrigados;

Considerando, que o serviço de atendimento de proteção social é de alta complexidade, um serviço permanente e contínuo no município;

A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público, torna público que estão abertas as inscrições para o preenchimento de 05 (cinco) vagas para cadastro de reserva de CUIDADOR, para atuar no Abrigo Provisório, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado.

I – DAS VAGAS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO
 O Candidato concorrerá à vaga oferecida conforme o seguinte quadro demonstrativo:

CARGO	VAGAS (cadastro de reserva)	ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	Habilitação Exigida p/ o Cargo
Cuidador	06	Trabalhar especificamente no Abrigo do Município, acolhendo e responsabilizando-se pelos cuidados com alimentação, higiene e proteção da criança e do adolescente, colaborando para o processo educacional	220 h/m Regime de escala	R\$ 930,62	Ensino médio, Avaliação Psicológica

II – DAS INSCRIÇÕES

1. O período para as inscrições será de 28 de Agosto a 06 de Setembro de 2013.

2. O local das inscrições: será na Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecida na Rua Padre José Novack, nº 1047, Centro, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

3. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se dará a prova.
 4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida.
 5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Presidente da Comissão homologará as inscrições, publicando-as e fixando-as no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, no dia 09/09/2013, a partir das 14:00 horas..
 6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- * nacionalidade brasileira
- * idade mínima de dezoito anos
- * quitação com as obrigações eleitorais e militares
- * aptidão física e mental

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. - Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

Fotocópia da Carteira de Identidade;

01 foto 3x4;

Comprovante de residência;

Comprovante de votação nas 02 (duas) últimas eleições, ou Certidão de quitação eleitoral.

V – DO REGIME EMPREGATÍCIO

1 - Os habilitados e classificados no teste serão admitidos em caráter temporário com base na Lei Complementar 018/2002 e estarão sob o regime da Lei Complementar Municipal n. 001/98, demais normas pertinentes e de Convênio caso houver.

Os documentos abaixo deverão ser apresentados para formalização da Admissão:

Cópia simples dos seguintes documentos:

Certidão de nascimento (se solteiro)

Certidão de casamento (se casado)

Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)

RG e CPF

Título de eleitor

Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)

Cartão do PIS/PASEP

Certificado de reservista (p/ homens)

Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos

Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos

Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)

Certidão negativa de antecedente criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM)

Certidão de quitação eleitoral (www.tse.gov.br)

Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br)

Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)

Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida

pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal

Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário

01 foto 3x4 RECENTE

Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)

Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

Exame médico admissional (Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

Comprovante de grau de escolaridade (DIPLOMA OU HISTÓRICO)

VI – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

1 - Para efeito de seleção os candidatos serão avaliados em duas etapas, mediante prova escrita e avaliação psicológica necessário para o desempenho da função de Cuidador:

1º ETAPA – PROVA ESCRITA

1 - A prova escrita será realizada no dia 13/09/2013, das 08:00 até às 11:00 h na Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecida na Rua Padre José Novack, nº 1047, Centro.

2 - Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após as 08:00 h.

3 - A prova escrita consistirá em 10 (dez) questões objetivas e uma redação.

4 - A Prova objetiva será valorada de 0 (zero) a 10,0 (dez).

5 - A redação será valorada de 0 (zero) a 10,0 (dez).

6 - Será classificado para a segunda etapa o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, na média aritmética das duas avaliações citadas acima.

7- O resultado da prova escrita, bem como local, data da avaliação psicológica e data do resultado final será divulgado no mural da Prefeitura Municipal e no site no município no dia 16/09/2013.

2º ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLOGICA

1.A avaliação psicologia será realizada por profissional psicólogo, em data pré determinada, sendo que o candidato deverá ser considerado apto para exercer a função.

2. A avaliação psicológica consiste em entrevista e aplicação de testes.

3. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e numero de filhos. O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filho prevalecerá sobre o outro.

VII - DOS RECURSOS

1 – Caberá recurso, desde que devidamente formalizado e fundamentado, através de requerimento escrito, em cada ato do processo seletivo publicado, diretamente a Comissão do Teste Seletivo, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

VIII – DA CONVOCAÇÃO

1 – A convocação dos candidatos aprovados será realizada por meio de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: WWW.garuva.sc.gov.br.

2 – Caso sejam necessárias convocações posteriores, estas se darão através de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: WWW.garuva.sc.gov.br

3 – O candidato quando convocado deverá comparecer pessoalmente para a realização do exame admissional e apresentação da documentação descrita no capítulo V – item I, deste edital, não sendo possível se fazer substituir ou representar por outra pessoa.

4 – O candidato que não atender à convocação para sua

contratação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), será considerado desistente.

IX – DA RESERVA

1. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 01 (um) ano.

2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

X – DA VALIDADE DO TESTE SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Teste Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e Leis em vigor.

A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

O Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Garuva, por conveniência administrativa ou em hipótese do preenchimento da vaga por concurso público.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo, através da Portaria nº. 488/2013

Garuva, SC, 27 de agosto de 2013.

VANESSA MARILING BACKES NAGEL

Presidente da Comissão

Portaria nº. 488/2013

ANEXO I

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: Cuidador	CARREIRA: Operacional I
CLASSE: I, II e III	REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Trabalhar especificamente no Abrigo do Município, acolhendo e responsabilizando-se pelos cuidados com alimentação, higiene e proteção da criança e o adolescente, colaborando para o processo educacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA – Responsabilidades e Atribuições:

Organização e realizar a rotina doméstica e o espaço residencial; Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;

Zelar e contribuir para conforto e bem estar da criança e/ou adolescente;

Pernoitar no abrigo, conforme escala de trabalho pré-definida pela Secretaria de Desenvolvimento Social;

Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);

Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;

Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;

Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicológico ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;

Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social). Repassar todas as rotinas da criança e/ou adolescente para os técnicos do Abrigo, quando solicitado;
_ Outras atividades relacionadas aos cuidados básicos da criança e/ou adolescente.

FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO: Ensino Médio e avaliação psicológica.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA
2. Estatuto do Servidor (LC 001/98)
3. Noções de higiene, alimentação e cuidados de menores;

Edital de Teste Seletivo Nº 14/2013

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 014/2013

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPE-RADOR DE MÁQUINA para prestar serviço para a Secretaria de Estratégias Rurais, haja vista a importância do cumprimento das atividades no interior do Município;

Considerando, justificativa da Secretaria de Estratégias Rurais; Considerando, que não há mais candidatos no Concurso Público 001/2012;

Considerando, desistência de candidato do último processo seletivo;

A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público de contratação de profissional Operador de Máquina, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais.

I - DAS VAGAS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO
O Candidato concorrerá à vaga oferecida conforme o seguinte quadro demonstrativo:

CARGO	VAGAS	ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	Habilitação Exigida p/ o Cargo
Operador de Máquina	02	Operar máquinas de construção civil, tratores e motoniveladora a fim de executar atividades relativas a serviços públicos, dentro das especificações, zelando pela conservação da máquina.	220 h/m	R\$ 1.219,15	
Ensino Fundamental- CNH categoria "D"					

II - DAS INSCRIÇÕES

1. O período para as inscrições será de 28 de Agosto a 05 de Setembro de 2013.
2. O local das inscrições: será na Sede da Prefeitura Municipal de Garuva, na Secretaria de Estratégias Rurais, situada na Avenida Celso Ramos, 1614 - Centro - Garuva/SC, das 08:00 às 12:00

horas e das 13:30 às 17:00 horas.

3. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se dará a prova.
4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida.
5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Presidente da Comissão homologará as inscrições, publicando-as e fixando-as no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, no dia 06/09/2013.
6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

III - DOS REQUISITOS

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- * nacionalidade brasileira
- * idade mínima de dezoito anos
- * quitação com as obrigações eleitorais e militares
- * aptidão física e mental

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. - Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- 01 foto 3x4;
- Comprovante de residência;
- Certidão de quitação eleitoral.

V - DO REGIME EMPREGATÍCIO

- 1 - Os habilitados e classificados no teste serão admitidos em caráter temporário com base na Lei Complementar 018/2002 e estarão sob o regime da Lei Complementar Municipal n. 001/98, demais normas pertinentes e de Convênio caso houver.

Os documentos abaixo deverão ser apresentados para formalização da Admissão:

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. CNH categoria "D"
6. Título de eleitor
7. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
8. Cartão do PIS/PASEP
9. Certificado de reservista (p/ homens)
10. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
13. Certidão negativa de antecedente criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM)
14. Certidão de quitação eleitoral (www.tse.gov.br)
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br)
16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
20. 01 foto 3x4 RECENTE
21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)
23. Exame médico admissional (Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

1. Comprovante de grau de escolaridade (DIPLOMA OU HISTÓRICO)

VI - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

1 - Para efeito de seleção os candidatos serão avaliados mediante prova escrita e prova prática.

2 - A prova escrita será realizada no dia 10/09/2013 (terça-feira), das 09h00min até as 11h00min na Prefeitura Municipal de Garuva, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 - Centro - Garuva/SC.

3 - Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após as 09h00min.

4 - Só poderá participar da prova prática, o candidato que comparecer na prova escrita, caso não compareça na referida etapa, o candidato estará automaticamente desclassificado.

5 - A prova escrita consistirá em 10 (dez) questões, 05 (cinco) de conhecimentos gerais da atualidade, e 05 (cinco) de conhecimentos específicos do cargo.

6 - A Prova será valorada de 0 (zero) a 10 (dez).

7 - A prova prática dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

- Checagem do equipamento
- Organização;
- Asseio;
- Manuseio da máquina

8. A prova prática será realizada no dia 10/09/2013 (terça-feira) às 14h00min, na Prefeitura Municipal de Garuva, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 - Centro - Garuva/SC e será valorada de 0 (zero) a 10 (dez).

9 - Será classificado o candidato que na média das duas notas obtiver nota igual ou superior 5,0 (cinco), o candidato que obtiver a maior pontuação será classificado como primeiro colocado.

10. - O resultado final com a respectiva classificação será publicado no dia 12 de setembro de 2013, após as 13h30min., no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, mural da Câmara de Vereadores e site: www.garuva.sc.gov.br

11. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos. O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filho prevalecerá sobre o outro.

VII - DOS RECURSOS

1 - Caberá recurso, desde que devidamente formalizado e fundamentado, através de requerimento escrito, em cada ato do processo seletivo publicado, diretamente a Comissão do Teste Seletivo.

VIII - DA CONVOCAÇÃO

1 - A convocação dos candidatos aprovados será realizada por meio de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: www.garuva.sc.gov.br, no dia 16/09/2013.

2 - Caso sejam necessárias convocações posteriores, estas se darão através de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: www.garuva.sc.gov.br.

3- O candidato quando convocado deverá comparecer pessoalmente para a realização do exame admissional e apresentação da

documentação descrita no capítulo V - item 1, deste edital, não sendo possível se fazer substituir ou representar por outra pessoa.

4- O candidato que não atender à convocação para a sua contratação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), será considerado desistente.

IX - DA RESERVA

1. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 01 (um) ano.

3. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

X - DA VALIDADE DO TESTE SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Teste Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e Leis em vigor.

2. A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

3. Os candidatos serão contratados por 06 (seis) meses podendo o contrato ser prorrogado.

4. O Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Garuva, por conveniência administrativa ou em hipótese do preenchimento da vaga por concurso público.

5. A atualização do endereço e de telefone é de inteira responsabilidade do candidato, e deverá ser feita no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, Garuva/SC.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo, através da portaria nº. 491/2013.

Garuva/ SC, 27 de agosto de 2013.

AROLDO ACORDI

Presidente da Comissão

Portaria nº. 491/2013

Gaspar

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 160/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 160/2013

OBJETO: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 16/09/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 16/09/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 27/08/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 159/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 159/2013

OBJETO: Locação de bem imóvel, contendo terreno de 5.607,90m² e área total construída de 1.815,00m², destinado às instalações do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar/SC. CONTRATADO: LINCE PART. E EMPREENDIMENTOS LTDA (75.278.085/0001-73). VALOR TOTAL: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 28 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo À Ata de Registro de Preço Nº 26/2013 - Pregão Presencial Nº 77/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2013

O objeto deste Termo Aditivo é Revisão do preço, para menos, do item nº 11 - Caixa Plástica Vazada para Legumes e Frutas -conforme acordado com a empresa vencedora do item, da Ata de Registro de Preço nº 26/2013, oriunda do Pregão Presencial nº 77/2013.

Gaspar/SC, 27 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1541/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFC2853	54534746E	6637/2	30/07/2013	230 * IX
LXX4650	54534721E	6408/0	29/07/2013	221
LYF9464	54534723E	6637/2	29/07/2013	230 * IX
LYI9203	54534496E	6599/2	01/08/2013	230 * V
LYI9203	54534497E	6637/1	01/08/2013	230 * IX
LYI9203	54534498E	6408/0	01/08/2013	221
LYI9203	54534499E	6637/2	01/08/2013	230 * IX
LYI9203	54534500E	6769/2	01/08/2013	230 * XXII
LYO1304	54534730E	6637/2	30/07/2013	230 * IX
LZV3560	54534490E	6599/2	01/08/2013	230 * V
LZV3560	54534492E	6637/2	01/08/2013	230 * IX
MBD7845	54534727E	6637/2	30/07/2013	230 * IX
MDN9255	54534015E	5053/1	11/07/2013	162 * VI
MDZ9453	54534712E	7340/0	29/07/2013	252 * IV
MEB9081	54534728E	6602/0	30/07/2013	230 * VI
MGA1737	54534714E	6556/4	29/07/2013	230 * I
MHR2040	54534486E	5010/0	30/07/2013	162 * I
MHR2040	54534487E	7340/0	30/07/2013	252 * IV
MIH4854	54534713E	6556/4	29/07/2013	230 * I
MIT2625	55636747D	6637/2	30/07/2013	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1542/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAL1759	54534395E	5541/2	16/07/2013	181 * XVII
ACA4053	8147003588	7455/0	02/08/2013	218 * I
AFZ0020	54534420E	5819/1	28/07/2013	193
AFZ0020	54534421E	5720/0	28/07/2013	186 * I
AIZ3803	8147003340	7455/0	24/07/2013	218 * I
AKJ9104	8147003415	7455/0	01/08/2013	218 * I
AMN8777	54534071E	5541/2	27/06/2013	181 * XVII
AQA3862	54534726E	5185/1	30/07/2013	167
BVM7948	54534508E	6050/1	02/08/2013	208
CFQ6582	8147003635	7455/0	02/08/2013	218 * I
CMY4307	54534605E	5541/1	03/08/2013	181 * XVII
DIL3843	8147003386	7455/0	24/07/2013	218 * I
DLC0962	8147003368	7455/0	24/07/2013	218 * I
DSN0767	8147003374	7455/0	24/07/2013	218 * I
HVO4313	54534401E	5541/2	16/07/2013	181 * XVII
ISF8787	8147003628	7455/0	02/08/2013	218 * I
KAB2218	54534557E	5185/1	30/07/2013	167
LXR5829	54534418E	5851/2	27/07/2013	197
LXS9167	8147003482	7455/0	01/08/2013	218 * I
LXX4800	8147003669	7455/0	02/08/2013	218 * I
LYA8007	8147003449	7455/0	01/08/2013	218 * I
LYD9830	55636889D	7030/2	30/07/2013	244 * I
LYG3470	8147003464	7463/0	01/08/2013	218 * II
LYI0646	8147003526	7455/0	01/08/2013	218 * I
LYR4310	8147003592	7455/0	02/08/2013	218 * I
LYV0060	8147003527	7455/0	01/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZG9882	8147003366	7455/0	24/07/2013	218 * I
LZK1275	8147003427	7455/0	01/08/2013	218 * I
LZS8834	8147003539	7455/0	01/08/2013	218 * I
LZV3560	54534491E	7366/2	01/08/2013	252 * VI
MAH5998	54534432E	6050/1	29/07/2013	208
MAJ7623	54534554E	5185/1	30/07/2013	167
MAM6210	8147003546	7455/0	01/08/2013	218 * I
MAM8285	55636951D	5819/7	10/07/2013	193
MAN1127	8147003554	7463/0	02/08/2013	218 * II
MAY9976	8147003398	7455/0	24/07/2013	218 * I
MAZ5145	55629837D	5746/3	06/07/2013	187 * I
MBE7343	8147003334	7455/0	24/07/2013	218 * I
MBJ0973	8147003434	7455/0	01/08/2013	218 * I
MBO6486	54534510E	6050/1	02/08/2013	208
MCZ8389	8147003531	7455/0	01/08/2013	218 * I
MDL0707	8147003642	7463/0	02/08/2013	218 * II
MEA6809	8147003551	7455/0	02/08/2013	218 * I
MED0147	8147003471	7455/0	01/08/2013	218 * I
MEI4921	8147003382	7463/0	24/07/2013	218 * II
MEK9166	8147003439	7455/0	01/08/2013	218 * I
MEQ0366	8147003507	7455/0	01/08/2013	218 * I
MFC4886	8147003329	7455/0	24/07/2013	218 * I
MFG1432	8147003648	7455/0	02/08/2013	218 * I
MFI8769	8147003443	7455/0	01/08/2013	218 * I
MFM3059	8147003629	7455/0	02/08/2013	218 * I
MFP1775	8147003490	7455/0	01/08/2013	218 * I
MFY1349	54534715E	5185/1	29/07/2013	167
MFY7274	55636919D	7366/2	06/07/2013	252 * VI
MGC4853	55636743D	7030/2	26/07/2013	244 * I
MGF2705	8147003668	7455/0	02/08/2013	218 * I
MGH2560	54534391E	5541/2	15/07/2013	181 * XVII
MGJ3842	8147003350	7463/0	24/07/2013	218 * II
MGO6159	54534447E	5541/2	23/07/2013	181 * XVII
MGR8141	55634382D	5908/0	30/07/2013	202 * I
MGT2220	8147003328	7455/0	24/07/2013	218 * I
MGU2148	8147003522	7455/0	01/08/2013	218 * I
MGZ7334	8147003390	7463/0	24/07/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB9417	8147003586	7455/0	02/08/2013	218 * I
MHD1129	54534425E	5541/2	17/07/2013	181 * XVII
MHD3099	8147003630	7455/0	02/08/2013	218 * I
MHQ0929	8147003627	7455/0	02/08/2013	218 * I
MHQ4404	8147003606	7455/0	02/08/2013	218 * I
MHR2898	8147003650	7455/0	02/08/2013	218 * I
MHU8456	8147003385	7463/0	24/07/2013	218 * II
MHU8456	8147003467	7463/0	01/08/2013	218 * II
MII0343	8147003389	7463/0	24/07/2013	218 * II
MIK8847	8147003645	7455/0	02/08/2013	218 * I
MIL6946	8147003529	7455/0	01/08/2013	218 * I
MIL9619	55636744D	7030/2	26/07/2013	244 * I
MIM1358	8147003666	7455/0	02/08/2013	218 * I
MIO1640	8147003537	7455/0	01/08/2013	218 * I
MIP8239	8147003597	7463/0	02/08/2013	218 * II
MIR3434	8147003354	7455/0	24/07/2013	218 * I
MIU8828	8147003377	7455/0	24/07/2013	218 * I
MJA1318	55636968D	7366/2	12/07/2013	252 * VI
MJA2861	54534488E	5568/0	31/07/2013	181 * XIX
MJD9305	8147003341	7463/0	24/07/2013	218 * II
MJG3001	54534707E	5835/0	28/07/2013	195
MJI7587	55636218D	5819/7	05/07/2013	193
MJL1201	8147003419	7455/0	01/08/2013	218 * I
MJN4633	8147003479	7463/0	01/08/2013	218 * II
MJZ5360	8147003460	7455/0	01/08/2013	218 * I
MJZ7575	8147003363	7463/0	24/07/2013	218 * II
MKB9933	55636882D	6050/1	27/07/2013	208
MKB9933	55636883D	5185/2	27/07/2013	167
MKC6691	8147003438	7455/0	01/08/2013	218 * I
MKE0082	54534445E	5541/2	23/07/2013	181 * XVII
MKT1010	8147003655	7455/0	02/08/2013	218 * I
MLA0723	55636448D	5568/0	08/07/2013	181 * XIX
MLH2133	55636888D	7030/2	30/07/2013	244 * I
MLX5220	8147003342	7463/0	24/07/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1543/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTJ5043	55636460D	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
MJD9305	55635500D	6920/0	10/06/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1544/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DMG6313	8147002530	7463/0	31/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
IHC4711	55636502D	5541/2	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ISF8787	55636297D	5541/2	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBH3044	55636286D	5541/2	03/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX3832	8147002834	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX0073	8147002371	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGZ4574	55636528D	5541/2	06/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP3679	8147002951	7455/0	18/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLX2920	8147002921	7455/0	18/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1545/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DPF6722	55633939D	6920/0	02/08/2013	233
IFI9771	55636963D	6599/2	11/07/2013	230 * V
IFI9771	55636965D	6637/2	11/07/2013	230 * IX
LXZ8544	54534543E	6726/1	07/08/2013	230 * XVIII
MAJ3646	54534032E	6556/1	16/07/2013	230 * I
MAJ3646	54534033E	5010/0	16/07/2013	162 * I
MAJ3646	54534034E	5118/0	16/07/2013	164 c/c 162 * I
MAM1914	54534047E	6637/2	18/07/2013	230 * IX
MAM1914	54534048E	6556/1	18/07/2013	230 * I
MBV8880	54534601E	6637/2	02/08/2013	230 * IX
MCN1361	54534457E	6408/0	29/07/2013	221
MCN1361	54534465E	6637/2	29/07/2013	230 * IX
MCN1361	54534468E	5010/0	29/07/2013	162 * I
MCN1361	54534469E	5118/0	29/07/2013	164 c/c 162 * I
MCP2388	55633930D	6920/0	30/07/2013	233
MDI0927	55636225D	6912/0	02/08/2013	232
MGB0169	55588985D	6700/0	02/08/2013	230 * XVI
MGB0169	55588986D	6408/0	02/08/2013	221
MGM9693	55636445D	6599/2	08/07/2013	230 * V
MGM9693	55636447D	6637/1	08/07/2013	230 * IX
MLC7552	55636227D	6912/0	02/08/2013	232
MLC7552	55636228D	7340/0	02/08/2013	252 * IV
MMM6800	55633943D	6920/0	05/08/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1546/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BDO6363	55636824D	5541/2	17/06/2013	181 * XVII
CAD8511	8147003644	7463/0	02/08/2013	218 * II
CIY3695	54534685E	5541/2	29/07/2013	181 * XVII
IFI9771	55636964D	5185/1	11/07/2013	167
IHC4711	54534054E	5541/2	26/06/2013	181 * XVII
IOA7152	54534564E	6050/1	02/08/2013	208
JFU9292	54534060E	5541/2	27/06/2013	181 * XVII
JPH1130	54534690E	5541/2	29/07/2013	181 * XVII
KQZ6466	54534663E	5541/2	26/07/2013	181 * XVII
KXX3976	8147003493	7455/0	01/08/2013	218 * I
LUY3203	54534901E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
LXQ2363	8147003367	7455/0	24/07/2013	218 * I
LYT6041	54534694E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
LYV4873	54534652E	5541/2	23/07/2013	181 * XVII
MAL9262	55636382D	6050/1	04/07/2013	208
MAM1914	54534046E	5185/1	18/07/2013	167
MAY9022	54534696E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
MBE2304	54534909E	5541/2	31/07/2013	181 * XVII
MBF1833	54534087E	5541/2	27/06/2013	181 * XVII
MBO9159	8147003656	7455/0	02/08/2013	218 * I
MCG6692	55635813D	7366/2	27/06/2013	252 * VI
MCI8000	8147003651	7455/0	02/08/2013	218 * I
MCN1361	54534464E	5185/1	29/07/2013	167
MCO5239	54534683E	5541/2	29/07/2013	181 * XVII
MCX4846	54534908E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
MDI0927	55636226D	5185/2	02/08/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB6600	55636943D	5541/2	26/06/2013	181 * XVII
MEO2675	54534671E	5541/2	26/07/2013	181 * XVII
MEV2908	55590077D	5207/0	10/07/2013	169
MEX4217	55589567D	5541/1	14/07/2013	181 * XVII
MEY3130	54534675E	5541/2	27/07/2013	181 * XVII
MFV8661	8147003598	7455/0	02/08/2013	218 * I
MFY2417	54534566E	6041/2	03/08/2013	207
MGD5337	55636934D	5541/2	25/06/2013	181 * XVII
MGM9693	55636446D	5568/0	08/07/2013	181 * XIX
MGV2465	54534563E	5541/1	01/08/2013	181 * XVII
MGV2465	8147003423	7455/0	01/08/2013	218 * I
MHC6915	8147003491	7455/0	01/08/2013	218 * I
MHK2740	8147003424	7455/0	01/08/2013	218 * I
MIB7662	8147003401	7455/0	24/07/2013	218 * I
MIG2223	54534665E	5541/2	26/07/2013	181 * XVII
MJM3377	55590211D	5967/0	02/08/2013	203 * V
MJR8263	54534907E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
MKF9353	54534684E	5541/2	29/07/2013	181 * XVII
MKO0666	8147003476	7463/0	01/08/2013	218 * II
MKT2941	54534700E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
MKX2211	54534693E	5541/2	30/07/2013	181 * XVII
MLJ7441	55636718D	5835/0	12/07/2013	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1547/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFW0569	55635524D	6637/2	04/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
AFW0569	55635525D	6670/0	04/06/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MGS4437	55636352D	6556/5	19/06/2013	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1548/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BUA4471	8147002289	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
DFN3867	8147002564	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
DSJ2884	8147002333	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
GOJ7267	8147002295	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
IGU3412	55636573D	5541/2	07/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IKP6655	55635867D	5746/3	17/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
ITL0009	55632539D	5541/2	14/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ3489	55634373D	5622/1	20/06/2013	R\$ 53,20	182 * VI
LYQ6934	8147002269	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYV0272	8147002572	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZJ5812	8147002545	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX9339	8147002296	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDJ0464	8147002278	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDT4089	8147002515	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDV2524	55635292D	5568/0	28/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEE1164	55634946D	5541/1	13/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP0191	8147002552	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFJ0990	8147002579	7463/0	31/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFY6293	8147002327	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS4437	55636353D	5185/1	19/06/2013	R\$ 127,69	167
MGX1503	55630913D	6050/1	27/11/2012	R\$ 191,53	208
MIJ4135	8147002317	7463/0	28/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIJ6719	8147002243	7455/0	24/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ6719	8147002383	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJR0932	8147002407	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV5193	8147002304	7463/0	28/05/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLS8400	55636643D	5541/2	12/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM5030	8147002544	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 01/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2013

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2011.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ele decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2011, na forma do Parecer Prévio nº 0187/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado em 10 de dezembro de 2012, no processo nº PCP-12/00128556.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 27 de agosto de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Resolução Nº 54/2013

RESOLUÇÃO Nº 54/2013

AUTORIZA MUDAR DE OPERADORA DE TELEFONIA FIXA E DE INTERNET, PASSANDO DA "OI" PARA A "GVT".

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a abertura de mercado no setor de telecomunicações aliada às respectivas tecnologias oportunizou, desde o ano de 2002, várias empresas entrar no polo de fornecedores desses serviços, incluindo os de telefonia fixa e internet;

CONSIDERANDO que a existência de vários fornecedores gera, aos consumidores, diversidade de opções na escolha entre prestadores, custo e benefícios;

CONSIDERANDO que o contrato atual com a fornecedora "OI" gera a esta Casa Legislativa um gasto com telefonia fixa em torno de R\$ 800,00/mês e que a velocidade de internet é de 5MB, apenas;

CONSIDERANDO que a empresa Global Village Telecom Ltda (GVT) oferece plano de assinatura "GVT Ilimitado Local" no valor mensal de R\$ 272,60 incluído nele: (i) 35Megas Wi-Fi para internet; (ii) minutos ilimitados para qualquer número fixo e em qualquer horário; (iii) ligações longa distância nacional ilimitadas para números GVT e para mais de 4.500 localidades GVT com preço de local com 25, a R\$ 0,18; (iv) possibilidade de cadastrar até 2 números de celulares locais para utilizar até 50 minutos de ligações gratuitas; (v) 4 linhas portadas ou novas; e (vi) isenção da taxa de instalação; e

CONSIDERANDO que a gestão pública deve nortear seus atos ao encontro dos princípios que regem toda a Administração Pública Brasileira, e que dentre os princípios encontramos o da eficiência, que enquadra atingir ao máximo o interesse público com o mínimo de sacrifício ao erário,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado à Câmara Municipal firmar contrato com

a empresa Global Village Telecom Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.420.926/0001-24, com sede no município de Maringá (PR), cujo objeto será a prestação do serviço telefônico Fixo Comutativo, cuja minuta contratual segue anexa a esta Resolução.

Art. 2º O valor mínimo do contrato será de R\$ 272,60 (duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) mensais condizente ao plano "GVT Ilimitado Local" que oferecerá, segundo orçamento via e-mail que também segue anexo a esta Resolução:

I - 35MB, Wi-Fi, para internet;

II - sem limites para telefones fixo local = minutos ilimitados para qualquer número fixo e em qualquer horário;

III - ligações longa distância nacional ilimitadas para números GVT e para mais de 4.500 localidades GVT com preço de local do plano básico com 25;

IV - possibilidade de cadastrar até 2 (dois) números de celulares locais para utilizar até 50 minutos de ligações gratuitas;

V - 4 linhas portadas ou novas; e

VI - isenção da taxa de instalação.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 23 de agosto de 2013.

Mesa Diretora

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK

Vice-Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

1º Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG

2º Secretária

SAMAE**Portaria N. 43 de 28 de Agosto de 2013**

PORTARIA N. 43 DE 28 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR VILMAR TONOLLI PASQUALI

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor Vilmar Tonolli Pasquali, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA referente ao período aquisitivo de 20/08/2008 a 19/08/2013, que será gozada a partir de 20/08/2013 a 18/10/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 28 de agosto de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 20/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 20/2013
Data vigência: 27/08/2013
Data vencimento: 31/12/2013
Número da Licitação: 25/2013 - Modalidade: Pregão
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: AUTOPEL AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 06.698.091/0005-90

Objeto: Aquisição de bobinas de faturas para o lançamento da medição do consumo, para cobrança dos serviços prestados pelo SAMAE aos consumidores.
Valor: R\$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais).

Gaspar (SC), em 27 de agosto de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 053/2013

Extrato de Contrato Nº 053/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2013
CARTA CONVITE Nº 032/2013
EMPRESA CONTRATADA: COMÉRCIO DE PEÇAS E MECÂNICA TEIXEIRA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves (carros, caminhonetes/minivan e motos) do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 74.100,00

Governador Celso Ramos, 05 de Agosto de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 054/2013

Extrato de Contrato Nº 054/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2013
CARTA CONVITE Nº 033/2013
EMPRESA CONTRATADA: FERNANDO MARTINS - MECÂNICA ALHO LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves (carros, caminhonetes/minivan e motos) da Secretaria de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 71.560,00

Governador Celso Ramos, 01 de Agosto de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 055/2013

Extrato de Contrato Nº 054/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2013
CARTA CONVITE Nº 033/2013

EMPRESA CONTRATADA: FERNANDO MARTINS - MECÂNICA ALHO LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves (carros, caminhonetes/minivan e motos) da Secretaria de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 71.560,00

Governador Celso Ramos, 01 de Agosto de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 056/2013

Extrato de Contrato Nº 054/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2013
CARTA CONVITE Nº 033/2013
EMPRESA CONTRATADA: FERNANDO MARTINS - MECÂNICA ALHO LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves (carros, caminhonetes/minivan e motos) da Secretaria de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.
Valor do contrato: R\$ 71.560,00

Governador Celso Ramos, 01 de Agosto de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº84/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 84/2013
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E FORROS, PORTAS, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E LUMINÁRIAS
Entrega dos Envelopes: 18/09/2013 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 18/09/2013 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 27/08/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 590/2013

PORTARIA Nº 590/2013

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPONJAS RM LTDA.

O Prefeito em exercício do Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VIII, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na LC 075/2008 e na LC 110/2000;

CONSIDERANDO a instauração pelo Ministério Público de Inquérito Civil Público n. 06.2012.00000245-5 visando à apuração dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo administrativo para apurar o cumprimento pela DONATÁRIA dos encargos previstos pela Lei Complementar 110/2000.

Art. 2º Fica instituída a respectiva Comissão Processante, composta dos servidores CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN, JANAÍNA FERRANDIN e SERGIO LUIZ NAGEL, para sob a presidência do primeiro e secretaria do segundo dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, obedecidas todas as formalidades legais inerentes ao caso.

Art. 3º A Comissão ora instituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para realização e conclusão de seus trabalhos, que serão considerados serviço público relevante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, SC, 23 de agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

Portaria Nº 594/2013

PORTARIA Nº 594/2013

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 23 de agosto de 2013 até 18 de Fevereiro de 2014, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "B", 20 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 286/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

Portaria Nº 595/2013

PORTARIA Nº 595/2013

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos gastos com pessoal à Receita Corrente Líquida;
CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do funcionamento da máquina administrativa, especialmente os serviços de Educação, conforme CI Nº 057/2013;

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO (Matr. 3712), a partir de 26 de agosto de 2013 até o término do ao letivo de 2013, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", anexo XI da LC Nº 286/2011, 20 horas semanais, Ensino Fundamental, turno matutino, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à Servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, a qual se encontra afastada em Licença Maternidade, aprovada e classificada em 67º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.236.2013

Lei nº 4.236, de 26 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL

Manutenção da SDR/Sul

04.122.0007-2.042

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0133) Aplicações Diretas 2.500,00

Total 2.500,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Manutenção do fundo de Assistência Social

08.422.0013-2.078

3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0016) Aplicações Diretas 2.500,00

Total 2.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.237.2013

Lei nº 4.237, de 26 de agosto de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Atletas do Cear - APACEAR, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais Amigos dos Atletas do Cear - APACEAR, inscrita no CNPJ sob o nº 11.153.768/0001-11, a importância de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2013.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.238.2013

Lei nº 4.238, de 26 de agosto de 2013.

Declara de Utilidade Pública a Associação Amigos Cavaleiros de Imbituba - AACI.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Amigos Cavaleiros de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 09.406.274/0001-50, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.239.2013

Lei nº 4.239, de 26 de agosto de 2013.

Altera a Lei nº 2.112, de 14 de dezembro de 2000, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a redação do inciso VII do artigo 7º, da Lei nº 2.112, de 14 de dezembro de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O órgão de deliberação máxima é Plenário;

[]

VII - O Presidente do CMS será escolhido entre os membros titulares do mesmo, com exceção do Secretário Municipal de Saúde, que não poderá ocupar a presidência do mesmo, devendo as regras e critérios para eleição e exercício do cargo de presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS serem estabelecidas através de Regimento Interno.

[]".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 110.2013

DECRETO PMI Nº 110, de 16 de agosto de 2013.

Determina a estrutura tarifária e os preços públicos de serviços complementares referentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 32, inciso I, alínea "h" e art. 93, inc. VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a Estrutura Tarifária e os Preços Públicos de Serviços Complementares referentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem cobrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, a partir de 30 de agosto de 2013.

Art. 2º O consumo mínimo mensal, para efeito de cobrança do serviço de água, será igual a 10m³ (dez metros cúbicos) por mês, para todas as categorias de usuários.

Art. 3º No caso de ligações de água desprovidas de hidrômetro, o consumo mensal para efeito de cobrança será igual a 10m³ (dez metros cúbicos) para todas as categorias de usuários.

Art. 4º As tarifas a serem cobradas dos usuários cujas ligações são dotadas de hidrômetro são as da Tabela abaixo:

TARIFAS de água e esgoto para ligações com hidrômetro			
CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO (m³/mês)	ÁGUA (R\$)
RESIDENCIAL SOCIAL	1	até 10	5,61 / mês
	2	11 a 25	1,5712 / m³
	3	26 a 50	7,5536 / m³
	4	maior 50	9,2192 / m³
RESIDENCIAL	1	até 10	29,92/mês
	2	11 a 25	5,4836/m³
	3	26 a 50	7,6934/m³
	4	maior 50	9,2192/m³
	5	TARIFA SAZONAL	11,5238/m³
COMERCIAL	1	até 10	44,16/mês
	2	11 a 50	7,3289/m³
	3	maior 50	9,2192/m³
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	31,20/mês
	2	maior 10	7,3289/m³
INDUSTRIAL	1	até 10	44,16/mês
	2	maior 10	7,3289/m³
PÚBLICA	1	até 10	44,16/mês
	2	maior 10	7,3289/m³

Art. 5º O Serviço de Coleta de Esgotos Sanitários será cobrado diretamente dos USUÁRIOS atendidos, no valor igual a 100% (cem por cento) do valor cobrado referente ao fornecimento de água.

Art. 6º Os preços públicos referentes aos Serviços Complementares serão cobrados, diretamente dos usuários, conforme o Anexo I deste Decreto.

Art. 7º A aplicação da tarifa por categoria será o mesmo critério adotado atualmente pela Companhia Catarinense de Águas e

Saneamento – CASAN.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de agosto de 2013.

Imbituba, 16 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Reabertura do Pregão Presencial Nº 28/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013

PROCESSO Nº 28/2013

COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 39/2013 cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA LAVAGEM DE MATERIAL CONTAMINADO E NÃO CONTAMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 10 de setembro de 2013, às 15:00 horas na Diretoria de Licitações.

A íntegra do Edital poderá ser retirada somente na Diretoria de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 29 de setembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Reabertura do Pregão Presencial Nº 29/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013

PROCESSO Nº 29/2013

COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 41/2013 cujo objeto é o para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA LAVAGEM DE MATERIAL CONTAMINADO E NÃO CONTAMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 10 de setembro de 2013, às 16:00 horas na Diretoria de Licitações.

A íntegra do Edital poderá ser retirada somente na Diretoria de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 29 de setembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Reabertura do Pregão Presencial Nº 57/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2013
PROCESSO Nº 82/2013
COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 82/2013 tipo menor preço mensal, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA. A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 10 de setembro de 2013, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente na Diretoria de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 29 de agosto de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Errata

ERRATA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2013/103 A00
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.
Valor: R\$ 120.000,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 29/2013 Tomada de Preço 01/2013
Imbituba, 08 de agosto de 2013.

ONDE SE LÊ:
Valor: R\$ 120.000,00

DEVE-SE LER:
Valor: R\$ 100.080,00

Extrato: PMI Seduc 2013/103 a - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/103 A - A00
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.
Valor: R\$ 19.920,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 29/2013 Tomada de Preço 01/2013
Imbituba, 08 de agosto de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretária Municipal de Educação
Contratante

OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/101 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/101 A00
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, DA RUA SANTA PAULINA, SITUADO NO PAES LEME.
Valor: R\$ 14.930,58 Prazo: 90 dias
Fundamento: Processo nº. 90/2013 Dispensa 15/2013

Imbituba, 08 de agosto de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal Seinfra
Contratante

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME
Representante Legal
Contratada

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 041/13**

Ato da Presidência nº 041/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 28ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2013 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
081	PL nº 4.410/2013	27/08/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Zimbatilha de Motoqueiros e Enduro de Imbituba – SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
082	PL nº 4.411/2013	27/08/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a firmar Termo de Doação com encargos entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde – MS e o Município de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 27 de agosto de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA
Vice-Presidente

ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT
Primeira-Secretária

Rogberto de Farias Pires
Segundo-Secretário

Ipumirim**PREFEITURA****Retificação do Edital de Pregão Presencial Nº 48/2013, Processo de Licitação 22/2013**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 22/2013

Conforme parecer jurídico, manifestando-se que a exigência contida no item 6.3.

4 restringe a participação de empresas e ofende o princípio da competitividade, com base nas disposições legais, decide-se:

1 - Excluir o item 6.3.4.

2 - Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Ipumirim, SC, 27 de agosto de 2013

LAUDÉCIR FRANCO
Presidente da Comissão

Extrato de Convênio N. 018/2013

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE DOIS IRMÃOS, FRAGOSINHO E JAGUATERICA, CNPJ nº 07.748.55/0001-65.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 13/08/2013 a 31/03/2014.

4. DATA DA ASSINATURA: 13/08/2013.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 24.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Bernardi - CPF nº 225.120.710-49 - Secretário de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. Vandoir Cerutti - CPF nº 824.810.599-72 - Presidente.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Decreto 2458/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DECRETO Nº. 2458/2013, DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a realização de Processo Licitatório do tipo credenciamento, para fins de contratação de serviços do tipo hora/máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, destinados ao de atendimento de programas municipais, dentre os quais o Programa Porteira Adentro (Lei Municipal nº 1.700/2013 de 28 de maio de 2013).

Art. 2º O edital de credenciamento a ser lançado deverá estabelecer os seguintes requisitos mínimo de habilitação para as pessoas jurídicas interessadas:

I - Habilitação Jurídica:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou

b) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada conforme modelo constante no Edital;

c) Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, de acordo com o modelo constante no Edital;

II - Regularidade Fiscal:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (a comprovação de regularidade para com a Fazenda federal e PGFN deverá ser feita através de Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 003 de 22/11/2005);

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

Certidão Negativa de Débito (CND) fornecido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho;

III - Qualificação Econômico-financeira:

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do ultimo exercício fiscal, conforme especificação detalhada no edital;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho;

IV - Qualificação Técnica:

Declaração de disponibilidade do equipamento/veículo, devidamente acompanhado de recibo de compra, nota fiscal ou CRLV (Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo);

Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou serviços da mesma natureza a que se propõe;

Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 Anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (conforme modelo constante no Edital).

Art. 3º O edital de credenciamento terá prazo de validade de 01 (um) ano.

Parágrafo único. Cada contrato realizado com as empresas credenciadas terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovado, por sucessivos períodos, nos termos do que autoriza o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 4º Para fins de definição dos serviços a serem credenciados, ficam definidos as seguintes categorias, quantidades mensais e valores para fins de credenciamento:

Item	Quantidade (mês)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor da hora R\$
01	160hs	Hora/máquina	Serviços de escavadeira hidráulica com peso mínimo de 15 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (máquina 1)	130,00
02	160hs	Hora/máquina	Serviços de escavadeira hidráulica com peso mínimo de 15 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (máquina 2)	130,00
03	160hs	Hora/máquina	Serviços de motoniveladora com peso mínimo de 13 toneladas com operador e manutenção, escarificador central, sem limite de ano de fabricação	90,00
04	160hs	Hora/máquina	Serviços de trator de esteira com peso mínimo de 05 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação	115,00
05	160hs	Hora/máquina	Serviços de Pá Carregadeira com peso mínimo de 05 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação	60,00

06	160hs	Hora/ maquina	Serviços de caminhão basculante com peso para no mínimo de 15 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (caminhão 1)	80,00
07	160hs	Hora/ maquina	Serviços de caminhão basculante com peso para no mínimo de 15 toneladas com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (caminhão 2)	80,00
08	160hs	Hora/ maquina	Serviços de retroescavadeira com peso mínimo de 8 toneladas, com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (Retro 01)	80,00
09	160hs	Hora/ maquina	Serviços de retroescavadeira com peso mínimo de 8 toneladas, com operador e manutenção, sem limite de ano de fabricação (Retro 02)	80,00

Parágrafo único. Os valores para fins de credenciamento foram obtidos após pesquisa de preços de mercado realizada pela Secretaria de Infraestrutura e departamento de compras do Município, devidamente aprovada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 19 de agosto de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Resolução Nº 014/2013.

RESOLUÇÃO Nº 014/2013.

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, senhora WIANEY DE CÁSSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, consoante o Anexo VI - Quadro de Funções Gratificadas do Hospital Municipal Bom Jesus, da LC 057/2012, de 27/03/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. - Art. 1º DESIGNAR a servidora CRISTIANE KRÜGER, ocupante do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus, para, desempenhar, cumulativamente

com o exercício de seu cargo, a Função Gratificada de Chefe de Serviços de Enfermagem, percebendo os valores previstos em LEI. Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Resolução serão utilizados recursos do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 004/2013 e demais disposições em contrário.

Irineópolis (SC), em 22 de agosto de 2013.

WIANEY DE CÁSSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente.

Edital de Teste Seletivo Nº 003/2013

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 003/2013

"ABRE AS INSCRIÇÕES DO TESTE SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA SUPRIR DEFICIÊNCIAS NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Prefeito Municipal, Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, fixa normas para a realização de teste seletivo visando à contratação temporária de pessoal, para suprir deficiências no atendimento aos serviços vinculados à Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, amparando no disposto na lei Complementar nº 064/2013 de 26 de fevereiro de 2013.

1.DAS VAGAS E HABILITAÇÕES:

1.1 Os candidatos concorrerão às vagas oferecidas, conforme disposto a seguir:

Nº de vaga	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Assistente Social	Ensino Superior Completo – SUP. registro no conselho de classe	30h/sem	R\$ 2.200,00

1.2 O contratado irá desenvolver suas atividades junto a Secretaria do Desenvolvimento Comunitário.

2. DA RESPONSABILIDADE PELO TESTE SELETIVO:

2.1A responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção e julgamento de resultados de eventuais recursos decorrentes das provas e divulgação do resultado final do presente Teste Seletivo, será delegada aos membros designados através de Portaria do Poder Executivo Municipal.

2.2 A Comissão de Teste Seletivo poderá contar com o auxílio de bancas suplementares, se necessário.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1As inscrições serão realizadas:

Período: 02/09/2013 à 13/09/2013
Horário: 08:30 às 11:30
Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário – CRAS
Endereço: Rua Bahia, nº 122, Centro, Irineópolis (SC)

A inscrição neste Teste Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.



A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração por instrumento público, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

3.4. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posterior de documentos.

3.5 As inscrições serão efetuadas por meio de Ficha de Inscrição, em formulário próprio, devidamente preenchido.

3.6 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá a inscrição indeferida.

3.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da ficha de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3.8 O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da ficha de inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independentemente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

3.9 Quanto às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, em razão do número ínfimo de vagas, os candidatos deficientes concorrerão com os demais candidatos, em igualdade de condições.

4.DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

4.1 O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

1. Ser brasileiro nato, ou naturalizado;
2. Ter idade mínima de 18 anos até a data de encerramento das inscrições;
3. Preencher o requerimento que obedecerá a forma própria, fornecida aos interessados;
4. Não estar inadimplente, no caso de sexo masculino, com as obrigações militares;
5. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
6. Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital;

4.2 Apresentar no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- c) Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- d) CIC/CPF; e
- e) Comprovação de escolaridade e habilitação de acordo com as habilitações mínimas exigidas para o cargo, em conformidade com o disposto neste Edital;

4.3 Não será cobrada taxa de inscrição.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

5.1 As inscrições serão homologadas até 01 (um) dia útil após o encerramento das mesmas e aquelas indeferidas serão comunicadas aos candidatos, tendo estes o prazo de 02 (dois) dias úteis para a interposição de recursos.

6.DO REGIME EMPREGATÍCIO E REGIME PREVIDENCIÁRIO:

6.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Teste Seletivo serão admitidos sob legislação específica para Contratação Temporária, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

7.DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

7.1 A prova será realizada na seguinte data, local e horário:

DATA: 30 de setembro de 2013

LOCAL: Centro de Uso Múltiplo – Rua Guanabara nº 288, centro, Irineópolis - SC

HORÁRIO: 08h30m às 11h30m.

7.2 O candidato deverá vir munido de seus documentos pessoais e protocolo da ficha de inscrição.

7.3 O Teste Seletivo constituir-se de prova escrita, composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com apenas uma alternativa correta, que versarão sobre conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I), sendo que acerto receberá 0,40 pontos, totalizando 10 pontos.

7.4 Será atribuído 0 (zero) à resposta que na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

7.5 Não serão atribuídos pontos a questões que apresentarem múltiplas marcações (mesmo que uma delas esteja correta) ou que estiveram em branco.

7.6 Na realização da prova não serão permitidos pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

7.7 Será excluído do Processo Seletivo, o candidato que:

7.7.1 Referir-se de modo descortês com os fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes, ou mesmo, com os demais candidatos;

7.7.2 For surpreendido durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

7.7.3 Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

7.7.4 Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

7.7.5 Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

7.7.6 Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

7.8 No dia subsequente ao da realização da prova será divulgado o gabarito em mural específico, na Prefeitura Municipal e na Secretaria do Desenvolvimento Comunitário.

8. DA CLASSIFICAÇÃO:

8.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

8.2 A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final obtida.

8.3 Ocorrendo empate na nota final terá preferência para efeito de classificação:

8.3.1 O mais idoso;

8.3.2 Casados ou viúvos, com maior encargo de família.

9. DO RESULTADO:

9.1 O resultado final do Teste Seletivo será divulgado no dia 04 de outubro de 2013 a partir das 08:30 horas, e será publicado no mural da Prefeitura Municipal, e na Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, contendo e relação dos candidatos aprovados em ordem de classificação, bem como, publicado na internet na página da Prefeitura Municipal, e no Diário Oficial dos Municípios.

10.DA HOMOLOGAÇÃO:

10.1 Findados os trabalhos, o resultado será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que após fazê-lo, publicará o resultado definido através de Portaria.

11. DA CONTRATAÇÃO:

11.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação por cargo, em Regime de Contrato de Trabalho Temporário cuja vigência será determinada de acordo com a necessidade dos serviços, tendo como limite máximo os prazos previstos na Lei Complementar nº 064/2013 de 26/02/2013.

11.2A contratação do candidato aprovado e convocado fica sujeita:

11.2.1A apresentação da documentação comprobatória das condições previstas na inscrição.

11.3O candidato convocado que não se apresentar no prazo de 10 (dez) dias para tomar posse munido da devida documentação, passará automaticamente para o último lugar da listagem em que foi classificado.

11.4A classificação e a aprovação do candidato não geram direito à admissão, ficando a convocação dos candidatos habilitados a critério da Administração Municipal observada à necessidade, o interesse público e o prazo previsto neste Edital.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

12.2A Administração Municipal reserva-se o direito de anular o Teste Seletivo, bem como o de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a ele relativos ou dele decorrente.

12.3A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Teste Seletivo, tais como se acham estabelecidas no presente edital.

12.4A qualquer tempo, a Comissão Especial do Teste Seletivo poderá anular a inscrição e a prova do candidato, quando verificada falsidade de declarações ou irregularidade na prova.

12.5Se constatada irregularidades após a contratação, esta será anulada pela Comissão Especial mediante Processo Administrativo.

12.6Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Teste Seletivo.

12.7A contratação obedecerá à ordem rigorosa da classificação, e com base nesta se fará a competente convocação.

12.8O candidato aprovado deverá preencher as condições previstas na legislação vigente, bem como a apresentação dos documentos exigidos.

12.9A continuidade do exercício no cargo fica sujeita a avaliação funcional de desempenho, podendo ser interrompida caso não satisfaça as necessidades da instituição.

12.10O presente Teste Seletivo terá validade de 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 (um), caso haja interesse da Administração Municipal.

12.11As publicações sobre este Teste Seletivo serão efetuadas por edital, publicados no Mural Público da Prefeitura Municipal, no DOM e em outros locais já mencionados anteriormente.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Irineópolis- SC, 26 de agosto de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I

(EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 003/2013)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

- Conhecimentos Específicos para o cargo de Assistente Social:
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993)
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990)
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
- Política Nacional d Assistência Social – PNAS/2004
- Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009)
- BRASIL. Capacita Suas. Volumes 1,2 e 3. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasília: MDS, 2008
- Norma Operacional Básica – NOB/SUAS
- NORMA Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS
- Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993)
- Código de Ética do Assistente Social
- Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (Ano 2009)
- Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Ano 2011)
- Estatuto do Idoso
- A Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência comentada (Ano 2008)
- SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594 de 18/01/2012)
- Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7de agosto de 2006)

Comissão Do Teste Seletivo –Port. Nº280/2013

Edital Nº 003/2013

A Comissão do teste seletivo nº 003/2013, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 280/2013, de 15 de agosto de 2013, vem através do presente, homologar, e tornar público a listagem de candidatos inscritos no teste seletivo nº 003/2013;

Vaga -Assistente Social

Número Inscrição	Nome
001	
002	
003	
004	
005	

Irineópolis,de.....de 2013.

ROSANA MARCIA PERCIAK PEREIRA PIEKARZEWICZ

Comissão do Processo Seletivo

JACI BAGGENSTOSSBINDER

Comissão do Processo Seletivo

IVETE CARDOSO FRONCZAK

Comissão do Processo Seletivo.

Correções de Decretos

Com relação ao Decreto nº 2460/2013 publicado em 28/08/2013, onde Le-se:

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, considerar DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

R\$ 575.000,00 (Quinhentos e setenta e cinco mil reais), considerar R\$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais).

Com relação ao Decreto nº 2461/2013 publicado em 28/08/2013, onde Le-se:

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, considerar DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.860, de 27 de Agosto de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.860, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superavit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, na fonte de recursos 175 - Recursos do Tesouro, Exercício Anterior - Alienação de Bens, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo
15.451.0076.1006 - Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios
44.90.00.00.00.00.0175 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de agosto de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 155, de 27 de Agosto de 2013

DECRETO Nº 155, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

Abre crédito especial no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superavit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.860, de 27 de agosto de 2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, na fonte de recursos 175 - Recursos do Tesouro, Exercício Anterior - Alienação de Bens, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1006 - Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios

44.90.00.00.00.00.0175 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de agosto de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 156, de 27 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 156 DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Homologa o Resultado Classificatório das provas do Concurso Público de Itapiranga/SC, referente ao Edital 01/2013, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar 002/2006 e Lei complementar nº 19/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado para o conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Concurso Público nº 01/2013 o resultado classificatório (antes dos recursos), destinado ao provimento das funções conforme segue:

Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 34*						
Identi- fic.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
3	CRISTINA FEIL CASTANHEDE	5,20	1,60	1,40	8,20	
1	JANICE TERESA WELTER DIE- TER	4,40	1,00	1,00	6,40	
2	BRUNA THOME	4,40	1,00	0,60	6,00	
Técnico em Enferma- gem Socorrista						
Identi- fic.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
250	ROSIMÉRI BORDIGNON	4,80	0,80	1,20	6,80	
261	EVERSON DA COSTA MACIEL	3,60	1,60	1,40	6,60	
256	ADELISE MARIA FEYH	4,80	0,80	0,80	6,40	

263	MARCIA CRISTINA NESQUE	3,60	1,40	1,20	6,20	
262	CATIELE LUANE DETERS	4,00	1,00	0,80	5,80	
252	DANIELA GUARNIERI HEISLER	3,60	0,60	1,20	5,40	
255	ODILA MACHADO TEIXEIRA WELTER	4,00	0,40	0,60	5,00	
260	SÔNIA REMPEL	3,60	0,40	1,00	5,00	
258	MARCIA MELZ	3,20	0,40	0,80	4,40	
257	JANETE SOETH BRIXNER	2,80	1,00	0,60	4,40	
259	NADIA CARATI	2,40	1,00	1,00	4,40	
253	JUSIANE PUTTLITZ KEGLER	2,80	0,40	0,80	4,00	
251	SOLANGE FLACH	2,80	0,40	0,40	3,60	
254	VIVIANE KAISER	1,60	0,80	1,00	3,40	
Auxiliar Administrativo						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
67	ALINE FRIEDRICH	4,80	1,40	1,40	7,60	
24	IRENE NELI MAYER	4,40	1,60	1,20	7,20	
49	THIAGO ROHDEN	4,40	1,60	1,20	7,20	
81	ARLETE PREIS	4,40	1,40	1,40	7,20	
61	LUCIANI HAAS	4,40	1,20	1,60	7,20	
97	DENIFER STRACK	4,40	1,00	1,00	6,40	
105	DANIELA PAULA FOLETTO	4,40	0,80	1,20	6,40	
26	FRANCIELE HICKMANN JAEHN	4,00	1,60	0,80	6,40	
95	CAMILA FASSBINDER	4,00	1,40	1,00	6,40	
66	ANGELA WOHLFART	4,00	0,80	1,60	6,40	
71	ALCENIR BENACHIO	3,20	1,60	1,60	6,40	
37	MATHEUS NEDDEL ENGESSER	3,20	1,40	1,80	6,40	
44	JARLINE HOFER	4,40	0,60	1,20	6,20	
35	JONIEL PANDOLFO DA SILVA	3,60	1,60	1,00	6,20	
64	SIMONE DA LUZ REICHERT	3,60	1,40	1,20	6,20	
110	DAYANA BEATRIZ PAULI	3,60	1,00	1,60	6,20	
104	DIONATAN CANZI	4,00	1,40	0,60	6,00	
73	CARLA MENEZINHINI BRASIL	4,00	1,20	0,80	6,00	

63	MARLENE VALK	3,60	1,20	1,20	6,00	
54	VERA LÚCIA TOILLIER XAVIER	3,60	1,20	1,20	6,00	
15	FRANCIELE EPPING	3,60	1,20	1,20	6,00	
86	CLAIR INES URNAU	4,00	1,00	0,80	5,80	
19	FABIANE BAUMGRATZ	3,60	1,20	1,00	5,80	
84	CARLISE ODETE SCHNEIDERS	3,60	0,80	1,40	5,80	
53	TAIS MARLEI ALBRING	3,60	0,80	1,40	5,80	
40	PAULINNE LENZ	3,20	1,80	0,80	5,80	
12	JANETE MARIA SIRTOLLI	3,20	1,20	1,40	5,80	
90	DEBORA ADRIANA DE BRUM	3,60	1,20	0,80	5,60	
18	JULIANA RAQUEL BERTOL BRIZZOLLA	3,20	1,40	1,00	5,60	
112	DEISE CRESPO	3,20	1,40	1,00	5,60	
34	FABIANA LUISA HUNEMEIER	3,20	1,40	1,00	5,60	
109	ELIESER ECKHARDT	3,20	0,80	1,60	5,60	
16	CLEO LUÍS URNAU	2,80	1,40	1,40	5,60	
56	NEIDE SEHN EPPING	3,60	0,80	1,00	5,40	
80	ALEXANDRE TRÄSEL	3,20	1,00	1,00	5,20	
88	CLEITON MULLER	3,20	0,80	1,20	5,20	
103	EDELVAN NIEHUES FANEZ	2,00	1,40	1,80	5,20	
29	FABIOLA SPOHR	3,60	0,60	0,80	5,00	
21	LEILA TERESINHA NECKEL LOGA	3,20	1,00	0,80	5,00	
91	CALINCA FAVRETTO	3,20	0,60	1,20	5,00	
62	RENATO DE AZEVEDO	2,40	1,00	1,60	5,00	
89	CLAUDIA ROHDEN	3,20	1,00	0,60	4,80	
25	IVANDRO ALMEIDA DE LIMA	3,20	0,80	0,80	4,80	
74	ANGELICA APARECIDA KRONBAUER	3,20	0,80	0,80	4,80	
85	ANELISE FABER	3,20	0,60	1,00	4,80	
43	IVANI BABICK	3,20	0,60	1,00	4,80	
13	EVERTON WELCHEN FLACH	3,20	0,60	1,00	4,80	
70	ADAIANA BONETTE PINHEIRO	2,80	1,40	0,60	4,80	
36	LEONI BABICK	2,80	1,40	0,60	4,80	

106	DENISE MELZ PETRY	2,80	0,80	1,20	4,80
101	DAIANA SILVA- NA WELTER	2,80	0,80	1,20	4,80
28	GRACIANE SCHNEIDER FELDHAUS	2,80	1,00	0,80	4,60
59	VIVIANE STRO- HSCHEIN	2,80	0,80	1,00	4,60
92	CAMILA BE- ATRIZ HERS- CHAFT	2,40	1,00	1,20	4,60
39	MARCELO BOHNEN	2,00	1,80	0,80	4,60
83	CASSIA DA SILVA SANGA- LETTI	2,80	1,20	0,40	4,40
69	ADRIANO KARAL	2,80	1,00	0,60	4,40
72	CARLA FERNAN- DA GEMMER	2,80	0,80	0,80	4,40
33	GABRIELA PHILIPSEN	2,80	0,80	0,80	4,40
48	RICARDO ELI- SEU BUCHNER	2,40	1,00	1,00	4,40
102	CLERIA HERSCHAFT CARDOSO	2,80	1,40	0,00	4,20
57	TATIANE MEU- RER	2,80	1,40	0,00	4,20
68	ANA MARISA OLIVEIRA	2,80	0,80	0,60	4,20
94	ANELISE KES- SLER	2,80	0,60	0,80	4,20
100	EDINEI KES- SLER	2,40	0,80	1,00	4,20
82	CELANGE DA- NIELE ARNOLD	2,00	1,40	0,80	4,20
22	LARISSA RIDRI- GUES DE LIMA	2,00	1,40	0,80	4,20
23	IEDA SA SILVA KOCHENBOR- GER	2,00	0,80	1,40	4,20
114	CRISTIANE BIRK	2,80	0,40	0,80	4,00
17	JANE MARIA ETGES	2,00	1,00	1,00	4,00
42	ANDRE RICAR- DO GERING	2,00	1,00	0,80	3,80
115	ELIANE NATA- LINA MOTTA EIDT	1,20	1,20	1,40	3,80
41	PAULO HENRIQUE W KAUPPAUN	2,80	0,40	0,40	3,60
30	GABRIELA EIDT	2,00	1,20	0,40	3,60
113	EDIMARA DE MATTOS ZIM- MER	2,00	0,80	0,80	3,60
52	NUBIA NAUE	2,00	0,60	1,00	3,60
20	ENDIBRAN- DA ESPIRITO SANTO	1,60	0,80	1,20	3,60
75	ALEX SANDRO EIDT DE SOUZA	1,20	1,00	1,40	3,60

96	DAIANA LOREN- ZON MARCHE- ZAN	1,60	1,00	0,80	3,40
46	MARILUZE BOR- GES DA SILVA	1,60	1,00	0,80	3,40
93	CARINA PÂME- LA RACHOR	2,40	0,20	0,60	3,20
14	JANAINA DURK	2,00	0,80	0,40	3,20
27	JESSE VANDER- LEI SEFFRIN	2,00	0,60	0,60	3,20
65	SANDRIELE BRITZIUS ALBRECHT	1,60	0,60	1,00	3,20
55	SIMONE APARE- CIDA LACHESKI TEIXEIRA	2,00	0,80	0,20	3,00
108	CLAUDIA MAR- TINS	2,00	0,60	0,40	3,00
107	DANIELE ALVES DE MAIA	1,60	0,60	0,80	3,00
38	TIAGO JOSÉ SCHROEDER	1,20	1,00	0,80	3,00
32	JOSEMI INA- CIO GOSSLER	1,60	0,80	0,40	2,80
31	JEFFERSON DOUGLAS DO NASCIMENTO	1,60	0,40	0,60	2,60
87	DAIANE PAU- LATA	1,60	0,20	0,80	2,60
99	CLAUDENIR BORTOLINI	1,20	0,80	0,40	2,40
111	ELENICE LENI RAIMANN	1,20	0,60	0,60	2,40
50	SANDRA REGI- NA VOGT	0,80	1,20	0,40	2,40
Auxiliar Administrativo (Portador de Deficiên- cia)					
Identifi- fic.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total
79	ADRISSA AR- NHOLD	3,60	0,40	0,60	4,60
60	MAURI KLEIN	2,40	1,00	0,60	4,00
58	MARISA ROYER	2,40	0,60	0,60	3,60
45	JANICE RO- THER	1,60	1,20	0,60	3,40
51	VANDERLEI KLEIN	2,00	0,40	0,80	3,20
Técnico em Segurança do Trabalho					
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total
273	ODIL REGERIO DOS SANTOS	5,60	1,60	2,00	9,20
272	ARIELE SCH- NEIDER	4,00	1,20	1,60	6,80
271	TUANE SEH- NEM	3,60	1,40	1,40	6,40
268	CLEBERSON PETTER	4,40	1,00	0,60	6,00
265	CLAUDETE ALTENHOFEN	4,00	0,80	1,20	6,00

267	NAYARA ALVES MOTA	3,20	1,60	0,80	5,60	
266	SIDINEI ANDRE SALVI	3,60	1,00	0,80	5,40	
275	REGIANE CHIEZA	2,40	1,60	1,00	5,00	
274	FABIANA DE-MARCHI	2,80	1,40	0,60	4,80	
276	ANDRE ADRIANO BLUM	2,80	0,60	1,00	4,40	
264	CARLOS MEIRELLES	2,00	0,60	0,20	2,80	
Servente						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Total	
231	LUCIELE ELIZAKIPPER	4,40	1,40	1,80	7,60	
243	SINARA PINTONEGRI	4,80	1,20	1,20	7,20	
227	MARILEI LENZOESTREICH	4,40	1,40	1,20	7,00	
230	LISETE STEINMELZ	4,40	1,20	1,20	6,80	
226	PATRICIA LUISA KLEIN SANTOS	4,00	1,60	1,20	6,80	
237	NOELI MUELLER REIS	4,40	1,20	0,80	6,40	
228	MARILUSA BITENCOURT	4,00	1,40	1,00	6,40	
236	MARIO SCHODER	4,00	1,20	1,20	6,40	
245	JANETE SCHWABMAYER	4,80	0,60	0,80	6,20	
233	CAMILA WIGGERS MÜLLER	4,00	1,00	1,20	6,20	
234	ELIANE CRISTINA CARNEIRO	4,00	1,00	1,20	6,20	
235	DINÉIA FERREIRA MENDES	4,40	0,80	0,80	6,00	
229	MARCO ANTONIO KLEIN	4,00	0,80	1,20	6,00	
242	MARINES RIBOLI	3,60	1,20	1,20	6,00	
239	MÁRCIA DE FÁTIMA THEISEN	4,40	0,80	0,40	5,60	
248	ALICE FEYHGRUTZMANN	4,00	0,60	1,00	5,60	
249	THAIS REGINAMARASCA	3,60	0,80	1,00	5,40	
244	DIRCE ELISE ROHDEN	4,40	0,60	0,20	5,20	
247	ADRIANO JOSE HANZEN	3,20	1,20	0,60	5,00	
246	DEISE ALINE SCHNEIDER WUITSCHIK	3,20	1,20	0,40	4,80	
241	MARILEIDE LILIANE KUNRATH RIPPLINGER	2,80	0,80	0,80	4,40	

238	FRANCIELE WUITSCHIK	2,40	1,40	0,40	4,20	
232	MARLI BARDENBOESING	0,00	0,00	0,00	0,00	
Médico						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
148	ANDRÉ JULIANO FUCHS HERRMANN	2,70	1,00	0,40	0,60	4,10
147	LUCAS MELO DE FREITAS	1,80	1,50	0,40	-	3,70
Arquiteto						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
6	FRANCIELE ROHR	3,90	0,75	0,50	1,02	6,17
4	RUTI FREESE	3,60	1,75	0,20	0,36	5,91
10	LILIAN BOHNENBERGER	3,30	1,50	0,30	0,42	5,52
11	JANAINA GASSEN	3,90	0,75	0,40	-	5,05
5	BÁRBARA REICHERT	3,00	1,25	0,20	-	4,45
9	SIMONE CRISTINA EIDT	2,70	1,00	0,30	-	4,00
8	LUCAS SCHWENGBER WOLF	2,40	1,00	0,40	-	3,80
Engenheiro Civil						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
120	RODRIGO PADILHA	1,80	1,50	0,30	-	3,60
119	RAFAEL CASARIL	1,20	1,25	0,70	-	3,15
118	MARCO ANTONIO C. CALZA	1,20	1,25	0,40	-	2,85
117	ULISSES NYLAND	1,80	0,25	0,70	-	2,75
Engenheiro Químico						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
125	DINORVAN ZUFFO PERIN	3,30	2,00	0,80	0,48	6,58
124	FERNANDA ROBERTA CASAGRANDE	3,00	1,25	0,30	-	4,55
123	KATIA JOANA VERDI	2,10	1,25	0,60	-	3,95
122	ROLAND WEIGSDING JUNIOR	2,10	0,75	0,20	-	3,05
Engenheiro Sanitarista						

Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
129	MACIEL WELTER	3,60	1,50	0,70	0,78	6,58
133	JULIANE CRISTINA DASSOW	3,30	1,50	0,40	0,30	5,50
132	MAYARA TECHIO	3,00	1,25	0,30	-	4,55
128	ALAN CASSIO BORSUK	3,00	1,00	0,40	-	4,40
130	LUAN ARIEL FREISLEBEN	2,40	0,75	0,40	-	3,55
127	LUAN DOMINGUES DE ARRUDA	2,10	1,00	0,10	-	3,20
126	WILLIAM DILL ARENHARDT	1,80	0,75	0,40	-	2,95
Fonoaudiólogo						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
136	ALINE WEIS	2,70	1,25	0,10	1,14	5,19
134	DANIELE LAÍS URNAU	3,30	1,00	0,20	-	4,50
135	ALINY NAISSARA NARCISO	3,30	0,75	0,40	-	4,45
Médico Veterinário						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
159	JOSÉ ANTONIO SALDANHA FILHO	3,00	2,00	0,30	1,20	6,50
149	ARIANE OLIVEIRA PINHEIRO MACHADO	3,30	1,50	0,40	0,96	6,16
187	RICARDO DAL RI SEGATTO	3,00	2,50	0,20	-	5,70
167	DENIZE ERENO	2,40	2,00	0,40	0,36	5,16
184	MATHEUS RODRIGUES ORDONEZ	2,70	1,00	0,30	0,96	4,96
165	DIOGO RODRIGO FRONCHETTI	2,40	1,50	0,40	0,60	4,90
161	FRANCIELE ROSADO VIERO NEIMAER	2,70	1,25	0,30	0,60	4,85
168	GIANCARLO MANFRIN	3,00	1,00	0,30	0,54	4,84
153	ADEMIR ZAPPANI	2,70	1,25	0,40	0,36	4,71
189	SAMUEL AUGUSTO TUNI	2,10	1,50	0,50	0,60	4,70
181	VALDAIR MIGUEL DAHMER	2,40	1,25	0,40	0,60	4,65
169	LUIZ FELIPE DAMACENO TAVARES	3,00	1,00	0,40	-	4,40

164	ELTON ANTONIO SELUNG	2,70	1,00	0,40	0,18	4,28
156	FERNANDO DE SOUZA RAMOS	1,80	2,00	0,30	-	4,10
155	ALEX LENGERT	2,40	1,25	0,30	-	3,95
150	CAROLINE WOHLFART FRIEDRICH	2,70	1,00	0,20	-	3,90
188	RENATO COSTA DE QUARDA	2,40	1,00	0,50	-	3,90
152	LUIS ROBERTO LEIVAS PORTELLA	2,10	1,50	0,30	-	3,90
166	EDUARDO MIOLA	2,70	0,75	0,40	-	3,85
177	PEDRO PAULO WERTONGE SANTIAGO	2,40	1,25	0,20	-	3,85
180	TUIRA PAN-SERA	3,00	0,50	0,30	-	3,80
182	MARCIANO RAFFAELLI BONAPAZ	2,70	0,75	0,30	-	3,75
175	RONALDO JUNIOR CARLESSO	2,70	0,75	0,30	-	3,75
176	VANDELIR PREUSS	1,80	1,75	0,20	-	3,75
160	BRUNA BORGES DOS SANTOS	2,40	1,00	0,30	-	3,70
157	GISLAINE DE FATIMA CARVALHO	2,10	1,25	0,30	-	3,65
154	LUAN MARCEL HOFF	3,00	0,50	0,10	-	3,60
158	LUANA MARIS TIBOLA	2,10	1,00	0,50	-	3,60
172	LUCIMAR KAPPES	2,40	0,75	0,40	-	3,55
179	TATIANE JESSICA MINSKI	2,40	0,75	0,40	-	3,55
186	VANDERSON NEIMAER ALVES	1,80	1,50	0,10	-	3,40
171	DENISE CRISTINA SILVA GOMES	2,40	0,75	0,20	-	3,35
174	JEFERSON WELCHEN	1,50	1,50	0,30	-	3,30
170	ALEX SILVA MARQUEZI	1,80	1,00	0,40	-	3,20
185	TIAGO JUNIOR VOGEL	1,80	1,00	0,20	-	3,00
178	VANDERLEI LUIS ORTH	1,80	1,00	0,20	-	3,00
163	EDUARDA LUCCA	1,20	1,25	0,50	-	2,95
151	ITACIO ZINN MOSTARDEIRO	1,80	0,50	0,30	-	2,60
173	GRACIELE GONCALO MUELLER	1,80	0,50	0,20	-	2,50
162	CAIO LUIS URBAN	1,20	0,50	0,30	-	2,00
183	VINÍCIOS LINK	0,90	0,50	0,50	-	1,90

Procurador Jurídico do Município						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Pontos Títulos	Total
203	MILTON LUIS WOLF	3,30	1,75	0,40	0,60	6,05
202	ENIVALDO BARROS	3,00	1,50	0,50	0,60	5,60
192	SUELEN REGINA FRANTZ THUMS	2,70	1,25	0,30	1,08	5,33
196	CRISTIANO BIELOHOUBECK	2,70	1,75	0,30	0,48	5,23
190	VIVIANE TERE-SINHA BROCK	2,70	1,75	0,70	-	5,15
200	LUCAS CASTILHOS MOTTA	2,70	1,75	0,20	0,36	5,01
221	DANIEL ANTONIO CUNICO	2,70	1,50	0,40	0,36	4,96
217	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN	3,00	1,75	0,20	-	4,95
198	CATIENE MAGALHÃES DE OLIVEIRA	3,30	1,50	0,10	-	4,90
209	BRUNO BRUSTOLIN PRESTES	2,40	1,25	0,40	0,60	4,65
199	MARCELO PELLEGRI	2,10	1,75	0,30	0,42	4,57
195	ADRIEL DIOGO LUNKES	2,10	2,00	0,30	-	4,40
201	GECIANA SEFFRIN	2,70	1,00	0,40	-	4,10
214	VANESSA SERIGHI GROTH	1,80	2,25	0,40	-	4,45
216	FABRICIA KROETZ	2,40	1,25	0,30	-	3,95
204	GUILHERME SCHIMMOCK	2,10	1,50	0,30	-	3,90
215	NODIVAR CARATI	1,80	1,50	0,60	-	3,90
210	CRISNA MARIA MULLER	1,80	1,75	0,30	-	3,85
205	GUILHERME LANGA	1,80	1,75	0,20	-	3,75
207	LUCAS EDIVANDRO AGOSTINI	2,40	1,00	0,30	-	3,70
194	KATIUSCIA PETRY	1,80	1,50	0,40	-	3,70
191	PABLO SOUZA	2,10	1,25	0,30	-	3,65
223	MAYARA DONDONI DALLA CORTE	2,10	1,25	0,20	-	3,55
206	MICHELE BEAL	2,40	1,00	0,10	-	3,50
222	JOSE SANDAGI RIBAS	1,80	1,00	0,50	-	3,30
208	LUCIANE SKRZYPCSAK KIST	1,50	1,25	0,40	-	3,15
213	KATIA MARGARETH BECKER DILKIN	1,50	1,25	0,30	-	3,05
224	PAULO CESAR SPIELMANN	1,20	1,25	0,50	-	2,95
225	VALDERES PEREIRA	1,50	1,00	0,40	-	2,90

211	MARCOS BELLAN	1,50	1,00	0,40	-	2,90
193	SANDREIA FORNARI	1,50	1,00	0,30	-	2,80
197	JULIANE MARIA PEDÂN	1,80	0,75	0,20	-	2,75
218	CAROLINE CENDRON	1,50	0,75	0,20	-	2,45
212	MAIDI MERLY WOLF DOS REIS	0,60	1,00	0,10	-	1,70
Instrutor de Música Nível I						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Prova Prática	Total
141	IVAN ROGGRIGO ULLRICH	2,40	0,40	0,30	4,00	7,10
144	AFONSO KRAMER	2,20	0,50	0,50	3,70	6,90
140	JONAS ALEXANDER WELTER	2,40	0,30	0,50	3,30	6,50
142	TONICO LUIZ WOLFART	2,00	0,30	0,40	3,40	6,10
143	FELIPE BABICK	2,00	0,70	0,30	3,00	6,00
Instrutor de Música Nível II						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Prova Prática	Total
145	HENRIQUE JOSÉ DREBEL	2,80	0,60	0,30	4,10	7,80
Instrutor de Dança						
Identific.	Nome	C.Esp.	Port.	Mat	Prova Prática	Total
138	FERNANDA LUISA GIEHL	2,00	0,50	0,30	3,64	6,44
139	CIBELE MARIA HERGESSELL CONRAD	1,40	0,60	0,30	3,64	5,94
137	DELCEI REIS HOFMANN	1,00	0,30	0,30	-	1,60

Art. 2º. Todos os candidatos inscritos tiveram suas inscrições homologadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 27 de agosto de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 049/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 28/08/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, ELIANA FRIGO DA SILVA e FABIO ANTONIO DA PAIXAO, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 049/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, CONFORME CRITÉRIOS DA PORTARIA Nº 2.047/2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ESPECIFICAÇÕES CONTIADAS NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
 TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME
 FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
 VPC COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
 ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA

Representantes (Credenciados)

MARCOS ANTONIO LOBO
 JONATAN FRANCIS SALLA
 SEBASTIAO MORI
 RAFAEL TEIXEIRA GONÇALVES
 Objeto social incompatível com o objeto da licitação
 Objeto social incompatível com o objeto da licitação

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada apenas a(s) empresa(s) VPC COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP e ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA tendo em vista que o objeto social das respectivas empresas, não se demonstrou em conformidade com o objeto da licitação. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance
1	FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	0,8900
2	FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	0,8600
3	FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	0,7800
4	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7680
5	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,4300

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.290,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.536,0000
FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	41.050,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 28/08/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA
 Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
 ELIANA FRIGO DA SILVA
 FABIO ANTONIO DA PAIXAO

Assinantes

Representantes	Assinatura
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	



.ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
.TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME	
.FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	

Termo Aditivo N.º 30/2013

TERMO ADITIVO N.º 30/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 59/2012. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, portador do CNPF/MF nº: 845.846.299-00 e CI.RG Nº 3.136.633-3 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro: Atiradores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual: 253.637.244, representada neste ato por sócio, o Sr. ODAIR JOSÉ MANNRICH, portador do CNPF/MF nº 348.090.589-72 e do CI.RG nº 8/R. 592.121 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA N.º 01/2011 – PROCESSO Nº 55/2011, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 59/2012 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 19/08/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quinta “Do Preço”, reajustando com base no índice do IGPM-FGV (Índice Geral de Preço do Mercado) conforme cláusula contratual nº 7.1.1, em um percentual de 5,17803%, o qual corrigido perfaz o valor fixo da tonelada de R\$ 222,45 (duzentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), totalizando o valor total para o período de doze meses R\$ 978.780,00 (novecentos e setenta e oito mil e setecentos e oitenta reais) conforme Planilha de Composição de Custos:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

DESCRIPTIVO	UNID	QTDE	R\$ POR TON.	R\$ POR TEMPORADA
TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	ALTA TEMPORADA	1.980		440.451,00
	BAIXA TEMPORADA	2.420	222,45	583.329,00
TOTAL GERAL		4.400	TOTAL R\$ POR ANO	978.780,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 59/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 59/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de agosto de 2013.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	
CONTRATANTE VALDECIR DE SOUZA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRATADA SERRANA ENGENHARIA LTDA ODAIR JOSÉ MANNRICH
Testemunhas:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto N.º. 073 de 23 de Agosto de 2013.

DECRETO N.º. 073 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, DO EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 688 de 22 de agosto de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir no orçamento do Município de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jacinto Machado, crédito especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), no seguinte programa:

Órgão 06: Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade 01: Diretoria de Obras e Serviços Públicos
Projeto 1.039: Pavimentação, Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0105(124) - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
TOTAL R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei Federal 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal nº. 683/2013, de 26 de junho de 2013.

§ 1º - Os Créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de agosto de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 074 de 23 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº. 074 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2013 POR CONTA DAS TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 689 de 22 de agosto de 2013:

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0104(36) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior, correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como

segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Projeto 1.007: Aparelhamento e Ampliação da Rede Física da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0104(24) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de agosto de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 075 de 23 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº. 075 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2013 POR CONTA DAS TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 690 de 22 de agosto de 2013:

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), como segue:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(72) - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Atividade 2.034: Coleta e Destinação do Lixo
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(78) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL: R\$ 76.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior, correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito
Unidade 01: Gabinete do Prefeito
Projeto 1.004: Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(01) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
Atividade 2.005: Man. dos Serv. Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0.0080(10) - Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Luc. R\$ 60.000,00
TOTAL: R\$ 60.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.70.00.00.0.0080(69) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0.0080(71) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.70.00.00.0.0080(76) - Transf. a Cons. Público R\$ 2.000,00

TOTAL: R\$ 6.000,00

TOTAL: R\$ 76.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de agosto de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 1302

PORTARIA Nº 1.302 DE 23 DE AGOSTO DE 2013
"RETIFICAR PORTARIA N.º 1.164/2013".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 1.164/2013 na qual Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO o(a) Senhor(a) LINNAE HOFFMANN COELHO, para exercer as funções de NUTRICIONISTA, durante o período de 02 de julho de 2013 a 01 de janeiro de 2014 com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no edital de Chamada Pública n.º 001/2013/SMS.

Onde lê-se: 02 de julho de 2013 a 01 de janeiro de 2013, Leia-se: 02 de julho de 2013 a 01 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 27 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1304

PORTARIA Nº 1.304 DE 23 DE AGOSTO DE 2013
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 23 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1305

PORTARIA Nº 1.305 DE 26 DE AGOSTO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JANETE INES QUIOCA, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 128.823 de 08 de março de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 26 de agosto de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1306

PORTARIA Nº 1.306 DE 26 DE AGOSTO DE 2013
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) AMANDA LUZIA FERRANDINI, Professor ACT-CM, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 23 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1307

PORTARIA Nº 1.307 DE 26 DE AGOSTO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JAQUELINE BOTTEGA, Auxiliar de Creche - Nível II (Graduação), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 130.947 de 19 de agosto de 2013, ficando enquadrada em função da nova titulação como Auxiliar de Creche - Nível III (Pós-Graduação) A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1308

PORTARIA Nº 1.308 DE 26 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). LUCIO SAAVEDRA TERAN, Médico, em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 130.837 de 12 de agosto de 2013, ficando enquadrado em função da nova titulação como Médico Nível D-VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1309

PORTARIA Nº 1.309 DE 27 DE AGOSTO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) EDSON LUCIANO MACHADO, Professor ACT-LP, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 002/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 27 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1310

PORTARIA Nº 1.310 DE 27 DE AGOSTO DE 2013

"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA POR JUSTA CAUSA o(a) Senhor(a) SIDNEIA APARECIDA DOS ANJOS, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2013 - Teste Seletivo da Secretaria Municipal de Educação, em especial por determinação acatada pelo Sr. Prefeito Municipal diante do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 815/2013 de 25 de março de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 27 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1303

PORTARIA Nº 1.303 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) NEUSA DE FATIMA GERVASIO, Professor ACT-LP, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 004/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 23 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1311

PORTARIA Nº 1.311 DE 27 DE AGOSTO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ORESTE FICAGNA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial a desistência do Sr. Danimar Abatti, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar

n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 27 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Extrato PL 88/2013/PMJ - PP 51/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliário, materiais recreativos e demais materiais, destinados às novas instalações da Creche do Bairro Armino de Medeiros Haro, neste Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 11/09/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 11/09/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 27 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 89/2013/PMJ - PP 52/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de utensílios de cozinha destinados às novas instalações da Creche do Bairro Armino de Medeiros Haro, neste Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 13/09/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/09/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 27 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 105/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2013/PMJ

PL 44/2013/PMJ - TP 8/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010.

VALOR CONTRATADO: De acordo com o Edital TP 8/2013/PMJ, o valor máximo decorrente de tal contratação será de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

DOS PREÇOS: Pela execução dos serviços objeto do presente contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a seguinte remuneração:

Desconto de 20% (vinte por cento) concedido pelos veículos de comunicação sobre seus preços, na forma do disposto no inciso III, letra "a" das Normas Padrão, do CENP, incorporadas ao sistema legal por força do art. 7º do Decreto 57.690/66, fixados como estímulo à agência:

Custos de criação e produção decorrentes dos trabalhos de produção interna (serviços internos) executados pela CONTRATADA, e honorários cobrados sobre os serviços prestados por terceiros, e tudo o mais contido na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.021 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

14 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.000000 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma da lei.

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 109/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2013/PMJ

PL 76/2013/PMJ - TP 14/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente sobre paralelepípedos, de parte das Ruas Tirolesa, Ayrton Senna da Silva e Adair da Espada, no Município de Joaçaba.

VALOR CONTRATADO R\$ 551.215,98 (quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e quinze reais e noventa e oito centavos), sendo:
- R\$ 424.304,25 (quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 126.911,73 (cento e vinte e seis mil, novecentos e onze reais e setenta e três centavos), referente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

125 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Termo de Reclassificação**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) DANIMAR ABATTI, Cargo de Motorista, classificado em 14º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no item 13.6 e 13.7 do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

PLASS

Extrato Resolução 07/2013/PLASS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO

RESOLUÇÃO 07/2013

A Presidente do Conselho de Administração do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (SC) - PLASS torna, público a realização das eleições para a escolha dos representantes dos servidores públicos municipais de Joaçaba junto ao Conselho de Administração do PLASS, conforme determina a Resolução nº 07/2013 de 27 de agosto de 2013.

01. INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Data: de 30/08/2013 a 16/09/2013

Horário: das 13 h às 19 horas

Local: Sede do PLASS, à Av. XV de Novembro, 378 subsolo prédio da Prefeitura de Joaçaba.

02. DOS REQUISITOS

I ser servidor estável de acordo com o parágrafo único do artigo 52 da Lei Complementar nº 090/2004.

II ser contribuinte do PLASS há pelo menos três anos, devendo apresentar certidão comprobatória emitida pelo Departamento de Pessoal.

III não exercer função na Diretoria Executiva do PLASS, e nos órgãos representativos de classe dos servidores municipais conforme § 3º do artigo 59 da Lei Complementar nº 090/2004, alterado pela Lei Complementar nº 168/2008.

IV não estar na condição de pensionista, condição esta pela qual somente poderá votar não podendo ser votado.

V não ter sido penalizado na forma do artigo 6º da Lei Complementar nº 090/2004.

Os pedidos de inscrição serão efetuados por meio de requerimento, protocolado nesta Autarquia, à Av. XV de Novembro, 378 subsolo, mediante formulário próprio, dirigido à Comissão Eleitoral.

03. DA VOTAÇÃO

Data: dia 30 de setembro de 2013

Horário: das 7h30min às 17h30min.

a. URNAS FIXAS estabelecidas nas dependências do PLASS, do SIMAE, na Secretaria de Saúde, no Centro de Educação Infantil Mundo Encantado-CEIME, no CERT, na Secretaria de Obras e na Casa da Cidadania.

b. URNAS ITINERANTES para a coleta de votos nas Intendências de Nova Petrópolis e Santa Helena, na Escola Municipal Anita Lopes Vieira, no NUPERAJO, na Creche Municipal Rosa Branco, Escola Municipal Frida Regensburger, Creche Municipal Clara Zomkowsky, Creche Municipal Menino Deus, Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, Creche Municipal

Tempo de Aprender, Creche Municipal Nossa Senhora de Lourdes e nos ESF's do Município.

O Edital de convocação e a Resolução nº 07/2013 completos encontram-se afixados na sede do PLASS, nos murais da Prefeitura de Joaçaba, Simae, Intendências e demais órgãos da Administração Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, em 27 de agosto de 2013.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

Resolução 07/2013/PLASS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 07/2013

JULIANA DARTORA BESBATI, Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de suas atribuições legais e por deliberação dos Conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme decisão tomada na reunião ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2013 que discutiu e aprovou as Normas Gerais para Eleição dos representantes dos servidores públicos municipais de Joaçaba junto ao Conselho de Administração do PLASS, Triênio 2013/2016, conforme ANEXO I parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

JOAÇABA (SC), em 27 de agosto de 2013.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 07/2013

NORMAS GERAIS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS, REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOAÇABA. TRIÊNIO 2013/2016

CAPITULO I**DA FINALIDADE**

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo nos termos da legislação do PLASS, fixar os procedimentos e critérios gerais de eleição para os membros do Conselho de Administração, podendo ser estabelecidas, normas complementares, determinando a forma, os critérios, o calendário e a designação da Comissão Eleitoral.

CAPITULO II**PROCEDIMENTOS GERAIS DA ELEIÇÃO****SEÇÃO I****DO SISTEMA DE ELEIÇÃO**

Art. 2º O processo de eleição será realizado por meio de votação convencional (cédulas) através de urnas fixas e itinerantes.

SEÇÃO II**DA ELEIÇÃO**

Art. 3º A eleição será direta e secreta e em turno único.

SEÇÃO III**DA COMISSÃO ELEITORAL**

Art. 4º A Comissão Eleitoral será designada pela Diretoria Executiva, através de Ato Deliberativo específico, a fim de presidir e coordenar todo o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho de Administração do PLASS e terá as seguintes atribuições:

I Divulgar as Normas Eleitorais e demais atos pertinentes, para conhecimento de todos os participantes.

II Definir os membros (Presidentes e Secretários) das mesas receptoras de votos.

III Coordenar e orientar todo o processo de votação

IV Fornecer listagem dos segurados que votarão nas urnas fixas e nas itinerantes.

V Instruir e remeter ao Presidente e Secretário das mesas receptoras o material e documentos necessários para realização da eleição.

VI Julgar as impugnações, recursos e quaisquer outras questões que, eventualmente, surgirem durante o processo eleitoral.

VII Cumprir rigorosamente o calendário e prazos estabelecidos.

VIII Compor a mesa apuradora.

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 5º Para se inscrever na eleição, o candidato deverá preencher, cumulativamente, os seguintes pré-requisitos:

I ser servidor estável de acordo com o parágrafo único do artigo 52 da Lei Complementar nº 090/2004.

II ser contribuinte do PLASS há pelo menos três anos, devendo apresentar certidão comprobatória emitida pelo Departamento de Pessoal.

III não exercer função na Diretoria Executiva do PLASS, e nos órgãos representativos de classe dos servidores municipais conforme § 3º do artigo 59 da Lei Complementar nº 090/2004, alterado pela Lei Complementar nº 168/2008.

IV não estar na condição de pensionista, condição esta pela qual somente poderá votar não podendo ser votado.

V não ter sido penalizado na forma do artigo 6º da Lei Complementar nº 090/2004.

§ 1º O pedido de inscrição deverá ser feito através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, protocolado na Secretaria da Diretoria Executiva do PLASS, durante o período de 30/08/2013 à 16/09/2013, das 13h às 19h, nas dependências do PLASS, de acordo com o Edital de Convocação.

§ 2º A Comissão Eleitoral, em quarenta e oito horas, após o término das inscrições, promoverá a homologação e a divulgação da nominata dos candidatos inscritos.

SEÇÃO V DO CANCELAMENTO E IMPUGNAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Art. 6º Ocorrendo impugnação ou cancelamento da inscrição do candidato, por renúncia, desistência ou morte, o descumprimento do contido no artigo 5º deste Regulamento e o número de candidatos ficar abaixo de sete, será concedido um prazo de setenta e duas horas para composição do número mínimo.

SEÇÃO VI DOS RECURSOS

Art. 7º Aos candidatos é assegurada a interposição de recursos à Comissão Eleitoral em 1ª instância, no prazo de quarenta e oito horas após a divulgação da impugnação da inscrição do candidato e em 2ª e última instância ao Conselho de Administração no prazo de dois dias úteis, após a decisão da Comissão Eleitoral.

SEÇÃO VII DAS CÉDULAS

Art. 8º As cédulas terão formato único, em cujo cabeçalho constará a identificação do PLASS e o título: ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS - Período de mandato 2013/2016;

Art. 9º Abaixo do cabeçalho serão relacionados os nomes de todos os candidatos, estabelecida à ordem alfabética, tendo à frente de cada nome espaço para colocação de um "X", de acordo com a preferência do segurado eleitor.

SEÇÃO VIII DAS MESAS RECEPTORAS E APURADORA

Art. 10 As mesas receptoras de votos constituir-se-ão de dois membros, sendo um presidente e um secretário.

Art. 11 Compete ao Presidente da mesa receptora:

- a) coordenar a recepção dos eleitores;
- b) decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem durante o processo de votação;
- c) manter a ordem;
- d) rubricar as cédulas oficiais;
- e) encerrada a votação, lacrar a urna, envelopar o material da votação e encaminhar à Mesa apuradora de votos.

Art. 12 Compete ao Secretário da mesa receptora:

- a) auxiliar nos trabalhos de recepção e executar os que lhe forem atribuídos pelo Presidente;
- b) rubricar as cédulas oficiais;
- c) dispor quanto à ordem de votação, tendo primazia de voto à ordem de chegada;
- d) lavrar ata da eleição;
- e) substituir o Presidente em seus impedimentos.

Art. 13 Da nomeação dos membros para mesas receptoras de votos qualquer candidato poderá, formalmente, reclamar à Comissão Eleitoral no prazo de dois dias úteis, a contar da divulgação da designação, devendo a decisão ser proferida em igual prazo.

Parágrafo único - O candidato poderá indicar, formalmente, seu representante e fiscal junto à Comissão Eleitoral, para acompanhar as mesas receptoras e apuradora dos votos.

SEÇÃO IX DO DIREITO DE VOTAR

Art. 14 Todo servidor público municipal, autárquico e fundacional, inclusive da Câmara de Vereadores, do quadro efetivo, contribuinte do PLASS, terá direito de votar em segurado inscrito na eleição do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS.

SEÇÃO X DATA, LOCAL E HORÁRIO DA ELEIÇÃO

Art. 15 A eleição ocorrerá no dia 30 de setembro de 2013, com início às 7h30min e término às 17h30min.

Parágrafo único - A fim de facilitar e agilizar o processo eleitoral ficam estabelecidos os seguintes locais para a coleta dos votos:

- a. URNAS FIXAS estabelecidas nas dependências do PLASS, do SIMAE, da Secretaria de Saúde, do Centro de Educação Infantil

Mundo Encantado-CEIME, do CERT, da Secretaria de Obras e da Casa da Cidadania.

b. URNAS ITINERANTES para a coleta de votos nas Intendências de Nova Petrópolis e Santa Helena, na Escola Municipal Anita Lopes Vieira, no NUPERAJO, na Creche Municipal Rosa Branco, Escola Municipal Frida Regensburger, Creche Municipal Clara Zomkowsky, Creche Municipal Menino Deus, Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, Creche Municipal Tempo de Aprender, Creche Municipal Nossa Senhora de Lourdes e nos ESF's do Município.

SEÇÃO XI DA VOTAÇÃO

Art. 16 O eleitor se dirigirá ao local de votação, onde encontrará uma lista com o seu nome e, após sua identificação pela mesa receptora de votos, receberá cédula única, devidamente carimbada e rubricada pelo Presidente e Secretário, procedendo a votação e colocação na urna.

Art. 17 Na hipótese de não constar o nome na lista de votação, o segurado poderá votar, mediante a identificação pela mesa receptora de votos, devendo seu voto ser tomado em separado, consignando-se em ata a ocorrência.

Parágrafo único - O envelope contendo o voto em separado será identificado e lacrado pelo presidente da mesa receptora e assinado pelo eleitor, pelo presidente e pelo secretário.

SEÇÃO XII DOS VOTOS

Art. 18 O segurado eleitor, ao adentrar no local de votação receberá uma cédula devidamente identificada e rubricada onde marcará um "X", em apenas um dos quadrinhos existentes na cédula de votação, representando a intenção de voto no seu candidato, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

- a) o segurado votará num único candidato a Conselheiro;
- b) o voto não será obrigatório;
- c) não será permitido o voto por procuração;
- d) o PLASS viabilizará locais adequados para o exercício do voto;
- e) havendo pedido de impugnação do eleitor, o voto será colhido em separado e encaminhado à mesa apuradora para julgamento da Comissão Eleitoral.

SEÇÃO XIII DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 19 A apuração dos votos será efetuada pela Mesa Apuradora, após o encerramento do prazo de votação, na sala de reuniões do PLASS e poderá ser acompanhada pelos membros do Conselho de Administração, pelos candidatos e/ou seus representantes, devidamente identificados.

Art. 20 Iniciada a apuração, não será interrompida até sua efetiva conclusão.

Parágrafo único - Em caso de interrupção por motivo de força maior, as cédulas serão recolhidas à urna e esta será fechada e lacrada, ficando sob a guarda da comissão eleitoral ou pessoa por ela designada. Cessando o motivo determinante da interrupção, será reaberta e apurada de uma só feita.

Art. 21 Na apuração da eleição constituirão atos distintos a verificação de regularidade da urna, quantidade de votos com base nas atas e listas de votantes, e apuração que será procedida de maneira a resguardar o sigilo de voto.

Art. 22 O voto será considerado válido quando a cédula não for adulterada, rasurada e que não haja dúvida na identificação ou na intenção do voto.

Parágrafo único - A anulação do voto se dará a critério da Mesa Apuradora.

Art. 23 Serão considerados eleitos os catorze candidatos que obtiverem maior número de votos.

Art. 24 Dos catorze candidatos eleitos serão considerados membros Conselheiros Titulares, os sete primeiros candidatos mais votados e, conduzidos para a suplência os sete candidatos seguintes.

Art. 25 No caso de empate será declarado vencedor:

- a. O candidato com mais tempo de filiação no PLASS;
- b. O candidato com maior tempo de serviço;
- c. O maior grau de instrução.

Art. 26 Caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral a homologação dos resultados.

Art. 27 Uma vez concluído o escrutínio e conhecidos os nomes dos eleitos, lavrar-se-á respectiva Ata para o registro dos acontecimentos da eleição e o resultado obtido, com o número de votos alcançados individualmente por cada candidato e sua classificação.

Art. 28 Conhecido o resultado da eleição, a Comissão Eleitoral oficiará o Presidente do Conselho de Administração a nominata dos membros eleitos e respectivos suplentes, devendo informar ao Executivo Municipal, que procederá a nomeação dos Conselheiros eleitos e indicados.

SEÇÃO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 29 Fica assegurado o acesso dos candidatos a toda e qualquer dependência onde estiverem as mesas receptoras de votos, desde que não traga prejuízo ao andamento dos trabalhos.

Art. 30 Não será permitida a realização de campanha de boca de urna, pelos candidatos e seus representantes, no dia da eleição.
Parágrafo único - Sendo comprovada a campanha de boca de urna, pela Comissão Eleitoral, o candidato envolvido terá sua candidatura cassada.

Art. 31 Encerrada a votação o Presidente da mesa receptora determinará a elaboração da ata de votação e o lacre da urna, que serão assinados e rubricados pelo mesmo e pelo Secretário, e, na falta de um ou de outro, de qualquer servidor.

Parágrafo único - Ao Presidente da mesa receptora cabe adotar os procedimentos para a segurança e o transporte da urna e a ata de votação até a sala do PLASS para entrega a Comissão Eleitoral.

Art. 32 Após a homologação do resultado da eleição abre-se prazo recursal de quarenta e oito horas para possíveis impugnações pelos candidatos.

Parágrafo único - O pedido de impugnação será julgado pelo Conselho de Administração do PLASS.

Art. 33 Será considerado encerrado o processo eleitoral somente

após o julgamento de todos os recursos interpostos e da homologação do resultado pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 34 Decorridos trinta dias do encerramento do processo eleitoral as cédulas de votação serão eliminadas pela Comissão Eleitoral a quem compete à guarda das mesmas durante este período.

Art. 35 A posse dos Conselheiros ocorrerá no mês de outubro de 2013, no máximo até o sexto dia útil.

Art. 36 O Presidente da Comissão Eleitoral deverá empossar formalmente os eleitos em seus cargos para que estes usufruam os direitos e deveres a eles inerentes.

Art. 37 Cabe a Comissão Eleitoral deliberar sobre os casos omissos neste Regulamento.

Joaçaba - SC, em 27 de agosto de 2013.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

Editais de Convocação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Eleição dos Representantes dos Servidores Públicos Municipais
Conselho de Administração do PLASS
Triênio 2013/2016

JULIANA DARTORA BESBATI, Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os servidores municipais do quadro permanente da Prefeitura de Joaçaba-SC, Câmara de Vereadores e do SIMAE, segurados titulares do PLASS, para:

1º - Os interessados em candidatar-se a membro do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS, a formalizarem os seus registros junto à secretaria da Diretoria Executiva do PLASS, no período de 30 de agosto de 2013 a 16 de setembro de 2013, das 13h às 19h.

2º - Todos os servidores municipais do quadro permanente da Prefeitura de Joaçaba-SC, Câmara de Vereadores e do SIMAE, segurados titulares do PLASS, para a eleição dos Membros do Conselho de Administração do PLASS, a realizar-se no próximo dia 30 de setembro de 2013, das 07h30min às 17h30min., nos seguintes locais, onde acontecerá a coleta dos votos:

a. URNAS FIXAS estabelecidas nas dependências do PLASS, do SIMAE, da Secretaria de Saúde, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado-CEIME, do CERT, da Secretaria de Obras e da Casa da Cidadania.

b. URNAS ITINERANTES para a coleta de votos nas Intendências de Nova Petrópolis e Santa Helena, na Escola Municipal Anita Lopes Vieira, no NUPERAJO, na Creche Municipal Rosa Branco, Escola Municipal Frida Regensburger, Creche Municipal Clara Zomkowsky, Creche Municipal Menino Deus, Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, Creche Municipal Tempo de Aprender, Creche Municipal Nossa Senhora de Lourdes e nos ESF's do Município.

Joaçaba-SC, em 27 de agosto de 2013.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

Lages

PREFEITURA

1º Adt. Cont.131/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 131/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.505.263/0001-40, com sede à Rua Gustavo Salinger n.º 702 - loja 05 - Blumenau/SC - cep: 89.030-310.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº152/2013.

- EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Fica realinhado o preço do fornecimento do:

Item 81 - Fita Micropore 25x4,5 - valor licitado - R\$1,05 (um real e cinco centavos), fica realinhado para R\$1,35 (um real e trinta e cinco centavos) a partir da data de assinatura deste termo, em conformidade com a proposição da empresa contratada e Parecer Favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 1327/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES
As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 27 de AGOSTO de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

PP 18-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 18-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 18/09/2013 às 14:30

Valor Estimado: 9.017,96

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 28 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

PP 23 e 25-2013 FMAS e PP 67-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos



AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 25-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 17/09/2013 às 09:00

Valor Estimado: 20.545,48

Modalidade: PP 23-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Móveis

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 18/09/2013 às 09:00

Valor Estimado: 25.464,37

Modalidade: PP 67-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para a Sinalização Horizontal e Vertical

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 17/09/2013 às 14:30

Valor Estimado: 31.418,83

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Lei Nº 1771/2013**

LEI Nº 1771/2013 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - COMDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Capítulo I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Seção I****Da Natureza e Finalidade**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, podendo ser designado pela sigla COMDES, instância colegiada composta por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, de caráter consultivo, destinado a promover, incentivar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento econômico em nosso Município.

Seção II**Das Competências****Art. 2º - Compete ao COMDES:**

I - Assessorar o Poder Executivo na formulação de políticas de desenvolvimento econômico do Município, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecido pela Organização das Nações Unidas - ONU;

II - Identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Lauro Müller, desenvolvendo diretrizes para a atração de investimentos, bem como identificar problemas, buscar soluções e estabelecer metas para a geração de emprego e renda para o fortalecimento da economia;

III - Estimular o crescimento e desenvolvimento de empresas já instaladas em nosso Município;

IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da política municipal de desenvolvimento econômico;

V - Identificar os temas relevantes presentes na problemática do desenvolvimento econômico do Município, por meio da discussão com personalidades representativas da sociedade civil e com pessoas que possuam, reconhecidamente, competência para contribuir com a identificação desses temas;

VI - Promover, organizar e acompanhar o debate sobre o desenvolvimento econômico do Município;

VII - Solicitar aos diversos setores da sociedade civil e os órgãos públicos (Municipais, Estaduais e Federais), informações e indicadores que sejam importantes para a análise e proposição de políticas públicas de desenvolvimento, criando um sistema de informações para orientar a tomada de decisões.

VIII - Analisar as solicitações de empresas interessadas nos incentivos econômicos e estímulos fiscais, emitindo parecer.

IX - Instituir grupos temáticos e/ou comissões para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões.

X - Promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário.

Seção III**Da Composição do COMDES**

Art. 3º - O COMDES será composto de forma paritária, com membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil.

Parágrafo único - A cada membro corresponde um suplente, que suprirá automaticamente a falta ou impedimento do respectivo titular.

Art. 4º - O COMDES será composto da seguinte forma:

I - Presidente;

II - Vice Presidente;

III - Secretário Executivo;

IV - Plenária.

Art. 5º - O COMDES será presidido pelo Prefeito Municipal ou um membro por ele indicado.

Parágrafo único - Cabe o Prefeito Municipal e o Presidente do COMDES indicar, entre os membros, o Vice Presidente e o Secretário Executivo.

Art. 6º - A Plenária será composta:

§ 1º de representantes do Poder Público, da seguinte forma:

I - Prefeito Municipal;

II - Vice-Prefeito;

III - Todos os Secretários Municipais ou um representante indicado por eles;

IV - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

V - 4 (quatro) Agentes de Desenvolvimento Local;

VI - 9 (nove) Vereadores da Câmara Municipal de Lauro Müller;

VII - 1 (um) representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

VIII - 1 (um) representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC

IX - 1 (um) representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

X - 1 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

XI - 1 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural -EPAGRI;

IX - 1 (um) representante do Sistema Nacional de Empregos - SINE de Lauro Müller;

X - 1 (um) representante da Fundação Ambiental de Lauro Müller - FAM;

§ 2º - Dos representantes da Sociedade Civil na forma abaixo:

I - 10 (dez) representantes da Associação Comercial de Lauro Müller - CDL;

II - 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller;

III - 1 (um) representante do Sindicato dos Mineiros de Lauro Muller.

IV - 1 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos;

V - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

VI - 1 (um) representante de cada empresa de Comunicação do Município;

VII - 10 (dez) cidadãos ou cidadãs, oriundos da sociedade civil, de ilibada conduta e reconhecida liderança e/ou representatividade, designados pelo Prefeito Municipal.

VIII - 1 (um) representante de cada Conselho Municipal constituído até a presente data, observado o princípio de que este não seja o representante do Poder Público.

XI - 1 (um) representante da Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro - COOPERAGROSERRA.

X - 1 (um) representante da Cooperativa de Eletrificação Rural - COOPERMILLA

XI - 1 (um) representante da Cooperativa de Transportes - COOPERTRAN

XII - 1 (um) representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

XIII - 1 (um) representante do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR;

XIV - 1 (um) representante do Rotary Club;

XV - 1 (um) representante do Lions Club;

XVI - 2 (dois) representantes das Indústrias Carboníferas do Município;

XVII - 2 (dois) representantes das Indústrias Madeireiras do Município;

XVIII - 4 (quatro) representantes das Micro Empresas do Município;

XIX - 2 (dois) representantes das Organização Não Governamentais - ONGs do Município.

XX - 3 (três) representantes de Instituições Religiosas;

Art. 7º - Nas ausências e impedimentos dos membros titulares, por motivos justificados, serão convocados os seus suplentes.

Art. 8º - Manifestada a necessidade, o Conselheiro poderá estar acompanhado de um assessor técnico, nas reuniões do COMDES e das Câmaras Temáticas, que não terá direito a voto.

Art. 9º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDES, sem direito a voto, a juízo do Presidente do Conselho, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, sempre que da pauta constarem temas de sua área de atuação.

Art. 10 - As entidades da sociedade civil deverão indicar seus representantes e suplentes, com antecedência de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos conselheiros.

Parágrafo único. Na hipótese do suplente assumir o cargo do titular definitivamente, a entidade deverá indicar um novo suplente no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11 - A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

I - Para o exercício de suas funções no Conselho, os representantes terão suas ausências justificadas junto às empresas ou órgãos onde estejam empregados.

II - As despesas do presidente e secretário executivo para a realização das ações deliberadas pelo conselho poderão ser custeadas pelo Poder Executivo desde que previamente aprovadas por este;

Art. 12 - Os Conselheiros do COMDES serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 13 - O Conselheiro perderá seu mandato se computada a sua falta em três reuniões ordinárias consecutivas ou em cinco reuniões ordinárias alternadas no mesmo ano, com ausência do seu suplente ou sem justificativa.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente informar às entidades e aos órgãos da Administração Municipal, com antecedência sobre o risco da perda do mandato dos Conselheiros, caso ocorram ausências de seus representantes em duas reuniões consecutivas ou em quatro reuniões alternadas no mesmo ano.

Art. 14 - A nomeação e posse dos conselheiros do COMDES far-se-á através de ato do Prefeito Municipal, devendo a primeira gestão ser nomeada no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta LEI.

Seção IV

Do Funcionamento do COMDES

Art. 15 - O COMDES reunir-se-á, ordinariamente, cinco vezes por ano, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

Parágrafo único - Nas deliberações do COMDES, cada membro titular terá direito a 1 (um) voto, cabendo ao Presidente apenas o direito ao voto de qualidade.

Art. 16 - A organização e o funcionamento do COMDES será disciplinado em Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros em reunião plenária, e instituído por Decreto no prazo de 60 dias após a primeira reunião do Conselho.

Art. 17 - As reuniões ordinárias do COMDES, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de sete dias úteis, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

Art. 18 - As pautas das reuniões ordinárias do COMDES, necessariamente terão a seguinte ordem:

I - apreciação e decisão sobre a ata da reunião anterior;

II - comunicação de, no máximo, 30 minutos, pelo Presidente ou pessoa por ele indicada, sobre o tema a ser tratado na reunião;

III - comunicações por integrantes do Conselho, que serão encaminhadas por escrito ao Presidente do COMDES.

Art. 19 - Fica facultado ao COMDES promover seminários ou encontros sobre temas constitutivos de sua agenda.

Parágrafo único - Será expedido pela Secretaria Executiva do COMDES aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades do Conselho e das Câmaras Temáticas.

Art. 20 - O COMDES procurará formalizar suas deliberações por consenso, denominadas acordos, que serão submetidas ao Prefeito Municipal, para posterior divulgação;

Art. 21 - Cabe a Secretaria Executiva lavrar ata da sessão Plenária, com exposição sucinta dos trabalhos e das deliberações, que será assinada pelos membros presentes e devidamente arquivada.

Seção V

Da Competência da Plenária

Art. 22 - Compete a Plenária:

I - definir as diretrizes e programas de ação;

II - estabelecer os acordos, encaminhar as recomendações e responder as solicitações formuladas pelo Prefeito Municipal;

III - requisitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal estudos e informações indispensáveis ao cumprimento de suas competências;

IV - propor indicações de posição ao Poder Executivo sobre quaisquer temas relevantes para o desenvolvimento econômico do município;

V - elaborar informes e estudos especiais sobre temas objeto da concertação independentemente de prévia agenda proposta pelo Prefeito Municipal; e

VI - opinar sobre as proposições formuladas pelas Câmaras Temáticas.

Seção VI

Das Atribuições do Presidente e do Secretário Executivo do COMDES

Art. 23 - A Presidência do COMDES terá as seguintes atribuições, além das previstas no Regimento Interno:

I - coordenação do COMDES;

II - prestar informações relativas ao COMDES;

III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDES;

IV - solicitar ao COMDES a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público.

Art. 24 - São atribuições do Secretário Executivo do COMDES:

I - convocar, por solicitação do Presidente do COMDES, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - constituir e organizar o funcionamento das Câmaras Temáticas e convocar as respectivas reuniões;

III - firmar as atas das reuniões do COMDES.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - As alterações desta Lei, propostas pelos membros do COMDES deverão ser formalizadas perante o Secretário Executivo do Conselho, e serão submetidas à decisão do Plenário.

Art. 26 - O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDES e das Câmaras Temáticas serão prestados pelo Gabinete do Prefeito.

Art. 27 - As deliberações do Conselho deverão seguir as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município.

Art. 28 - As dúvidas e os casos omissos desta Lei serão resolvidos pelo Plenário do COMDES.

Art. 29 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1772/2013

LEI Nº 1772/2013 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE COOPERAÇÃO com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Subcomponente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1773/2013

LEI Nº 1773/2013 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER

EXECUTIVO MUNICIPAL A

ADQUIRIR UMA ÁREA DE TERRAS, NO BAIRRO SUMARÉ, PAGAR INDENIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a adquirir da ENGEPA - Engenharia de Pavimentação S/A, uma área de terra localizada no Bairro Sumaré, neste município, conforme cópia de escritura em anexo, a seguir descrita: Uma área de terras urbanas com área de 5.394,00 mts² (cinco mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

NORTE: Linha reta medindo 58,00m (cinquenta e oito metros), confrontando com a Rua Prefeito Flávio Righetto.

SUL: Linha reta medindo 58,00 m (cinquenta e oito metros), confrontando com a Rua Henrique Lage.

LESTE: Linha reta medindo 93m (noventa e três metros), confrontando com a Rua Iva Fortunato.

OESTE: Linha sinuosa medindo 93m (noventa e três metros), confrontando com a Rua Vilmar Fernandes Madeira.

Art. 2º - A área de terra a ser adquirida tem o intuito de atender a comunidade na área de lazer, educação, cultura e turismo.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a pagar indenização no valor de até R\$ 180.500,00 (cento e oitenta mil e quinhentos reais) à ENGEPA - Engenharia de Pavimentação S/A, consoante o conteúdo do Laudo de Avaliação dos membros nomeados pelo artigo 4º do Decreto Municipal nº 042/2013, de 18/06/2013.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; 05.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes; 04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico; Projeto de Atividade: 2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental; rubrica 4.4.90.00.00.00.0138 - Aplicações Direta.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1774/2013

LEI Nº 1774/2013 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.317 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O art. 23 da Lei 1.317 de 14 de dezembro de 2004 - Código Tributário Municipal, passa a vigorar acrescido do inciso III e do § 3º:

"Art. 23.

III - para fins de incentivo à transmissão da titularidade de propriedade de imóveis construídos pela Campanha de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, objetivando a outorga de escritura pública de compra e venda entre a citada Companhia e o mutuário final, fica reduzida a alíquota sobre o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e Direitos - ITBI para 0,10 % (Zero vírgula dez por cento) do valor venal do imóvel.

§3º - para fins do Inciso III serão considerados todos os imóveis construídos pela Companhia de Habitação do Estado e Santa Catarina - COHAB/SC, através de seus diversos programas habitacionais desenvolvidos no decorrer de sua existência e que em seu

nome estiverem no Cartório de Registro de Imóveis das circunscrições que abrangerem este Município.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1775/2013

LEI Nº 1775/2013 DE 27 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER O USO DE BEM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, de forma não onerosa, ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio de termo de cessão de uso, pelo prazo de vinte anos, o imóvel a seguir identificado:

I - uma área de 480,00 m2, de matrícula nº 16.846, lote urbano, na Rua Flávio Righetto, Lote 01, quadra não consta, Centro, com confrontações: Norte em 16m a Área remanescente (Matrícula 16.847); Sul em 16m com Rua Prefeito Flávio Righetto; Leste em 30m com a Rua 06 de Dezembro; Oeste em 30m com a Área remanescente (matrícula 16.847), inscrição imobiliária: 01.01.025.1247.001.

Art. 2º - A cessão ora autorizada tem por fim, possibilitar ao Governo do Estado de Santa Catarina, a construção de uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS na área do inciso I do Artigo 1º.

Art. 3º - Após o término do prazo de cessão, toda edificação e ou benfeitoria realizada na área cedida, reverterão ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 4º - Toda construção a ser erguida no imóvel cedido, bem como toda e qualquer benfeitoria nele realizada, dependerá de prévia aprovação da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Parágrafo único - Todas as despesas de manutenção dos imóveis cedidos, correrão por conta do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - O uso do imóvel cedido, em desacordo com a presente Lei, ensejará a revogação e ou extinção da cessão.

Art. 6º - O Estado de Santa Catarina deverá concluir as obras de que trata o artigo 1º desta Lei, no prazo máximo de dois (02) anos.

Parágrafo único - A não conclusão da obra no prazo de que trata o caput deste artigo, ensejará a rescisão da cessão, ficando incorporada ao patrimônio público, independentemente de indenização, a obra e ou benfeitoria até então realizada.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 059/2013

DECRETO Nº 059/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO TUBARÃO E DO RIO BONITO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na bacia do Rio Tubarão;

CONSIDERANDO o Rio Tubarão encontra-se bastante assoreado no centro urbano do município, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'44.60" S e 49º23'46.60" O; 28º22'56.40" S e 49º22'05.38" O.

CONSIDERANDO o Rio Bonito também encontra-se assoreado nas proximidades do centro urbano do município, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'46.92" S e 49º23'55.61" O; 28º24'3.32" S e 49º24'1.19" O.

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações;

CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;

CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal deste trecho do Rio Tubarão e no Rio Bonito;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento e dará tranquilidade e a melhorará a qualidade de vida da população envolvida;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Tubarão, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'44.60" S e 49º23'46.60" O; 28º22'56.40" S e 49º22'05.38" O e do Rio Bonito no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'46.92" S e 49º23'55.61" O; 28º24'3.32" S e 49º24'1.19" O.

Art. 2º - As áreas dos leitos dos rios descritos no artigo anterior tem com o objetivo específico a limpeza, aprofundamento e alargamento de parte do leito do Rio Tubarão e do Rio Bonito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Portaria Nº 289/2013
P O R T A R I A Nº 289/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública ALINE RIGHETTO TASCA, Professora II, em caráter temporário, pelo período de 22 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, para 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente devido ao desdobramento de turma de 3º ano.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 290/2013
P O R T A R I A Nº 290/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário, RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, LIA B. PRADO SALVADOR, para a função de Professora I, referência - MAG ST 1A, em caráter temporário, pelo período de 22 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, em substituição a Professora Nilzete Schilickmann, junto a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 291/2013
P O R T A R I A Nº 291/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 002/2013, para admissão em caráter temporário, RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, GLÓRIA APARECIDA ESTEVAM, para a função de SERVENTE, em caráter temporário, pelo período de 22 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no refeitório municipal, junto a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 292/2013
P O R T A R I A Nº 292/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal e art. 25 da Lei Municipal Nº 1.145/2001 de 25/09/2001, RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 25.04.2013 a 24.04.2014, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, OSVAIR MENDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 293/2013
P O R T A R I A Nº 293/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, consoante artigo 1º, inciso I da Lei Municipal nº 1.241/2003, de 25.06.2003, combinado com o Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 002/2013, para admissão em caráter temporário, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SONIA PANDINI DA ROSA, para a função de SERVENTE, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 10 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 294/2013
P O R T A R I A Nº 294/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário, RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR, WALTER HAMMER SCHMIDT JR, para a função de Professor I, referência - MAG ST 1A, em caráter temporário, pelo período de 01 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Quilômetro Um, em vaga excedente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 295/2013
P O R T A R I A Nº 295/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública ANDREZA GONÇALVES MARTINS COAN, Professora II ACT, para 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Infantil Irani Vargas, e 20 (vinte) horas semanais no PETI, totalizando a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 22 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 296/2013
P O R T A R I A Nº 296/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário, R E S O L V E:

Art. 1º - ADMITIR, SAMARA DA SILVA, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em caráter temporário, pelo período de 22 de Abril de 2013 a 20 de Dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Irani Vargas, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 297/2013
P O R T A R I A Nº 297/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA BUSSOLO, aprovado no Concurso Público 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

TERMO D E POSSE

No dia 01 do mês de Abril do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CAMILA BUSSOLO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Fisioterapeuta, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 297/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Abril de 2013.

CAMILA BUSSOLO

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 298/2013
P O R T A R I A Nº 298/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EDUARDO GONZAGA BETT, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DAS 1
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 22 de Abril

de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 299/2013
P O R T A R I A Nº 299/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JAILSON NORDI, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 300/2013
P O R T A R I A Nº 300/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAILSON NORDI, aprovado no Concurso Público 01/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o cargo de MOTORISTA junto a Secretaria Municipal de Obras .

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

TERMO D E POSSE

No dia 03 do mês de Maio do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu o senhor JAILSON NORDI,

aprovado no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 300/2013. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 03 de Maio de 2013.

JAILSON NORDI

Servidor

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Edital de Pregao Nº24/2013 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº24/2013 - FMS

PROCESSO Nº35/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 17 de Setembro de 2013 às 10h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa para seguros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 29 de Agosto de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

Edital de Pregao Nº25/2013 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº25/2013 - FMS

PROCESSO Nº36/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de Setembro de 2013 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível para os veículos do Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 29 de Agosto de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

Edital de Pregao Nº48/2013 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº48/2013 - PMLM

PROCESSO Nº74/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei

n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 10 de Setembro de 2013 às 15:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível para os veículos da frota oficial do Município de Lauro Muller. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 29 de Agosto de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial Nº45/2013 - Pmlm

PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2013 - PMLM

PROCESSO Nº71/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 17 de Setembro de 2013 às 13:30h, (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de recape de pneu para entrega parcelada para o exercício de 2013 do município de Lauro Muller - SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 29 de agosto de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Decreto Nº 077/2013

DECRETO Nº 077, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre as atividades de alto risco para o Microempreendedor Individual e para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, LUDOVINO LABAS, usando da competência privativa que lhe confere a lei, com base na Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM e Art. 2º Inciso II da Lei Complementar 061/2009 de 17 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividades de alto grau de risco, em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, adotará a lista constante do Anexo I da Resolução CGSIM nº 22, de 22 junho de 2010, e em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o Anexo II da Resolução CGSIM nº 22, de 2010.

§ 1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§ 2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Funcionamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do Município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento,

cassação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de agosto de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I ATIVIDADES DE ALTO RISCO - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1721-4/00	Fabricação de papel
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
3104-7/00	Fabricação de colchões
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
9603-3/04	Serviços de funerárias

ANEXO II ATIVIDADES DE ALTO RISCO - EXCETO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE	DESCRIÇÃO
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada

1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
1721-4/00	Fabricação de papel
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
1811-3/01	Impressão de jornais
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
1812-1/00	Impressão de material de segurança
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário
1813-0/99	Impressão de material para outros usos
1821-1/00	Serviços de pré-impressão
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte
1910-1/00	Coquerias
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo
1922-5/01	Formulação de combustíveis
1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino
1931-4/00	Fabricação de álcool
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes
2014-2/00	Fabricação de gases industriais
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas
2033-9/00	Fabricação de elastômeros
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários

2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial
2094-1/00	Fabricação de catalisadores
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro
2320-6/00	Fabricação de cimento
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração

2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso
2392-1/02	Fabricação de abrasivos
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
2411-3/00	Produção de ferro-gusa
2412-1/00	Produção de ferroligas
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos
2424-5/01	Produção de arames de aço
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos
2443-1/00	Metalurgia do cobre
2449-1/02	Produção de laminados de zinco
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente
2451-2/00	Fundição de ferro e aço
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos
2531-4/01	Produção de forjados de aço
2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal
2532-2/02	Metalurgia do pó
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
2543-8/00	Fabricação de ferramentas
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios

2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios

2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias

2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários
3041-5/00	Fabricação de aeronaves
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
3104-7/00	Fabricação de colchões
3211-6/01	Lapidação de gemas
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
3511-5/01	Geração de energia elétrica
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos

4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana
4912-4/03	Transporte metroviário
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
4924-8/00	Transporte escolar

4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários
5223-1/00	Estacionamento de veículos
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
5510-8/01	Hotéis
5510-8/02	Apart-hotéis
5510-8/03	Motéis
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
8230-0/02	Casas de festas e eventos
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica
8640-2/02	Laboratórios clínicos
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia
8640-2/04	Serviços de tomografia
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos
8640-2/10	Serviços de quimioterapia
8640-2/11	Serviços de radioterapia
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
9601-7/01	Lavanderias

9601-7/02	Tinturarias
9601-7/03	Toalheiros
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios
9603-3/02	Serviços de cremação
9603-3/03	Serviços de sepultamento
9603-3/04	Serviços de funerárias

Extrato Processo Licitatório

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46\2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05\2013

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Comissão de Licitações torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços e instalação de LINK de Internet Banda Larga a fim de suprir as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro até às 09h do dia 11/09/2013. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 28 de Agosto de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Contrato Nº 041/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 041/2013 - PMLL

Contrato visando à aquisição de um DVD CCE e uma Impressora HP 2516, para distribuição aos participantes da I Gincana Cultural de Comunidades de Leoberto Leal, que será realizada no dia 31 de agosto de 2013, em comemoração ao dia Internacional da Juventude, de acordo com as descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CÉLIA REGINA W. SANI - ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Beira Rio, nº 730, Centro, Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.195.853/0001-87, neste ato representada pelo Senhor Gilmar Sani, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 045/2013, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de um DVD CCE e uma Impressora HP 2516, para distribuição aos participantes da



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

I Gincana Cultural das Comunidades de Leoberto Leal, que será realizada no dia 31 de agosto de 2013, em comemoração ao Dia Internacional da Juventude, de acordo com as descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de produto, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Produtos outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2013, devendo ser entregue os produtos até o dia 30 de agosto de 2013 para inspeção da Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias, após a entrega dos produtos, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todo o produto fornecido.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar o produto ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar o produto com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Fornecer garantia do produto de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do produto;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 056/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os produtos aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Aquisição de Prêmios, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de agosto de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

GILMAR SANI

CÉLIA REGINA W. SANI ME

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Contrato Nº 042/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 042/2013 - PMLL

Contrato visando à aquisição de um Notebook Philco, uma Máquina Fotográfica Samsung e um Rádio Portátil Lenox, para distribuição aos participantes da I Gincana Cultural de Comunidades de Leoberto Leal, que será realizada no dia 31 de agosto de 2013, em comemoração ao dia Internacional da Juventude, de acordo com as descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SANDRO VILMAR PIRES ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua João Teófilo Deucher, nº 29, Centro, Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.253.952/0001-91, neste ato representada pelo Senhor Raphael Deucher Pires, a seguir denominada CONTRATADA,

acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 045/2013, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de um Notebook Philco, uma Máquina Fotográfica Samsung e um Rádio Portátil Lenox, para distribuição aos participantes da I Gincana Cultural das Comunidades de Leoberto Leal, que será realizada no dia 31 de agosto de 2013, em comemoração ao Dia Internacional da Juventude, de acordo com as descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de produto, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Produtos outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2013, devendo ser entregue os produtos até o dia 30 de agosto de 2013 para inspeção da Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 2.078,00 (Dois mil e setenta e oito reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias, após a entrega dos produtos, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todo o produto fornecido.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar o produto ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar o produto com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Fornecer garantia do produto de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do produto;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 056/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes

desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os produtos aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Aquisição de Prêmios, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de agosto de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

RAPHAEL DEUCHER PIRES

SANDRO VILMAR PIRES ME

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 52/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de pessoa jurídica especializada para ministrar aulas em oficinas práticas de artesanato e pintura, destinadas a clubes de mães, e beneficiários do programa Bolsa Família, e palestra show motivacional destinado a grupo de idosos as 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato Ratificação de Dispensa de Licitação 06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, para contratação de empresa para prestação de serviços de reforma compreendendo peças e mão-de-obra, para conserto da bomba injetora da retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano 2007 número 133, e da bomba injetora do micro ônibus volare w8 placa MCT 8307.

Contratado: Bombas Injetoras Concórdia Diesel Ltda ME

Valor R\$ 4.607,00 (quatro mil seiscentos e sete reais)

Vigência: até 31 de dezembro de 2013

Lindóia do Sul, SC, 27 de agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Contrato PML Nº 099.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 99.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.
VALOR: R\$ 3.915,00 (três mil novecentos e quinze reais)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BRAZ ALBANO

ALBGRAF FORM. CONTINUOS LTDA ME

FORNECEDOR1

Extrato Contrato PML Nº 100.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 100.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.
VALOR: R\$ 5.013,40 (cinco mil e treze reais e quarenta centavos)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUIZ CARLOS BARETTA

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

FORNECEDOR 2

Extrato Contrato PML Nº 101.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 101.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.
VALOR: R\$ 3.563,10 (três mil quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MAURICIO TALASESCO SOARES

GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA EPP

FORNECEDOR 3



Extrato Contrato PML Nº 102.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 102.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: GRÁFICA BAROZZI LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ELIZANDRA BAROZZI

GRÁFICA BAROZZI LTDA EPP

FORNECEDOR 4

Extrato Contrato PML Nº 103.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 103.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TATIANA GERMANO DE MORAES

GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP

FORNECEDOR 5

Extrato Contrato PML Nº 104.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 104.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 5.151,10 (cinco mil, cento e cinquenta e um reais e dez centavos)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

OSVALDINA A. DE ALMEIDA HACKBARTH

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME

FORNECEDOR 6

Extrato Contrato PML Nº 105.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 105.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade

Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 12.715,00 (doze mil, setecentos e quinze reais)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CLAUDIA ROSANE CAMARA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

FORNECEDOR 7

Extrato Contrato PML Nº 106.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 106.13

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 4.087,00 (quatro mil e oitenta e sete reais)

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2013

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDSON LUIZ GALAFASSI

VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA EPP

FORNECEDOR 8

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo da RGF do Município de Luzerna

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.275.375,59	0,00
Pessoal Ativo	6.266.458,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	8.917,28	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.275.375,59	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.275.375,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.709.956,90	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,77	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.403.376,73	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.033.207,89	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	6.663.039,05	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	264.235,15	253.018,51	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	264.235,15	253.018,51	0,00
Interna	264.235,15	253.018,51	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.687.643,20	4.309.873,16	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.689.067,33	4.310.219,15	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.424,13	345,99	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.423.408,05	-4.056.854,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.275.546,22	13.709.956,90	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,99%	1,85%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-18,25%	-29,59%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	15.930.655,46	16.451.948,28	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.337.589,92	14.806.753,45	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	264.235,15	253.018,51	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	264.235,15	253.018,51	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.600,00	1.346,25	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	961.859,91	2.523.047,24	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.275.546,22	13.709.956,90	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.920.620,17	3.016.190,52	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.628.558,15	2.714.571,47	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.709.956,90	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.193.593,10	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.974.233,79	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	959.696,98	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	150.609,14	80.345,15	70.263,99
Assistência Farmacêutica Básica	7.809,92	0,00	7.809,92
Atenção Básica	511.943,64	7.012,43	504.931,21
Bolsa Família	68,98	0,00	68,98
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.418,48	0,00	1.418,48
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	150.042,04	0,00	150.042,04
Convênio Trânsito - Civil	3.167,29	0,00	3.167,29
Convênio Trânsito - Militar	7.112,68	0,00	7.112,68
Fundo Especial do Petróleo	59.723,41	0,00	59.723,41
Gestão do SUS	41.530,82	0,00	41.530,82
Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist..Social	107.204,37	0,00	107.204,37
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.227,01	0,00	27.227,01
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	10.984,69	0,00	10.984,69
Salário Educação	60.213,45	0,00	60.213,45
Vigilância em Saúde	85.617,47	1.645,00	83.972,47
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.224.673,39	89.002,58	1.135.670,81
Convênio Trânsito - Prefeitura	8.364,76	0,00	8.364,76
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	196.063,68	1.442,76	194.620,92
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	0,00	4.770,00	(4.770,00)
Recursos Ordinários	1.954.679,21	355.198,63	1.599.480,58
Transferências de Convênios - Educação	223.489,98	0,00	223.489,98
Transferências de Convênios - Outros	521.053,31	239.527,47	281.525,84
Transferências do FUNDEB - 60%	181.894,82	0,00	181.894,82
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.085.545,76	600.938,86	2.484.606,90
TOTAL (III) = (I + II)	4.310.219,15	689.941,44	3.620.277,71
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Luzerna, 27/08/2013

 MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

 ANGELO BRANDALISE JUNIOR
 SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

 LUAN FERNANDO DIAS
 COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Progr	0,00	0,00	79.690,00	0,00	70.263,99	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	4.591,04	7.809,92	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	7.012,43	2.175,80	504.931,21	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	65,00	3.167,29	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	177,50	7.112,68	0,00
Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist..So	0,00	0,00	0,00	8.180,55	107.204,37	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	15.431,73	27.227,01	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Es	0,00	0,00	0,00	7.387,00	10.984,69	0,00
S.F.Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	1.710,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	7.560,00	60.213,45	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	1.645,00	2.005,00	83.972,47	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	88.347,43	49.283,62	882.887,08	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	972,94	165.211,08	194.620,92	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impost	0,00	345,00	4.425,00	51.967,37	(4.770,00)	0,00
Recursos Ordinários	0,99	0,00	354.976,36	759.206,54	1.599.480,58	0,00
S.F.Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	1.084,80	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	217.114,80	223.489,98	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	239.527,47	7.500,00	281.525,84	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	3.080,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(I	0,99	345,00	599.901,77	1.205.164,59	2.294.347,32	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,99	345,00	688.249,20	1.254.448,21	3.177.234,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.275.375,59	45,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.403.376,73	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.033.207,89	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.056.854,65	-29,59
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.451.948,28	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.016.190,52	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.193.593,10	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	959.696,98	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.242.274,66	3.177.411,88

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Anexos da RREO do Município de Luzerna

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100.000,00	65.650,29	34.349,71
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	51.000,00	65.650,29	-14.650,29
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	49.000,00	0,00	49.000,00
TOTAL	100.000,00	65.650,29	34.349,71

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Investimentos	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	81.615,54	65.650,29	147.265,83

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	989.491,00	989.491,00	519.153,80	52,47
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	239.779,00	239.779,00	182.486,51	76,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	104.740,00	104.740,00	79.984,64	76,36
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	401.570,00	401.570,00	192.092,55	47,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.604,00	176.604,00	34.930,23	19,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.391,00	1.391,00	626,92	45,07
Dívida Ativa dos Impostos	46.589,00	46.589,00	17.181,81	36,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	18.818,00	18.818,00	11.851,14	62,98
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.122.330,00	11.122.330,00	5.305.856,72	47,70
Cota-Parte FPM	5.803.100,00	5.803.100,00	2.820.843,68	48,61
Cota-Parte ITR	3.910,00	3.910,00	397,57	10,17
Cota-Parte IPVA	523.300,00	523.300,00	248.654,71	47,52
Cota-Parte ICMS	4.670.770,00	4.670.770,00	2.193.032,01	46,95
Cota-Parte IPI-Exportação	95.850,00	95.850,00	32.265,48	33,66
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.400,00	25.400,00	10.663,27	41,98
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.400,00	25.400,00	10.663,27	41,98
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.111.821,00	12.111.821,00	5.825.010,52	48,09

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	735.977,00	735.977,00	411.649,03	55,93
Provenientes da União	735.977,00	735.977,00	411.649,03	55,93
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	16.223,00	16.223,00	13.887,44	85,60
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	752.200,00	752.200,00	425.536,47	56,57

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.512.273,15	2.577.207,65	1.433.995,70	55,64	1.140.847,18	44,27
Pessoal e Encargos Sociais	1.580.000,00	1.579.862,88	730.579,16	46,24	730.579,16	46,24
Outras Despesas Correntes	932.273,15	997.344,77	703.416,54	70,53	410.268,02	41,14
DESPESAS DE CAPITAL	48.500,00	48.900,00	13.964,55	28,56	67,55	0,14
Investimentos	48.500,00	48.900,00	13.964,55	28,56	67,55	0,14

Continua 1/4

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	48.500,00	48.900,00	13.964,55	28,56	67,55	0,14
Investimentos	48.500,00	48.900,00	13.964,55	28,56	67,55	0,14
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.560.773,15	2.626.107,65	1.447.960,25	55,14	1.140.914,73	43,45
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	735.977,00	801.311,50	232.671,50	16,07	219.973,42	19,28
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	735.977,00	801.311,50	232.671,50	16,07	219.973,42	19,28
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	735.977,00	801.311,50	232.671,50	16,07	219.973,42	19,28
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.824.796,15	1.824.796,15	1.215.288,75	39,07	920.941,31	24,16
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,86
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						341.345,62

Continua 2/4

Município de Luzerna - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	26.733,82	2.575,00	8.518,00	18.215,82	0,00
TOTAL	26.733,82	2.575,00	8.518,00	18.215,82	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.478.973,15	2.542.597,65	1.421.534,40	98,17	1.122.841,88	98,42
Vigilância Sanitária	43.000,00	43.000,00	16.065,74	1,11	13.731,74	1,20
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	32.710,00	8.751,05	0,60	2.732,05	0,24
Alimentação e Nutrição	7.800,00	7.800,00	1.609,06	0,11	1.609,06	0,14
TOTAL	2.560.773,15	2.626.107,65	1.447.960,25	100,00	1.140.914,73	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Luzerna - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	15.200.000,00	
Previsão Atualizada		—	15.200.000,00	
Receitas Realizadas		2.706.465,16	7.488.471,64	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	33.481,31	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	15.200.000,00	
Créditos Adicionais		—	403.199,19	
Dotação Atualizada		—	15.603.199,19	
Despesas Empenhadas		2.213.375,98	7.458.624,71	
Despesas Liquidadas		2.229.068,52	5.623.826,67	
Superavit Orçamentário		—	1.864.644,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.213.375,98	7.458.624,71	
Despesas Liquidadas		2.229.068,52	5.623.826,67	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			13.709.956,90	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-14.070,00	-1.633.446,60	11.609,43
Resultado Primário		-234.264,00	1.771.662,19	-756,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.424,13	0,00	1.424,13	0,00
EXECUTIVO	1.424,13	0,00	1.424,13	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	961.859,91	31.449,45	242.160,27	688.250,19
EXECUTIVO	961.859,91	31.449,45	242.160,27	688.250,19
TOTAL:	963.284,04	31.449,45	243.584,40	688.250,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.257.793,97	25%	21,59
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		884.043,56	60%	71,64
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		507.156,19	1.657.759,65	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		65.650,29	34.349,71
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	100.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.212.713,75	15,00
			20,82
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

 MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

 ANGELO BRANDALISE JUNIOR
 SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

 LUAN FERNANDO DIAS
 COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.706.465,16	17,81	7.488.471,64	49,27	7.711.528,36
RECEITAS CORRENTES	15.100.000,00	15.100.000,00	2.689.616,12	17,81	7.137.321,35	47,27	7.962.678,65
RECEITA TRIBUTARIA	1.518.854,00	1.518.854,00	476.558,01	31,38	766.970,45	50,50	751.883,55
IMPOSTOS	922.693,00	922.693,00	275.722,64	29,88	489.493,93	53,05	433.199,07
TAXAS	339.473,00	339.473,00	195.878,17	57,70	262.595,00	77,35	76.878,00
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	256.688,00	256.688,00	4.957,20	1,93	14.881,52	5,80	241.806,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	269.637,00	269.637,00	13.417,56	4,98	74.457,46	27,61	195.179,54
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	269.637,00	269.637,00	13.417,56	4,98	74.457,46	27,61	195.179,54
RECEITA PATRIMONIAL	275.927,00	275.927,00	30.042,24	10,89	95.330,63	34,55	180.596,37
RECEITAS IMOBILIARIAS	23.663,00	23.663,00	5.588,95	23,62	13.578,44	57,38	10.084,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	250.264,00	250.264,00	24.453,29	9,77	81.526,34	32,58	168.737,66
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	225,85	11,29	1.774,15
RECEITA DE SERVIÇOS	13.612,00	13.612,00	240,00	1,76	920,00	6,76	12.692,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.903.499,00	12.903.499,00	2.151.434,10	16,67	6.153.346,59	47,69	6.750.152,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.889.499,00	12.889.499,00	2.151.434,10	16,69	6.153.346,59	47,74	6.736.152,41
Transf. de Instituições Privadas	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.471,00	118.471,00	17.924,21	15,13	46.296,22	39,08	72.174,78
Multas e Juros de Mora	59.232,00	59.232,00	9.308,71	15,72	21.848,77	36,89	37.383,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.153,00	4.153,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.153,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	52.426,00	52.426,00	8.615,50	16,43	24.447,45	46,63	27.978,55
RECEITAS DIVERSAS	2.660,00	2.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.660,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	16.849,04	16,85	351.150,29	351,15	-251.150,29
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	25.349,04	25,35	65.650,29	65,65	34.349,71
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	49.000,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	51.000,00	51.000,00	25.349,04	49,70	65.650,29	128,73	-14.650,29
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-8.500,00	0,00	285.500,00	0,00	-285.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	-8.500,00	0,00	285.500,00	0,00	-285.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.706.465,16	17,81	7.488.471,64	49,27	7.711.528,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.706.465,16	17,81	7.488.471,64	49,27	7.711.528,36
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.706.465,16	17,81	7.488.471,64	49,27	7.711.528,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	109.199,19	—	—	33.481,31	—	—
Superávit Financeiro	—	109.199,19	—	—	33.481,31	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.200.000,00	403.199,19	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	36,04	9.979.372,52
DESPESAS CORRENTES	13.310.724,16	99.299,19	13.410.023,35	1.976.625,73	6.702.446,94	2.106.053,98	5.116.670,48	38,16	8.293.352,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.195.817,40	-137,12	7.195.680,28	1.165.587,93	3.230.882,47	1.165.587,93	3.229.309,47	44,88	3.966.370,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	94.000,00	0,00	94.000,00	14.301,05	42.977,21	14.301,05	42.977,21	45,72	51.022,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.020.906,76	99.436,31	6.120.343,07	796.736,75	3.428.587,26	926.165,00	1.844.383,80	30,14	4.275.959,27
DESPESAS DE CAPITAL	1.861.015,84	303.900,00	2.164.915,84	236.750,25	756.177,77	123.014,54	507.156,19	23,43	1.657.759,65
INVESTIMENTOS	1.839.015,84	303.900,00	2.142.915,84	232.946,38	744.961,13	119.210,67	495.939,55	23,14	1.646.976,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	22.000,00	0,00	22.000,00	3.803,87	11.216,64	3.803,87	11.216,64	50,98	10.783,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.260,00	0,00	28.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.200.000,00	403.199,19	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	36,04	9.979.372,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.200.000,00	403.199,19	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	36,04	9.979.372,52
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.864.644,97	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.200.000,00	403.199,19	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	7.488.471,64	36,04	9.979.372,52

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	100,00	36,04	9.979.372,52
Legislativa	520.000,00	520.000,00	72.598,66	215.168,65	67.499,61	192.388,68	3,42	37,00	327.611,32
Ação Legislativa	520.000,00	520.000,00	72.598,66	215.168,65	67.499,61	192.388,68	3,42	37,00	327.611,32
Administração	1.876.460,00	1.876.460,00	244.993,02	961.580,42	294.751,57	716.112,54	12,73	38,16	1.160.347,46
Administração Geral	1.589.760,00	1.589.760,00	210.122,76	882.138,19	262.984,65	640.229,41	11,38	40,27	949.530,59
Administração Financeira	286.700,00	286.700,00	34.870,26	79.442,23	31.766,92	75.883,13	1,35	26,47	210.816,87
Segurança Pública	79.200,00	86.238,36	1.807,80	33.295,70	14.549,58	20.740,13	0,37	24,05	65.498,23
Policiamento	79.200,00	86.238,36	1.807,80	33.295,70	14.549,58	20.740,13	0,37	24,05	65.498,23
Assistência Social	537.600,00	543.715,02	91.025,96	249.897,15	105.139,06	194.461,63	3,46	35,77	349.253,39
Assistência ao Idoso	37.600,00	37.600,00	11.360,53	29.992,51	18.542,36	20.858,66	0,37	55,48	16.741,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	108.800,00	108.800,00	6.094,06	40.367,05	10.704,06	21.992,58	0,39	20,21	86.807,42
Assistência Comunitária	391.200,00	397.315,02	73.571,37	179.537,59	75.892,64	151.610,39	2,70	38,16	245.704,63
Saúde	2.853.473,15	2.918.807,65	469.487,44	1.596.110,09	480.960,62	1.241.924,45	22,08	42,55	1.676.883,20
Atenção Básica	2.478.973,15	2.542.597,65	395.103,31	1.421.534,40	421.122,16	1.122.841,88	19,97	44,16	1.419.755,77
Vigilância Sanitária	43.000,00	43.000,00	5.094,26	16.065,74	5.134,26	13.731,74	0,24	31,93	29.268,26
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	32.710,00	3.715,00	8.751,05	732,00	2.732,05	0,05	8,35	29.977,95
Alimentação e Nutrição	300.500,00	300.500,00	65.574,87	149.758,90	53.972,20	102.618,78	1,82	34,15	197.881,22
Trabalho	16.000,00	16.000,00	1.443,60	7.192,27	1.281,49	2.415,35	0,04	15,10	13.584,65
Relação de Trabalho	16.000,00	16.000,00	1.443,60	7.192,27	1.281,49	2.415,35	0,04	15,10	13.584,65
Educação	4.206.801,40	4.403.301,40	873.495,41	1.961.881,22	677.620,58	1.628.201,94	28,95	36,98	2.775.099,46
Ensino Fundamental	3.143.901,40	3.340.401,40	714.646,49	1.587.229,90	520.102,03	1.274.927,35	22,67	38,17	2.065.474,05
Ensino Profissional	73.000,00	73.000,00	6.866,80	10.090,55	2.755,10	4.353,85	0,08	5,96	68.646,15
Ensino Superior	66.000,00	66.000,00	12.558,30	32.151,78	20.841,48	25.401,48	0,45	38,49	40.598,52
Educação Infantil	888.900,00	888.900,00	133.090,55	317.075,72	127.588,70	308.185,99	5,48	34,67	580.714,01
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	6.333,27	15.333,27	6.333,27	15.333,27	0,27	43,81	19.666,73
Cultura	234.010,00	234.010,00	26.822,44	65.051,92	41.381,83	60.331,40	1,07	25,78	173.678,60
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	2.904,00	0,00	480,00	0,01	2,40	19.520,00
Difusão Cultural	214.010,00	214.010,00	26.822,44	62.147,92	41.381,83	59.851,40	1,06	27,97	154.158,60
Urbanismo	1.813.218,45	1.843.218,45	90.822,56	1.264.430,49	194.051,19	724.843,64	12,89	39,32	1.118.374,81
Infra-Estrutura Urbana	365.000,00	365.000,00	3.810,73	308.700,59	1.593,15	301.908,81	5,37	82,71	63.091,19
Serviços Urbanos	1.448.218,45	1.478.218,45	87.011,83	955.729,90	192.458,04	422.934,83	7,52	28,61	1.055.283,62

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	100,00	36,04	9.979.372,52
Habitação	101.000,00	101.000,00	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	100.000,00	100.000,00	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Saneamento	36.307,00	36.307,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.307,00
Saneamento Básico Urbano	36.307,00	36.307,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.307,00
Gestão Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	708.100,00	805.600,00	65.580,84	411.422,79	158.014,51	353.918,57	6,29	43,93	451.681,43
Promoção da Produção Vegetal	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Promoção da Produção Animal	30.000,00	30.000,00	0,00	4.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Extensão Rural	676.100,00	773.600,00	65.580,84	406.982,79	158.014,51	353.918,57	6,29	45,75	419.681,43
Indústria	159.900,00	159.900,00	5.681,59	9.778,38	1.437,19	1.983,98	0,04	1,24	157.916,02
Promoção Industrial	159.900,00	159.900,00	5.681,59	9.778,38	1.437,19	1.983,98	0,04	1,24	157.916,02
Comércio e Serviços	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00
Promoção Comercial	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00
Transporte	1.454.670,00	1.455.381,31	185.100,13	481.336,39	122.160,75	310.519,47	5,52	21,34	1.144.861,84
Transporte Rodoviário	1.454.670,00	1.455.381,31	185.100,13	481.336,39	122.160,75	310.519,47	5,52	21,34	1.144.861,84
Desporto e Lazer	220.000,00	220.000,00	28.206,88	64.108,34	24.410,89	49.113,99	0,87	22,32	170.886,01
Desporto Comunitário	220.000,00	220.000,00	28.206,88	64.108,34	24.410,89	49.113,99	0,87	22,32	170.886,01
Encargos Especiais	276.000,00	276.000,00	45.809,65	126.870,90	45.809,65	126.870,90	2,26	45,97	149.129,10
Serviço da Dívida Interna	116.000,00	116.000,00	18.104,92	54.193,85	18.104,92	54.193,85	0,96	46,72	61.806,15
Outras Transferências	160.000,00	160.000,00	27.704,73	72.677,05	27.704,73	72.677,05	1,29	45,42	87.322,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.260,00	28.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260,00

Continua 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	100,00	36,04	9.979.372,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.260,00	28.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.200.000,00	15.603.199,19	2.213.375,98	7.458.624,71	2.229.068,52	5.623.826,67	100,00	36,04	9.979.372,52

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALLOLMO DALLA C
PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIO DA FAZENDA E AC CONTADORA - CRC/SC 020394/C

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.159.571,07	1.132.804,84	1.166.457,68	1.124.249,79	1.314.677,70	1.602.049,23	1.293.242,50	1.394.306,32	1.128.907,32	1.318.295,62	1.715.150,33	1.349.071,36	15.698.783,76	17.324.466,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	65.746,59	76.770,96	56.629,07	57.962,94	68.502,77	114.310,59	53.447,25	43.935,67	61.110,90	131.918,62	359.530,83	117.027,18	1.206.893,37	1.518.854,00	
I.P.T.U.	6.378,19	7.355,21	947,16	1.135,26	1.284,57	4.068,86	0,00	0,00	0,00	14.000,96	146.225,64	22.259,91	203.655,76	239.779,00	
I.R.R.F	8.059,06	12.632,03	9.098,62	233,44	17.050,93	49.289,02	15,69	5.226,67	12.015,26	230,72	662,40	16.779,49	131.293,33	176.604,00	
I.S.S.	30.434,63	32.323,89	33.543,56	29.264,00	28.441,81	34.664,23	27.834,98	20.178,90	35.563,31	39.466,30	36.684,02	32.365,04	380.764,67	401.570,00	
I.T.B.I.	7.300,00	8.697,82	3.085,00	17.303,62	12.567,40	11.043,38	20.007,78	12.393,81	5.073,88	21.763,03	7.634,00	13.112,14	139.981,86	104.740,00	
Outras Receitas Tributárias	13.574,71	15.762,01	9.954,73	10.026,62	9.158,06	15.245,10	5.588,80	6.136,29	8.458,45	56.457,61	168.324,77	32.510,60	351.197,75	596.161,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.555,00	20.894,41	19.847,69	19.417,60	20.857,13	19.996,73	20.822,07	0,00	19.828,80	20.389,03	8.068,40	5.349,16	194.026,02	269.637,00	
RECEITA PATRIMONIAL	16.878,88	12.951,42	10.986,33	9.789,30	7.402,99	9.403,39	8.448,84	29.124,75	13.184,73	14.530,07	14.602,71	15.921,44	163.224,85	275.927,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	180,00	0,00	880,00	1.080,00	400,00	0,00	0,00	160,00	280,00	240,00	0,00	240,00	3.460,00	13.612,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.053.886,58	1.010.414,67	1.071.312,43	1.027.879,97	1.205.628,63	1.442.348,95	1.204.897,39	1.313.577,32	1.026.641,30	1.143.843,01	1.321.233,84	1.204.323,92	14.025.988,01	15.127.965,00	
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.061.608,56	5.803.100,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	316.295,48	316.627,16	363.358,66	342.335,61	368.422,95	372.426,21	381.880,68	343.211,06	324.016,50	390.692,55	389.553,13	363.678,09	4.272.498,08	4.670.770,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	50.591,60	42.936,42	49.841,95	51.733,52	52.199,85	18.142,68	29.147,02	40.382,94	37.739,10	45.386,29	50.469,30	45.530,06	514.100,73	523.300,00	
Cota-Parte do ITR	89,73	46,43	1.183,37	6.765,02	51,65	19,72	31,67	0,00	0,00	295,25	57,67	12,98	8.553,49	3.910,00	
Outras Transferências Correntes	197.754,25	122.030,22	152.642,21	113.027,55	145.678,94	366.123,06	117.085,20	102.466,09	124.517,14	104.472,35	103.912,91	129.871,54	1.779.581,46	1.576.699,00	
Transferências da LC 61/1989	5.124,22	5.663,88	5.727,92	5.536,09	5.604,63	6.435,50	6.759,37	5.190,06	4.581,70	4.201,18	5.649,28	5.883,89	66.357,72	95.850,00	
Transferências da LC 87/1996	1.724,90	1.724,90	0,00	3.449,80	1.724,90	1.724,90	0,00	0,00	0,00	7.108,85	1.777,21	1.777,21	21.012,67	25.400,00	
Transferências do FUNDEB	164.253,88	170.421,37	191.469,73	179.043,99	191.318,85	179.432,65	210.787,71	204.514,95	179.972,90	209.906,19	221.247,87	199.905,21	2.302.275,30	2.428.936,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.324,02	11.773,38	6.802,16	8.119,98	11.886,18	15.989,57	5.626,95	7.508,58	7.861,59	7.374,89	11.714,55	6.209,66	105.191,51	118.471,00	
DEDUÇÕES (II)	138.375,47	143.595,40	145.439,90	147.161,42	173.726,00	179.358,48	175.404,69	201.319,10	144.430,10	165.892,64	199.214,39	174.909,27	1.988.826,86	2.224.466,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	138.375,47	143.595,40	145.439,90	147.161,42	173.726,00	179.358,48	175.404,69	201.319,10	144.430,10	165.892,64	199.214,39	174.909,27	1.988.826,86	2.224.466,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.021.195,60	989.209,44	1.021.017,78	977.088,37	1.140.951,70	1.422.690,75	1.117.837,81	1.192.987,22	984.477,22	1.152.402,98	1.515.935,94	1.174.162,09	13.709.956,90	15.100.000,00	

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Luzerna - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	264.235,15	256.822,38	253.018,51
DEDUÇÕES (II)	2.687.643,20	3.840.730,92	4.309.873,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.689.067,33	3.841.367,36	4.310.219,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.424,13	636,44	345,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.423.408,05	-3.583.908,54	-4.056.854,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.423.408,05	-3.583.908,54	-4.056.854,65

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-472.946,11	-1.633.446,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-14.070,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.849.736,00	2.665.162,83	7.055.795,01	6.606.596,34
Receita Tributária	1.518.854,00	476.558,01	766.970,45	814.537,23
I.P.T.U.	239.779,00	168.485,55	182.486,51	192.288,77
I.S.S.	401.570,00	69.049,06	192.092,55	183.957,26
I.T.B.I.	104.740,00	20.746,14	79.984,64	61.243,29
I.R.R.F.	176.604,00	17.441,89	34.930,23	78.093,29
Outras Receitas Tributárias	596.161,00	200.835,37	277.476,52	298.954,62
Receita de Contribuição	269.637,00	13.417,56	74.457,46	115.822,56
Outras Contribuições	269.637,00	13.417,56	74.457,46	115.822,56
Receita Patrimonial Líquida	25.663,00	5.588,95	13.804,29	9.686,72
Receita Patrimonial	275.927,00	30.042,24	95.330,63	106.482,96
(-) Aplicações Financeiras	250.264,00	24.453,29	81.526,34	96.796,24
Transferências Correntes	12.903.499,00	2.151.434,10	6.153.346,59	5.590.815,78
F.P.M.	4.642.480,00	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
I.C.M.S.	3.736.616,00	602.585,16	1.754.426,16	1.580.315,13
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.524.403,00	743.863,75	2.142.245,32	1.868.372,46
Demais Receitas Correntes	132.083,00	18.164,21	47.216,22	75.734,05
Dívida Ativa	52.426,00	8.615,50	24.447,45	28.023,21
Diversas Receitas Correntes	79.657,00	9.548,71	22.768,77	47.710,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	16.849,04	351.150,29	1.304.691,79
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	25.349,04	65.650,29	195.925,49
Transferências de Capital	0,00	-8.500,00	285.500,00	1.108.766,30
Convênios	0,00	-8.500,00	285.500,00	1.108.766,30
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	-8.500,00	285.500,00	1.108.766,30
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.849.736,00	2.656.662,83	7.341.295,01	7.715.362,64
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.410.023,35	2.106.053,98	5.116.670,48	5.023.114,90
Pessoal e Encargos Sociais	7.195.680,28	1.165.587,93	3.229.309,47	2.793.733,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	94.000,00	14.301,05	42.977,21	40.911,23
Outras Despesas Correntes	6.120.343,07	926.165,00	1.844.383,80	2.188.469,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.316.023,35	2.091.752,93	5.073.693,27	4.982.203,67
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.164.915,84	123.014,54	507.156,19	1.013.465,23
Investimentos	2.142.915,84	119.210,67	495.939,55	1.003.922,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	22.000,00	3.803,87	11.216,64	9.542,74
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.142.915,84	119.210,67	495.939,55	1.003.922,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.260,00	-	-	-

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.260,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.487.199,19	2.210.963,60	5.569.632,82	5.986.126,16
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-637.463,19	445.699,23	1.771.662,19	1.729.236,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	33.481,31	0,00
Superávit Financeiro	-	-	33.481,31	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-234.264,00

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	1.424,13	1.424,13	-	-	136.450,00	825.409,91	242.161,26	242.160,27	31.449,45	688.250,19
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.424,13	1.424,13	0,00	0,00	136.450,00	825.409,91	242.161,26	242.160,27	31.449,45	688.250,19
ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810,50	309,63	309,63	0,00	500,87
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574,04	574,04	574,04	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA	0,00	1.424,13	1.424,13	0,00	0,00	0,00	26.733,82	13.869,63	13.868,64	3.234,81	9.630,37
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	274,55	274,55	75,45	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	49,26	49,26	30,74	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.924,78	7.693,39	7.693,39	7.231,39	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.312,19	61.667,73	61.667,73	3.219,46	4.425,00
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	20.317,41	16.307,98	16.307,98	3.738,86	9.720,57
SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307,31	283,11	283,11	24,20	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00	691.999,86	141.131,94	141.131,94	13.894,54	663.973,38
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.424,13	1.424,13	0,00	0,00	136.450,00	825.409,91	242.161,26	242.160,27	31.449,45	688.250,19

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	MARIA INES DALLOLMO DALLA CO
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO DA FAZENDA E ADM	CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE IN

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	989.491,00	989.491,00	287.345,84	519.153,80	52,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	304.828,00	304.828,00	179.365,50	210.002,23	68,89
1.1.1- IPTU	239.779,00	239.779,00	168.485,55	182.486,51	76,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	834,00	834,00	65,25	65,25	7,82
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	45.669,00	45.669,00	6.040,95	15.950,88	34,93
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	18.546,00	18.546,00	4.773,75	11.499,59	62,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	104.740,00	104.740,00	20.746,14	79.984,64	76,36
1.2.1- ITBI	104.740,00	104.740,00	20.746,14	79.984,64	76,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	403.319,00	403.319,00	69.792,31	194.236,70	48,16
1.3.1- ISS	401.570,00	401.570,00	69.049,06	192.092,55	47,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	557,00	557,00	350,64	561,67	100,84
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	920,00	920,00	280,42	1.230,93	133,80
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	272,00	272,00	112,19	351,55	129,25
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.604,00	176.604,00	17.441,89	34.930,23	19,78
1.4.1- IRRF	176.604,00	176.604,00	17.441,89	34.930,23	19,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.122.330,00	11.122.330,00	1.870.620,23	5.305.856,72	47,70
2.1- Cota-Parte FPM	5.803.100,00	5.803.100,00	1.006.231,41	2.820.843,68	48,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.803.100,00	5.803.100,00	1.006.231,41	2.820.843,68	48,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.670.770,00	4.670.770,00	753.231,22	2.193.032,01	46,95
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.400,00	25.400,00	3.554,42	10.663,27	41,98
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	95.850,00	95.850,00	11.533,17	32.265,48	33,66
2.5- Cota-Parte ITR	3.910,00	3.910,00	70,65	397,57	10,17
2.6- Cota-Parte IPVA	523.300,00	523.300,00	95.999,36	248.654,71	47,52
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.111.821,00	12.111.821,00	2.157.966,07	5.825.010,52	48,09
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	328.286,00	328.286,00	67.336,04	174.072,58	53,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	227.789,00	227.789,00	40.011,02	132.486,53	58,16
5.2- Outras Transferências do FNDE	90.283,00	90.283,00	26.876,82	39.992,81	44,30
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.214,00	10.214,00	448,20	1.593,24	15,60
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	196.500,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	196.500,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	330.832,00	330.832,00	17.223,99	33.765,21	10,21
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	659.118,00	659.118,00	84.560,03	404.337,79	61,35

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.224.466,00	2.224.466,00	374.123,66	1.061.170,19	47,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.160.620,00	1.160.620,00	201.246,22	564.168,57	48,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	934.154,00	934.154,00	150.646,06	438.605,85	46,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.080,00	5.080,00	710,88	2.132,65	41,98
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.170,00	19.170,00	2.306,65	6.453,13	33,66
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	782,00	782,00	14,12	79,48	10,16
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.660,00	104.660,00	19.199,73	49.730,51	47,52
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.446.376,00	2.446.376,00	425.798,97	1.233.951,77	50,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.428.936,00	2.428.936,00	421.153,08	1.226.334,83	50,49
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	17.440,00	17.440,00	4.645,89	7.616,94	43,68
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	204.470,00	204.470,00	47.029,42	165.164,64	80,78
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.467.825,60	1.467.825,60	321.475,03	884.043,56	60,23
13.1- Com Educação Infantil	450.025,00	450.025,00	97.906,41	244.073,93	54,24
13.2- Com Ensino Fundamental	1.017.800,60	1.017.800,60	223.568,62	639.969,63	62,88
14- OUTRAS DESPESAS	978.550,40	978.550,40	81.873,34	168.013,39	17,17
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	978.550,40	978.550,40	81.873,34	168.013,39	17,17
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.446.376,00	2.446.376,00	403.348,37	1.052.056,95	43,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,64
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.027.955,25	3.027.955,25	539.491,52	1.456.252,63	48,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	803.716,15	803.716,15	127.588,70	308.185,99	38,35
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	450.025,00	450.025,00	97.906,41	244.073,93	54,24
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	353.691,15	353.691,15	29.682,29	64.112,06	18,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.875.546,25	3.072.046,25	448.374,70	1.122.389,56	36,54
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.996.351,00	1.996.351,00	305.441,96	807.983,02	40,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	879.195,25	1.075.695,25	142.932,74	314.406,54	29,23
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.679.262,40	3.875.762,40	575.963,40	1.430.575,55	36,91
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					165.164,64
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.616,94
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					172.781,58
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.257.793,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,59

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	237.793,00	237.793,00	71.727,33	145.762,56	61,30
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	115.746,00	115.746,00	0,00	6.775,23	5,85
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	353.539,00	353.539,00	71.727,33	152.537,79	43,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.032.801,40	4.229.301,40	647.690,73	1.583.113,34	37,43
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.226.334,83	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.052.056,95	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.616,94	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	181.894,82	0,00

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.164.915,84	507.156,19	0,00	1.657.759,65
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.164.915,84	507.156,19	0,00	1.657.759,65
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.164.915,84	-507.156,19		-1.657.759,65

FONTE:

Luzerna, 27/08/2013

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

LUAN FERNANDO DIAS
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Equipamentos de Enfermagem

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com sede administrativa à Rua Dona Maria Mendes, 153, Centro, através do Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0006/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0004/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e que até 09h00min, do dia 10 de setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada na Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a aquisição de equipamentos para enfermagem a serem instalados e utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, adquiridos através dos recursos do PMAQ (Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade), conforme discriminação e quantitativos do Edital (Anexo I).

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 10/09/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 28 de agosto de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Edital de Licitação Nº 085/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção e ferramentas, destinados ao Cemitério Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/09/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de

Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de agosto de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

JÉSSICA SCHMITZ

Pregoeira Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Licitação Nº 078/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2013

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa de engenharia elétrica, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Mafra-SC, composto nesta data de aproximadamente 9.600 pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência, ampliação de redes, melhorias do sistema, modernização e a destinação final de lâmpadas. A prestação de serviços e o fornecimento de materiais será de forma continuada pelo período estabelecido em contrato e eventuais prorrogações amparadas na Legislação, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com recursos da COSIP. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/09/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de agosto de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL

Pregoeiro Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 055/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 055, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Institui Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente

(C.B.U.Q), drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Serafim Bertaso e parte da Avenida Padre Antonio, na extensão de 8.765,04 m².

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 527.400,00 (quinhentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais), tendo como fonte de recursos os valores obtidos através Contrato de Repasse nº. 765876/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Maravilha.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - A Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constará os imóveis atingidos diretamente e indiretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.
II - A Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem, bem como fixará seu valor, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - Após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - Os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - O órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações referido no inciso anterior está para cada

valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos mínimos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada;

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;

VII - Valorização de cada imóvel e, o valor da respectiva contribuição de melhoria.

VIII- regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§ 1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 2º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria AR-MP) em caso

de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 9º A contribuição de melhoria de que trata esta Lei será cobrada, exclusivamente, sobre o percentual que excede à quantia do repasse da verba federal de que trata o parágrafo único do art. 1º, ou seja, sobre o valor da contrapartida do município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 5% (cinco por cento) do valor da contrapartida por si disponibilizada para a referida obra.

Art. 10. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei os imóveis pertencentes aos loteamentos realizados diretamente pelo Município e que sejam declarados em lei como loteamentos de interesse social para a residência de pessoas com baixa renda familiar e os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 11. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de circulação local.

Art. 12. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga em até 3 (três) vezes com desconto de 15% (quinze por cento), ou ainda em até 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 14. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal 2.544/2001.

Art. 15. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº. 1.942/93, e suas alterações posteriores (Código Tributário Municipal).

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se às disposições em contrário.

Maravilha - SC, 26 de agosto de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Do Planej. ADM e Fazenda

Lei Nº 3.686/2013

LEI Nº 3.686, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal escriturar o imóvel adquirido e quitado através do Fundo Rotativo de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei o Poder Executivo Municipal autorizado a escriturar, para o mutuário, o imóvel de propriedade do Município de Maravilha que foi adquirido e quitado através do Fundo Rotativo de Habitação Municipal.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado na Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário.

- Afonso Cardoso

Lote "B" parte do lote urbano nº. (85), da quadra (67-A) Matrícula 15.344.

Com área de 300,00 m² situado no lado ímpar da Rua Palmitos.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 26 de agosto de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Do Planej. ADM e Fazenda

Decreto Nº 084/2013

DECRETO Nº 084, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA-SC E DÁ PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação - CME, denominados a seguir:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: ROSEMÉRI BRUCH R. DA SILVA Suplente: ASTA D. L. NERLING

Titular: ESTER ROLLWAGEN Suplente: MARISETE PERONDI

Titular: NOELI DELAZARE Suplente: CLASSI LUCCA

II - Representantes do Sindicato:

Titular: ELISABETE SCHAFFER BACKS Suplente: JAIR ADEMIR FÜLBER

Titular: SUELI SALETE PETRY Suplente: ROSÂNGELA C. DA COSTA

III - Representantes da Rede Estadual de Ensino:

Titular: LURDES D. VENDRAMÉ Suplente: DIRCE M. S. MÜLLER

Titular: VERONI NEU CARRARO Suplente: LENIR SCHÄFER

IV - Representantes da Associação de Pais e Professores:

Titular: LUIZ CARLOS TREMEA Suplente: DOMINGOS CRESpani

V - Representantes dos Professores do Ensino Superior:

Titular: CELESTINA INÊS MAGNANTI Suplente: DILVA B. BENVE-
NUTTI

Titular: SÍLVIO JOSÉ ZANIN Suplente: CLAUDETE LIVINALI

VI - Representantes dos Gestores da Rede Estadual de Ensino:

Titular: ILOENE T. WENDT KAfer Suplente: MARA RUBIA S.
HEYDT

VII- Representantes da Rede Particular de Ensino:

Titular: ANA PAULA F. KICH Suplente: CARMEM R. N. BIANCHINI

VIII- Representantes da Educação Especial:

Titular: ADRIANE C. D. POLAZZO Suplente: MELÂNIA DEVENCI

IX-Representantes da Educação de Jovens e Adultos:

Titular: LEDA PITOL DA COSTA Suplente: IVANETE STEFFENS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a disposições em contrário.

Maravilha - SC, 26 de agosto 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2747 de 23 de Agosto de 2013

DECRETO Nº. 2747 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Saúde

0402 - 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15403 - Convênio Transito - FUMPOM R\$ 10.000,00

0402 - 44900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15403 - Convênio Transito - FUMPOM R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 23 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2748 de 26 de Agosto de 2013

DECRETO Nº. 2748 DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- saúde R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- saúde R\$ 40.000,00

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- saúde R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 26 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Co 18/2012 Ad 18/6 Pav. Eugenio Kleine - Prazo

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 18/2012

CONTRATO ADITIVO DE PRAZO18/6

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 08/2012

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº.01/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: tendo em vista que foi suprimido o item da execução das calçadas do contrato, será necessário este aditamento de prazo

para que o saldo possa ser utilizado na continuidade da pavimentação.

Massaranduba, 09 de Agosto de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Ata de Reg. Preços 1.2013 1º Aditivo Quantidade - Merenda Escolar

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2013

PRIMEIRO ADITIVO DE QUANTIDADE

Processo Licitatório Nº. 90/2012

Pregão Presencial Nº. 38/2012

Aos 20 dias do mês de Agosto de 2013, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 90/2012 - Pregão Presencial Nº. - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E DOS PRÉ-ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. DO VALE DO ITAPOCU, neste ato representado por LUIZ OLCZYK	12.715.780/0001-35
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, neste ato representado por OSMAR ABENTROTH	81.815.219/0001-40

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E DOS PRÉ-ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde licitada	Qtde aditivada	R\$ unit.	R\$ total
05	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AGUA MINERAL - 20 LTS	UNID	vila nova	2.200	320	6,55	2.096,00
21	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO - PACOTE DE 800 GRAMAS	PCTE	faville	850	210	6,00	1.260,00
37	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	PCTE	nutrimental	400	80	4,40	352,00
43	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO INTEIRO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DAAGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE (+/- 2,50 KGCADA UNIDADE)	KG	frinal	1.200	230	4,89	1.124,70
48	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	pamplona	200	40	13,00	520,00
49	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUICA MISTA	KG	treze de maio	150	37	12,90	477,30
54	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOESPECIAL, TIPO PARAFUSO	KG	nordeste	920	200	4,70	940,00

73	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PAO DE SANDUICHE COM 500 GRAMAS, FATIADO	UNID	bauer	2.400	500	3,10	1.550,00
90	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALADA EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E /OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	macedo	1.000	150	7,50	1.125,00
45	COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. DO VALE DO ITAPOCU	LARANJA LIMA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	800	200	3,10	620,00
51	COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. DO VALE DO ITAPOCU	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	500	125	7,90	987,50
23	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC	KG	COCAMAR	350	60	13,18	790,80
46	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	LEITE EM PO INTEGRAL, PACOTES DE 400 GRAMAS, EMBALAGEM TIPO ALMOFADA DE ALUMINIO, ESPECIFICACAO DO PRODUTO E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM	UNID	AURORA	800	180	6,84	1.231,20
68	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML	UNID	COCAMAR	1600	400	3,47	1.388,00
79	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM COM LEITE, DIVERSOS SABORES.	KG	QUALIMAX	450	112	8,87	993,44
R\$ 15.455,94								

1.2. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 15.455,94 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório nº. 90/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame acima mencionado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 21 de Agosto de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. DO VALE DO ITAPOCU LUIZ OLCZYK	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP VANDERLEI SPEZIA
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA OSMAR ABENTROTH	

Ata de Registro de Preços 21.2013 Sistema de Monitoramento de Vias Urbanas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2013

Processo Licitatório Nº. 60/2013

Pregão Presencial Nº. 27/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (23-08-2013 a 23-08-2014)

Aos vinte três dias do mês de Agosto do ano de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 60/2013 - Pregão Presencial Nº. 27/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos referente aquisição de materiais e mão de obra especializada para a manutenção do sistema de vídeo monitoramento municipal, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
TOP CENTER ELETRONICA LTDA ME, neste ato representado por ROBERTO TROMM	82.135.625/0001-25
CORINGA COM. E REPRES. DE EQUIP. ELETRONICOS DE SEG. LTDA, neste ato representado por Representante não Cadastrado	01.468.282/0001-19
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME, neste ato representado por MARCELO WEBER	18.190.216/0001-22

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais e mão de obra especializada para a manutenção do sistema de vídeo monitoramento municipal, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
06	TOP CENTER ELETRONICA LTDA ME	SWITCH 24 PORTAS GERENCIÁVEL, CONFORME DEMANDA;	UNID	DNET	1	900,00	900,00
07	TOP CENTER ELETRONICA LTDA ME	MONITOR 47 POLEGADAS, CONFORME DEMANDA;	UNID	LG	1	3.490,00	3.490,00
Total do Fornecedor: R\$ 4.390,00							
01	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME	CAIXA DE PROTEÇÃO E SUPORTE DA CÂMERA, CONFORME DEMANDA;	UNID	itelbras	8	1.900,00	15.200,00
02	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME	CÚPULA EXTERNA DA CAIXA DE PROTEÇÃO DA CÂMERA, CONFORME DEMANDA;	UNID	itelbras	8	540,00	4.320,00
03	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME	CÂMERA SPEED DOME, CONFORME DEMANDA;	UNID	itelbras	8	5.580,00	44.640,00
04	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME	CAIXA DE COMUNICAÇÃO COMPLETA, CONFORME DEMANDA;	UNID	met. decio	8	1.650,00	13.200,00

05	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGU- RANÇA LTDA ME	POSTE METÁ- LICO 4 POLEGA- DAS 7 METROS. FABRICADO EM CHAPA DE AÇO SAE1010/1020. FORMATO TIPO CIRCULAR CONTI- NUO COM DIÂME- TRO MÍNIMO DE 4 . ALTURA DE 7 METROS DE BASE AO TOPO. ACABA- MENTO GALVA- NIZADO A FOGO CONFORME NBR 6323/90, CONFOR- ME DEMANDA;	UNID	desterro	8	1.930,00	15.440,00
08	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGU- RANÇA LTDA ME	INSTALAÇÃO/ TRANSFERÊNCIA DE POSTE METÁ- LICO, CONFORME DEMANDA;	UNID	XPTI	8	790,00	6.320,00
09	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGU- RANÇA LTDA ME	HORA TÉCNICA PARA ATENDI- MENTO FORA DO HORÁRIO CONTRATUAL COM DESLOCAMEN- TO, CONFORME DEMANDA;	HORAS	XPTI	60	115,00	6.900,00
10	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGU- RANÇA LTDA ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA REFERENTE 05 CÂMERAS INSTALADAS EM VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS;	MESES	XPTI	12	1.300,00	15.600,00
11	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGU- RANÇA LTDA ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA REFERENTE 03 CÂMERAS INSTA- LADAS EM VIAS PÚBLICAS MUNICI- PAIS, CONFORME DEMANDA;	MESES	XPTI	12	777,00	9.324,00
Total do Fornecedor: R\$ 130.944,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 135.334,00							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 135.334,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS.).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 60/2013 - Pregão Presencial Nº. 27/2013.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo



Licitatório Nº. 60/2013 - Pregão Presencial Nº. 27/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. A Empresa deverá entregar o serviço/objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

SERVIÇO	PRAZO (em horas)
1. Atendimento (remoto ou via telefone)	01:00h
2. Chegada ao local	06:00h
3. Solução do problema	24:00h
CONFORME DEMANDA	
Do item 01 a 10.	24:00h

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:



11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Executar os serviços, nos locais determinados pela Prefeitura, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II;

11.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços executados, bem como eventual custo de frete para transporte da máquina;

11.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos materiais adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

11.1.7. Reparar os serviços mal executados no prazo máximo de 01 (um) dia corrido.

11.1.8. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

11.1.9. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.12. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 60/2013 - Pregão Presencial Nº. 27/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 23 de Agosto de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME
MARCELO WEBER
Contratada

TOP CENTER ELETRONICA LTDA ME
ROBERTO TROMM
Contratada

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitação Nº 31/2013 - P Eletronico 1/2013 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 31/2013 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2013 REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando o REGISTRO DE PREÇO no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br com a finalidade de selecionar propostas objetivando contratações futuras do objeto abaixo indicado. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e do Decreto Municipal nº 57/2010, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento das propostas:

Das 08:00hs do dia 02.09.2013, às 13:45hs do dia 10.09.2013

- Limite para impugnação ao edital:

Das 14:00hs do dia 05.09.2013

- Início da Sessão Pública do pregão:

Às 14:00hs do dia 10.09.2013.

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores - INTERNET.

1.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



1.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.4.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.5 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

II - DO OBJETO

2.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL PARA "PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DO MUNICÍPIO"-ADUBOS, SEMENTES, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, VESTIMENTAS, CURSOS DE CAPACITAÇÃO A AGRICULTORES.

2.2. - A descrição detalhada dos produtos relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo I.

2.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

a) Telefone: (049) 3546 0194

b) e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

c) Endereço: Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, 89618-000 - Monte Carlo-SC.

2.4 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 08 (oito) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.5 - Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.5.1 - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.5.2 - Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.5.3. - As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.4 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do

art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2 - É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

3.2.1. - Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.

3.2.2. - Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.3. - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.4. - Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.

3.2.5. - Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

3.3 - As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

3.4 - O anexo obrigatório exigido, será o contrato social e ou estatuto social da empresa participante, ou outro termo compatível, em formato válido para leitura e impressão.

IV - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais no sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

4.2 A proposta enviada em formulário específico deverá conter os seguintes dados:

a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

b) Ser apresentada por item, com valores expresso em Reais;

c) Deverá ser indicada a marca de cada item;

d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

e) O prazo de entrega de cada produto cotado, conforme o item 12 deste Edital;

f) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação;

4.3 - O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4 - O julgamento das propostas será feito pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

4.5 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

V - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

5.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise

preliminar das propostas.

5.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

5.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

VI - DA ETAPA DE LANCES

6.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

6.3 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

6.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5 - Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.7 - É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

6.8 - Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

6.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.10 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I - o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II - todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III - caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.15 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

6.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

7.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço:

Rodovia SC/456 Km 15 nº 1551 - Centro, CEP: 89618000 - MONTE CARLO-SC.

7.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 7.1, para o número (49) 3546-0194, ou scanneado em PDF para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

7.1.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão.

7.1.5 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2013

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2013

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

7.2 - Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de

sociedades comerciais;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

e) certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2 Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.3 - O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

7.4 - A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.5 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, alíneas a, b e c; e 7.2.2, poderá ser substituída, conforme disposto no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Monte Carlo-SC - CRC, com validade plena, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, inclusive a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, conforme previsto no item 4.6 deste edital.

7.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VIII - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br>

8.1.1. Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a

impugnação.

8.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, durante o prazo informado pelo sistema.

9.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.2. - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias, a contar a partir do término do prazo de recorrente.

X - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

10.2 - No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

10.3 - A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo.

10.5 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

XI - DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 - A Ata/contrato terá vigência por um prazo de 12 MESES, a contar da assinatura do mesmo, limitado ao presente exercício orçamentário, se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

XII - DO PEDIDO, DA ENTREGA E DO PRAZO

12.1 - Os pedidos serão realizados pelo Município por meio de Autorização de Fornecimento - AF, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município

12.2 A Contratada disporá do prazo de 08 (oito) dias para entregar o objeto, contados a partir da notificação da Autorização

de Fornecimento - AF, no endereço da Sede da CONTRATANTE, com as despesas de transporte e da entrega técnica por conta da CONTRATADA.

12.3 - A entrega do objeto deste edital será feita a Secretaria Municipal solicitante, no mesmo endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

12.4 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XIII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

13.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, equivalente ao preço da data da sessão pública de disputa de preços.

13.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.3 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

13.4 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, na forma eletrônica.

13.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.8 - Ao faturar o pedido feito pelo Município, a empresa vencedora deverá enviar imediatamente o arquivo XML para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento de 2013, como segue:

SECRETARIA DE AGRICULTURA - PROJETO ATIVIDADE 2.027 e 1.014

XV - DAS PENALIDADES

15.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções:

a) impedimento de participar de licitações com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) descadastramento do sistema de cadastro a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

c) multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 05 (cinco) dias, e o percentual a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos de cento);

d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já

assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

15.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.

15.3 - Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

15.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente motivado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, disponível a toda a sociedade no portal <http://www.cidadecompras.com.br>, e será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 - No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, podendo ser fixado novo prazo para a realização do certame.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Fraiburgo (SC), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3546 0194, nos dias úteis no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 horas

16.8 - Faz parte deste Edital:

Anexo I - Minuta de Contrato

Anexo II - Especificação do objeto e Valor Estimado.

Município de Monte Carlo-SC, 27 de Agosto de 2013.

ALBERTINHO MANGOLT

Pregoeiro

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxxxx/2013

Aos dias do mês de do ano de 2013, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, e o uso de suas atribuições, denominado ORGÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na , nº , na cidade de , inscrita no C.N.P.J. sob o nº , neste ato representada pelo , Sr. , doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto



Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas ao REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL PARA "PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DO MUNICÍPIO"-ADUBOS, SEMENTES, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, VESTIMENTAS, CURSOS DE CAPACITAÇÃO A AGRICULTORES, conforme especificações do ANEXO I.

1.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

1.3 - Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

1.3.1 - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

1.3.2 - Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. - As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

1.4 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ _____ pelo ITEM Nº _____

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a entrega do bem, e emissão das notas fiscais eletrônicas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

5.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Dpto solicitado, instalados e ou montados;

c) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Dpto de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 15 dias contados do recebimento da AF, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento

assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 15 (quinze) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, inclusive poderá ser aditivada até o limite de 25% conforme dispõe a lei 8666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

SECRETARIA DE AGRICULTURA - PROJETO ATIVIDADE 2.027 e 1.014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 31/2013, Pregão Eletrônico nº 01/2013 - Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores

e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de de 2013

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS

ANEXO - I					
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	CÓDIGO	QTDADE	UNIDADE	PREÇO DE REFERÊNCIA
01	Kit estufa: pré-montada para produção	141335	04	Unidade	1.020,00
02	Picador de palha	141336	01	Unidade	2.390,00
03	Substrato: Produto armazenado em bolsas de 20 kg	141337	50	Bolsa	37,00
04	Calcário: Produto armazenado em bolsas de 20 kg	141338	30	Bolsa	18,00
05	Bandejas de isopor: Para produção de mudas	141339	50	Unidade	6,00
06	Adulbo orgânico: (cama de aves)	141340	03	Tonela	470,00
07	Kit super-magro	141341	30	Kit	100,00
08	Mudas orgânicas de alface lisa (100 mudas)	141342	10	Bandeja	22,00
09	Mudas orgânicas de alface crespa (100 mudas)	141343	10	Bandeja	22,00
10	Mudas orgânicas de alface roxa (100 mudas)	141344	18	Bandeja	19,00
11	Mudas orgânicas de cenoura (100 mudas)	141345	16	Bandeja	18,00
12	Mudas orgânicas de beterraba (100 mudas)	141346	16	Bandeja	17,00
13	Mudas orgânicas de repolho (100 mudas)	141347	18	Bandeja	16,00
14	Mudas orgânicas de tempero verde (100 mudas)	141348	14	Bandeja	14,00
15	Mudas orgânicas de pepino (100 mudas)	141349	10	Bandeja	16,00
16	Mudas orgânicas de abobrinha (100 mudas)	141350	10	Bandeja	15,00
17	Mudas orgânicas de abobora (100 mudas)	141351	10	Bandeja	15,00
18	Mudas orgânicas de rabanete (100 mudas)	141352	12	Bandeja	12,00
19	Mudas orgânicas de cebola criola (100 mudas)	141353	18	Bandeja	15,00
20	Sementes de abobora (Pacotes de 10g.)	141354	10	Pacotes	40,00
21	Sementes de abobrinha (Pacotes de 10g.)	141355	10	Pacotes	40,00
22	Sementes de alface crespa (Pacotes de 10g.)	141356	14	Pacotes	41,00
23	Sementes de alface lisa (Pacotes de 10g.)	141357	14	Pacotes	42,00
24	Sementes de alface roxa (Pacotes de 10g.)	141358	10	Pacotes	38,00
25	Sementes de brócolis (Pacotes de 10g.)	141359	06	Pacotes	93,00

26	Sementes de cebola (Pacotes de 10g.)	141360	06	Pacotes	40,00
27	Sementes de couve chinesa (Pacotes de 10g.)	141361	08	Pacotes	15,00
28	Sementes de couve manteiga (Pacotes de 10g.)	141362	08	Pacotes	15,00
29	Sementes de couve flor (Pacotes de 10g.)	141363	06	Pacotes	43,00
30	Sementes de ervilha pagode (Pacotes de 10g.)	141364	08	Pacotes	24,00
31	Sementes de vagem (Pacotes de 10g.)	141365	08	Pacotes	24,00
32	Sementes de moranga cabutiá (Pacotes de 10g)	141366	06	Pacotes	18,00
33	Sementes pepino (Pacotes de 10g.)	141367	08	Pacotes	24,00
34	Sementes de rabanete (Pacotes de 10g.)	141368	06	Pacotes	23,00
35	Sementes de repolho (Pacotes de 10g.)	141369	10	Pacotes	19,00
36	Sementes de rúcula (Pacotes de 10g.)	141370	10	Pacotes	29,00
37	Sementes de salsa (Pacotes de 10g.)	141371	08	Pacotes	17,00
38	Sementes de tomate (Pacotes de 10g.)	141372	10	Pacotes	32,00
39	Sementes de beterraba (Pacotes de 10g.)	141373	10	Pacotes	95,00
40	Sementes de cenoura (Pacotes de 10g.)	141374	08	Pacotes	16,00
41	Capacitação para Agricultores: Formas de produção e comercialização de produtos provenientes da agricultura periurbana.	141375	64	HoraAula	78,00
42	Apostilas para capacitação	141376	100	Unidade	10,00
43	Tendas desmontáveis: Tendas 3,5 x 2,5 x 2,0 m. com estrutura de metal, tratamento contra corrosão, bancadas em madeira (compensado naval) com pintura em esmalte sintético (verde colonial), lona de cobertura (alpargatas) saia de cobertura das bancadas, com abas laterais de 1,0 m.	141377	30	Unidades	1.020,00
44	Balança computadoradora com etiquetadora: A bateria interna com autonomia bateria com sistema No Break, fonte com seleção automática de voltagem, visor de coluna, em LCD, com backlight, para uma fácil visualização, Cadastramento de produtos diretamente na balança, por meio do teclado alfanumérico de 16 teclas com visor, etiquetador incorporado.	141378	07	Unidades	2.699,00
45	Caixas plásticas hortifrutigranjeiros: Material resistente de dimensão	141379	120	Unidades	31,00

	aproximadamente 60x40x24 cm. Estes para armazenar os hortifrutigranjeiros no momento da feira (02 unidades para cada beneficiário da feira)				
46	Cestas de plástico: Cestas multi-uso com alça. Medidas: 22 x 39 x 29 cm	141380	30	Unidades	20,00
47	Lixeiras com acionamento por pedal: Material resistente de polipropileno, dimensão aproximada de 60 x 34 x 44 cm, com formato retangular ou quadrado.	141381	30	Unidades	34,00
48	Lixeiras com poste coletor: Conjunto com 04 papeleira confeccionada em polietileno injetado possui chave para abertura. Diversas cores. Segue com poste em estrutura tubular acabamento zincado. Capacidade 50 litros.	141382	02	Unidades	648,00
49	Pallets de plástico: Material resistente de Polipropileno, com dimensões aproximadas de 1,0 x 1,2 x 0,15 cm	141383	11	Unidades	81,00
50	Bomba para irrigação	141384	01	Unidades	186,00
51	Carrinho plataforma com 04 rodas	141385	01	Unidades	720,00
52	Carrinho de mão de metal	141386	30	Unidades	68,00
53	Palanque de concreto	141387	50	Unidades	28,00
54	Arame farpado	141388	1.900	Metros	6,00
55	Arame galvanizado	141389	02	Metros	6,00
56	Tela de alambrado	141390	400	Metros	13,00
57	Ancinho com cabo	141391	40	Unidades	13,00
58	Pá de corte com cabo	141392	40	Unidades	18,00
59	Pá curva com cabo	141393	40	Unidades	18,00
60	Enxadão com cabo	141394	30	Unidades	26,00
61	Mangueira preta 1"	141395	500	Unidades	1,00
62	Mangueira preta ¾"	141396	150	Unidades	0,70
63	Aspersor agrícola 5mm	141397	06	Unidades	30,00
64	Registro de esfera 1	141398	02	Unidades	15,00
65	Registro esfera ¾	141399	04	Unidades	15,00

66	T para mangueira ¾	141400	06	Unidades	1,70
67	Abraçadeira para mangueira	141401	06	Unidades	2,90
68	Caixa d'água de fibra	141402	01	Unidades	149,00
69	Peneira fina (malha 18)	141403	04	Unidades	9,75
70	Peneira grossa (malha 08)	141404	04	Unidades	9,75
71	Adaptador para mangueira ¾ - rosca interna	141405	06	Unidades	0,90
72	Adaptador para mangueira ¾ - rosca externa	141406	06	Unidades	1,00
73	Redução para mangueira ¼	141407	04	Unidades	1,20
74	Regador de plástico crivo fino	141408	30	Unidades	10,00
75	Pulverizador costal 20 litros	141409	16	Unidades	274,00
76	Enxada com cabo	35249	40	Unidades	15,00
77	Calculadora de bolso	141410	60	Unidade	6,00
78	Cadernos de Anotações – 48 folhas	141411	300	Unidades	1,00
79	Canetas na cor azul ou preta, ponta fina.	141412	300	Unidades	0,60
80	Sacolas descartáveis – fardos contendo 100 unidades com capacidade para 20 kg. Na cor branca.	141413	10	Cento	38,00
81	Toucas descartáveis – pacote com 100 unidades	37203	10	Cento	11,00
82	Luvas descartáveis – Cx. com 100 unidades	141414	10	Cento	24,00
83	Camisetas manga curta malha PV (67% poliéster e 33% viscose) com o emblema da prefeitura municipal, em cor. Diversos tamanhos.	141415	30	Unidades	13,00
84	Boné com velcro, com o emblema da prefeitura municipal, em cor.	141416	30	Unidades	11,00
85	Bolsa ecológica. Dimensões de 48cmx48cm. Com o emblema da prefeitura municipal, em cor.	141417	1000	Unidades	7,00

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 116/2013 PMN. II Retificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
II AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº. 116/2013 PMN

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. A Comissão de Licitação do Município torna público que esta municipalidade SUPRIMIU o item 5.6.3 "Certidão Acervo Técnico" Nova data para entrega dos envelopes: dia 17/09/2013 até as 8:50h, abertura dos envelopes e início do certame: dia 17/09/2013 as 9:00h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 29 de agosto de 2013.
Comissão de Licitação

Nova Trento

PREFEITURA

Convocação Audiência Pública AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 16 horas do dia 09 de setembro de 2013, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua Ida Orsi Feller, nº 100 - Centro - Nova Trento - SC, para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 e extraídas dos objetivos e metas da Administração aprovadas em audiência pública e constante da Lei do PLANO PLURIANUAL 2014/2017 que tramita na Câmara Municipal.

A sua participação é muito importante.

Nova Trento, 26 de agosto de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado Chamamento Saúde

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e treze, as 15 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO.

Do chamamento Público, publicado no DOM/SC de 23/08/2013, para contratação de 01 (um) Enfermeiro, para atuar na Unidade Sanitária Madre Paulina (Posto de Saúde - Centro), demonstrou interesse e foi aprovada a seguinte candidata:
→ ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL

A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.
Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Orleans

PREFEITURA

Edital de Chamamento Processo Seletivo Nº005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº005/2013, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, da candidata aprovada no Processo Seletivo nº 005/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h00min às 17h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo nº005/2013 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item VIII - 13, do Edital de Processo Seletivo nº 005/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
JHENIFER TARTARI OURIQUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 hs

Orleans, 28 de agosto de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

Ato Nº. 829/2013.

ATO Nº. 829/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GREICE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Asses-sor VI, Nível AD-ASS-6, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Admi-nistração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 02/08/2013.

Palhoça, SC, em 08 de agosto de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Ato Nº. 830/2013.

ATO Nº. 830/2013.

CAMILO NAZARENO SETEMBRINO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALEX HELENO SANTORE, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Secretário de Gestão Governamental, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Gestão Governamental da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº 1.473, de 01 de fevereiro de 2013, com efeitos a con-tar de 09/08/2013.

Palhoça, SC, em 08 de agosto de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2411/2013

PORTARIA Nº 2411/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para REGINALDO CAMPOLINO JAQUES, titular do cargo de Engenheiro Sanitarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2412/2013

PORTARIA Nº 2412/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JADNA MARTINS, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2413/2013

PORTARIA Nº 2413/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELA MARIA ARAUJO OTTONI, titular do cargo de Professor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2415/2013

PORTARIA Nº 2415/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GABRIELA REGINA CABRAL GALVÃO, titular do cargo de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2416/2013

PORTARIA Nº 2416/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MICHELE PATRICIA MORERA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2417/2013

PORTARIA Nº 2417/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCIANA LENIR MARTINS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2418/2013

PORTARIA Nº 2418/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para RENATA MARIA BORBA, titular do cargo de Fono-audióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2419/2013

PORTARIA Nº 2419/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JONAS DA SILVA JUNIOR, titular do cargo de Pro-fessor de Música, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2420/2013

PORTARIA Nº 2420/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MAYCON JOSE DE SOUZA, titular do cargo de Pro-fessor de Música, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2421/2013

PORTARIA Nº 2421/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCELI APARECIDA PEREIRA KUHN, titular do cargo de Professor de Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2422/2013

PORTARIA Nº 2422/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para EDIANE DA SILVA, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2423/2013

PORTARIA Nº 2423/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GIOVANA PAZ GOMES, titular do cargo de Assisten-te Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Adminis-tração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2424/2013

PORTARIA Nº 2424/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALIXANDRA ANITA ISOTON, titular do cargo de Professor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de de-zembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2425/2013

PORTARIA Nº 2425/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CLAUDIA ANDREIA MEISCHEIN VIEIRA, titular do cargo de Professor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2426/2013

PORTARIA Nº 2426/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para IRANI SURAMA FREITAS, titular do cargo de Pro-fessor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de de-zembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2427/2013

PORTARIA Nº 2427/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA PAULA RANGEL, titular do cargo de Orienta-dor Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2428/2013

PORTARIA Nº 2428/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CRISTIANE DE OLIVEIRA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2429/2013

PORTARIA Nº 2429/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIANE GOULART FERNANDO, titular do cargo de Professor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2430/2013

PORTARIA Nº 2430/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PAULO HENRIQUE PEDROSO DA TRINDADE, titular do cargo de Professor de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2431/2013

PORTARIA Nº 2431/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CLAUDIA IRMA ROSA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2432/2013

PORTARIA Nº 2432/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GIOVANI DA SILVA, titular do cargo de Professor de Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2442/2013

PORTARIA Nº 2442/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IVO-NE ZELIA DE SOUZA PEREIRA, Matrícula nº. 300107, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para a Secretaria Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 2443/2013
PORTARIA Nº 2443/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora NATHALIA MOREI-RA, Matrícula nº. 401902, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, re-movido para a Secretaria Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2410/2013.
PORTARIA Nº. 2410/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL COELHO, matrícula nº. 801161, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/03/2005 a 07/03/2010, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 18/08/2013 à 18/11/2013.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2433/2013.
PORTARIA Nº. 2433/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE aos servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de

acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2013.

MATRICULA	SERVIDORES
800879	Katia Aparecida Antoria Ribeiro
800656	Eliane Izaura Martins de Abreu

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2434/2013.
PORTARIA Nº. 2434/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de julho de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
200022	Rita de Cassia da Silva Silveira de Souza	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2435/2013.
PORTARIA Nº. 2435/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JAIANE APARECIDA CONRADO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2436/2013.
PORTARIA Nº. 2436/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2437/2013.
PORTARIA Nº. 2437/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SILMARY TANIA CASTILLO DE SOUZA GOMES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2438/2013.
PORTARIA Nº. 2438/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NOELI TEREZINHA RIBEIRO DE OLIVEIRA GABRIEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2439/2013.
PORTARIA Nº. 2439/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALINE LIMA DE SOUZA BARROS, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2440/2013.
PORTARIA Nº. 2440/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIANA CRISTINA LAPA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2441/2013.
PORTARIA Nº. 2441/2013.

CAMILO NAZARENO SETEMBRINO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para LILIAN REGINA ALVES DA ROSA, matrícula nº. 800737, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 30/07/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2444/2013.
PORTARIA Nº. 2444/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA MEDEIROS, matrícula nº. 400280, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/06/2003 a 14/06/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/08/2013 à 07/09/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2445/2013.
PORTARIA Nº. 2445/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MABEL FATIMA ADRIANO, matrícula nº. 800973, titular do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/06/2008 a 17/06/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/07/2013 à 15/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2446/2013.
PORTARIA Nº. 2446/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA TEREZA DE FATIMA SELL, matrícula nº. 400007, titular do cargo de Bioquímica, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/02/1991 a 03/02/1996, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/08/2013 à 05/09/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2447/2013.
PORTARIA Nº. 2447/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ABEL LUIZ DOS SANTOS, matrícula nº. 400118, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/05/2000 a 15/05/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/08/2013 à 05/09/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2448/2013.
PORTARIA Nº. 2448/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE DILMA DE AZEVEDO SCHE-RER, matrícula nº. 800751, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2005 a 29/07/2010, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/08/2013 à 05/11/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2449/2013.
PORTARIA Nº. 2449/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA MARIA DE ABREU, matrícula nº. 800373, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/08/2004 a 23/08/2009, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/08/2013 à 05/11/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2450/2013.
PORTARIA Nº. 2450/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA ALBERTINA DE MEDEIROS S-CHAIMANN, matrícula nº. 800917, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 12/08/2013 à 12/09/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2451/2013.
PORTARIA Nº. 2451/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DAS GRAÇAS QUADROS ROSA, matrícula nº. 800063, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2007 a 01/04/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 29/07/2013 à 29/10/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2452/2013.
PORTARIA Nº. 2452/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MÁRCIA KARINE ROSAR, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 03/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2453/2013.
PORTARIA Nº. 2453/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:
Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
---------------------	-------	------	-----------	-----

Alessandra Andrea Ghizoni	ASG	60	01/07/13	I – Z 54-0
Alex Santos Prado	Vigia	15	08/07/13	I – Z 54-0
Ana Paula Rangel	Professor	30	10/07/13	I – F 32-1
Angela Maria Sarmento	ASG	60	06/07/13	I – M 65, II – M 75
Angelita Zamberlan Nader	Psicóloga	07	12/07/13	I – Z 76-3
Carlos Roberto Freitas	ASG	30	09/07/13	I – I 10, II – I 10, III – I 42
Cinara Ribas Konrad	Pedagoga	04	02/07/13	I – M 5
Cleusa Cristina Rosmanski	ASG	05	01/07/13	I – M 25-5
Dayane Aline Farias	Professor	02	04/07/13	I – S 60-1
Dayane Aline Farias	Professor	06	09/07/13	I – S 60-1
Débora Martins Lourenço	Merendeira	04	28/06/13	I – Z 76-3
Dilceia Soares	ASG	60	10/06/13	I – Z 76-3
Eva Maria dos Santos	Técnico em Enfermagem	40	06/07/13	I – F 40-0, II – F 33-2
Fabiana D'Ávila da Cunha	Dentista	21	02/07/13	I – F 31-3
Geovanna K Nunes	Professor	12	05/07/13	I –
Ilson Ferreira da Silva	Professor	90	03/07/13	I – Z 54-0
Jane Maria Souza Santo	ACS	20	08/07/13	I – M 25-5
João Batista dos Santos	Técnico em Agrimensura	15	02/07/13	I – M 24, II – M 23
Jocelia Enedina Martins	Auxiliar em Enfermagem	15	11/07/13	I – Z 54-0
Jucilene Edite Tomas Rodrigues	ASG	15	09/07/13	I – M 25-5
Kátia Regina de Medeiros	Técnico em Enfermagem	10	10/07/13	I – F 43
Magda dos Santos Maria	Merendeira	03	08/07/13	I – Z 0-0, II – M 10
Marco Aurelio Brasil	ASG	15	27/06/13	I – M 17
Margarida Oemaning	Professor	30	05/07/13	I – Z 54-0
Maria das Graças Matos Freitas	Professor	60	16/07/13	I – C 56-0, II – J 45
Maria Fernanda Depizzolatti	Fonoaudióloga	90	07/07/13	I – F31-6
Maria I. Marafio Velho	ASG	120	01/07/13	I – C 50
Marlete Vargas Portela	ASO	60	19/07/13	I – M 16, II – M 19
Michele Paula Santiago	Merendeira	08	26/06/13	I – M 54
Mirian Josiani Silveira de Souza	ASG	02	05/07/13	

Mirian Josiani Silveira de Souza	ASG	03	10/07/13	
Nelsa Helena Mayer	ASO	07	08/07/13	I – M 54-4, II – M 54-5
Nelsa Helena Mayer	ASO	30	15/07/13	I – M 54-4, II – M 54-5
Nilzete Alves	ASS	90	17/07/13	I – M 25
Raquel Schmidt	Fiscal de Tributos	180	03/06/13	I – Z 33
Rita de Cassia Cascaes Silva	ASG	22	08/07/13	I – Z 76-3
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	15	26/06/13	I – M 65-8, II – M 25-5
Rosa Maria Souza	ASG	04	08/07/13	I – Z 76-3
Sandra Lucia Silveira Souza	Professor	13	02/07/13	I – M 02-4, II – J 11
Sibela Guimarães M. Poloni	Técnico em Enfermagem	120	19/07/13	I – C 83-8
Suelen Morechi	ASG	09	20/06/13	I – Z 76-3
Vanessa Sale-nave Becker	Dentista	05	08/07/13	I – M 54, II – Z 33
Vanessa Sale-nave Becker	Dentista	180	15/07/13	I – M 54, II – Z 33
Vera Borges Ferreira	ASG	07	03/07/13	I – M 54-5

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2454/2013.
PORTARIA Nº. 2454/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1678 de 20 de maio de 2013, que Removeu o servi-dor EDSON NERI DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2455/2013.
PORTARIA Nº. 2455/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta

Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 05, item 03.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 24/07/2013, de acordo com às folhas 17, 18.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2456/2013.
PORTARIA Nº. 2456/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MAURA HELENA DE MELO, matrícula nº. 800619, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.
A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.
Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 22/07/2013, de acordo com às folhas 15 e 16.

Palhoça, SC, em 16 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2457/2013.
PORTARIA Nº. 2457/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEBORA LETICIA HERMANN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2458/2013.
PORTARIA Nº. 2458/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, PATRICIA LUCCAS RIBAS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 02/08/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2459/2013.
PORTARIA Nº. 2459/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Altair Altamiro da Silva	16	24	01/06/2013 a 31/07/2013
Cintia Cristina Prego Amorim Daufenbach	40	30	01/08/2013 a 15/12/2013
Eduardo da Silva	20	25	09/07/2013 a 15/12/2013
Joseane Burg Weingartner	40	20	01/07/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2460/2013.
PORTARIA Nº. 2460/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KRIS REGINA DE SOUZA, matrícula nº. 800822, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 02/08/2013 à 02/11/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2461/2013.
PORTARIA Nº. 2461/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALECIO DA SILVA, matrícula nº. 800248, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 22/03/1998 a 22/03/2003, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 07/08/2013 à 07/10/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2462/2013.
PORTARIA Nº. 2462/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA MARIA DA SILVEIRA,

matrícula nº. 800206, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 20/12/1997 a 20/12/2002, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 20/12/2002 a 20/12/2007, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 29/07/2013 à 29/12/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2463/2013.
PORTARIA Nº. 2463/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALLAN AGUIAR RABUSKE, matrícula nº. 400237, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/02/1999 a 18/02/2004, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/08/2013 à 13/09/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2464/2013.
PORTARIA Nº. 2464/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 1525 de 02 de maio de 2012, que Contratou por Tempo De-terminado à servidora ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/07/2013 a 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 22 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Editais 147/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de setembro de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 147/2013, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 27 de agosto de 2013.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregão 138-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
138/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização para os eventos culturais (Desfile Cívico e formatura do PROERD 2013), para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HDR SERVIÇOS E COMÉRCIO ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 7.950,00 (sete mil, no-vecentos e cinquenta reais).

SOM LIVRE SONORIZAÇÃO - SOM - PALCO - LUZ EIRELI - ME ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Palhoça, 27 de agosto de 2013.

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º073/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º073/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	----	-------------------------	-------	-------------	-------------

4	190	CX	Curativo redondo branco/bege para punção (composto por fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva, papel siliconado e poliéster), caixa com 500 unidades.	Laborim-port	R\$ 9,6500	R\$ 1.833,50
13	20	rolo	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 70cmx50cm.	Plumax	R\$ 11,4000	R\$ 228,00
15	400	UNI	Máscara de Oxigênio, material atóxico, descartável, alta qualidade, pedia-adulto.	Nevoni	R\$ 2,7500	R\$ 1.100,00
23	50	UNI	Sonda retal nº 24.	Medsonda	R\$ 0,7100	R\$ 35,50
24	50	UNI	Sonda retal nº 26.	Medsonda	R\$ 0,8000	R\$ 40,00
25	50	UNI	Sonda retal nº 30.	Medsonda	R\$ 0,7400	R\$ 37,00
26	7.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 150 ml.	JP	R\$ 1,5771	R\$ 11.039,70
30	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Lemedid	R\$ 1,5500	R\$ 465,00
VALOR TOTAL R\$ 14.778,70						

Extrato de Ata de Registro de Preços 085/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º085/2012

– Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
1	5000	FRS	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,9000	R\$ 4.500,00
4	1400	FRS	Desinfetante com ação bactericida, desinfetante e germicida, para limpeza de sanitários, pias ralos, frasco com 5000 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 4,4800	R\$ 6.272,00
5	5000	FRS	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,7800	R\$ 3.900,00
25	1300	unid.	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.	Q. Lar Tripla Ação	R\$ 2,7000	R\$ 3.510,00
VALOR TOTAL R\$ 18.182,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º075/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º075/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITA DIAGNÓSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	10	kit	Sistema de imunoensaio de fluorescência para determinação simultânea em um único teste quantitativo, de troponina I, mioglobina e CK-MB massa, BNP e D-dímero em amostras de sangue total ou plasma em EDTA, volume de 200 ul, em até 20 minutos. O kit deve conter 25 testes embalados individualmente, 25 pisetas descartáveis e 01 rolo de papel térmico para impressão dos testes pelo equipamento + chip de codificação do lote dos testes. O fornecedor dos kits deverá disponibilizar em comodato, 2 (dois) aparelhos para leitura dos testes.	Alere Sandiego	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL R\$ 14.000,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º076/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º076/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	90.000	unid.	Preservativo lubrificado masculino 52mm, latex de borracha natural.	Eros	R\$ 0,1300	R\$ 11.700,00

20	500	unid.	Respirador dobrável (mascara bico de pato), Recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10micra (diâmetro aerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos EUA para controle da exposição ocupacional à Tuberculose TB** (Mycobacterium tuberculosis). Filtro para particulados: classe PFF-2, Eficiência mínima de filtração de aproximadamente 94%, BFE > 99% aproximadamente (Eficiência de Filtração Bacteriológica), Cor branca, tamanho regular, Formato dobrável, Fabricado, testado e aprovado no Brasil, Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego- Certificado de Aprovação (CA): 17611, Registro do Ministério da Saúde: (ANVISA).	3m	R\$ 1,9000	R\$ 950,00
VALOR TOTAL R\$ 12.650,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º077/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º077/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	15.000	unid.	Gel lubrificante a base de água, para utilização conjunta do preservativo masculino, sachê com 05 gramas.	Lubrigel	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00
VALOR TOTAL R\$ 5.400,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º078/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	10	rolo	Cadarço Sarjado 100% Algodão Cru 15mm Rolo c/ 50mts.	Soni/tecnil	R\$ 9,0400	R\$ 90,40
10	20	UNI	Garrote com faixa elástica e trava plástica, para realizar punção sanguínea.	Premum/Accume	R\$ 3,6200	R\$ 72,40
18	50	UM	Porta agulha Mayo Hegar 12cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	Abc/Maio/1048	R\$ 13,3400	R\$ 667,00
27	15	PÇ	Tesoura Cirúrgica Romba Fina Reta, confeccionada em aço inox de 1a. qualidade, medindo 17cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência.	Abc/RR/0311	R\$ 17,0900	R\$ 256,35
29	50	UNI	Torniquete em borracha sintética, sem látex, descartável, para estase venosa, livre de proteínas que causam alergia, não estéril.	L. import	R\$ 1,5200	R\$ 76,00
VALOR TOTAL R\$ 1.162,15						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º079/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas

de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
9	3500	unid.	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.	Superpro Beta	R\$ 0,3900	R\$ 1.365,00
13	150	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.	Jundiai	R\$ 12,0000	R\$ 1.800,00
23	100	PCT	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia	Zavaski	R\$ 1,0500	R\$ 105,00
28	40	unid.	Saboneteira em plástico especial, com reservatório, com alta resistência ao impacto para sabonete líquido, com reservatório na cor branca.	Trilha	R\$ 11,1200	R\$ 444,00
34	80	unid.	Suporte dispenser para papel higiênico rolo de 300 metros, em plástico ABS de alta resistência, medindo aprox. 28 cm de altura, 27cm de largura e 14 cm de prof., possuir fechadura de segurança com chave, com kit de fixação na parede (buchas e parafusos).	Trilha	R\$ 12,7200	R\$ 1.017,60

2- Generos alimentícios

36	3000	un	Alto Alegre	R\$ 2,0300	R\$ 6.090,00
<p>Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.</p>					

3 – Copa e cozinha

39	200	pct	Fósforo caixa com 40 palitos, pacote com 10 caixas	Gaboardi	R\$ 1,2000	R\$ 240,00
41	6000	pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, com 30x33cm.c/ 50 un	Plazapel	R\$ 0,7700	R\$ 4.620,00
42	70	un	Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm	Trilha	R\$ 7,4100	R\$ 518,70
43	70	un	Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm	Trilha	R\$ 6,1800	R\$ 432,60

4 – Utensílios domésticos

48	3	uni	Chaleira e tampa de alumínio reforçado, com alça de baquelite ou madeira, bico de alumínio soldado, capacidade aproximadamente 5,5 litros.	Alunfur	R\$ 33,3300	R\$ 99,99
----	---	-----	--	---------	-------------	-----------

51	40	uni	Colher de sopa toda em aço inoxidável, medindo aproximadamente 16 cm de comprimento.	Di Solle	R\$ 1,6700	R\$ 66,80
55	40	uni	Garfo de mesa todo em aço inoxidável	Di Solle	R\$ 1,9100	R\$ 76,40
VALOR TOTAL R\$ 16.876,89						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º080/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º080/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
11	5000	FRS	Limpador multiuso, indicado para limpeza de superfícies laváveis, unidade, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1000	R\$ 5.500,00
VALOR TOTAL R\$ 5.500,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º081/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º081/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
7	300	unid.	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno.	Saniprin	R\$ 1,9200	R\$ 576,00

22	3000	PCT	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1250 folhas.	Imdail	R\$ 12.6000	R\$ 37.800,00
26	600	unid.	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Belga	R\$ 0,7800	R\$ 468,00
31	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 90/9191/13055/13056.	Brioville	R\$ 1,0000	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL R\$ 42.844,00						

ITENS TRANSFERIDOS DA ATA QUIMICOS E PAPEIS VERIFICAR SALDO**1 – Material de Limpeza**

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 à 17 litros.	Arqplast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufo, com/sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00

12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00
18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branco (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR /9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00
32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR /9191/13055 /13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65
VALOR TOTAL R\$ 62.958,59						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º082/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º082/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILÉTI STEDILE DE OLIVEIRA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
15	300	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 480,00
16	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00
17	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00

29	1500	unid.	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.	Martins	R\$ 1,8000	R\$ 2.700,00
33	500	unid.	Saponáceo em pó, embalagem com 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Sany Bril	R\$ 0,8800	R\$ 440,00

3 – Copa e cozinha

37	10.000	tira	Copo plástico descartável para água em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 200ml.	Kerocopo	R\$ 1,7800	R\$ 17.800
38	7500	tira	Copo plástico descartável para cafézinho em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 50 ml	Kerocopo	R\$ 0,7000	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL R\$ 27.950,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º083/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º083/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
8	700	PCT	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.	Mega brilho	R\$ 0,6400	R\$ 448,00

10	600	unid.	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1500	R\$ 690,00
14	300	unid.	Lustra móveis cremoso, embalagem plástica 200 ml, cx com 20 unidades	Worker	R\$ 1,0400	R\$ 312,00
35	400	unid.	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Noviça	R\$ 6,0700	R\$ 2.428,00

3 – Copa e cozinha

44	1300	un	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.	Martins-pano	R\$ 1,6200	R\$ 2.106,00
VALOR TOTAL R\$ 5.984,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º084/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º084/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUÍMICOS & PAPEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 à 17 litros.	Arq-plast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufos, com/sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00
12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00
18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branco (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00
32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65
VALOR TOTAL R\$ 62.958,59						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º086/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º086/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
20	10000	PCT	Papel higiênico branco (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo c/ no mínimo 30mx10cm, pct c/ 04 rolos.	Dueto	R\$ 3,0600	R\$ 3.060,00

3 – Copa e cozinha

40	100	un	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro.	Aladin	R\$ 30,1900	R\$ 3.019,00
----	-----	----	---	--------	-------------	--------------

VALOR TOTAL R\$ 6.079,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 037/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º037/2013 – Pregão Presencial 12/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA. OBJETO: aquisição de uniformes para diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde da Palhoça. DATA: 21/05/2013 a 20/05/2014.

Lote 03 – Bones

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	50	PÇ	Confecção de boné microfibra (100% poliester) na cor jade, aba larga (tipo feminino) gomos, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca “ESF Estratégia da Saúde da Família”, traseira com elástico regulador. Com fornecimento de material. (02.43.4316)	ARLO	R\$6,96	R\$348,00
3	150	PÇ	Confecção de boné microfibra (100% poliester) na cor jade, com regulador, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca “ESF Estratégia da Saúde da Família”. Com fornecimento de material.(02.43.4650)	ARLO	R\$6,96	R\$1.044,00
36	50	PÇ	Boné na cor azul marinho; logo do SAMU bordado na parte frontal e SAMU na parte superior do bane. Tecido em Rip Stop, 06 gomos, regulador, fivela velcro tamanho único (grande). Com fornecimento de material. Solicitar amostra. (02.43.4695)	ARLO	R\$16,67	R\$833,50
						R\$2.225,50

Lote 04 – Calças

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	50	PÇ	Confecção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho P. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material.(02.43.4664)	LECRUZ	R\$30,71	R\$1.535,50

29	80	PÇ	Confecção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho M. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material. (02.43.4665)	LE CRUZ	R\$30,71	R\$2.456,80
30	80	PÇ	Confecção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho G. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material. (02.43.4666)	LE CRUZ	R\$30,71	R\$2.456,80

31	80	PÇ	Confecção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho GG. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material. (02.43.4667)	LECRUZ	R\$30,71	R\$2.456,80
37	15	PÇ	Confecção de calça feminina, modelo SAMU, tamanhos do 36 ao 52, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. Faixas reflexivas de 05 cm, na cor prata (altamente reflexiva). Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas). Calça: reguladores laterais para ajustar a cintura. Permite diminuir a cintura em até 02 cm. – 2 bolsos laterais e traseiros para com tampa e 02 bolsos frontais). Bordado logo SAMU no bolso traseiro. Com fornecimento de material. (02.43.4696)	LE CRUZ	R\$71,20	R\$1.068,00
38	40	PÇ	Confecção de calça masculina, modelo SAMU, tamanhos do 36 ao 52, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. Faixas reflexivas de 05 cm, na cor prata (altamente reflexiva). Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas). Calça: reguladores laterais para ajustar a cintura. Permite diminuir a cintura em até 02 cm. – 2 bolsos laterais e traseiros para com tampa e 02 bolsos frontais). Bordado logo SAMU no bolso traseiro. Com fornecimento de material. (02.43.4697)	LE CRUZ	R\$71,20	R\$2.848,00
						R\$12.821,90

Lote 05 – Camisa gola polo

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
62	2	PÇ	Confecção de camisas gola polo Baby Look, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4668)	LECRUZ	R\$38,4615	R\$76,92

63	2	PÇ	Confecção de camisas gola polo Baby Look, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4461)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$76,92
64	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo Baby Look, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4460)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
65	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4669)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
66	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4458)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
67	4	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Epidemiológica", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4457)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$153,85
73	17	PÇ	Confecção de camisas gola polo Baby Look, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Sanitária", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Sanitária". Com fornecimento de material. (02.43.4450)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$653,85

74	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo Baby Look, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Sanitária", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Sanitária". Com fornecimento de material. (02.43.4670)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
75	40	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Sanitária", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Sanitária". Com fornecimento de material. (02.43.4447)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$1.538,46
76	3	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Sanitária", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Sanitária". Com fornecimento de material. (02.43.4671)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$115,38
VIGILÂNCIA AMBIENTAL – SETOR DE ENDEMIAS/DENGUE						
77	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Ambiental", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4672)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
78	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Ambiental", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4673)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
79	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Ambiental", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4470)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77

80	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Ambiental", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4469)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
81	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho XG, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor verde bandeira, com duas listas em tecido na frente e costas na cor verde bandeira, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Vigilância Ambiental", manga esquerda 4 (quatro) cores com Bandeira do Brasil, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e costas 2 (duas) cores com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4674)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
87	2	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC" e "Motorista". Com fornecimento de material. (02.43.4532)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$76,92
88	3	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC" e "Motorista". Com fornecimento de material. (02.43.4533)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$115,38
89	17	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC" e "Motorista". Com fornecimento de material. (02.43.4534)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$653,85
90	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC" e "Motorista". Com fornecimento de material. (02.43.4535)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
91	3	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho XGG, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC" e "Motorista". Com fornecimento de material. (02.43.4536)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$115,38
92	4	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho PP, na cor branco, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor branca, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Fisioterapia" Secretaria Municipal de Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e descrito em 1 (uma) cor "Prefeitura Municipal de Palhoça". Com fornecimento de material. (02.43.4680)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$153,85

93	18	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor branca, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Fisioterapia" Secretaria Municipal de Saúde", manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e descrito em 1 (uma) cor "Prefeitura Municipal de Palhoça". Com fornecimento de material. (02.43.4548)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$692,31
94	4	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor branca, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Fisioterapia" Secretaria Municipal de Saúde", manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e descrito em 1 (uma) cor "Prefeitura Municipal de Palhoça". Com fornecimento de material. (02.43.4547)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$153,85
95	4	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga na cor branca, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "Fisioterapia" Secretaria Municipal de Saúde", manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e descrito em 1 (uma) cor "Prefeitura Municipal de Palhoça". Com fornecimento de material. (02.43.4681)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$153,85
100	9	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho M, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC". Com fornecimento de material. (02.43.4684)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$346,15
101	3	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC". Com fornecimento de material. (02.43.4685)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$115,38
102	9	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho GG, na cor branca, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC". Com fornecimento de material. (02.43.4686)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$346,15
105	24	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC". Com fornecimento de material. (02.43.4714)	LE CRUZ	R\$38,4615	R\$923,08
106	6	PÇ	Confecção de camisas gola polo, confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho G, na cor azul royal, manga curta com recorte, com ribana na manga, bordados: frente no lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça e abaixo do brasão 01 (um) cor com a descrição da "SMS - Palhoça - SC". Com fornecimento de material. (02.43.4715)	LECRUZ	R\$38,4615	R\$230,77
	R\$9.000,00					

Lote 07 – Coletes

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	50	PÇ	Confecção de Colete em microfibra (peatch skin), tamanho GG, na cor jade, sem manga, decote em V, abertura frontal com zíper, 02 bolsos na parte da frente, lado esquerdo superior com a inscrição "Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria Municipal de Saúde", na cor branca, costa com a inscrição "Agente Comunitário de Saúde, Estratégia de Saúde da Família", na cor branca. Com fornecimento do material. (02.43.4331)	LECRUZ	R\$30,80	R\$1.540,00
5	50	PÇ	Confecção de Colete em microfibra (peatch skin), tamanho G, na cor jade, sem manga, decote em V, abertura frontal com zíper, 02 bolsos na parte da frente, lado esquerdo superior com a inscrição "Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria Municipal de Saúde", na cor branca, costa com a inscrição "Agente Comunitário de Saúde, Estratégia de Saúde da Família", na cor branca. Com fornecimento do material. (02.43.4330)	LECRUZ	R\$30,80	R\$1.540,00
6	100	PÇ	Confecção de Colete em microfibra (peatch skin), tamanho M, na cor jade, sem manga, decote em V, abertura frontal com zíper, 02 bolsos na parte da frente, lado esquerdo superior com a inscrição "Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria Municipal de Saúde", na cor branca, costa com a inscrição "Agente Comunitário de Saúde, Estratégia de Saúde da Família", na cor branca. Com fornecimento do material. (02.43.4329)	LECRUZ	R\$30,80	R\$3.080,00
7	100	PÇ	Confecção de Colete em microfibra (peatch skin), tamanho P, na cor jade, sem manga, decote em V, abertura frontal com zíper, 02 bolsos na parte da frente, lado esquerdo superior com a inscrição "Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria Municipal de Saúde", na cor branca, costa com a inscrição "Agente Comunitário de Saúde, Estratégia de Saúde da Família", na cor branca. Com fornecimento do material. (02.43.4309)	LECRUZ	R\$30,80	R\$3.080,00
68	20	PÇ	Colete de brim branco, com bordado "Vigilância Epidemiológica" em letras verdes e brasão da Prefeitura Municipal de Palhoça na frente. Com fornecimento de material. (02.43.4733)	LECRUZ	R\$30,80	R\$616,00
82	4	PÇ	Confecção de colete em Oxford, impermeável, unissex, tamanho P, na cor azul marinho, modelo tipo fotografo, 03 (três) presilhas regulável nas laterais, fechamento em zíper na frente, com 04 bolsos com zíper, com faixa externa em tecido na cor preta, porta crachá na parte superior, bordados: frente - lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município, no lado direito 02 (duas) cores com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4675)	LECRUZ	R\$30,80	R\$123,20
83	4	PÇ	Confecção de colete em Oxford, impermeável, unissex, tamanho M, na cor azul marinho, modelo tipo fotografo, 03 (três) presilhas regulável nas laterais, fechamento em zíper na frente, com 04 bolsos com zíper, com faixa externa em tecido na cor preta, porta crachá na parte superior, bordados: frente - lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município, no lado direito 02 (duas) cores com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4676)	LECRUZ	R\$30,80	R\$123,20

84	4	PÇ	Confecção de colete em Oxford, impermeável, unissex, tamanho G, na cor azul marinho, modelo tipo fotografia, 03 (três) presilhas regulável nas laterais, fechamento em zíper na frente, com 04 bolsos com zíper, com faixa externa em tecido na cor preta, porta crachá na parte superior, bordados: frente - lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município, no lado direito 02 (duas) cores com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4677)	LECRUZ	R\$30,80	R\$123,20
85	4	PÇ	Confecção de colete em Oxford, impermeável, unissex, tamanho GG, na cor azul marinho, modelo tipo fotografia, 03 (três) presilhas regulável nas laterais, fechamento em zíper na frente, com 04 bolsos com zíper, com faixa externa em tecido na cor preta, porta crachá na parte superior, bordados: frente - lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município, no lado direito 02 (duas) cores com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4678)	LECRUZ	R\$30,80	R\$123,20
86	4	PÇ	Confecção de colete em Oxford, impermeável, unissex, tamanho XG, na cor azul marinho, modelo tipo fotografia, 03 (três) presilhas regulável nas laterais, fechamento em zíper na frente, com 04 bolsos com zíper, com faixa externa em tecido na cor preta, porta crachá na parte superior, bordados: frente - lado esquerdo 6 (seis) cores com Brasão do Município, no lado direito 02 (duas) cores com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Ambiental". Com fornecimento de material. (02.43.4679)	LECRUZ	R\$30,80	R\$123,20
						R\$10.472,00

Lote 08 – Gandola

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
45	10	PÇ	Gandola, modelo SAMU, tamanho PP, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. 2 bolsos frontais com tampa – fechamento com botões – cordão com regulagem da cintura – proteção nos cotovelos. Faixas coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas: embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça). Faixas Reflexivas: de 5cm, na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico). Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do SAMU 192, medindo 07 cm X 11cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita: Emblema do SAMU, medindo 07cm X 11cm. Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07cm X 11cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da Logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Palhoça). Com fornecimento de material. (02.43.4698)	LECRUZ	R\$105,90	R\$1.059,00

46	10	PÇ	Gandola, modelo SAMU, tamanho P, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. 2 bolsos frontais com tampa – fechamento com botões – cordão com regulagem da cintura – proteção nos cotovelos. Faixas coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas: embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça). Faixas Reflexivas: de 5cm, na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico). Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do SAMU 192, medindo 07 cm X 11cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita: Emblema do SAMU, medindo 07cm X 11cm. Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07cm X 11cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da Logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Palhoça). Com fornecimento de material. (02.43.4499)	LECRUZ	R\$105,90	R\$1.059,00
47	10	PÇ	Gandola, modelo SAMU, tamanho M, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. 2 bolsos frontais com tampa – fechamento com botões – cordão com regulagem da cintura – proteção nos cotovelos. Faixas coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas: embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça). Faixas Reflexivas: de 5cm, na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico). Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do SAMU 192, medindo 07 cm X 11cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita: Emblema do SAMU, medindo 07cm X 11cm. Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07cm X 11cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da Logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Palhoça). Com fornecimento de material. (02.43.4500)	LECRUZ	R\$105,90	R\$1.059,00

48	10	PÇ	Gandola, modelo SAMU, tamanho G, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. 2 bolsos frontais com tampa – fechamento com botões – cordão com regulagem da cintura – proteção nos cotovelos. Faixas coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas: embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça). Faixas Reflexivas: de 5cm, na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico). Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do SAMU 192, medindo 07 cm X 11cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita: Emblema do SAMU, medindo 07cm X 11cm. Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07cm X 11cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da Logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Palhoça). Com fornecimento de material. (02.43.4501)	LECRUZ	R\$105,90	R\$1.059,00
49	10	PÇ	Gandola, modelo SAMU, tamanho GG, tecido rip stop, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. 2 bolsos frontais com tampa – fechamento com botões – cordão com regulagem da cintura – proteção nos cotovelos. Faixas coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas: embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça). Faixas Reflexivas: de 5cm, na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico). Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do SAMU 192, medindo 07 cm X 11cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita: Emblema do SAMU, medindo 07cm X 11cm. Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07cm X 11cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da Logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Palhoça). Com fornecimento de material. (02.43.4699)	LE CRUZ	R\$105,90	R\$1.059,00
R\$5.295,00						

Lote 09 – Jalecos

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	20	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho GG, longo, manga longa com lastex nos punhos, com gola de padre, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito, "Secretaria Municipal de Saúde", manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4651)	LE CRUZ	R\$41,00	R\$820,00

9	20	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho G, longo, manga longa com lastex nos punhos, com gola de padre, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito, "Secretaria Municipal de Saúde ", manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4524)	LECRUZ	R\$41,00	R\$820,00
10	20	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga longa com lastex nos punhos, com gola de padre, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito, "Secretaria Municipal de Saúde ", manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4523)	LECRUZ	R\$41,00	R\$820,00
11	20	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho P, longo, manga longa com lastex nos punhos, com gola de padre, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito, "Secretaria Municipal de Saúde ", manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4522)	LECRUZ	R\$41,00	R\$820,00
12	150	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho GG, longo, manga longa, tira com botão para realizar dobra para que a manga fique $\frac{3}{4}$, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde " e "Estratégia de Saúde da Família". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4652)	LECRUZ	R\$41,00	R\$6.150,00
13	150	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho G, longo, manga longa, tira com botão para realizar dobra para que a manga fique $\frac{3}{4}$, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde " e "Estratégia de Saúde da Família". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4653)	LECRUZ	R\$41,00	R\$6.150,00
14	150	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga longa, tira com botão para realizar dobra para que a manga fique $\frac{3}{4}$, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde " e "Estratégia de Saúde da Família". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4654)	LECRUZ	R\$41,00	R\$6.150,00

15	100	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho P, longo, manga longa, tira com botão para realizar dobra para que a manga fique ¾, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde" e "Estratégia de Saúde da Família". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4655)	LECRUZ	R\$41,00	R\$4.100,00
20	30	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor azul claro, unissex, tamanho GG, 7/8, sem manga, com 2 bolsos laterais e superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde" e com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" e "Assistente Administrativo", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4656)	LECRUZ	R\$31,60	R\$948,00
21	50	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor azul claro, unissex, tamanho G, 7/8, sem manga, com 2 bolsos laterais e superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde" e com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" e "Assistente Administrativo", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4657)	LECRUZ	R\$31,60	R\$1.580,00
22	30	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor azul claro, unissex, tamanho M, 7/8, sem manga, com 2 bolsos laterais e superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde" e com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" e "Assistente Administrativo", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4658)	LECRUZ	R\$31,60	R\$948,00
23	30	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliéster na cor azul claro, unissex, tamanho P, 7/8, sem manga, com 2 bolsos laterais e superior escrito na cor verde, "Secretaria Municipal de Saúde" e com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" e "Assistente Administrativo", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4659)	LECRUZ	R\$31,60	R\$948,00
24	50	PÇ	Confecção de jaleco em tecido brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho P, sem gola, com manga curta, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito "Secretaria Municipal de Saúde" e "Auxiliar de Serviços Operacionais", manga esquerda com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4660)	LECRUZ	R\$41,00	R\$2.050,00
25	80	PÇ	Confecção de jaleco em tecido brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho M, sem gola, com manga curta, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito "Secretaria Municipal de Saúde" e "Auxiliar de Serviços Operacionais", manga esquerda com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4661)	LECRUZ	R\$41,00	R\$3.280,00

26	80	PÇ	Confecção de jaleco em tecido brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho G, sem gola, com manga curta, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito "Secretaria Municipal de Saúde" e "Auxiliar de Serviços Operacionais", manga esquerda com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornando o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4662)	LECRUZ	R\$41,00	R\$3.280,00
27	80	PÇ	Confecção de jaleco em tecido brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanho GG, sem gola, com manga curta, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito "Secretaria Municipal de Saúde" e "Auxiliar de Serviços Operacionais", manga esquerda com brasão do município de Palhoça, logo abaixo contornando o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões. Com fornecimento de material. (02.43.4663)	LECRUZ	R\$41,00	R\$3.280,00
32	50	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho GG, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontal na parte inferior e um superior escrito, "UPA Unidade de Pronto Atendimento - 24h". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" "Secretaria de Saúde", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4517)	LECRUZ	R\$41,00	R\$2.050,00
33	50	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho G, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontal na parte inferior e um superior escrito, "UPA Unidade de Pronto Atendimento - 24h". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" "Secretaria de Saúde", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4516)	LECRUZ	R\$41,00	R\$2.050,00
34	50	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontal na parte inferior e um superior escrito, "UPA Unidade de Pronto Atendimento - 24h". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" "Secretaria de Saúde", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4515)	LECRUZ	R\$41,00	R\$2.050,00
35	50	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho P, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontal na parte inferior e um superior escrito, "UPA Unidade de Pronto Atendimento - 24h". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça" "Secretaria de Saúde", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4514)	LECRUZ	R\$41,00	R\$2.050,00

96	18	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho PP, longo, manga curta, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor vermelha "Fisioterapia" e abaixo "Secretaria Municipal de Saúde". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4682)	LECRUZ	R\$39,00	R\$702,00
97	4	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho P, longo, manga curta, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor vermelha "Fisioterapia" e abaixo "Secretaria Municipal de Saúde". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4543)	LECRUZ	R\$39,00	R\$156,00
98	4	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga curta, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor vermelha "Fisioterapia" e abaixo "Secretaria Municipal de Saúde". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4544)	LECRUZ	R\$39,00	R\$156,00
99	4	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho GG, longo, manga curta, com 2 bolsos laterais e um superior escrito na cor vermelha "Fisioterapia" e abaixo "Secretaria Municipal de Saúde". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4683)	LECRUZ	R\$39,00	R\$156,00
110	12	PÇ	Confecção de jaleco em oxford (100% poliéster), unissex, cor verde claro, tamanho M, curto, manga curta, com 2 bolsos laterais e um escrito na cor branco bordado "Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva", com abertura frontal com botões, decote V. Com fornecimento do material. (02.43.4719)	LECRUZ	R\$20,25	R\$243,00
111	4	PÇ	Confecção de jaleco em oxford (100% poliéster), unissex, cor verde claro, tamanho G, curto, manga curta, com 2 bolsos laterais e um escrito na cor branco bordado "Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva", com abertura frontal com botões, decote V. Com fornecimento do material. (02.43.4720)	LECRUZ	R\$20,25	R\$81,00
112	4	PÇ	Confecção de jaleco em oxford (100% poliéster), unissex, cor verde claro, tamanho GG, curto, manga curta, com 2 bolsos laterais e um escrito na cor branco bordado "Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva", com abertura frontal com botões, decote V. Com fornecimento do material. (02.43.4721)	LECRUZ	R\$20,25	R\$81,00
113	30	PÇ	Confecção de jaleco microfibras (peatch skin) BR 100% poliéster na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior escrito "Farmácia". Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4722)	LECRUZ	R\$41,00	R\$1.230,00

114	16	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliester na cor branco, unissex, tamanho P, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior. Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4723)	LECRUZ	R\$41,00	R\$656,00
115	24	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliester na cor branco, unissex, tamanho M, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior. Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4727)	LECRUZ	R\$41,00	R\$984,00
116	11	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliester na cor branco, unissex, tamanho G, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior. Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4728)	LECRUZ	R\$41,00	R\$451,00
117	7	PÇ	Confecção de jaleco microfibr (peatch skin) BR 100% poliester na cor branco, unissex, tamanho GG, longo, manga longa com faixa interna do mesmo tecido que prende com botão na parte externa da manga, com 2 bolsos frontais na parte inferior e um superior. Manga esquerda brasão do Município de Palhoça, logo abaixo contornado o brasão escrito "Prefeitura Municipal de Palhoça", ambos bordados. Abertura frontal com botões, gola tipo paletó, costa com lapela na altura da cintura. Com fornecimento do material. (02.43.4729)	LECRUZ	R\$41,00	R\$287,00
						R\$55.527,00

Lote 10 – Jaquetas

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
50	10	PÇ	Jaqueta, modelo SAMU, tamanho PP, em tecido de nylon resinado e impermeabilizado, construção urdume fio 240/34, trama 240/34, forrada com o mesmo tecido em nylon, porem, sem resina e com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em mate lasse 05cm x 05cm aproximadamente, cor azul-marinho, referencia 502 nylon tipo parka da santista ou similar de mesma qualidade ou qualidade superior. Faixa refletiva de tecido cinza com 2,5cm de largura aplica da em toda a circunferência do tórax e mangas. Gola alta forrada, punho com velcro em nylon. A jaqueta devera ter dois bolsos embutidos com 20cm de abertura, na parte frontal, forrados, postos altura da cintura, com vivo de largura 3,5cm, pespontado em todo seu contorno, um bolso chapado interno, medindo 25cm x 25cm. Fechamento frontal com zíper e vista de aproximadamente 05cm, com botões metálicos de pressão numero 100. O zíper e a linha deverão ser da mesma cor do tecido. Fechamento com costuras duplas com linha poliéster nº 36. A jaqueta devera ser costurada e pespontada com maquina de 2 (duas) agulhas paralelas com linha de nylon 100% polia Mida numero 60. A jaqueta devera ser bordada na parte frontal lado esquerdo com o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 09cm x 13cm. No braço esquerdo: brasão do estado de Santa Catarina, medindo 11cm x 16cm. Nas costas: o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 14cm x 30 cm. Com fornecimento de material. (02.43.4700)	LECRUZ	R\$131,60	R\$1.316,00
51	10	PÇ	Jaqueta, modelo SAMU, tamanho P, em tecido de nylon resinado e impermeabilizado, construção urdume fio 240/34, trama 240/34, forrada com o mesmo tecido em nylon, porem, sem resina e com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em mate lasse 05cm x 05cm aproximadamente, cor azul-marinho, referencia 502 nylon tipo parka da santista ou similar de mesma qualidade ou qualidade superior. Faixa refletiva de tecido cinza com 2,5cm de largura aplica da em toda a circunferência do tórax e mangas. Gola alta forrada, punho com velcro em nylon. A jaqueta devera ter dois bolsos embutidos com 20cm de abertura, na parte frontal, forrados, postos altura da cintura, com vivo de largura 3,5cm, pespontado em todo seu contorno, um bolso chapado interno, medindo 25cm x 25cm. Fechamento frontal com zíper e vista de aproximadamente 05cm, com botões metálicos de pressão numero 100. O zíper e a linha deverão ser da mesma cor do tecido. Fechamento com costuras duplas com linha poliéster nº 36. A jaqueta devera ser costurada e pespontada com maquina de 2 (duas) agulhas paralelas com linha de nylon 100% polia Mida numero 60. A jaqueta devera ser bordada na parte frontal lado esquerdo com o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 09cm x 13cm. No braço esquerdo: brasão do estado de Santa Catarina, medindo 11cm x 16cm. Nas costas: o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 14cm x 30 cm. Com fornecimento de material.(02.43.4489)	LECRUZ	R\$131,60	R\$1.316,00

52	10	PÇ	Jaqueta, modelo SAMU, tamanho M, em tecido de nylon resinado e impermeabilizado, construção urdume fio 240/34, trama 240/34, forrada com o mesmo tecido em nylon, porem, sem resina e com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em mate lasse 05cm x 05cm aproximadamente, cor azul-marinho, referencia 502 nylon tipo parka da santista ou similar de mesma qualidade ou qualidade superior. Faixa refletiva de tecido cinza com 2,5cm de largura aplica da em toda a circunferência do tórax e mangas. Gola alta forrada, punho com velcro em nylon. A jaqueta devera ter dois bolsos embutidos com 20cm de abertura, na parte frontal, forrados, postos altura da cintura, com vivo de largura 3,5cm, pespontado em todo seu contorno, um bolso chapado interno, medindo 25cm x 25cm. Fechamento frontal com zíper e vista de aproximadamente 05cm, com botões metálicos de pressão numero 100. O zíper e a linha deverão ser da mesma cor do tecido. Fechamento com costuras duplas com linha poliéster nº 36. A jaqueta devera ser costurada e pespontada com maquina de 2 (duas) agulhas paralelas com linha de nylon 100% polia Mida numero 60. A jaqueta devera ser bordada na parte frontal lado esquerdo com o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 09cm x 13cm. No braço esquerdo: brasão do estado de Santa Catarina, medindo 11cm x 16cm. Nas costas: o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 14cm x 30 cm. Com fornecimento de material. (02.43.4490)	LECRUZ	R\$131,60	R\$1.316,00
53	10	PÇ	Jaqueta, modelo SAMU, tamanho G, em tecido de nylon resinado e impermeabilizado, construção urdume fio 240/34, trama 240/34, forrada com o mesmo tecido em nylon, porem, sem resina e com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em mate lasse 05cm x 05cm aproximadamente, cor azul-marinho, referencia 502 nylon tipo parka da santista ou similar de mesma qualidade ou qualidade superior. Faixa refletiva de tecido cinza com 2,5cm de largura aplica da em toda a circunferência do tórax e mangas. Gola alta forrada, punho com velcro em nylon. A jaqueta devera ter dois bolsos embutidos com 20cm de abertura, na parte frontal, forrados, postos altura da cintura, com vivo de largura 3,5cm, pespontado em todo seu contorno, um bolso chapado interno, medindo 25cm x 25cm. Fechamento frontal com zíper e vista de aproximadamente 05cm, com botões metálicos de pressão numero 100. O zíper e a linha deverão ser da mesma cor do tecido. Fechamento com costuras duplas com linha poliéster nº 36. A jaqueta devera ser costurada e pespontada com maquina de 2 (duas) agulhas paralelas com linha de nylon 100% polia Mida numero 60. A jaqueta devera ser bordada na parte frontal lado esquerdo com o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 09cm x 13cm. No braço esquerdo: brasão do estado de Santa Catarina, medindo 11cm x 16cm. Nas costas: o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 14cm x 30 cm. Com fornecimento de material.(02.43.4491)	LECRUZ	R\$131,60	R\$1.316,00

54	10	PÇ	Jaqueta, modelo SAMU, tamanho GG, em tecido de nylon resinado e impermeabilizado, construção urdume fio 240/34, trama 240/34, forrada com o mesmo tecido em nylon, porem, sem resina e com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em mate lasse 05cm x 05cm aproximadamente, cor azul-marinho, referencia 502 nylon tipo parka da santista ou similar de mesma qualidade ou qualidade superior. Faixa refletiva de tecido cinza com 2,5cm de largura aplica da em toda a circunferência do tórax e mangas. Gola alta forrada, punho com velcro em nylon. A jaqueta devera ter dois bolsos embutidos com 20cm de abertura, na parte frontal, forrados, postos altura da cintura, com vivo de largura 3,5cm, pespontado em todo seu contorno, um bolso chapado interno, medindo 25cm x 25cm. Fechamento frontal com zíper e vista de aproximadamente 05cm, com botões metálicos de pressão numero 100. O zíper e a linha deverão ser da mesma cor do tecido. Fechamento com costuras duplas com linha poliéster nº 36. A jaqueta devera ser costurada e pespontada com maquina de 2 (duas) agulhas paralelas com linha de nylon 100% polia Mida numero 60. A jaqueta devera ser bordada na parte frontal lado esquerdo com o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 09cm x 13cm. No braço esquerdo: brasão do estado de Santa Catarina, medindo 11cm x 16cm. Nas costas: o emblema do SAMU, com a inscrição "SAMU" e abaixo deste "192" medindo 14cm x 30 cm. Com fornecimento de material. (02.43.4701)	LECRUZ	R\$131,60	R\$1.316,00
69	4	PÇ	Confecção de jaqueta 100% poliéster impermeável, forrada, na cor branca, tamanho P, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor verde bandeira, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor verde bandeira com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor verde bandeira com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4463)	LECRUZ	R\$131,60	R\$526,40
70	4	PÇ	Confecção de jaqueta 100% poliéster impermeável, forrada, na cor branca, tamanho M, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor verde bandeira, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor verde bandeira com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor verde bandeira com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4464)	LECRUZ	R\$131,60	R\$526,40
71	4	PÇ	Confecção de jaqueta 100% poliéster impermeável, forrada, na cor branca, tamanho G, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor verde bandeira, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor verde bandeira com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor verde bandeira com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4465)	LECRUZ	R\$131,60	R\$526,40
72	4	PÇ	Confecção de jaqueta 100% poliéster impermeável, forrada, na cor branca, tamanho GG, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor verde bandeira, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor verde bandeira com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor verde bandeira com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material. (02.43.4466)	LECRUZ	R\$131,60	R\$526,40
						R\$8.685,60

Lote 11 – Macacões SAMU

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
55	10	PC	<p>Macacão SAMU, tamanho PP, Tecido: Pré encolhido, rip stop ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar.</p> <p>Modelo: Costuras duplas Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura (com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada.</p> <p>Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingueta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingueta (de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas).</p> <p>Costas : Com pala, com duas pregas fundas (para dar movimento).</p> <p>Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal), das costas para frente, presa por velcro (de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p> <p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo.</p> <p>Nas mangas: Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça)</p> <p>Faixas Refletivas: de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva).</p> <p>Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados.</p> <p>Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas).</p> <p>Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor.</p> <p>Manga Direita: Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm.</p> <p>Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordado na cor branca o local do SAMU (Macrorregião).</p> <p>Costas: Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor. Com fornecimento de material.</p> <p>(02.43.4702)</p>	LECRUZ	R\$197,25	R\$1.972,50

56	10	PC	<p>Macacão SAMU, tamanho P, Tecido: Pré encolhido, rip stop ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar.</p> <p>Modelo: Costuras duplas Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura (com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada.</p> <p>Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingueta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingueta (de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas).</p> <p>Costas : Com pala, com duas pregas fundas (para dar movimento).</p> <p>Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal), das costas para frente, presa por velcro (de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p> <p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo.</p> <p>Nas mangas: Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça)</p> <p>Faixas Refletivas: de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva).</p> <p>Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados.</p> <p>Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas).</p> <p>Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor.</p> <p>Manga Direita: Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm.</p> <p>Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordado na cor branca o local do SAMU (Macrorregião).</p> <p>Costas: Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor. Com fornecimento de material.</p> <p>(02.43.4703)</p>	LECRUZ	R\$197,25	R\$1.972,50
----	----	----	---	--------	-----------	-------------

57	10	PC	<p>Macacão SAMU, tamanho M, Tecido: Pré encolhido, rip stop ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar.</p> <p>Modelo: Costuras duplas Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura (com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada.</p> <p>Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingueta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingueta (de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas).</p> <p>Costas : Com pala, com duas pregas fundas (para dar movimento).</p> <p>Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal), das costas para frente, presa por velcro (de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p> <p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo.</p> <p>Nas mangas: Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça)</p> <p>Faixas Refletivas: de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva).</p> <p>Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados.</p> <p>Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas).</p> <p>Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor.</p> <p>Manga Direita: Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm.</p> <p>Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordado na cor branca o local do SAMU (Macrorregião).</p> <p>Costas: Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor. Com fornecimento de material.</p> <p>(02.43.4704)</p>	LECRUZ	R\$197,25	R\$1.972,50
----	----	----	---	--------	-----------	-------------

58	10	PC	<p>Macacão SAMU, tamanho G, Tecido: Pré encolhido, rip stop ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar.</p> <p>Modelo: Costuras duplas Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura (com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada.</p> <p>Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingueta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingueta (de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas).</p> <p>Costas : Com pala, com duas pregas fundas (para dar movimento).</p> <p>Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal), das costas para frente, presa por velcro (de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p> <p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo.</p> <p>Nas mangas: Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça)</p> <p>Faixas Refletivas: de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva).</p> <p>Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados.</p> <p>Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas).</p> <p>Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor.</p> <p>Manga Direita: Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm.</p> <p>Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordado na cor branca o local do SAMU (Macrorregião).</p> <p>Costas: Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor. Com fornecimento de material.</p> <p>(02.43.4705)</p>	LECRUZ	R\$197,25	R\$1.972,50
----	----	----	---	--------	-----------	-------------

59	10	PC	<p>Macacão SAMU, tamanho GG, Tecido: Pré encolhido, rip stop ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar.</p> <p>Modelo: Costuras duplas Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura (com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada.</p> <p>Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingueta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingueta (de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas).</p> <p>Costas : Com pala, com duas pregas fundas (para dar movimento).</p> <p>Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal), das costas para frente, presa por velcro (de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p> <p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas: Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais, sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo.</p> <p>Nas mangas: Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça)</p> <p>Faixas Refletivas: de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva).</p> <p>Na frente e nas mangas: Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados.</p> <p>Nas pernas: Logo abaixo da joelheira (frente e costas).</p> <p>Nas costas: No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura (03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados: Frente: Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor.</p> <p>Manga Direita: Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm.</p> <p>Manga Esquerda: Bandeira (Logomarca) de Santa Catarina, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres Santa Catarina abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordado na cor branca o local do SAMU (Macrorregião).</p> <p>Costas: Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor. Com fornecimento de material. (02.43.4706)</p>	LECRUZ	R\$197,25	R\$1.972,50
R\$9.862,50						

Lote 12 – Camisetas

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
16	100	PC	Confeção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, tamanho GG, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça , costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material. (02.43.4552)	LECRUZ	R\$20,65	R\$2.065,00
17	250	PC	Confeção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, tamanho G, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça , costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material. (02.43.4550)	LECRUZ	R\$20,65	R\$5.162,50
18	250	PC	Confeção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, tamanho M, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça , costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material. (02.43.4549)	LECRUZ	R\$20,65	R\$5.162,50

19	150	PC	Confecção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, tamanho P, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça, costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material. (02.43.4551)	LECRUZ	R\$20,65	R\$3.097,50
39	20	PC	Confecção de camiseta padrão SAMU, tamanho PP, confeccionadas em tecido de malha fria 100% algodão, fio penteado resistente ao uso e lavagens, mangas curtas, com reforço de costura nos ombros e na gola, cor branca, com gola redonda. Bordada logomarca SAMU na parte frontal. Escrito SAMU nas costas (cor laranja). Com fornecimento de material.(02.43.4709)	LECRUZ	R\$21,95	R\$439,00
40	20	PC	Confecção de camiseta padrão SAMU, tamanho P, confeccionadas em tecido de malha fria 100% algodão, fio penteado resistente ao uso e lavagens, mangas curtas, com reforço de costura nos ombros e na gola, cor branca, com gola redonda. Bordada logomarca SAMU na parte frontal. Escrito SAMU nas costas (cor laranja). Com fornecimento de material.(02.43.4710)	LECRUZ	R\$21,90	R\$438,00
41	20	PC	Confecção de camiseta padrão SAMU, tamanho M, confeccionadas em tecido de malha fria 100% algodão, fio penteado resistente ao uso e lavagens, mangas curtas, com reforço de costura nos ombros e na gola, cor branca, com gola redonda. Bordada logomarca SAMU na parte frontal. Escrito SAMU nas costas (cor laranja). Com fornecimento de material.(02.43.4711)	LECRUZ	R\$21,95	R\$439,00
42	20	PC	Confecção de camiseta padrão SAMU, tamanho G, confeccionadas em tecido de malha fria 100% algodão, fio penteado resistente ao uso e lavagens, mangas curtas, com reforço de costura nos ombros e na gola, cor branca, com gola redonda. Bordada logomarca SAMU na parte frontal. Escrito SAMU nas costas (cor laranja). Com fornecimento de material.(02.43.4712)	LECRUZ	R\$21,95	R\$439,00
43	20	PC	Confecção de camiseta padrão SAMU, tamanho GG, confeccionadas em tecido de malha fria 100% algodão, fio penteado resistente ao uso e lavagens, mangas curtas, com reforço de costura nos ombros e na gola, cor branca, com gola redonda. Bordada logomarca SAMU na parte frontal. Escrito SAMU nas costas (cor laranja). Com fornecimento de material.(02.43.4713)	LECRUZ	R\$21,95	R\$439,00
103	24	PC	Confecção de camiseta em algodão, fio 30 penteado, na cor preto, tamanho G, com acabamento na gola, serigrafia na frente contendo 08 cores, conforme o brasão do Município de Palhoça e nas costas contendo 01 cor com a descrição "segurança". (02.43.4687)	LECRUZ	R\$21,95	R\$526,80
104	6	PC	Confecção de camiseta em algodão, fio 30 penteado, na cor preto, tamanho GG, com acabamento na gola, serigrafia na frente contendo 08 cores, conforme o brasão do Município de Palhoça e nas costas contendo 01 cor com a descrição "segurança". (02.43.4688)	LECRUZ	R\$21,95	R\$131,70
107	9	PC	Confecção de camiseta em algodão, fio 30 penteado, cor verde claro, com acabamento na gola, serigrafia na frente contendo 08 cores, conforme o brasão do Município de Palhoça, tamanho M. Com fornecimento de material. (02.43.4716)	LECRUZ	R\$21,95	R\$197,55
108	15	PC	Confecção de camiseta em algodão, fio 30 penteado, cor verde claro, com acabamento na gola, serigrafia na frente contendo 08 cores, conforme o brasão do Município de Palhoça, tamanho G. Com fornecimento de material. (02.43.4717)	LECRUZ	R\$21,95	R\$329,25
109	6	PC	Confecção de camiseta em algodão, fio 30 penteado, cor verde claro, com acabamento na gola, serigrafia na frente contendo 08 cores, conforme o brasão do Município de Palhoça, tamanho GG. Com fornecimento de material. (02.43.4718)	LECRUZ	R\$21,95	R\$131,70
						R\$18.998,50
TOTAL GERAL:						R\$132.888,00

CÂMARA MUNICIPAL

Errata da Carta Convite Nº005/2013 Processo 13 - Suporte Técnico

ERRATA Nº 01/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DA CARTA CONVITE Nº005/2013

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do item 8.3, Cláusula Sétima e do anexo I do Processo Licitatório - Modalidade Carta Convite nº 005/2013, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO, ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS ABRANGENDO OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, RAIS, DIRF, SEFIP, SISTN, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTOS, SISTEMA E-SFINGE E OUTROS PROGRAMAS CORRELATOS E SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL DA CÂMARA DE PALHOÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO I. NÃO PODENDO ULTRAPASSAR O VALOR DE R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil), para o ano corrente.

Este Edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - O Item 8.3 do presente edital passa a vigorar com a seguinte redação:

8.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 20% (vinte por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Câmara pelo período de 05 (cinco) meses;

II - O ITEM I do Anexo I do respectivo edital passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM I - "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO, ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS ABRANGENDO OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, RAIS, DIRF, SEFIP, SISTN, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTOS, SISTEMA E-SFINGE E OUTROS PROGRAMAS CORRELATOS E SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL DA CÂMARA DE PALHOÇA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO I. NÃO PODENDO ULTRAPASSAR O VALOR DE R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil), para o ano corrente.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.4 - O atraso da entrega do relatório do sistema será de responsabilidade da empresa contratada.

MANTENDO A DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA CARTA CONVITE: A sessão de Carta Convite em epígrafe será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitações, e realizar-se-á em data, horário e local a seguir determinados:

Data de realização da Sessão de Abertura: 02/09/2013

Horário: 14:00 h

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Centro - Palhoça - SC"

Palhoça, 27 de agosto de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente CPL

IPPA

Portaria 050/2013

PORTARIA Nº 050/2013

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora ROSANA LUIZA FRANCISCO MARQUES.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ROSANA LUIZA FRANCISCO MARQUES, detentora da matrícula funcional nº 800155, inscrita no CPF sob o 534.609.959-04 e no PIS/PASEP sob o nº 180.130.887-45, lotada na Secretaria da Educação (FUNDEB), ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de agosto de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT
Diretor-Executivo do IPPA

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação- Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 130/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 130/2013.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil para a execução da conclusão da UBS São Cristóvão, conforme projetos arquitetônicos, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária atualizada, com fornecimento de materiais equipamentos e mão de obra. Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: 13/09/2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 13/09/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 27 de agosto de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Dispensa de Licitação Nº 131/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispensa de Licitação nº 131/2013.

Objeto Contratação de serviços médicos especialista em neurologia para a manutenção dos serviços de saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva. Contratado: CONTESTADO PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Justificativa Trata-se da contratação de serviços médicos com especialidade em neurologia destinados à manutenção dos Serviços de saúde do município, haja vista que não existe o referido profissional no quadro de funcionários do município e o mesmo profissional é indispensável para o atendimento de pacientes de alta complexidade e a falta destes serviços coloca em risco a saúde e a vida dos cidadãos. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá duração entre 27 de agosto de 2013 até 24 de novembro de 2013. Valor total: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Papanduva, 27 de agosto de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 048/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2013

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 061/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob

nº 02.223.342/0001-04, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Apresente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para procedimentos de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde, conforme relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 200,55 (duzentos reais e cinquenta e cinco centavos), relativos aos itens 01, 43, 44, 53, 74, 75, 76, 112 e 129, do anexo I do edital de licitações nº 061/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;

b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o



fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 18 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

STARMEED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 163/2013

DECRETO Nº 163 DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

“DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGENCIA, A ÁREA AFETADA POR ENXURRADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere os Incisos V e XIV, do Artigo 53, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 682, de 23 de dezembro de 2010, o Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, a Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, o Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a ocorrência de enxurrada, acompanhado de chuva intensa e



concentrada, a partir do dia 24 de agosto de 2013, atingindo o município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida no Sistema Integrado de Informações sobre desastres - S2ID e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Art. 5º- Revogam-se disposições em contrário.

Passo de Torres - SC, 26 de agosto de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado, nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 26 de agosto de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS

Secretária M. de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 05/2013

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 05, de 27 de agosto de 2013.

CEDE DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA PARA VELÓRIO DO EX-VEREADOR E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A cidadã Marlene Dutra Vidor, Vereadora, Presidenta da Câmara

Municipal de Vereadores de Passo de Torres, tendo em vista o falecimento do ex-vereador Manoel de Oliveira Cardoso,

RESOLVE:

a) Ceder as dependências da Câmara Municipal de Vereadores para que o ex-Vereador Manoel de Oliveira Cardoso, seja velado até o sepultamento;

b) Dispensar os servidores da Câmara de suas funções, no dia 28.08.2013.

Passo de Torres, em 27 de agosto de 2013.

MARLENE DUTRA VIDOR

Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

SERGIO DELFINO JOAQUIM

1º Secretário

Portaria Nº 05/2013

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 05, de 27 de agosto de 2013.

CEDE DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA PARA VELÓRIO DO EX-VEREADOR E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A cidadã Marlene Dutra Vidor, Vereadora, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, tendo em vista o falecimento do ex-vereador Manoel de Oliveira Cardoso,

RESOLVE:

a) Ceder as dependências da Câmara Municipal de Vereadores para que o ex-Vereador Manoel de Oliveira Cardoso, seja velado até o sepultamento;

b) Dispensar os servidores da Câmara de suas funções, no dia 28.08.2013.

Passo de Torres, em 27 de agosto de 2013.

MARLENE DUTRA VIDOR

Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

SERGIO DELFINO JOAQUIM

1º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 38/2013

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2013, de 13/02/2013 conforme Processo Licitatório 03/2013. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº 03.033.589/0001-12, Objeto: acréscimo de R\$792,00 (setecentos e noventa e dois reais) referente ao reajuste de preço dos itens nº122 e nº123 conforme parecer jurídico anexo ao processo licitatório.

15 de agosto de 2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.863 de 23 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 3.863 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012 e Lei nº 1.697 de 23 de agosto de 2013:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 77.300,00 (Setenta e sete mil e trezentos reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.26 Transporte
0206.26.782 Transporte Rodoviário
0206.26.782.2601 Estradas Vicinais
0206.26.782.2601.4055 Manutenção da Sec. De Transportes e Obras
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 77.300,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 77.300,00 (Setenta e sete mil e trezentos reais):

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.361 Educação Fundamental
0203.12.361.1201 Ensino para Todos
0203.12.361.1201.4039 Aquisição de veículos - Educação
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 9.500,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.13 Cultura
0203.13.392 Difusão Cultural
0203.13.392.1301 Desenvolvimento Cultural
0203.13.392.1301.3034 Obras na área cultural
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 4.800,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0204 Secretaria da Saúde e do bem estar social
0204.08 Assistência Social
0204.08.244 Assistência Comunitária
0204.08.244.0801 Assistência Social Geral
0204.08.244.0801.3014 Obras na área social
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0205 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0205.10 Saúde
0205.10.605 Abastecimento
0205.10.605.1003 Água Potável
0205.10.605.1003.3031 Ampliação do Sistema de Água Potável
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.06 Segurança Pública
0206.06.181 Policiamento
0206.06.181.0601 Segurança Municipal
0206.06.181.0601.4067 Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.15 Urbanismo
0206.15.451 Infra-Estrutura Urbana
0206.15.451.1501 Urbanização de vias
0206.15.451.1501.3043 Pavimentação de Ruas e Passeios
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo
0206 Secretaria de Transportes e Obras
0206.26 Transporte
0206.26.782 Transporte Rodoviário
0206.26.782.2601 Estradas Vicinais
0206.26.782.2601.3056 Aquisição de máquinas e veículos
4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 23 DE AGOSTO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.864, de 23 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 3.864, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.630/2012 de 06 de Novembro de 2012; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação a proceder suplementação no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais) vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 1701 - Prevenção de Doenças
Atividade: 3047 - Saneamento Básico Geral
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Fonte 0124.55

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Convênio nº 19.020/2009-9 e Processo nº SR 09 522/09-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira e o município de Pinheiro Preto. Destinado a construção da rede de esgoto em parte da Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
23 DE AGOSTO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.866 de 26 de Agosto de 2013

DECRETO Nº 3.866 DE 26 DE AGOSTO DE 2013

DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Orçamentária Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012: DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0119

Art. 2º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0118

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,
EM 26 DE AGOSTO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 248 de 15 de Agosto de 2013.

PORTARIA Nº. 248 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA KETLEN MAELI JARDIM FERNANDES PARA EXERCER AS FUNÇÃO DE SERVENTE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003.2013;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear KETLEN MAELI JARDIM FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 098.035.719-58, residente e domiciliada neste município de Pinheiro Preto-SC, para o cargo de SERVENTE (SEG-01) em caráter temporário, conforme processo seletivo 003/2013, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente, a partir de 14 de agosto de 2013.

Art.2º - O servidor será filiado ao Regime Geral de Previdência Social- GRPS, na condição de segurado obrigatório.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 15 de Agosto de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.074/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.074, DE 14 DE AGOSTO DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 952/1997, DE 30 DE ABRIL DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Jonas Amadeu Raulino.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

ART. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 952/1997, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1. Fica denominada "VALMOR GUERREIRO", a servidão que tem início na Rua Serafim Raulino e tem seu término em terras de propriedade do Sr. Juarez Heliodoro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 952, de 30 de abril de 1997.

Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.075/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.075, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

ALTERA, RENUMERA E ACRESCENTA OS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 1.481, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006, REVOGA A LEI Nº 2.049 DE 05 DE JUNHO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Altera o caput do artigo 9º da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O mandato do Conselheiro Tutelar é de 04 (quatro) anos,

permitida uma recondução pelo processo de escolha e o exercício efetivo da função constituirá serviço público relevante.

Art. 2º Ficam alterados o § 2º e o inciso III e acrescenta-se o § 3º ao artigo 30 da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 30. O Conselho Tutelar funcionará, diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados, durante as 24 horas do dia, observado:

[]

§ 2º As horas em que estiverem de sobreaviso serão pagas à razão de 1/3 (um terço) da hora normal, e as horas realizadas em regime de plantão serão pagas na proporção de 100% (cem por cento) do valor da hora normal.

[]

III - a organização do regime de trabalho ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, que terá plena autonomia para sua elaboração.

§ 3º Os sobreavisos e os plantões deverão ser apresentados em relatórios prévios pela Coordenação do Conselho Tutelar para o Departamento de Recursos Humanos, a fim de que seja efetuado o pagamento conforme disposto no §2º deste artigo.

Art. 3º Renumerar o parágrafo único e acrescentam-se os §§ 2º, 3º e 4º ao artigo 53 da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 53. []

§1º O Conselho, para efeito do disposto no caput deste artigo, constituirá Comissão Especial Organizadora, de caráter temporário, composta de seus conselheiros, para esse fim específico, funcionando o Plenário do Conselho como instância revisora, incumbida de apreciar e julgar administrativamente as impugnações e recursos.

§ 2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 3º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 4º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 4º O mandato dos atuais Conselheiros que estiverem no exercício regular do mesmo, quando da aprovação desta Lei, prorrogar-se-á até o dia 10 de janeiro do ano de 2016.

Art. 5º Os demais dispositivos legais da Lei nº 1.481, de 15 de dezembro de 2006 não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.049 de 05 de junho de 2013.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2013.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.076/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.076, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

ATRIBUI SÍMBOLO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAMAP, CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica atribuído como símbolo da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP, a representação gráfica em anexo.

Art. 2º O símbolo conterá a seguinte composição:

I - Círculo: o formato em círculo remete ao globo terrestre;

II - Guarapuvu: árvore típica de floresta pluvial da encosta atlântica, o guarapuvu (*Schizolobium parahyba*) representa a necessidade de integrar as políticas de preservação ambiental na região e no território catarinense. A cor amarela remete à floração da árvore e a riqueza da paisagem natural do Município;

III - A parte azul do globo: representa o ambiente marinho e a água dos rios e cachoeiras abundantes no Município;

IV - O tronco e os ramos: representam a vida que se renova na flora e fauna abundantes, tanto nos ambientes terrestres como nos biomas marinhos;

V - As faixas de cor marrom: representam as camadas do solo fértil que recobre o nosso relevo;

VI - A sigla FAMAP na cor verde: representa o conjunto de morros que circundam o Município, com cobertura de mata nativa.

Art. 3º O símbolo deverá ser usado em conjunto com o Brasão Municipal, símbolo oficial do Município.

Art. 4º Não será permitido o uso comercial do símbolo definido na presente lei por terceiros, sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.011, de 11 de outubro de 2012.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.077/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.077, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BNDES PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos.

Art. 2º A adesão ao Programa BNDES PMAT propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de:

I - Serviços de Geoprocessamento com Levantamento Aerofotogramétrico, Geração de Ortofotocartas Digitais;

II - Cadastro Técnico Multifinalitário com Implantação de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Treinamento e Capacitação de Servidores;

III - Aquisição de Veículo para Equipe de Fiscalização;

IV - Análise, Revisão e Readequação da Legislação Tributária Municipal com Elaboração da Normatização do Processo Administrativo Fiscal e Regulamentação do mesmo;

V - Reestruturação da Rede de Dados e Aquisição de Software de Gestão de Hardware;

VI - Implementação do Programa de Excelência no Atendimento e nos Serviços Prestados na Administração Pública Municipal;
VII - Aquisição de Equipamentos de Informática;
VIII - Aquisição de Móveis para a Gestão Pública Municipal;
IX - Reforma e Ampliação do Paço Municipal.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto a Caixa Econômica Federal - com recursos do Programa BNDES PMAT, até o montante de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).

Parágrafo Único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Projeto BNDES PMAT, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.124/2013

DECRETO Nº 1.124, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 18, DA LEI MUNICIPAL Nº 2032, DE 19/12/2012 - LOA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 41 e parágrafo único do artigo 114, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 18.034,32 (Dezoito mil, trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4

- Valor: R\$ 18.034,32

Art. 2º O crédito suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação parcial e total das dotações abaixo citadas, na mesma importância:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000/3

- Valor: R\$ 14.034,32

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.91.00.00.00.00.0.1.000/5

- Valor: R\$ 4.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de agosto de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 067/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 096/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 067/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço global, do tipo presencial, para locação e montagem de pavilhões de lonas. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 13 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 068/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 097/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 068/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por maior desconto percentual, do tipo presencial, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 13 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Edital de Processo Licitatório Nº 59/2013

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 11 (onze) de setembro de 2013, no Setor

de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais a serem utilizados na decoração natalina, destinados as festividades de celebração do Natal de 2013 no município de Presidente Castello Branco/SC, conforme anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Extrato Decontrato Nº 136/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: Miranda & Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda

OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo executar recuperação parcial dos Tratores Agrícolas modelo NH TL 70, marca New Holland, inscrição patrimonial 0854, modelo 5630, marca Ford, inscrição patrimonial 0873, modelo 5030, marca Ford, inscrição patrimonial 0864 e Retroescavadeira modelo 580M, marca CASE, inscrição patrimonial 1589, adquirindo peças de reposição e serviços de mão de obra.

VALOR: R\$ 52.986,68 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais, com sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 13/08/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 263

LEI COMPLEMENTAR Nº 263, de 26 de Agosto de 2013.

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º-

Altera os Anexos I e III, todos da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, ampliando as vagas existentes para o cargo de provimento efetivo de Coveiro, de 03 (três) para 05 (cinco).

Art. 2º-

Altera a descrição de atividades, atribuições e requisitos para o cargo de Coveiro, constantes do Anexo V - Manual de Ocupações do Quadro de Cargos Efetivos do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Cargo: COVEIRO

Descrição Sumária: Preparar sepulturas, abrindo e fechando covas para permitir o sepultamento de cadáveres.

Principais Atribuições: Preparar materiais para a confecção de carneiras e preparar a argamassa para a vedação. Quando necessário realizar trabalhos de alvenaria. Informar as pessoas em geral sobre a localização de sepulturas. Verificar autorização e numeração para os sepultamentos. Verificar as medidas da sepultura, preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes de abertura. Limpar o interior das covas já existentes, para o sepultamento. Auxiliar a transportar caixões. Auxiliar na colocação do caixão, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura. Fechar a sepultura, recobrimo-a de terra e cal ou fixando-lhe uma laje para assegurar a inviolabilidade do túmulo. Exumar cadáveres, acondicionando ossos em local apropriado. Zelar pela segurança do cemitério. Executar tarefas de limpeza nas dependências da unidade, utilizando materiais apropriados. Auxiliar no controle de entrada e saída de ferramentas. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

Requisitos: Alfabetizado" (NR)

Art. 3º-

Altera os Anexos I, III e VIII todos da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, o nível salarial do cargo de provimento efetivo de Coveiro, do nível "B" para o nível "C".

Art. 4º-

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º-

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

26 de Agosto de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3577

DECRETO Nº 3577, de 28 de agosto de 2013.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições asseguradas pelo inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município,

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial no município nos dias 28,29,30 de agosto de 2013, em virtude do falecimento da Senhora Clélia Pedrassani, aos 49 anos, que ocupou o cargo de enfermeira da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do bairro Taboão, da Secretaria Municipal de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

28 de março de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3578

DECRETO Nº 3578 de 28 de agosto de 2013.

"EXONERA EDSON LUIZ FRONZA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar

nº 208, de 28/10/2010,
DECRETA:

Art.1º- Fica exonerada, a partir de 23/08/2013, o servidor EDSON LUIZ FRONZA, do cargo em comissão de Assessor Especial de Pavimentação de Obras, da Secretaria Municipal de Obras, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 3564, de 20 de agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito.
28 de agosto de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria N. 1025/RH

PORTARIA N. 1025/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando Depto de Patrimônio n. 116/2013 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 016/2013, a fim de apurar a responsabilidade pela colisão que ocorreu no dia 15 de julho de 2013, no pátio do pavilhão Hermann Purnhagen, entre o veículo GM Celta LT, placa MJV 9667, de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Secretaria Municipal de Administração e Toyota Bandeirante de placa ADT 7315, de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme Registro n. 00553-2013-01136.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1027/RH

PORTARIA N. 1027/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 22/08/2013 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013, designada pela Portaria n. 0781/

RH de 18/06/2013 (publicada em 24/06/2013), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 010/I.A./009/2013, de 19/07/2013, em face da necessidade de juntada de documentos indispensáveis no processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N. 1030/RH

PORTARIA N. 1030/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 151 ao 153, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, à servidora municipal SIMONE DIGIAMPIETRI, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, para participação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Sistema Único de Assistência Social e o Trabalho Interdisciplinar na intuição de ensino Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, através do Protocolo n. 141764/2013.

Parágrafo único - A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento da servidora de suas atividades laborais uma vez por semana, a cada quinze dias.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº. 1039/RH
PORTARIA Nº. 1039/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir 23/08/2013, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 013/2013, instaurada através da Portaria n. 0901/RH de 19/07/2013, publicada em 24/07/2013, em atendimento ao Ofício n. 083/S.A.013/2013, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância, devido à necessidade da colhida de depoimentos e eventuais atos instrutórios para a conclusão do processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Termo de Posse e Exercício - Jean Abilio da Silva
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JEAN ABILIO DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0818/RH, de 01/07/2013, publicada no DOM na data de 09/07/2013, para exercer o cargo efetivo de PSICÓLOGO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 21/08/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 20 de agosto de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Publicação Licitação**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n.748/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE UM PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE ARTESANATO COM CARGA HORARIA DE NO MINIMO 04 HORAS SEMANAIS PARA OS GRUPOS DO PAIF EM HORARIO ESTABELECIDO PELO CRAS, E UM PROFISSIONAL PARA TRABALHOS COM GRUPOS DE IDOSOS E FAMILIAS ATENDIDAS PELO CRAS DO MUNICIPIO COM CARGA HORARIA DE NO MINIMO 04 HORAS EM HORARIO ESTABELECIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 06/09/13, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 26/08/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

Termo de Ratificação Edital 703

TERMO DE RATIFICAÇÃO EDITAL 703/2013

Pregão Presencial 16/2013

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro, CNPJ 01.612.847/0001-90, TORNA PÚBLICO o presente Edital de Retificação ao Edital de Licitação supra epigrafado, para o fim específico de retificar o que abaixo se dispõe: Trator de esteiras novo, zero hora ,com motor diesel turbocomprimido, injeção eletrônica; 6 cilindros com potencia líquida de no mínimo 116 HP no volante, sistema elétrico de 24 Volts, alternador de no mínimo 60Ah, transmissão hidrostática controlado por alavanca única, com deslocamento reto e contra-rotação eletrônica, controle de relação de 10 posições á frente / 4 posições à ré. Freios hidrostáticos e freios de estacionamento/emergência automático, aplicado por mola e liberado por pressão hidráulica, vazão de bomba hidráulica de no mínimo 130 l/min. chassi da esteira oscilante, correntes seladas e lubrificadas, roletes inferiores com no mínimo 07 cada lado e com no mínimo 02 superiores cada lado, sapatas de no mínimo 600mm. lâmina totalmente hidráulica. Sistema P.A.T. Cabine fechada ROPS/FOPS com ar condicionado, basculável para acesso de manutenção, com ripper tipo paralelogramo com 3 dentes. Peso operacional mínimo 14.100kg. A empresa deverá ter serviço de assistência técnica homologado pela fábrica num raio de 120 km da sede do município de Santa Terezinha do Progresso, com revisão de no mínimo 2000 mil horas por garantia do fornecedor do trator.

Fica por este Edital, cancelada a data de 27 de agosto do corrente ano para realização de sessão pública para apresentação e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, fixando-se nova data para o ato para 11 de setembro do corrente ano, com início às 09 horas e 00 minutos.

As demais cláusulas, termos e condições do Edital de Licitação 703/2013, permanecem inalterados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 29 de agosto de 2013.



JACOB GILMAR JUNGES,
PREFEITO MUNICIPAL.

Convenio Radio Patrulha

CONVÊNIO Nº 06/2013

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos 22 de Agosto de 2013, o Município de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, doravante denominado - Município, situado à Avenida Tancredo Neves, nº 337, inscrito no CNPJ 01612847/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 525.785.509/72, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Nazareno Marcineiro, amparados na Lei Municipal nº 544 de 03 de maio de 2005, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptores móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptor fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 300 (Trezentos), litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando

proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e disponibilizar, mensalmente a importância em reais, equivalente a (Duzentos) litros de gasolina, para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal no seguinte elemento de despesa:

- Encargos Gerais do Município;
- Segurança Municipal;
- Material de Consumo;
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da LEI.

Florianópolis - SC, 01 de Setembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

NAZARENO MARCINEIRO

Prefeito Municipal

Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

Nome: VOLMAR MOSSINI

Nome: ISOMAR SANDREI GRILLI

Função: CB PM Cmt D 915259-8 Função: Sec. Da Administração

CPF: 526451859-91

CPF: 029143279-43

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 267/2013

DECRETO Nº 0267, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 1278/12 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1847/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º do Decreto nº 1278, de 29 de outubro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º ()

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
LENI RODRIGUES SKONIECZNY - Titular
JUDITE MORINI - Suplente

VIII - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

EUNICE CRISTINA BORBA HÄNSCH- Titular
MARILEIA DO ROCIO PRESTE GONÇALVES - Suplente”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 268/2013

DECRETO Nº 0268, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 210/2013 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE SÃO BENTO DO SUL - SC - COMTUR

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1298/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º do Decreto nº 210, de 24 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º ()

IV - Representantes das Agências de Turismo Receptivo:
Poliane Mafra Spitzner - Titular
Jaqueline Laina Meros Denke - Suplente”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 272/2013

DECRETO Nº 0272, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas

atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coord., Manut. Ampliação - Ens. Fund., jovens e adultos e Educação Especial

(126) 3.3.90.30.00.00.00.0001 - Material de Consumo.

R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coord., Manut. Ampliação - Ens. Fund., jovens e adultos e Educação Especial

(124) 3.1.91.13.00.00.00.0001 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Prop. R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 273/2013

DECRETO Nº 0273, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação-EMHAB e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.056 - Promovendo a Regularização Fundiária Habitacional

(29) 3.3.90.93.00.00.00.00.0200 - Indenizações e Restituições

R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.056 - Promovendo a Regularização Fundiária Habitacional

(27) 3.3.90.30.00.00.00.00.0200 - Material de Consumo

R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 3129, de 21 de agosto de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 19 de agosto de 2013. Glaucia Carolina da Silva. Professor Anos Finais - Inglês. Nível I. Classe A. 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 3130, de 21 de agosto de 2013. Revoga Portaria nº 3129/2013 que nomeou servidora pública Glaucia Carolina da Silva, no cargo de Professor Anos Finais, por desistência espontânea.

Portaria nº 3131, de 21 de agosto de 2013. Revoga Portaria nº 2694/13 que cedeu o servidor Mariano Tschoeke para prestar serviços junto à 21ª Delegacia Regional de Polícia Civil.

Portaria nº 3132, de 21 de agosto de 2013. Opera Remoção de Servidor da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde. Ana Neli Hansch. Professor Educação Infantil.

Portaria nº 3133, de 21 de agosto de 2013. Opera Remoção de Servidor da Secretaria Municipal de Educação para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde. Bernadete Pereira. Atendente Educativo.

Portaria nº 3136, de 22 de agosto de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de agosto de 2013. Sonia Bernardo Cordeiro. Professor Anos Finais - Inglês. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 3138, de 23 de agosto de 2013. Retira Gratificação de Função - FG 2 concedida ao servidor Ivo Andreiv, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenhista, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 3139, de 23 de agosto de 2013. Opera Remoção de Servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social para o quadro da Secretaria Municipal de Educação. Clayton de Lima Silva. Motorista.

Portaria nº 3140, de 26 de agosto de 2013. Admite Empregado Público, a partir de 26 de agosto de 2013. Patricia Fernandes. Agente Comunitário de Saúde. ESF- Urca. SEMUS.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2013.
FERNANDO TURECK,
Prefeito Municipal

Extrato de Convênio Nº 009/2013

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 009/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE.

DO OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objetivo estabelecer parceria para implantação de unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense no Município de São Bento do Sul

DA VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.
FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

SAMAE

Aviso de Licitação - Pregão Nr. 31/2013

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 31/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013

MENOR PREÇO POR LOTES

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 11 de setembro de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MODERNIZAÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS. (Microcomputador, Notebook, Monitor LED, Servidor, Switch, Impressora, etc.)

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/editais.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nr. 45/2013

Contrato nº ...:45/2013 - PRINCIPAL

Contratante...: SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada :PAVIMENTAÇÃO SÃO BENTO LTDA.

Valor :17.650,00 (dezessete mil e seiscentos e cinquenta reais) total

Vigência :Inicio:26/07/2013 Termina:26/07/2014

Licitação: Pregão Presencial 20/2013

Dotação: 39 - 23.02.2.064.3.3.90.39.21.00.00.00

Objeto :SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO, SENDO 250m² PARA RECOLOCAÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS, 250m² PARA RECOLOCAÇÃO DE PEDRAS SEXTAVADAS, 150m² PARA RECOLOCAÇÃO DE PETIT PAVÊ E 100m² PARA RECOLOCAÇÃO DE MEIO FIO. SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REPOSIÇÃO DE CALÇADAS, SENDO 250m² PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE CONCRETO.

São Bento do Sul, 26 de julho de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Lei Nº 1723, de 28 de Agosto de 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE ESPORTIVA E BENEFICIENTE SANTO ANTONIO, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos Sociedade Esportiva e Beneficiente Santo Antonio, inscrita no CNPJ nº 83.610.006/0001-08, com sede na Linha Santo Antonio, neste município de São Domingos (SC).

Art. 2º Fica assegurada a essa entidade todas as vantagens e prerrogativas que a legislação lhe conferir.

Art. 3º Em caso de dissolução da associação, seus bens serão revertidos ao patrimônio municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de agosto de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1724, de 28 de Agosto de 2013.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS COM A FAZENDA NACIONAL, RELATIVOS AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar os débitos existentes junto à Fazenda Nacional, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, nos termos da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

Art. 2º O prazo de amortização dos débitos será de até 240 (duzentos e quarenta) meses através de retenção da cota do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Art. 3º Os débitos a serem parcelados terão redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a inscrever o presente parcelamento em dívida fundada interna.

Art. 5º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos(SC), 28 de agosto de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1494, de 26 de Agosto de 2013.

Designa Comissão de Acompanhamento de Concurso Público - para Cargo Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado para o Emprego Público do Município de São Domingos-SC.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

- 1.Pela Constituição Federal de 1988;
- 2.Pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/90;
- 3.Pela Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07;
- 4.Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08;
- 5.Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98;
- 6.De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12;
- 7.Pela Lei Complementar Municipal nº 042, de 04/04/12;
- 8.Pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão para Acompanhamento do Concurso Público - para Cargo Público: Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado - para Emprego Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores e empregados públicos municipais de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, sendo:

I.Odila Giroto Elger (presidente)

II.Ana Claudia Barizon Fontana da Luz (membro)

III.Wilian José Aiolfi (membro)

IV.Ari Pertille (membro)

V.Luiza Teixeira (membro)

VI- Ivany Claudete Serro Mulinari (membro)

VII-Sidney Bressan (membro)

VIII-Valdir Zanin (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos do Concurso Público, Processo Seletivo Público, e Processo Seletivo Simplificado até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de agosto de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1496, de 27 de Agosto de 2013.

PORTARIA Nº 1496, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

Concede férias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Giovane Leopoldo Busato	Técnico Agrícola	01/02/11-12	15	28/08/13 a 11/09/13
Emocir Rodrigues Brizola	Vigia	01/02/12-13	15	12/08/13 a 26/09/13
Luiz Carlos Fagundes	Vigia	01/02/10-11	30	03/09/13 a 02/10/13
		17/11/10-11	15	02/09/13 a 16/09/13
		17/11/11-12	15	02/09/13 a 16/09/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de agosto de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Ata de Reunião da Comissão de Licitações - (CRAS)

No dia 27 de agosto de 2013, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade à Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 045/2013, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 013/2013 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC, objeto do Contrato de Repasse n. 400.648-99/2012/MDS/CAIXA, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recursos. Todas as participantes foram comunicadas, porém, nenhuma se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços das licitantes Winck Engenharia e Construções Ltda; AGO Empreendimentos Ltda e Remove Construções e Incorporações Ltda EPP, CNPJ n. 09.021.146/0001-98, já que, como consta na ata anterior, a licitante Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ n. 14.494.057/0001-07 não apresentou Acervo Técnico - CAT, comprovando que já tivesse executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares ou superiores, conforme exigido na alínea "c" do item 6.2.1.4 do Edital, bem como deixou de apresentar Termo de Compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, devidamente assinado pelo responsável técnico (engenheiro) que participaria da obra como engenheiro-residente (alínea "f" do item 6.2.1.4 do instrumento convocatório), motivo pelo qual foi a referida licitante INABILITADA. As empresas habilitadas apresentaram os seguintes valores: 1. Winck Engenharia e Construções Ltda, o valor global de R\$ 302.612,10 (trezentos e dois mil, seiscentos e doze reais e dez centavos); 2. AGO Empreendimentos Ltda, o valor global de R\$ 302.508,58 (trezentos e dois mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) e; 3. Remove Construções e Incorporações Ltda EPP, o valor total de R\$ 286.876,27 (duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos). Ato contínuo, a Presidente da Comissão de Licitações constatou o seguinte: a) a licitante Winck Engenharia e Construções Ltda não formulou sua proposta de acordo com o exigido no edital, porquanto não utilizou a planilha disponibilizada pelo Município (DTB Caixa), conforme expressamente exigido pela alínea "c" do subitem 6.3.1 do instrumento convocatório; ainda, conforme dispõe o artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, a proposta ofertada pela licitante não poderá possuir valores unitários superiores àqueles estabelecidos como máximo no edital. Todavia, no caso em tela, a empresa Winck Engenharia e Construções Ltda apresentou diversos itens com valores superiores ao máximo estabelecido (vide item 1.3; item 3.1.6; item 3.2.6; item 4.1.3; item

4.2.1; item 4.5.1; item 9.1; item 9.2; item 10.2; item 10.6; item 11.1; item 11.5; item 12.2.3; item 14.1.3; item 15.2.1; item 20.4; item 21.1 e; item 22.1); b) a licitante Remove Construções e Incorporações Ltda EPP, igualmente, não utilizou a planilha fornecida pelo município (DTB Caixa), bem como formulou cronograma de execução da obra de 12 (doze) meses, enquanto o edital prevê que o prazo máximo para a execução será de 06 (seis) meses, contados da data de expedição da Ordem de Serviço (item 21.2 do edital) e; c) a empresa AGO Empreendimentos Ltda deixou de apresentar, juntamente com a proposta de preços, declaração de que os materiais a serem utilizados terão uma garantia mínima de cinco anos (item 6.3.13 do edital e Anexo XI). Desta feita, tendo em vista que nenhuma das propostas cumpriu integralmente com o exigido no instrumento convocatório, bem como com o Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, todas as licitantes restaram DESCLASSIFICADAS. Assim considerando a supremacia do interesse público e o princípio da ampla participação de interessados no certame, opina a Comissão de Licitações pela extinção e arquivamento do presente, devendo ser renovado o processo licitatório para contratação do objeto do presente. O presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. As interessadas serão comunicadas da decisão via e-mail. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) para conhecimento de todos os interessados. Nada mais.

São Domingos, SC, 27 de agosto de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

Processo Licitatório Prefe N. 053/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

PREFE n. 026/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 12 de setembro de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e prestação de serviço de mão de obra destinados à reestruturação e melhorias da rede de iluminação pública do Município de São Domingos. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 19 de agosto de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial do Município.

Contrato Prefe. N. 052/2013 de 26/08/2013

MÊS/ANO: AGOSTO/2013.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 257.104,93

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/06/2013

LICITAÇÃO: PROCESSO PREFE N. 038/2013 - TOMADA DE PREÇOS



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFE N. 010/2013

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL DA RUA CHILE E DA RUA VEREADOR LADISLAU ZAREMSKI, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Contrato de Repasse n. 1.002.042-62/2012/MCid/CAIXA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli, OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Rodrigues e Da Silva Ltda ME

CNPJ/MF: 07.481.358/0001-22

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ordem de serviço a ser expedida pelo Município.

Contrato Prefe. N. 053/2013 de 26/08/2013

MÊS/ANO: AGOSTO/2013.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 471.825,48

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/08/2013

LICITAÇÃO: PROCESSO PREFE N. 039/2013 - TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 011/2013

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS E MACADAME SECO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA AVENIDA CORONEL PASSOS MAIA, RUA SANTOS DUMONT E RUA MAJOR AZAMBUJA, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Contrato de Repasse n. 1002983-10/2012/MCid/CAIXA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli, OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADOS: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/MF: 04.406.660/0001-28

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data da expedição da ordem de serviço.

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 111 de 26 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 111 DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Nomeia a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de São João do Sul - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município c/c o disposto na Lei Municipal nº. 1.319, de 10 de maio de 2006 e com o Decreto Municipal nº. 075, de 07 de julho de 2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de São João do Sul, criada e regulamentada pela Lei Municipal nº. 1.319, de 10 de maio de 2006 e regulamentada, ainda, pelo Decreto Municipal nº. 075, de 07 de julho de 2006, que será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: João Rubens dos Santos - Prefeito Municipal;

II - Coordenador: Diego de Melo Herr - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente.

III - Conselho Municipal:

a) Secretário Municipal de Saúde - Rejane Borba Elíbio;

b) Secretário Municipal de Agricultura e Pesca - Jailson Bortolin

da Rosa;

c) Secretário Municipal de Obras e Serviços - Edevaldo Sala Scheffer;

d) Secretária Municipal de Assistência Social - Márcia Alexandre de Lima;

f) Secretária Municipal de Administração - Marli da Rosa Cardoso Xavier;

g) Secretário Municipal de Finanças - Edson Borba Martins;

h) Secretário Municipal de Educação - Susânia Scariot Bendo Cechinel

i) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul:

Titular: Valdeci de Andrada Pereira

Suplente: Manoel Margenat Antônio

j) Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de São João do Sul:

Titular: Rodnei Possamai Della

Suplente: Oziel Luiz Bitencourt

k) Representantes de Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Ronivon Santos de Matos

Suplente: Paulo Shardosim de Matos

l) Representantes da Associação dos Clubes de Mães de São João do Sul:

Titular: Luiza Suppi Cardoso

Suplente: Natalina da Silva Cândido.

m) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São João do Sul:

Titular: Edilene dos Santos

Suplente: Márcia Savi Valim

n) Representantes da Polícia Militar de Santa Catarina com sede em São João do Sul:

Titular: Soldado Tiago Martins Lopes

Suplente: Sargento Nereu Pereira

o) Representantes da Polícia Civil de Santa Catarina, com sede em São João do Sul:

Titular: Elenita Maciel

Art. 2º - O Coordenador da COMDEC indicará dentre os membros do Conselho Municipal, ou mesmo fora dele, mas dentre os munícipes, os membros da Secretaria, do Setor Técnico e do Setor Operativo da Coordenadoria.

Art. 4º - O exercício da função de membro da COMDEC é considerado de relevância pública ao Município e não serão remunerados.

Art. 5º - Cabe ao membro da Coordenadoria de Defesa Civil cumprir todas as exigências da legislação vigente, no âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 6º - O mandato dos membros da COMDEC será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 086, de 25 de agosto de 2011, e do Decreto Municipal nº 009 de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 26 de agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 102 de 07 de Agosto de 2013

DECRETO Nº. 102 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".



JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 17.290,08 (dezesete mil, duzentos e noventa reais e oito centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 12.737,28

12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 4.552,80 TOTAL R\$ 17.290,08

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Alienação de Bens - Educação, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

07 de agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 103 de 07 de Agosto de 2013

DECRETO Nº. 103 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 40.111,00 (quarenta mil, cento e onze reais) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diretas R\$ 4.580,00

12.363.0109.2031 - AUXÍLIO A ESTUDANTES DE CURSO PÓS MÉDIO/TÉCNICO

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.348,00

12.364.0109.2030 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.183,00 TOTAL R\$ 40.111,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.4.90.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diretas R\$ 4.580,00

12.363.0109.2031 - AUXÍLIO A ESTUDANTES DE CURSO PÓS MÉDIO/TÉCNICO

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 2.348,00

12.364.0109.2030 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 3.183,00

TOTAL R\$ 40.111,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

07 de agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Licitação Nº 064/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 064/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 021/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 08:45 horas do dia 10/09/2013, com abertura dos envelopes prevista para as 09:00 horas do dia 10/09/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 horas às 17:30 ou pelo e-mail licitações@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 28 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 052/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2013 - Processo nº 187/2013. Objeto: Dispensa de licitação para locação de imóvel situado a Rua Alfredo José Amorim, nº 2066, bairro Nossa Senhora do Rozário, para implantação do projeto social na modalidade futebol de campo da Fundação Municipal de Esporte e Lazer. Locador: José Arceno de Souza. Valor: 30.000,00. Data da Assinatura: 23 de agosto de 2013.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 057/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2013 - Processo nº 201/2013. Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de itens de socorro e assistência, destinados ao acolhimento de pessoas moradoras de rua, em decorrência da forte massa de ar polar que atingiu o Município de São José/SC. Contratado: Mercantt Comercial Ltda. Valor: 7.400,00. Data da Assinatura: 21 de agosto de 2013.

Termo Aditivo/TA (Valor) Nº 009/2013-01

Termo Aditivo/TA (Valor) nº 009/2013-01 - PR 011/2012 - Processo 024/2012 - Contratado: Radial Engenharia, Construções e Drenagens Ltda. Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual execução de serviços de manutenção em ruas com pavimentação asfáltica do Município de São José/SC, com fornecimento de materiais. Valor: Fica readequada a Ata de Registro de Preços nº 009/2013 em 22,42% (vinte e dois vírgula quarenta e dois por cento), passando a vigorar com valor global de R\$530.078,60 (quinhentos e trinta mil, setenta e oito reais e sessenta centavos). Data da Assinatura: 14 de agosto de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 046/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2013 - PR 065/2013 - Processo 130/2013 - Fornecedor: HBJ Comercio de Materiais de Construção Ltda ME. Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de tubos, lajotas e meio fios, para manutenção do sistema viário e manutenção, implantação e ampliação da drenagem pluvial do Município de São José/SC. Valor global: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços. Data da assinatura: 09 de agosto de 2013. Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 047/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2013 - PR 063/2013 - Processo 120/2013 - Fornecedor: Socimaq Equipamentos e Peças Ltda EPP. Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de pneus, câmara de ar e protetor, de pequeno, médio e grande porte (com instalação) para veículos que compõem a frota da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Valor global: R\$ 351.740,00 (trezentos e cinquenta e um mil e setecentos e quarenta reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços. Data da assinatura: 09 de agosto de 2013. Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1681/2013 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1681/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1681/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO0380	55909766D	6912/0	10/08/2012	R\$ 53,20	232
ABO0380	55909767D	6912/0	10/08/2012	R\$ 53,20	232
ADN9100	55909175D	6610/2	22/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ADR7168	55908515D	6920/0	25/07/2012	R\$ 127,69	233
AEV0910	55059027D	6599/2	27/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
AEV0910	55059028D	5010/0	27/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
AFD1933	55919364D	6912/0	11/04/2013	R\$ 53,20	232
AHF6940	55910182D	6920/0	31/08/2012	R\$ 127,69	233
AIN1816	55912927D	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
ANE2331	55060979D	6599/2	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
ANG8244	55058504D	5010/0	21/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
AQJ3178	54140098D	6610/2	04/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ARB2360	54444249E	6653/2	20/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
ARS4907	55059213D	6920/0	03/02/2012	R\$ 127,69	233
AYA0388	54444837E	6700/0	30/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
BBB9960	55060342D	6920/0	27/03/2012	R\$ 127,69	233
BGK0671	55055119D	6599/2	16/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
BGK0671	55055120D	6912/0	16/08/2012	R\$ 53,20	232
CEF6562	54444272E	6599/2	16/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
CIH6383	55912662D	6599/2	20/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
CIZ1624	55061443D	6599/2	10/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMY4519	55059367D	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
COH0652	55063375D	6599/2	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
CVB2414	55062114D	5045/0	18/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
CZM8108	54446161E	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	233
DAZ4055	55918983D	6700/0	14/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DBT4741	55165931C	6637/2	21/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
DOS0128	55063899D	6610/2	14/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
DPR8457	54143490D	6920/0	11/06/2012	R\$ 127,69	233
EVR4804	55909908D	6700/1	16/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
GSD8679	55057476D	5045/0	07/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
GZF6697	55055576D	5010/0	19/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
GZF6697	55055577D	6912/0	19/12/2011	R\$ 53,20	232
HDQ8325	55910991D	6700/1	27/09/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
IBH0195	55062636D	5010/0	14/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
IBU3792	55061250D	6912/0	07/05/2012	R\$ 53,20	232
IJX0596	54446152E	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	233
JUZ8973	54140941D	5169/1	11/12/2011	R\$ 957,69	165
KHF6667	55910687D	6610/2	06/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
KQN6447	55057799D	5274/1	22/07/2012	R\$ 191,53	175
KQN6447	55057800D	5169/1	22/07/2012	R\$ 957,69	165
LOI6820	55060051D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
LWW9929	55059111D	6599/2	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWX2304	55061350D	5010/0	19/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWX2877	55157091C	6637/2	22/02/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LWY1438	55063060D	6912/0	12/06/2012	R\$ 53,20	232
LXA0562	55056641D	5010/0	03/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXA0562	55056642D	6599/2	03/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXA4922	55058945D	5010/0	26/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXA4922	55058945D	6599/2	26/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXB4189	55063422D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXB4189	55063423D	5010/0	15/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXF3316	55063080D	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXL8481	55062631D	5010/0	14/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXL8481	55063415D	5010/0	15/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXO3421	55915493D	6610/2	30/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXP1217	55910300D	5010/0	22/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXQ8925	55057808D	5010/0	20/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXS6652	55058445D	6599/2	24/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXS6652	55058446D	5010/0	24/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXS6652	55058447D	5169/2	24/08/2012	R\$ 957,69	165
LXT0203	55059681D	6920/0	27/02/2012	R\$ 127,69	233
LXW2644	54144424D	6599/2	10/01/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYA2364	55908579D	6599/2	03/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYD8151	55059174D	6556/1	31/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYD8151	55059175D	6637/1	31/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LYH4062	55063648D	5010/0	31/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYH4062	55063795D	6599/2	31/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYI5005	55055099D	6912/0	23/10/2012	R\$ 53,20	232
LYL6116	55061967D	5045/0	11/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LYL6116	55061968D	6599/2	11/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYO3802	55163825C	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
LYT0714	55912936D	5169/1	11/05/2013	R\$ 1.915,38	165
LYW2153	55912429D	6556/1	06/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYY1223	55063251D	6556/1	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYY1223	55063251D	6726/1	06/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYZ2121	55063439D	6912/0	17/05/2012	R\$ 53,20	232
LZC1218	55063549D	6599/2	08/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZH1812	54444512E	6610/2	23/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZH1812	54444513E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZH1812	54444514E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZH5815	55059764D	6920/0	02/03/2012	R\$ 127,69	233
LZI4868	55058987D	5045/0	04/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZI4868	55058988D	6637/2	04/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LZR9301	55063046D	6599/2	19/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZT1154	55057964D	6920/0	16/12/2011	R\$ 127,69	233
LZT1775	55054532D	5010/0	12/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZU9521	55909867D	6599/2	07/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZV2904	55165000C	6920/0	19/06/2012	R\$ 127,69	233
LZV8947	55062041D	5010/0	12/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZV8947	55062042D	6599/2	12/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAB4639	55911270D	6599/2	30/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE6507	55165950C	6556/1	07/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAG4738	55914212D	6599/2	20/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAK0300	55059283D	6599/2	18/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAK0300	55059284D	5010/0	18/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAK0300	55059285D	6556/1	18/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAK0300	55059286D	6670/0	18/09/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MAK0632	55912852D	6556/5	17/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAN9552	55061204D	5045/0	20/04/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN9552	55061205D	6599/2	20/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO5954	55061251D	6599/2	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAP0626	55057561D	6599/2	07/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAT2605	55156216C	5010/0	26/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAX3463	55917623D	6912/0	05/04/2013	R\$ 53,20	232
MAZ4372	55061055D	6599/2	28/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBC3474	54144448D	6599/2	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBC3474	54144449D	6556/5	05/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBF1653	55913807D	6912/0	24/03/2013	R\$ 53,20	232
MBK7899	55057563D	5010/0	13/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBL8553	55163823C	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
MBM2032	55166019C	5010/0	03/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM2032	55166019C	6912/0	03/07/2012	R\$ 53,20	232
MBM2032	55166020C	6599/2	03/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBO3614	55061522D	6610/2	05/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBP1967	55056188D	6599/2	11/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBP2781	55919282D	6599/2	11/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBP2781	55919284D	6912/0	11/04/2013	R\$ 53,20	232
MBQ4156	54143900D	6920/0	22/03/2012	R\$ 127,69	233
MBQ6908	55058937D	6599/2	21/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBR8570	55060120D	5010/0	30/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR8570	55060121D	6599/2	30/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBT6042	55057716D	6556/3	15/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBT6042	55057716D	6599/2	15/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBT6042	55057717D	6912/0	15/02/2012	R\$ 53,20	232
MBT8190	55062896D	6920/0	17/07/2012	R\$ 127,69	233
MCB4704	55914534D	5118/0	30/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCB4704	55914542D	5010/0	30/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCB7154	54140899D	5010/0	20/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCB7154	54140899D	6653/2	20/07/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MCB7154	54142348D	5010/0	07/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCB7773	55063186D	6599/2	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCC0560	55055233D	6599/2	24/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD5350	55059151D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCD5350	55059152D	6556/1	11/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCD5350	55059152D	6599/2	11/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD5350	55059152D	6653/1	11/02/2012	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF8904	55061616D	6599/2	09/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCG1656	54564644C	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
MCG5262	55063130D	6599/2	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCG9945	55917883D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	233
MCH7359	55917670D	6912/0	01/04/2013	R\$ 53,20	232
MCK6614	55920551D	6700/0	18/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCK7959	55910259D	6610/2	30/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCK7959	55910269D	5045/0	30/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCO3746	55920996D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCO3746	55920997D	6556/1	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCO3746	55920999D	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCQ3490	55910336D	6599/2	04/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCT0851	55061293D	5010/0	24/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCT9366	54140947D	5010/0	27/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCX0281	55063702D	6599/2	27/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCX0281	55063703D	6912/0	27/06/2012	R\$ 53,20	232
MCY1295	55060198D	6599/2	19/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCY2903	55057046D	5010/0	24/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCY2903	55057046D	6912/0	24/01/2012	R\$ 53,20	232
MCZ4501	55063607D	6912/0	23/05/2012	R\$ 53,20	232
MCZ9342	55054623D	7340/0	02/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDC2066	55055097D	5010/0	23/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDC2066	55055098D	6599/2	23/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE0068	54445550E	6726/1	14/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDI7558	55060031D	5045/0	09/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDL1467	55912274D	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
MDQ5639	55910077D	5045/0	31/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDU0658	55915611D	6599/2	02/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDU4491	54445993E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
MDX9273	55061962D	6912/0	11/05/2012	R\$ 53,20	232
MDX9273	55061963D	5037/1	11/05/2012	R\$ 574,61	162 * III
MDX9954	55062104D	6912/0	18/06/2012	R\$ 53,20	232
MEB0918	54144598D	6408/0	06/01/2012	R\$ 85,12	221
MEB0918	54144598D	6610/2	06/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEB8806	55914435D	6912/0	28/11/2012	R\$ 53,20	232
MEE0577	55063159D	6599/2	31/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEE0577	55063159D	6637/2	31/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE1984	55059517D	6556/1	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEE1984	55059517D	6599/2	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEE1984	55059518D	5010/0	20/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEF5265	55062954D	6912/0	20/07/2012	R\$ 53,20	232
MEF5265	55062955D	6637/2	20/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MEH3831	55909252D	5010/0	21/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEH3831	55909253D	6599/2	21/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEH3831	55919318D	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEH3831	55919319D	6599/2	24/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI4949	55058768D	6599/2	31/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEJ5060	55908636D	5010/0	01/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEL1582	55056959D	6920/0	02/01/2012	R\$ 127,69	233
MEL7103	55055746D	5010/0	03/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEO5797	55910644D	6912/0	12/09/2012	R\$ 53,20	232
MEP4724	55060621D	6408/0	15/04/2012	R\$ 85,12	221
MEP4724	55060622D	6912/0	15/04/2012	R\$ 53,20	232
MEP5243	55058231D	6408/0	08/01/2012	R\$ 85,12	221
MER1648	55057666D	7340/0	07/12/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MER7452	55059779D	6920/0	08/03/2012	R\$ 127,69	233
MET0816	55920406D	5045/0	17/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MET0816	55920407D	6912/0	17/04/2013	R\$ 53,20	232
MEU4348	55060963D	6912/0	17/04/2012	R\$ 53,20	232
MEY2634	55911019D	6599/2	14/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEY8420	55061184D	6599/2	16/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFC0084	55059757D	6920/0	02/03/2012	R\$ 127,69	233
MFC0260	55060757D	6599/2	13/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFD9261	55059646D	5010/0	21/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFD9261	55059647D	6599/2	21/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFF9599	54443718E	5010/0	15/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFF9599	54443719E	5118/0	15/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFH5433	55061110D	5045/0	14/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFH5433	55061111D	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFH5433	55063577D	6912/0	14/06/2012	R\$ 53,20	232
MFJ2922	55058508D	5010/0	05/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFJ2922	55058508D	6912/0	05/04/2012	R\$ 53,20	232
MFJ2922	55058509D	6556/1	05/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFJ2922	55058509D	6556/4	05/04/2012	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFJ2922	55058509D	6599/2	05/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK9252	55920517D	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFO8272	55920070D	6670/0	16/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MFQ5826	55061930D	6556/1	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFQ5826	55061931D	5010/0	04/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFQ5854	55058106D	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFS3128	54142341D	5010/0	09/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFS3128	54142342D	6599/2	09/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFS3128	54142342D	6637/2	09/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFS3128	55055849D	6599/2	27/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFW2662	55059960D	6599/2	27/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFW8072	55055423D	5010/0	11/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFW8072	55062262D	5010/0	14/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFW8072	55062263D	6912/0	14/06/2012	R\$ 53,20	232
MFY8072	54444141E	6912/0	25/05/2013	R\$ 53,20	232
MFY8816	55914100D	6599/2	30/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFY1642	55916729D	5010/0	24/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFY3032	54444145E	6912/0	25/05/2013	R\$ 53,20	232
MFY4059	55056983D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGC2871	55910325D	6769/2	27/08/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MGC4759	55062235D	5010/0	13/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC6922	55060790D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGC6922	55060791D	6637/2	09/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGC6922	55060792D	6556/5	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGD0058	55920411D	6599/2	17/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF1773	55909370D	6556/1	14/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGF1773	55909371D	6580/0	14/09/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MGF6133	55060648D	6599/2	04/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGG8901	55160274C	6912/0	17/12/2012	R\$ 53,20	232
MGH6200	54141849D	6912/0	05/03/2012	R\$ 53,20	232
MGH6200	54141850D	5061/0	05/03/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGH6200	55054415D	5010/0	16/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGK6588	54562741C	5010/0	26/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGM5140	55060606D	6556/4	03/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGP9927	55062988D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGP9927	55063525D	5010/0	24/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGS3222	55056404D	6912/0	23/11/2011	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS3222	55056405D	6610/2	23/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MGS6101	55059811D	6599/2	23/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGV0915	55055741D	6653/1	03/02/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MGV9560	55061168D	6556/1	21/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGV9560	55061168D	6599/2	21/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGV9560	55061169D	6912/0	21/06/2012	R\$ 53,20	232
MGX0753	55910934D	6912/0	27/09/2012	R\$ 53,20	232
MHB4950	55063817D	6920/0	30/05/2012	R\$ 127,69	233
MHE4764	55056247D	6920/0	02/01/2012	R\$ 127,69	233
MHF8209	55913280D	6920/0	08/11/2012	R\$ 127,69	233
MHH1380	54144447D	5010/0	05/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHH7610	55910879D	5010/0	20/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHH7610	55920831D	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHH7610	55920832D	6726/1	27/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHI7975	55063411D	6912/0	15/05/2012	R\$ 53,20	232
MHK2430	55059021D	6912/0	27/02/2012	R\$ 53,20	232
MHK3044	55060253D	6653/2	12/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MHL6257	55059162D	5010/0	18/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHO3734	55920112D	6700/0	08/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MHR0868	55059308D	6920/0	04/01/2012	R\$ 127,69	233
MHS7230	54143858D	6912/0	09/12/2011	R\$ 53,20	232
MHT6300	55912609D	6599/2	22/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHY2372	55057637D	5010/0	25/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIC0235	55909029D	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIC0235	55909030D	5061/0	22/06/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIC8780	55918571D	6700/0	18/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MIE1708	55915760D	6912/0	11/01/2013	R\$ 53,20	232
MIE1708	55915761D	6599/2	11/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIF4209	55909528D	5010/0	28/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIF4209	55909530D	6700/1	28/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MIH5019	54143685D	6599/2	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIH5019	54143686D	6580/0	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MIH5019	54143687D	6637/1	20/02/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIH9913	55061617D	6599/2	11/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIJ4438	55909502D	6912/0	21/08/2012	R\$ 53,20	232
MIL7118	55912520D	5010/0	20/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL7118	55912521D	6556/1	20/10/2012	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL7118	55912523D	6408/0	20/10/2012	R\$ 85,12	221
MIL7118	55912524D	7340/0	20/10/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIM4956	55061854D	5045/0	08/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIO9202	54444817E	6700/0	28/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MIP0616	55062805D	6637/1	22/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIR3860	55058234D	6599/2	08/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIV3197	55060260D	6610/2	12/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MIX0472	55062211D	6599/2	29/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIY4733	55911556D	6653/2	29/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIZ3264	55911938D	6912/0	27/12/2012	R\$ 53,20	232
MJF7709	55913303D	6599/2	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJF7709	55913305D	6912/0	29/11/2012	R\$ 53,20	232
MJF7709	55913306D	5274/1	29/11/2012	R\$ 191,53	175
MJL3030	55154393C	6700/0	13/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJO5852	54445131E	6700/0	15/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJV7699	55164286C	5010/0	01/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKA1312	55914206D	5010/0	20/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKF9351	55909164D	6700/1	16/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE AGOSTO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1208/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1208/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1208/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOD4826	55634214C	6599/2	08/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
BVN1007	55646455C	5169/1	25/04/2012	R\$ 957,69	165
DKZ3701	55657583C	6700/0	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LWZ9787	55651804C	6599/2	27/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWZ9787	55651805C	5010/0	27/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWZ9787	55651806C	6408/0	27/11/2012	R\$ 85,12	221
LWZ9787	55651807C	6610/2	27/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXA3611	55650958C	6599/2	26/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYY8189	55657718C	5010/0	15/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZE6931	55650092C	6637/1	21/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MAF7432	55650403C	6653/1	07/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MAF9593	55645125C	6599/2	27/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAF9593	55645126C	6637/1	27/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MAP9529	55645215C	6912/0	30/03/2012	R\$ 53,20	232
MAT8773	55642165C	5010/0	05/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBA7528	55648244C	6610/2	06/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBN7659	55647980C	6599/2	07/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBN7659	55647981C	6637/1	07/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBN7659	55647982C	6408/0	07/08/2012	R\$ 85,12	221
MBW1946	55645580C	6637/1	05/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCI3624	55642649C	6971/0	19/01/2012	R\$ 191,53	238
MDD3696	55651872C	6637/2	26/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDD3696	55651873C	6602/0	26/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MDR9152	55646759C	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDR9152	55646760C	6556/1	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDR9152	55646761C	5010/0	15/05/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEM3772	55646774C	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEM3772	55646775C	6610/2	15/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEN7641	55646383C	6408/0	03/05/2012	R\$ 85,12	221
MEN9325	55649620C	6653/1	22/08/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFH2045	55651978C	7340/0	11/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFR0344	55642522C	5045/0	11/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHL5958	55657478C	6700/0	24/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MHL5958	55657479C	6610/2	24/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHQ4029	55654017C	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY8487	55647438C	5010/0	10/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIQ4311	55652764C	6610/2	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MIQ4311	55652765C	6637/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIQ4311	55652766C	6602/0	29/01/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MIQ4311	55652767C	6912/0	29/01/2013	R\$ 53,20	232
MJG3648	55650388C	6653/2	23/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE AGOSTO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1679/2013 **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1679/2013**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO **DE TRÂNSITO Nº 023 1679/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALG7602	54445780E	6599/2	24/07/2013	230 * V
AUE1176	55915273D	6726/1	28/06/2013	230 * XVIII
BVB9913	54446820E	6599/2	30/07/2013	230 * V
BVB9913	54446821E	5045/0	30/07/2013	162 * V
CKX5934	54446454E	6599/2	30/07/2013	230 * V
CZP4470	55920474D	6599/2	29/07/2013	230 * V
IJD6513	54446838E	6599/2	01/08/2013	230 * V
IKS5498	54445360E	5010/0	02/07/2013	162 * I
IKS5498	54445361E	6416/0	02/07/2013	221 § Único
IKS5498	54445362E	6726/1	02/07/2013	230 * XVIII
INT1293	54447301E	5045/0	07/08/2013	162 * V
JFQ7309	54447140E	6920/0	05/08/2013	233
LWV0566	55919373D	6599/2	07/07/2013	230 * V
LXA8152	54446463E	5045/0	05/08/2013	162 * V
LXB1968	55916820D	6700/0	08/07/2013	230 * XVI
LXI5679	55918096D	6599/2	21/07/2013	230 * V
LXV6889	54446453E	6912/0	30/07/2013	232
LYP6714	55908760D	6637/1	03/08/2013	230 * IX
MAP1408	55920472D	6912/0	28/07/2013	232
MAT1534	54446458E	6599/2	01/08/2013	230 * V
MAU7034	54445765E	6912/0	09/07/2013	232
MAV5195	54446491E	5010/0	07/08/2013	162 * I
MAV5195	54446492E	6599/2	07/08/2013	230 * V
MBE8492	54447153E	5010/0	30/07/2013	162 * I
MBE8492	54447154E	6556/5	30/07/2013	230 * I
MBE8492	54447155E	5061/0	30/07/2013	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBT3459	54446455E	5010/0	30/07/2013	162 * I
MBT3459	54446456E	6726/1	30/07/2013	230 * XVIII
MBY9841	54447518E	6700/0	29/07/2013	230 * XVI
MCB4539	54445500E	6700/0	29/07/2013	230 * XVI
MCG3696	54446119E	5010/0	01/08/2013	162 * I
MCG3696	54446120E	6653/1	01/08/2013	230 * XI
MCG3696	54446121E	6599/2	01/08/2013	230 * V
MCG3696	54446122E	6637/2	01/08/2013	230 * IX
MCI1474	54446446E	6912/0	01/08/2013	232
MCI5930	54447148E	6920/0	05/08/2013	233
MDP4831	54447530E	5045/0	02/08/2013	162 * V
MDP4831	54447531E	6599/2	02/08/2013	230 * V
MEJ5872	54446470E	6599/2	05/08/2013	230 * V
MER9140	55917535D	6599/2	07/07/2013	230 * V
MER9140	55917536D	5010/0	07/07/2013	162 * I
MEX0552	54446841E	6610/2	01/08/2013	230 * VII
MEX0552	54446843E	6556/1	01/08/2013	230 * I
MGD5034	54446448E	5010/0	02/08/2013	162 * I
MGD5034	54446449E	6599/2	02/08/2013	230 * V
MGI4937	54444391E	5010/0	15/07/2013	162 * I
MGV3416	54446840E	6912/0	01/08/2013	232
MHI7215	54446447E	6556/1	02/08/2013	230 * I
MHP0012	54447512E	6599/2	29/07/2013	230 * V
MHP0012	54447513E	5045/0	29/07/2013	162 * V
MHP0012	54447514E	6610/2	29/07/2013	230 * VII
MHP0012	54447515E	6700/0	29/07/2013	230 * XVI
MIC4862	54446481E	5010/0	07/08/2013	162 * I
MIC4862	54446482E	6912/0	07/08/2013	232
MIN5194	54446340E	6912/0	06/08/2013	232
MIQ4607	54445836E	6920/0	12/07/2013	233
MIY8609	54447124E	6920/0	05/08/2013	233
MIZ3264	54445192E	6726/1	03/06/2013	230 * XVIII
MIZ3264	54445193E	6629/0	03/06/2013	230 * VIII
MIZ3264	54445194E	6599/2	03/06/2013	230 * V
MJC8727	54445768E	6599/2	09/07/2013	230 * V
MJC8727	54445769E	5010/0	09/07/2013	162 * I
MJI3874	54446437E	6700/0	24/07/2013	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKJ5121	54446352E	6670/0	04/07/2013	230 * XIII
NYI1684	54447121E	6920/0	05/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE AGOSTO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1206/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1206/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1206/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GWV1206	55658915C	6599/2	28/07/2013	230 * V
LXD6440	55660982C	6610/2	04/08/2013	230 * VII
LXD6440	55660983C	6637/1	04/08/2013	230 * IX
LZF0869	55660108C	6599/2	10/07/2013	230 * V
LZW7139	55658286C	5045/0	30/07/2013	162 * V
MBY5201	55660954C	5045/0	04/08/2013	162 * V
MCI3725	55660103C	6599/2	10/07/2013	230 * V
MHP4504	55660115C	6599/2	13/07/2013	230 * V
MHP4504	55660116C	6637/2	13/07/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 27 DE AGOSTO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 034/2013 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2013 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 034/2013 - Pregão Presencial Nº 029/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA A SER UTILIZADO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

FORNECEDOR: D.G. LAZARIN EPP - CNPJ: 05.874.059/0001-22.

VALOR: R\$ 3.384,00 (três mil trezentos e oitenta e quatro reais).

TOTAL: R\$ 3.384,00 (três mil trezentos e oitenta e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2013.

VIGÊNCIA: 27/08/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 133/2013

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2013

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 133/2013 - Pregão Presencial Nº 094/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES ELETRÔNICOS E INTERFONES NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

FORNECEDOR: PROJETEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP - CNPJ: 82.095.456/0001-47.

VALOR: R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais)

TOTAL: R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais)

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2013.

VIGÊNCIA: 28/08/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Edital de Convocação 03/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2013

O Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e discutido o Plano Plurianual - PPA 2014/2017; a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014; e a Lei Orçamentária Anual - LOA 2014, a ser realizada no dia 03 de setembro de 2013, às 08:30 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, prédio da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

São Lourenço do Oeste SC, 27 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 26/08/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 26/08/2013 até 26/08/2013

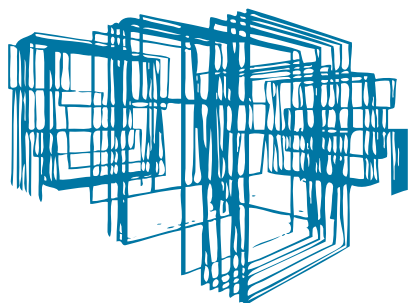
Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		314.208,47
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	140.957,52
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	12.979,92
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	12.979,92
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	33.250,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	33.250,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	94.727,60
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	94.727,60
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	173.250,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	173.250,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	103.950,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	69.300,38

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 28/08/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 771, de 19 de Agosto de 2013

LEI Nº 771, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

"Dispõe Sobre o Conselho Municipal de Educação Escolar - CAE - e Revoga as Leis nº160/2001 e a Lei nº627/2011".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º - O Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de São Pedro de Alcântara, criado pela Lei nº24/1997, passa a ser regido por esta Lei, como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, para atuar nas questões referentes à alimentação escolar.

Art.2º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, cuja estrutura e funcionamento serão fixados no seu Regimento Interno, aprovado por Decreto Municipal com a finalidade de assessorar a entidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na execução de seus objetivos.

Art. 3º - São atribuições e competências do CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes e dos princípios constantes no Regimento Interno, aprovado por Decreto;

II - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do Art.2º da Lei Federal nº11.947 de 2009;

III - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

IV - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

V - receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emitir Parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa;

VI - comunicar ao fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, ao Tribunal de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VII - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

VIII - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros Titulares;

IX - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto na Resolução FNDE/CD/Nº 38 de 2009.

Art. 4º - O Conselho de Alimentação Escolar - CAE, será composto da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo;
II - 2 (dois) representantes dentre as entidades de docente, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de

18 anos ou emancipados;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Professores ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em Ata; e

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º - Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado.

§2º - O Presidente e o Vice-Presidente do CAE serão eleitos, pelos membros titulares do Conselho, em Sessão Plenária especialmente voltada para esse fim.

§3º - A escolha do Presidente e Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV deste artigo.

§4º - A nomeação dos Conselheiros do CAE será feita por ato oficial, emitido pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica do Município.

§5º - Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora ao FNDE, por meio do cadastro disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato da nomeação.

§6º - O exercício de Mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§7º - Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a Indicação dos seus respectivos segmentos.

Art.5º - Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida pelo Regimento Interno.

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento do Conselho ou nesta Lei, desde que aprovada em reunião para discutir esta pauta específica.

§1º - Nas hipóteses previstas nos Incisos deste artigo, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da data da sessão plenária do CAE ou, ainda, da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Administração.

§2º - Nas situações de substituição dos membros do CAE, definidas por este artigo, o segmento representado fará nova indicação, mantida a exigência de nomeação por ato legal emanado do Poder Executivo.

§3º - Nos casos de substituição dos Conselheiros do CAE, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

Art.6º - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á com a presença de pelo menos metade de seus membros em primeira convocação com qualquer número, decorridos trinta minutos após o horário marcado.

§1º - As reuniões serão:

I - Ordinárias - realizadas bimestralmente, com datas definidas previamente;

II - Extraordinárias - convocadas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§2º - A aprovação ou modificações do Regimento Interno do CAE só poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros;

Art.7º - O Município deverá garantir ao CAE a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) Local apropriado com condições adequadas para as reuniões do CAE;
- b) Disponibilidade de equipamentos de informática;
- c) Transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência; e
- d) Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, visando o desenvolvimento das atividades com competência e efetividade.

Art.8º - Compete ao CAE acompanhar o Nutricionista em suas atribuições de, coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.

Parágrafo Único - Os cardápios do Programa de Alimentação Escolar deverão ser elaborados pelos nutricionistas responsáveis com a participação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Art.9º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Estado, a União, Município ou seus órgãos, objetivando a obtenção de recursos e de assistência técnica na área de pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos destinados à alimentação escolar.

Art.10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº160/2011 e a Lei nº627/2011.

São Pedro de Alcântara, 21 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto N º 69 de 02 de Agosto de 2013

DECRETO N º 69 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a convocação da VIII Conferência Municipal da Assistência Social de São Pedro de Alcântara e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais conforme prevê a Lei Federal Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e o art. 2º da Lei Municipal nº 09/97 (que cria o Conselho Municipal de Assistência Social) e, considerando a necessidade de avaliar e propor as diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

Decretam:

Artigo 1º - Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 29 de Agosto de 2013 das 13:00 as 17:00 horas, tendo como tema central: "Gestão e financiamento para a efetivação do SUAS".

Artigo 2º - A VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Pedro de Alcântara tem o objetivo geral de: analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social,

reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.

Artigo 3º - O Município durante a Conferência Municipal elegerá delegados para a participação na Conferência Estadual conforme regimento interno e seguindo as orientações do Conselho Estadual de Assistência Social.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, ocorrerão por conta de dotação própria do orçamento da Assistência Social.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 02 de Agosto de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES

Presidente Conselho Assistência Social São Pedro Alcântara

Decreto N.º 062/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 062/2013

Exonera SUELI MARIA STAHELIN do cargo em Comissão de Diretora da Escola do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SUELI MARIA STAHELIN do cargo em Comissão de Diretora da Escola do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de julho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Decreto N.º 079/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 079/2013

EXONERA OSNILO ANTÔNIO KRAUS DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TRABALHADOR BRAÇAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, OSNILO ANTÔNIO KRAUS do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Decreto N°080/2013

DECRETO N°080/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 15.158,00 (quinze mil cento e cinquenta e oito reais) por conta do Excesso de Arrecadação do PMAQ nas dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.12.2.055 - Func. e Manut. do PSF - Coofinanciamento R\$ 1.378,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 1.378,00

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manut. do PSF R\$ 5.512,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 5.512,00

11.01.10.301.12.2.056 - Func. e Manut. do PACS R\$ 6.201,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 6.201,00

11.01.10.301.12.2.057 - Func. e Manut. da Saúde Bucal R\$ 2.067,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0214 - Aplicações Diretas R\$ 2.067,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria N.º 252/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 252/2013

Nomeia FRANCISLEINE KUHN PAVANATI para o cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear FRANCISLEINE KUHN PAVANATI para o cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Portaria N.º 253/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 253/2013

Concede Função Gratificada a Servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 008/1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI, ocupante do cargo de Diretora de Escola, a Função Gratificada FG-1 Diretor de Escola.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Aviso de Licitação 71/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 71.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

Aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios e Gêneros Hortifrutigranjeiros, não cotados na licitação anterior, para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas Municipais de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações e quantitativos do ANEXO I, deste Edital.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 11/09/2013 às 09:30h

TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo

Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e R. 203.

São Pedro de Alcântara, 28/08/2013
JUCÉLIO KREMER
 Prefeito Municipal

Anexo I do Contrato 099/2013

ANEXO I

Descrição	Valor Global R\$
Confeção de 42 escudos no tamanho de 60cm Larg x 84cm Alt em material de PVC com espessura de 1cm;	6.000,00
Confeção de 42 placas para a colocação de sobrenomes que acompanharão os escudos;	
Pintura de 84 brasões de famílias nos escudos	
Pintura de 84 placas identificando o sobrenome das famílias;	
A pintura deverá ser em tinta automotiva com revestimento em verniz automotivo.	
A pintura da haste central que possui 17mt com aplicação de fundo de tinta isolante e revestimento em verniz impermeabilizante.	
Pintura da Bandeira com tinta automotiva e revestimento em verniz.	
Confeção das hastes laterais com a pintura das mesmas;	6.000,00
Pintura das duas placas de Identificação.	

Todo o Serviço de mão de obra: solda, corte de madeira, corte de metal, aparafusamento que forem necessários para a confecção do Maibaum será por conta do Contratado.

A instalação do Maibaum será realizada pela Prefeitura Municipal. Todo o material necessário para a Confeção do Maibaum será por conta da Contratante.

O Contratado deverá estar presente e acompanhar a colocação do Maibaum em sua base. Caso Necessário o Contratado deverá realizar reparos e ajustes no mesmo antes de sua instalação.

Após colocado o Maibaum deverá estar em completo e em perfeito estado.

O pagamento será realizado em duas etapas. A primeira etapa quando da conclusão da metade do serviço (mediante conferência) e a segunda etapa ao término do serviço ; quando o Maibaum estiver concluído (mediante conferência).

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 103/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2013, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E LUIZ HENRIQUE BAUNGARTEN.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LUIZ HENRIQUE BAUNGARTEN, residente a Rua Vereador Paulino Clasen, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 589.122.1, inscrito no CPF sob nº 079.516.689-31, Pasep nº.1.448.456.927-9, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula

quarta, que trata do prazo de vigência do contrato. Fica prorrogado do prazo de vigência do contrato nº. 103/2013, até a data de 30/08/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 23 de agosto de 2013.
JUCÉLIO KREMER
 Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE BAUNGARTEN
 Contratado

Termo de Posse da Sra. Francisleine Kuhn Pavanati

TERMO DE POSSE da Sra. FRANCISLEINE KUHN PAVANATI para o cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, perante Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. FRANCISLEINE KUHN PAVANATI, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 22 de agosto de 2013.
JUCÉLIO KREMER **FRANCISLEINE KUHN PAVANATI**
 Prefeito Municipal Empossada

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.953/2013

LEI Nº 1.953/2013

AUTORIZA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder contribuição no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), à Associação Recreativa e Esportiva Vitória, para cobrir custos da entidade no que se refere aos campeonatos de Bocha e Bolão.

§ 1º Os recursos serão repassados até o dia 30 de setembro de 2013.

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal

de Schroeder do valor repassado em até 60 (sessenta) dias após o repasse;

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados especificamente nas taxas de renovação, registro, transferências e anuidades junto a Federação Catarinense de Bocha e Bolão e Liga Regional do Vale do Itapocu de Bocha e Bolão.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária provenientes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Setor de Esporte, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.954/2013

LEI Nº.1.954/2013

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE R\$ 1.328,35 (UM MIL, TREZENTOS VINTE OITO REAIS, TRINTA E CINCO CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza abertura crédito adicional especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2013, no valor de R\$ 1.328,35 (um mil, trezentos vinte oito reais, trinta e cinco centavos), como segue:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
02 - SETOR DAS ÁGUAS DE SCHROEDER
17.512.0013.2042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
3.3.90.93.00 1000 Indenizações e Restituições R\$ 1.328,35

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será cancelamento de dotações parcial do orçamento vigente, como segue:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
02 - SETOR DAS ÁGUAS DE SCHROEDER
17.512.0013.2042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
3.3.90.39.00 1000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.328,35

Art. 3º O Executivo está autorizado nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº1909/2012 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.234/2013, de 27 de Agosto de 2013

PORTARIA Nº 5.234/2013, de 27 de agosto de 2013

NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS EM DISPONIBILIDADE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o Art. 6º, da Lei nº1.749/2009, de 25 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Bens em Disponibilidade, que será integrada pelos seguintes membros:

Membros Efetivos

- José Luiz Sacoman
- Ivandra de Souza
- Giselle Tomaselli Obenaus

Suplentes:

- Odair Vidal
- Fábio Luís Albrecht

Art. 2º A comissão será presidida pelo Senhor José Luiz Sacoman que será responsável para organizar e convocar as reuniões, definir prazos e acompanhar em conjunto com a comissão o andamento dos leilões de bens do patrimônio público que vierem a ocorrer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 27 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.235/2013, de 28 de Agosto de 2013

PORTARIA Nº 5.235/2013, de 28 de agosto de 2013

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora IVANDRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, como PRIMEIRO PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Art. 2º DESIGNAR os servidores TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY, inscrito no CPF sob o nº083.661.079-22 e portador da Carteira de Identidade nº5.164.288, DANIELA SAMULESCKI, inscrita no CPF sob o nº053.350.739-18 e portadora da Carteira de Identidade nº

46058303, GELSON STEIN, inscrito no CPF sob o nº861.467.859-20 e portador da Carteira de Identidade nº3.112.478, para comporem a Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

Art. 3º DELEGAR COMPETÊNCIA ao PREGOEIRO, para praticar os ATOS previstos no Art. 11, do Decreto Municipal nº1.781/2007 e aos preceitos da Lei nº10.520/2002, de 17/7/2002.

Art. 4º ESCLARECER, que nos impedimentos do PREGOEIRO, este será substituído pelo servidor ORLANDO TECILLA, inscrito no CPF sob o nº 311.753.079-34 e portador da Carteira de Identidade nº 163.299-0, como 2º PREGOEIRO, o qual terá as mesmas atribuições do 1º PREGOEIRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 27 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 04/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500- CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2013-FAS
PROCESSO Nº. 13/2013-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política Pública de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de setembro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 11 de setembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 29 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Cancelamento Pregão Presencial Nº 61/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 61/2013 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 142/2013
Data do Processo: 08/08/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assis

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2013

Motivo: Licitação fracassada, pois o valor referência do edital está muito baixo do ofertado.

Schroeder, 28 de Agosto de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Dispensa Nº 44/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2013 - DL**Processo Nr.: 69/2013
Data: 27/08/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: REFRIGERAÇÃO SILVANELLO LTDA ME
Endereço: RUA FLORIANOPOLIS, 278
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 10.406.412/0001-80

Código: 10632

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para visitas técnicas para medir a temperatura da sala de vacina na Unidade Básica de Saúde, Centro, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	Visitas técnicas para medir a temperatura da sala de vacina	UN	35,00	175,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade das vacinas manterem-se em temperaturas de armazenamento entre 2º C e 8º C, para manter a qualidade e eficácia do produto, pois, equipamento (geladeira) com defeito interrompem o processo de refrigeração, comprometendo a potencia inicial dos imunobiológicos e, por ser a empresa a poder prestar o serviço conforme nossa necessidade, solicita-se autorização para esta dispensa, considerando que atualmente a prefeitura não tem licitado prestador de serviço para tal finalidade.

Schroeder, 27 de Agosto de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2013 - DL**

Processo Nr.: 69/2013
Data: 27/08/2013

Folha: 2/2

23/8/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Agosto de 2013

Valor da Despesa: 175,00 (cento e setenta e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 61/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 61/2013 - DL
	Processo Nr.: 149/2013 Data: 28/08/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: INSTALADORA HIDRÁULICA SARTURI LTDA ME Endereço: RUA WLATER GINOW 441, Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 14.453.117/0001-35	Código: 12422 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de Empresa especializada para ligação de central de gás(encanamento) junto ao complexo esportivo Alfredo Passold, com três pontos para fogão, conforme exigência de normas de segurança por parte dos Bombeiros que regularizam este serviço, para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Instalação de 3 pontos em central de gás para fogão.	UN	400,00	400,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

A Instaladora Sarturi, foi a única empresa que se apresentou para realizar o trabalho, por indicação unânime das Distribuidoras de gás da região, alegando ser objeto de cuidados especiais, experiência, confiança e garantia ao ser realizado. Como envolve segurança, obtendo ótimas referências do seu trabalho não tivemos dúvidas em contratá-la pois seus serviços envolvem muito mais do que simplesmente preços.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 28 de Agosto de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 61/2013 - DL**

Processo Nr.: 149/2013
Data: 28/08/2013

Folha: 2/2

22/08/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 22 de Agosto de 2013

Valor da Despesa: 400,00 (quatrocentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

I Errata de Pregão Presencial Nº. 18/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013-FMS

PROCESSO Nº. 62/2013-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 19/2013-FMS, visando a aquisição de relógio ponto para unidades de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, do instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 12 de setembro de 2013
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.
- d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 12 de setembro de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1-b.

Schroeder, 27 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A38/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A38/2013 - PMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TIAGO KRUTSCH, inscrita no CNPJ sob o nº 04.688.713/0001-40, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 6471, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Tiago Krutsch, inscrito no CPF sob o nº 073.951.559-47.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 8/2010 - PMS, celebrado em 26 de janeiro de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 4/2010-PMS, na Modalidade Carta Convite nº. 2/2010-PMS, tendo por objeto contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das

áreas verdes sob competência do Município de Schroeder (SC).

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para realização de serviços de jardinagem pra conservação e manutenção de áreas verdes, cujo imóvel esta alocado para atuação da Equipe de estratégia Saúde da Família II, na Rua Presidente Costa e Silva, nº 677, Bairro Rio Hern.

Considerando o parecer jurídico favorável conforme artigo 65, §1º. da Lei 8.666/93 e artigo 12 da Lei Municipal 1.838/2008.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), para ao período de agosto a dezembro de 2013, sendo o valor total aditivado em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, o valor do contrato para R\$ 62.908,00 (sessenta e dois mil novecentos e oito reais).

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", passando a ser:

O objeto do presente contrato consiste contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas verdes sob competência do Município de Schroeder (SC), conforme segue:

- Manutenção e conservação de áreas verdes sob responsabilidade de Prefeitura Municipal, compreendendo os seguintes serviços: Roçada; adubação; poda; troca de plantas e mudas de flores de época (fornecidas pela prefeitura); limpeza de canteiros; destinação de resíduos orgânicos; e demais serviços dentro da atividade de jardinagem, sempre que se fizer necessário ou solicitado pela Administração.

- Os locais para realização destes serviços serão:

- o Posto de saúde de Schroeder I (e Praça de Atividades Físicas)
- o Trevo de acesso principal;
- o Pórtico;
- o Praça Germano Gustavo Ristow;
- o Praça Cristian Mathias Schroeder;
- o Campo futebol Cláudio Tomaselli;
- o Cerca Viva;
- o Posto de Saúde II (Centro)
- o Praça de atividades física;
- o Biblioteca;
- o Centro de Múltiplo-uso;
- o Naes;
- o Rotatória entrada Duas Mamas;
- o Rotatória Escola Santos Tomaselli;
- o Praça Gerhard Zastrow;
- o Posto de saúde Schroeder III;
- o Posto de saúde Itoupava-açu;
- o Campo de futebol Garcia;
- o Praça da nova sede da Prefeitura;
- o Poda de arvores das calçadas.
- o Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
- o Creche Ezélia (Sch. I)
- o Estação de Tratamento de Água(ETA - Bracinho
- o Reservatório de Água (Ponte Trindade)
- o Reservatório de Água (Centro -Próximo a Prefeitura-Antena)
- o Praça Helmuth Moritz Germano Hertel
- o Equipe de estratégia Saúde da Família II, Rua Presidente Costa e Silva, nº 677, Bairro Rio Hern.

Cláusula 3º - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 08/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de Agosto de 2013.

CONTRATADA:

TIAGO KRUTSCH - ME

Tiago Krutsch

CPF nº. 073.951.559-47

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: IVANDRA DE SOUZA

CPF nº. 047.563.299-00

Serra Alta

PREFEITURA

Edital de Convocação de Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Contribuição de Melhorias para o Loteamento São Miguel.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) e Lei Municipal nº. 470/2001 torna público que, a Audiência Pública, para a contribuição de Melhorias para o Loteamento São Miguel, fica agendada para:

Data: 03 de Setembro de 2013 - Terça-Feira;

Horário: 19h30min;

Local: Auditório da Prefeitura Municipal (Rua Dom Pedro II, Nº 830 - centro - Serra Alta/SC).

Ficando assim convocados todos os moradores do Loteamento São Miguel, representantes dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 28 de Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Sombrio

PREFEITURA

Decreto

DECRETO Nº 141, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA.

O O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições e de conformidade com os termos do inciso VI, do artigo 66 da Lei Orgânica do Município, de 06 de Abril de 1990, combinado com o parágrafo 4º, artigo 51, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Art. 7, Decreto Federal nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, e

CONSIDERANDO:

- A ocorrência de Alagamentos e Inundações, provocada por chuva intensa e concentrada durante o período, mais especificamente entre os dias de 22 a 26 de agosto de 2013, atingindo todo o município, com maior intensidade em partes deste, conforme mapa das áreas afetadas, anexos ao presente Decreto;
- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos dos desastres em acordo com a Resolução nº. 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no artigo 5o do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Município de Sombrio-SC, 26 de agosto de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 15/2013

Resolução 15/2013

ALTERA O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 129 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL ACRESCENTANDO AO MESMO ARTIGO O PARÁGRAFO 3º E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - A Resolução nº 02/84 de 12/04/1984, Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbé do Sul, passa a vigorar com as seguintes alterações:

TÍTULO V

Das reuniões

CAPÍTULO II

Das Reuniões Ordinárias

SEÇÃO III

Do Grande Expediente

Art. 129 O tempo do Grande Expediente é reservado aos Partidos Políticos adotado o sistema de revezamento na ordem do uso da palavra entre os partidos a cada Reunião.

§1º É facultada, no Grande Expediente, a cessão total ou parcial do tempo que dispõe o vereador chamado, mediante comunicação dirigida ao Presidente.

§2º A cessão total ou parcial a que se refere o parágrafo anterior poderá beneficiar mais de um vereador.

§3º Fica facultado ao Presidente o direito de fazer o uso do tempo que dispõe no grande expediente, após a manifestação de todos os demais Vereadores que fazem uso da palavra.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 27 de Agosto de 2013.

VEREADOR FERNANDO PIZZOLO MANENTI

Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara de Vereadores na data supra

LUIZ JOSÉ WARNIER -

Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

Ata Habilitação Carta Convite N.º 11 2013 Fct - Projeto Cic

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS

CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 11 2013 - FCT

Às dez horas e quarenta minutos do vigésimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e treze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº 32/2013, alt. 338/13 e suas alterações. Conforme Parecer Técnico emitido pelo Setor de Engenharia, a Comissão declara habilitada a empresa IOCH ENGENHARIA LTDA, ficando a mesma convocada para sessão de abertura das propostas no dia 30/08/2013 às 14h30min. Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 28/08/2013

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Presidente

BÁRBARA HOCHHEIM

Secretária

ALINE BURGER

Membro

Ata Pregão Presencial N.º 09 2013 Funrebompom - Manutenção Monitoramento Eletrônico**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL 09/2013 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO**

As 10:30 horas do dia 28/08/2013, na sala de Licitações, o Pregoeiro foi informado que por falha de ordem administrativa os envelopes da empresa XPTI TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, regularmente entregues junto ao setor de Licitações no dia 20/08/2013 (conforme controle de entrega do Setor de Correspondências da Prefeitura), foram juntados equivocadamente em outra pasta de licitação que detinha a mesma numeração, porém, tratava-se de Contratação de Serviços de Segurança para Festa do Imigrante. Somente no dia 26/08/2013, momento da abertura do certame relacionado a estes Serviços de Segurança para Festa do Imigrante é que se verificou o equívoco.

Considerando que o Edital de Pregão 09/2013 ainda aguardava homologação e buscando zelar pela regularidade do procedimento licitatório (inclusive no que tange a viabilizar ao interessado a participação), com fundamento na Súmula 473 do STF, REVOGAM-SE as fases de credenciamento, classificação, lances e habilitação, viabilizando assim a abertura dos envelopes da empresa XPTI TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, sem prejuízo do regular prosseguimento do feito, inclusive classificação, nova etapa de lances e habilitação.

A empresa CORINGA COM. E REPRESENT. DE EQUIP. ELETR. DE SEGURANÇA LTDA fica dispensada de apresentação de novos envelopes.

Fica marcada para as 15:10hs do dia 03/09/2013 a abertura em sessão pública dos envelopes da XPTI TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA e nova fase de classificação, lances e habilitação.

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro

Extrato Segundo Termo Aditivo Contrato 2012/119

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/119

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: IPM Informática Pública Municipal Ltda

OBJETO: Contratação de serviços em informática, provimento de data center e locação de sistemas integrados de gestão pública.

SUPRESSÃO: R\$ 27.330,82 (vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oitenta e dois centavos).

ACRÉSCIMO COM REAJUSTE: R\$ 10.431,00 (dez mil quatrocentos e trinta e um reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Ata Registro de Preço N.º 19 2013 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria da Saúde.

EMPRESA FORNECEDORA: Serviço Social da Indústria; Nutrosul Brasil Importação e Logística LTDA; Oncoline Comércio de Medicamentos LTDA ME; e Nutriport Comercial LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 29.599,20 (vinte e nove mil quinhentos e

noventa e nove reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/08/2014.

Timbó, 28/08/2013

ALFREDO JOAO BERRI

Secretário Municipal de Saúde



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 438/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOJ0490	8756033302	7455/0	13/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGA1695	8756032482	7455/0	15/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGK0841	8756031887	7455/0	25/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
DID3268	8756032673	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
DUI3451	8756032405	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
HBH6288	8756032265	7471/0	07/05/2013	R\$ 574,61	218 * III
HEW1287	8756031733	7455/0	03/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXH0230	8756032045	7455/0	03/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXW7106	8756032714	6050/3	25/05/2013	R\$ 191,53	208
LXW7106	8756032801	6050/3	25/05/2013	R\$ 191,53	208
MAQ7867	8756032541	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG5076	8756033386	6050/3	15/06/2013	R\$ 191,53	208
MBH8830	8756032177	7455/0	08/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBI7083	8756030901	7455/0	04/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX4166	8756031531	7455/0	23/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCZ9612	8756032980	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX7479	8756031053	7455/0	07/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEM6306	8756032266	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP0345	8756031130	6050/3	08/04/2013	R\$ 191,53	208
MEP4004	8756032660	7463/0	22/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MER1888	8756033235	7455/0	10/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEX8813	8756032991	7455/0	30/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFQ9537	8756030718	7455/0	28/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGU5283	8756032223	7455/0	06/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIA7848	8756032764	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJB0867	8756032271	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJG4337	8756032270	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO2310	8756031960	7471/0	30/04/2013	R\$ 574,61	218 * III
MKT2806	8756031065	7455/0	09/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKV0728	8756031116	7455/0	13/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKV0728	8756031146	7455/0	08/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMI4159	8756031966	7455/0	02/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1541/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAG3937	55371373D	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
MFI3958	55371203D	6602/0	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MFI3958	55371204D	6912/0	02/05/2013	R\$ 53,20	232
MHG1240	55371115D	5010/0	08/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHG1240	55371116D	5169/1	08/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MJT9043	54544304E	6726/1	18/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1542/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHG1240	55371117D	5215/1	08/06/2013	R\$ 191,53	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 437/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAI1222	8756034735	7463/0	31/07/2013	218 * II
ABA6101	8756034125	7463/0	24/07/2013	218 * II
ABS4747	8756034705	7455/0	03/08/2013	218 * I
AFC8011	8756034387	7455/0	22/07/2013	218 * I
AGP4647	8756034103	5673/2	27/07/2013	183
AHA8800	8756033763	7455/0	30/06/2013	218 * I
AHX8791	8756034611	7455/0	29/07/2013	218 * I
AJC1535	8756034192	7455/0	25/07/2013	218 * I
AJM0089	8756034407	7455/0	24/07/2013	218 * I
AKX6926	8756034642	7455/0	29/07/2013	218 * I
ALI8497	8756034373	7455/0	26/07/2013	218 * I
ALS7983	8756034286	6050/3	21/07/2013	208
ALY2641	8756034158	7455/0	24/07/2013	218 * I
AMS8488	8756034108	7455/0	21/07/2013	218 * I
ANZ5355	8756034722	7455/0	29/07/2013	218 * I
ASF5798	8756034182	7463/0	25/07/2013	218 * II
BLL7436	8756034365	7463/0	25/07/2013	218 * II
BNG6125	8756034633	7455/0	28/07/2013	218 * I
BZM6481	8756034199	7455/0	25/07/2013	218 * I
CIO1503	8756034185	7455/0	25/07/2013	218 * I
CON6857	8756034568	7455/0	29/07/2013	218 * I
CTZ9315	8756034588	5673/2	01/08/2013	183
CVC5180	8756033986	7455/0	14/07/2013	218 * I
CVM1149	8756033834	5673/2	07/07/2013	183
DJF5599	8756034238	7455/0	26/07/2013	218 * I
EBM2256	8756034098	6050/3	27/07/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EBM2256	8756034285	6050/3	21/07/2013	208
EBM2256	8756034287	6050/3	21/07/2013	208
EBM2256	8756034411	7455/0	27/07/2013	218 * I
EBM2256	8756034770	7463/0	31/07/2013	218 * II
EMJ0159	8756034377	7455/0	27/07/2013	218 * I
ENL6550	8756034447	7455/0	18/07/2013	218 * I
ERC6332	8756034060	6050/3	17/07/2013	208
GJB2323	8756034463	7455/0	24/07/2013	218 * I
IIR0088	8756034362	7455/0	24/07/2013	218 * I
IKO3221	8756034341	7455/0	22/07/2013	218 * I
ILJ1984	8756034194	7455/0	25/07/2013	218 * I
IZA8130	8756034211	7455/0	25/07/2013	218 * I
JWQ5364	8756034398	7455/0	26/07/2013	218 * I
KIR6639	8756034786	7455/0	01/08/2013	218 * I
LTH0119	8756034496	7463/0	24/07/2013	218 * II
LWR2538	8756034353	7463/0	23/07/2013	218 * II
LXF0116	8756034610	7463/0	30/07/2013	218 * II
LXF4084	8756034366	7463/0	25/07/2013	218 * II
LXM9652	8756034709	6050/3	03/08/2013	208
LXO9340	8756033869	7455/0	08/07/2013	218 * I
LXZ4205	8756033829	7455/0	03/07/2013	218 * I
LYA5862	8756034291	6050/3	24/07/2013	208
LYK8711	8756034791	7455/0	28/07/2013	218 * I
LYL2436	8756033715	6050/3	30/06/2013	208
LYL2436	8756034301	7455/0	22/07/2013	218 * I
LYL8571	8756034376	7455/0	27/07/2013	218 * I
LYN8330	8756034140	7455/0	23/07/2013	218 * I
LZE1188	8756034393	7463/0	25/07/2013	218 * II
LZM1231	8756034439	7455/0	18/07/2013	218 * I
LZS7100	8756034595	5673/2	01/08/2013	183
MAK2204	8756034248	7455/0	23/07/2013	218 * I
MAM0620	8756034619	7455/0	30/07/2013	218 * I
MAP0175	8756034742	7455/0	01/08/2013	218 * I
MAR6835	8756034423	7455/0	18/07/2013	218 * I
MAS7428	8756034354	7463/0	23/07/2013	218 * II
MAT9591	8756034337	7455/0	27/07/2013	218 * I
MAZ1282	8756034432	7455/0	18/07/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBB5835	8756034234	7463/0	24/07/2013	218 * II
MBF6857	8756034102	5673/2	22/07/2013	183
MBG4872	8756034594	7463/0	01/08/2013	218 * II
MBG9930	8756034384	7455/0	27/07/2013	218 * I
MBQ1808	8756034105	5673/2	23/07/2013	183
MBQ7291	8756034256	6050/3	21/07/2013	208
MBT1932	8756034716	7455/0	28/07/2013	218 * I
MBT1932	8756034719	7463/0	28/07/2013	218 * II
MBT1932	8756034779	7455/0	28/07/2013	218 * I
MBT1932	8756034787	7455/0	28/07/2013	218 * I
MBU5784	8756034148	7455/0	23/07/2013	218 * I
MBW5641	8756034120	7455/0	23/07/2013	218 * I
MBX6504	8756034686	7455/0	01/08/2013	218 * I
MCA9483	8756033703	7455/0	05/07/2013	218 * I
MCB0518	8756034275	7455/0	25/07/2013	218 * I
MCB0518	8756034329	7463/0	26/07/2013	218 * II
MCB4142	8756033841	5673/2	10/07/2013	183
MCG4317	8756034372	7455/0	26/07/2013	218 * I
MCI7985	8756034547	7455/0	29/07/2013	218 * I
MCJ4319	8756034794	7455/0	30/07/2013	218 * I
MCN6760	8756034596	5673/2	01/08/2013	183
MCQ3730	8756034358	7455/0	24/07/2013	218 * I
MCX5777	8756034584	5673/2	01/08/2013	183
MCZ9612	8756034336	7455/0	27/07/2013	218 * I
MDE9388	8756034094	7455/0	25/07/2013	218 * I
MDI9889	8756034139	7455/0	23/07/2013	218 * I
MDO3881	8756034315	6050/3	24/07/2013	208
MDX8055	8756034651	7455/0	01/08/2013	218 * I
MDY3521	8756034356	7455/0	24/07/2013	218 * I
MEA1313	8756034655	7455/0	02/08/2013	218 * I
MEA8899	8756034167	7455/0	24/07/2013	218 * I
MEE0179	8756034726	7455/0	30/07/2013	218 * I
MEG0981	8756034450	7455/0	18/07/2013	218 * I
MEH2193	8756033697	7455/0	02/07/2013	218 * I
MEK5804	8756034367	7455/0	25/07/2013	218 * I
MEN8704	8756033948	7463/0	11/07/2013	218 * II
MET8227	8756034622	7463/0	01/08/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MET8227	8756034772	7463/0	01/08/2013	218 * II
MEY4433	8756034244	7455/0	22/07/2013	218 * I
MFB3613	8756034732	7455/0	30/07/2013	218 * I
MFB7648	8756034697	7455/0	02/08/2013	218 * I
MFD0659	8756034581	7455/0	29/07/2013	218 * I
MFD8595	8756034768	7455/0	30/07/2013	218 * I
MFE6634	8756034280	7455/0	27/07/2013	218 * I
MFE6634	8756034333	7455/0	27/07/2013	218 * I
MFH5778	8756034743	7455/0	01/08/2013	218 * I
MFK3864	8756034276	7455/0	25/07/2013	218 * I
MFQ0615	8756034435	7455/0	18/07/2013	218 * I
MFQ8126	8756034593	6050/3	31/07/2013	208
MFS6279	8756034180	7455/0	25/07/2013	218 * I
MFV9710	8756034607	7455/0	03/08/2013	218 * I
MFW0201	8756034213	7463/0	25/07/2013	218 * II
MGF5313	8756033885	7455/0	13/07/2013	218 * I
MGI4754	8756034339	6050/3	27/07/2013	208
MGL0925	8756034232	7463/0	23/07/2013	218 * II
MGO7031	8756034762	7455/0	28/07/2013	218 * I
MGO8033	8756034472	7463/0	24/07/2013	218 * II
MGQ3412	8756034383	7455/0	27/07/2013	218 * I
MGZ7867	8756034267	7463/0	23/07/2013	218 * II
MHA7338	8756034801	7455/0	03/08/2013	218 * I
MHH5776	8756034295	6050/3	26/07/2013	208
MHN0695	8756034266	7455/0	23/07/2013	218 * I
MHP2391	8756034138	7455/0	23/07/2013	218 * I
MHQ9750	8756034531	7455/0	26/07/2013	218 * I
MHR0976	8756034676	7455/0	30/07/2013	218 * I
MHT7935	8756034599	7455/0	03/08/2013	218 * I
MHU0411	8756034634	7455/0	28/07/2013	218 * I
MHU7799	8756034678	7455/0	30/07/2013	218 * I
MHV8573	8756034091	7455/0	23/07/2013	218 * I
MHX1436	8756034644	6050/3	30/07/2013	208
MHZ4548	8756034216	7463/0	25/07/2013	218 * II
MHZ5006	8756034446	7463/0	18/07/2013	218 * II
MIA6262	8756034575	5673/2	03/08/2013	183
MIF9789	8756034741	7455/0	31/07/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIH6131	8756034781	7455/0	30/07/2013	218 * I
MII8324	8756034748	7455/0	01/08/2013	218 * I
MIJ4815	8756034559	7455/0	29/07/2013	218 * I
MIS0090	8756034464	7455/0	24/07/2013	218 * I
MIS5322	8756034649	7455/0	01/08/2013	218 * I
MIU8828	8756034093	7455/0	24/07/2013	218 * I
MJE0046	8756034309	7455/0	23/07/2013	218 * I
MJI1270	8756032843	7463/0	23/05/2013	218 * II
MJI1270	8756033074	7455/0	06/06/2013	218 * I
MJI1689	8756034601	7455/0	31/07/2013	218 * I
MJJ5585	8756034746	7455/0	01/08/2013	218 * I
MJM3745	8756034701	7455/0	02/08/2013	218 * I
MJN0518	8756034161	7455/0	24/07/2013	218 * I
MJU0835	8756034556	7463/0	29/07/2013	218 * II
MKA1501	8756034470	7463/0	24/07/2013	218 * II
MKA2149	8756033568	5673/2	28/06/2013	183
MKB5141	8756033810	7455/0	02/07/2013	218 * I
MKC6469	8756033668	7455/0	29/06/2013	218 * I
MKE4141	8756034131	7455/0	23/07/2013	218 * I
MKP0507	8756034598	7455/0	02/08/2013	218 * I
MKS5220	8756034643	7455/0	30/07/2013	218 * I
MLD1362	8756034453	7463/0	18/07/2013	218 * II
MLN8459	8756034386	7455/0	22/07/2013	218 * I
MMJ8877	8756034169	7455/0	24/07/2013	218 * I
MMK0520	8756034606	7455/0	03/08/2013	218 * I
NDJ8018	8756034243	7455/0	27/07/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1539/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSW3343	55371224D	6599/2	11/07/2013	230 * V
LXC3927	54571320E	6920/0	21/07/2013	233
LYY3357	54571339E	6920/0	21/07/2013	233
MAW5853	55370887D	6769/1	05/07/2013	230 * XXII
MBO3264	55371467D	6599/2	28/07/2013	230 * V
MDS1601	54544461E	6599/2	07/08/2013	230 * V
MFV2734	55370888D	6599/2	05/07/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1540/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CZR2206	55371410D	5819/1	09/07/2013	193
LXV1553	54544453E	5541/1	05/08/2013	181 * XVII
LYJ8132	55371227D	5185/2	11/07/2013	167
MFO6857	55371230D	5185/1	11/07/2013	167
MHU2396	54544378E	5967/0	10/07/2013	203 * V
MMH4161	54544229E	5541/6	11/07/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.132/2013 de 29 de Agosto de 2013

Lei nº 1.132/2013 de 29 de agosto de 2013.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 07.01 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ 22.662.0014.1.027 Aquisição de Imóvel e Construção de Área Industrial

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas (126) 37.000,00
TOTAL..... R\$ 37.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ 20.606.0013.2.050 Programa de Subsídios Agrícolas
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas (99) 37.000,00
TOTAL..... R\$ 37.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 29 de agosto de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto Nº 1561/2013 de 29 de Agosto de 2013.

Decreto nº 1561/2013 de 29 de agosto de 2013.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.097/2012, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.132/2013,
DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade: 07.01 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Proj./Ativ 22.662.0014.1.027 Aquisição de Imóvel e Construção de Área Industrial

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas (126) 37.000,00
TOTAL..... R\$ 37.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ 20.606.0013.2.050 Programa de Subsídios Agrícolas

3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas (99) 37.000,00
TOTAL..... R\$ 37.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 29 de agosto de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

Lei 2166/2013

Lei nº 2.166/13, de 22 de agosto de 2013

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE CRECHE NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "CRECHE MARIA MARCON SARTOR", a Creche localizada na Rua Pascoal Sartor, Bairro Cidade Alta.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo (SC), 22 de agosto de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 40/2013

DECRETO No 040/13, de 26 de Agosto de 2013.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO BRAZ.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar da Escola Municipal São Braz, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - TÂNIA MARIA KRUGER NAZÁRIO DOS SANTOS

II - Representante da Equipe Administrativa - ROSÂNGELA SERAFIM MENEGARO

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - LUCINÉIA DA SILVA

IV - Representante dos Professores dos Alunos da 1º ao 5º ano - CLAUDETE FÁVARO

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - SUSIMARA DAL PONT GIUST

VI - Representantes dos Pais de Alunos da 1º ao 5º ano - VANUSA SENNA DA ROSA PAULO

VII - Representante do Clube de Mães - ANA PAULA PAULO BORTOLUZZI

VIII - Representante da Associação de Moradores - MARCIO DAL PONT

IX - Representante do Apostolado da Oração - ELIANE A. VICENTI RODRIGUES

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 26 de agosto de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos**EXTRATOS DE CONTRATOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GERAÇÃO PAPELARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.

VALOR: R\$ 17.653,10 (dezesete mil seiscentos e cinquenta e três reais e dez centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 27/2013 e Contrato nº 116/2013.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GUIOMAR M. CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.

VALOR: R\$ 12.010,50 (doze mil e dez reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 27/2013 e Contrato nº 117/2013.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.

VALOR: R\$ 19.112,00 (dezenove mil cento e doze reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 27/2013 e Contrato nº 118/2013.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: OBJETIVA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.

VALOR: R\$ 392,70 (trezentos e noventa e dois reais e setenta

centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 27/2013 e Contrato nº 119/2013.

Vargem, SC, 28 de agosto de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM - SC

CONTRATADA: GEHLEN ENGENHARIA FLORESTAL LTDA - ME

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de assessoria ambiental.

VALOR: R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais) mensais de setembro a dezembro do corrente ano, totalizando o valor global de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações Pregão nº 26/2013 e Contrato nº 115/2013.

Vargem, SC, 26 de agosto de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto N° 049 de 23 de Agosto de 2013

DECRETO N° 049 de 23 de agosto de 2013

DECLARA RESCINDIDO CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL E BUSCA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES PRIVADAS,

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vagem Bonita, no uso de suas atribuições legais, DECRETA CONSIDERANDO a contratação/nomeação de agente público para a execução dos serviços que integram o objeto do contrato nº 64/2013 resolve rescindi-lo unilateralmente.

Artigo 1º Fica rescindido o contrato nº 64 no qual é contratada a empresa ALEXANDRA DOS SANTOS ME., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Barra Grande, s/n, Interior, Faxinal do Guedes/SC, CEP: 89.694-000, inscrita no CNPJ nº 10.577.242/0001-04, representada pelo sócio gerente Sra. ALEXANDRA DOS SANTOS, portadora da Carteira de Identidade nº 2.724.539, inscrita no CPF sob o n.º 777.183.649-68, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 013/2013 na modalidade CONVINTE N.º 002/2013.

Artigo 2º O Presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos na competência do mês de agosto.

Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina,

em 23 de agosto de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 23/08/2013

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Retificação Edital 039/2013 Pregão 024/2013

RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2013

EDITAL DE PREGÃO Nº 024/2013

AQUISIÇÃO DE UM (1) TRATOR AGRÍCOLA NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL

A Prefeitura do Município de Vargem Bonita, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita, SC, CEP 89675-000 através do sua Prefeita Municipal, Exma. Senhora Melânia Aparecida Roman Meneghini, TORNA PÚBLICO a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão nº 024/2013, Processo Licitatório nº 039/2013 conforme a seguir:

ART. 1º - Fica alterado a data de abertura do Processo Licitatório 039/2013.

Onde se lê : Data de abertura: 10 de setembro de 2013 às 09h00min.

LÊ SE: Data de abertura: 13 de setembro de 2013 às 09h00min.

ART. 2º - Permanecem inalterados os demais artigos do Edital.

Vargem Bonita, SC, 28 de agosto de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Contrato Administrativo N° 090/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2013

OBJETO: Contratação de serviços emergenciais de transporte rodoviário de materiais, tais como, terra, macadame, brita e outros com a utilização de 02 (dois) caminhões caçamba 03 (três) eixos com basculante, para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo

CONTRATADO: Comércio e Transporte Ferrinho Ltda ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ R\$ 4.50 (quatro reais e cinquenta) por quilometro rodado

DATA DO CONTRATO: 06/07/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/07/2013 a 06/09/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 29/08/2013

Contrato Administrativo N° 097/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2013

OBJETO: Fornecimento de produtos para a merenda escolar, de forma parcelada e de acordo com a necessidade, conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório nº 029/2013, na modalidade de Pregão 015/2013.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 13.273,50 (treze mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 01/08/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/08/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 28/08/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 015/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 029/2013

Contrato Administrativo Nº 098/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2013

OBJETO: Fornecimento de produtos para a merenda escolar, de forma parcelada e de acordo com a necessidade, conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório nº 029/2013, na modalidade de Pregão 015/2013.

CONTRATADO: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTO-VÃO LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 26.353,50 (Vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 01/08/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/08/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 29/08/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 015/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 029/2013

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº. 55/2013 - Contratação de Empresa Para Elaboração Edital Concurso Publico e Processo Seletivo

Prefeitura de Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 55/2013

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo receber propostas para: contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE EDITAIS, PROVAS, RESULTADO E DEMAIS ATOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 55/2013, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 06 de setembro de 2013

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 06 de setembro de 2013, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários,

das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 27 de agosto de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.565/13

DECRETO Nº 10.565/13, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora JOANETE TERCILA PERIN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 042/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora JOANETE TERCILA PERIN, inscrita no CPF sob o nº 439.735.909-15, no RG nº 3.552.027 e no PIS/PASEP nº 107.13211.66-8, detentora da matrícula funcional nº 5065, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.235,44 (três mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/09/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.566/13

DECRETO Nº 10.566/13, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar nº 023/2002 e do art. 1º

da Lei Federal nº 10887/04, a servidora VERA MARIA SCHLOSSER TROST, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 041/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar nº 023/2002, a servidora VERA MARIA SCHLOSSER TROST, inscrita no CPF nº 225.490.300-44, no RG 8048983996 e no PIS/PASEP nº 104.21351.99-0 detentora da matrícula funcional nº 3229, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 84,96% (oitenta e quatro vírgula noventa e seis por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 1.270,15 (um mil, duzentos e setenta reais e quinze centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0642/13

PORTARIA nº 0642/13

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 34.305-6

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.205/13;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 34.305-6, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pelo secretário CLEMIR SCHMITT, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos e responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Associações

EGEM

Edital Nº 75/2013 _Cerimonial e Protocolo _ AMNOROESTE

EDITAL Nº 75/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE CERIMONIAL E PROTOCOLO

1. OBJETIVO DO CURSO

Habilitar os participantes a realizarem eventos públicos conforme as normas do cerimonial e protocolo, como também subsidiar a compreensão da importância do cerimonial dentro da estrutura organizacional de um órgão público como elemento ordenador de qualquer ato público.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais ligados à organização de eventos, cerimonial, protocolo e chefia de gabinete nos executivos municipais.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	São Lourenço do Oeste - SC Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense Rua Jarbas Mendes nº 270, Ed. Martini Sala 09 Bairro: Brasília CEP: 89990-000
Período das inscrições	29/08 à 11/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	11/09/2013
Homologação das inscrições	13/09/2013
Período de realização	25/10/2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 150,00
Demais participantes	R\$ 200,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	Conceituação de cerimonial e protocolo
	Tipos de eventos
	Tipos de cerimonial público
	Organização do roteiro de uma solenidade
13h30 às 17h30	Normas do cerimonial público e representação
	Ordem Geral de Precedência
	Composição de mesas em solenidades
	Pronunciamentos e discursos
	Símbolos oficiais
	Disposição de bandeiras

7. PALESTRANTES

Cleusa Varnier Frese

Jornalista, formada pela Unisul/Tubarão, especialista em Marketing pela Unoesc, cursa Direito na Unoesc Campus de Xanxerê. Exerce funções no Departamento de Comunicação e Marketing da Unoesc, Campus de Xanxerê, entre suas atribuições está o cerimonial Universitário de formaturas e outros eventos relacionados à Instituição, desde 2000. Exerce, ainda, a função de assessora de Comunicação e Cerimonial da Prefeitura Municipal de Xaxim.

Possui experiência profissional na área de comunicação como um todo, com ênfase em assessoria de comunicação, imprensa e marketing, cerimoniais e protocolos, organização de eventos, elaboração de projetos, editoração em veículos de comunicação, apresentação de programas em rádio e televisão com foco jornalístico, redação de textos jornalísticos para TV, rádio e jornal, facilitadora de cursos de normas protocolares e etiqueta. É membro do Comitê Nacional de Cerimonial Público, que lhe dá segurança para assumir os compromissos de agenda, visitas oficiais e eventos, nas esferas pública e privada. Possui experiência internacional, obtida por meio dos intercâmbios realizados em países da Europa e cursos realizados em países membros do Mercosul. Exerceu as funções de presidente da Câmara Júnior Coração Verde, de Xaxim, da Câmara Júnior do Estado de Santa Catarina e foi vice-presidente da Câmara Júnior do Brasil (JCI). Exerceu funções no tradicionalismo gaúcho brasileiro, catarinense, região sul, região oeste e município de Xaxim. Realizou e orientou mais de 1000 cerimoniais brasileiros durante os mais de 12 anos de atuação de cerimonialista, entre eles esportivos, empresariais, jurídicos, universitários, públicos e da JCI.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CINCO

Extrato de Aditivos de Prazo das Atas de Registro de Preços Pe 0010/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DE ADITIVOS DE PRAZO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2013

Objeto das Atas: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira. Objeto dos Aditivos: prorrogação do prazo de vigência, ficando vigente até o dia 31/01/2014, conforme abaixo: FORNECEDORES - ATA - ADITIVOS

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1012 - TA.AT13CINCO81;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1013 - TA.AT13CINCO82;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1014 - TA.AT13CINCO83;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1015 - TA.AT13CINCO84;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1016 - TA.AT13CINCO85;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1017 - TA.AT13CINCO86;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1018 - TA.AT13CINCO87;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1019 - TA.AT13CINCO88;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1020 - TA.AT13CINCO89;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1021 - TA.AT13CINCO90;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1022 - TA.AT13CINCO91;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1023 - TA.AT13CINCO92;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1024 - TA.AT13CINCO93;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1025 - TA.AT13CINCO94;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1026 - TA.AT13CINCO95;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1027 - TA.AT13CINCO96;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1028 - TA.AT13CINCO97;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1029 - TA.AT13CINCO98;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1030 - TA.AT13CINCO99;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1031 - TA.AT13CINCO100;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1032 - TA.AT13CINCO101;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1033 - TA.AT13CINCO102;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1034 - TA.AT13CINCO103;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1035 - TA.AT13CINCO104;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1036 - TA.AT13CINCO105;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1037 - TA.AT13CINCO106;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1038 - TA.AT13CINCO107;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1039 - TA.AT13CINCO108;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1040 - TA.AT13CINCO109;

MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1041 - TA.AT13CINCO110;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1042 - TA.AT13CINCO111;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1043 - TA.AT13CINCO112;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1044 - TA.AT13CINCO113;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1045 - TA.AT13CINCO114;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1046 - TA.AT13CINCO115;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1047 - TA.AT13CINCO116;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1048 - TA.AT13CINCO117;
MODELO PNEUS - Ata nº AT13CINCO1049 - TA.AT13CINCO118;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1078 - TA.AT13CINCO119;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1079 - TA.AT13CINCO120;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1155 - TA.AT13CINCO121;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1156 - TA.AT13CINCO122;
JK PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1157 - TA.AT13CINCO123.
PAL nº: 0013/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0010. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo (SC), 27 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0006/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, Caçador, Ibiam, Macieira, Rio das Antas, Tangará, Videira e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 27 de agosto a 30 de setembro de 2013.

FORNECEDOR:

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1279;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1280;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1281;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1282;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1283;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1284;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1285;
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1286.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 27.08.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 27 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0006/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Tangará e Videira, durante o período de 23 de agosto a 30 de setembro de 2013.

FORNECEDOR:

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1277;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1278.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 23.08.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 27 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br